

# Psicoterapia

## Home

---

### Ações 2013-2016

- [Ações Subsede Metropolitana](#)
- [Ações Subsede ABC](#)
- [Ações Subsede de Campinas](#)
- [Ações Subsede Baixada](#)
- [Ações Subsede Vale](#)

---

### Ano da Psicoterapia 2009

---

## Página inicial

Conforme deliberações do VIII CNP ficou decidido que a temática fosse tratada em conjunto com o tema da Psicologia Clínica, proposição 2.19 do Caderno de deliberações, de modo a ampliar a discussão sobre teoria e prática em Psicologia Clínica, considerando as epistemologias não hegemônicas e as práticas emergentes.

Retomando, também, as discussões do Ano da Psicoterapia (2009) e expandir o diálogo com a categoria. Assim foram realizados uma série de atividades locais cujas contribuições estão reunidas nesta atualização.

# Psicoterapia

## Home

---

### Ações 2013-2016

- [Ações Subsede Metropolitana](#)
- [Ações Subsede ABC](#)
- [Ações Subsede de Campinas](#)
- [Ações Subsede Baixada](#)
- [Ações Subsede Vale](#)

### Ano da Psicoterapia 2009

---

## Página inicial

Conforme deliberações do VIII CNP ficou decidido que a temática fosse tratada em conjunto com o tema da Psicologia Clínica, proposição 2.19 do Caderno de deliberações, de modo a ampliar a discussão sobre teoria e prática em Psicologia Clínica, considerando as epistemologias não hegemônicas e as práticas emergentes.

Retomando, também, as discussões do Ano da Psicoterapia (2009) e expandir o diálogo com a categoria. Assim foram realizados uma série de atividades locais cujas contribuições estão reunidas nesta atualização.

# Psicoterapia

---

[Home](#)

[Ações 2013-2016](#)

- [Ações Subsede Metropolitana](#)
- [Ações Subsede ABC](#)
- [Ações Subsede de Campinas](#)
- [Ações Subsede Baixada](#)
- [Ações Subsede Vale](#)

---

[Ano da Psicoterapia 2009](#)

## [Ações 2013-2016](#)

- [Eventos Realizados](#)
- [Vídeos](#)
- [Textos](#)

# Psicoterapia

---

## Home

### Ações 2013-2016

- [Ações Subsede Metropolitana](#)
- [Ações Subsede ABC](#)
- [Ações Subsede de Campinas](#)
- [Ações Subsede Baixada](#)
- [Ações Subsede Vale](#)

---

### Ano da Psicoterapia 2009

---

## Ações Subsede Metropolitana

- [Eventos Realizados](#)
- [Vídeos](#)
- [Textos](#)

# Psicoterapia

---

## Home

### Ações 2013-2016

- [Ações Subsede Metropolitana](#)
- [Ações Subsede ABC](#)
- [Ações Subsede de Campinas](#)
- [Ações Subsede Baixada](#)
- [Ações Subsede Vale](#)

---

### Ano da Psicoterapia 2009

---

## Ações Subsede ABC

- [Eventos Realizados](#)
- [Vídeos](#)
- [Textos](#)

# Psicoterapia

## Home

### Ações 2013-2016

- [Ações Subsede Metropolitana](#)
- [Ações Subsede ABC](#)
- [Ações Subsede de Campinas](#)
- [Ações Subsede Baixada](#)
- [Ações Subsede Vale](#)

### Ano da Psicoterapia 2009

## Ações Subsede de Campinas

### • [Eventos Realizados](#)

**Ciclo:** [Psicologia e Cotidiano/2015](#)

#### ***Há escuta à escuridão? Desafios da psicologia perante a temática étnico racial***

Realizado em: 21/05/2015

**Palestrante:** [Emiliano de Camargo David \(CRP 06/89505\)](#)

Psicólogo; Colaborador do Instituto AMMA Psique e Negritude; Especialista em Psicopatologia e Saúde Pública pela Faculdade de Saúde Pública/USP; Áreas de atuação: Psicólogo do CAPS Infantil Brasilândia/Freguesia do Ó - SMS-SP, Consultório de Psicanálise e Acompanhamento Terapêutico.

#### ***"Tempo Vivido - Reflexões acerca da experiência do tempo na vida cotidiana, seus significados e implicações"***

Realizado em: 06/08/2015

**Palestrante:** [Nilton Julio de Faria \(CRP 06/22244\)](#)

Psicólogo, formado pela PUC-Campinas; Mestre em Filosofia, área de Concentração: Ética (1995), pela mesma Universidade; Doutor em Psicologia Social pela PUC-São Paulo; Docente da Pontifícia Universidade Católica de Campinas; Autor do livro A Tragédia da Consciência: Ética, psicologia e identidade humana (1996, Editora da UNIMEP), além de vários capítulos de livros e artigos.

#### ***"A Clínica em Tempos de Intolerância"***

Realizado em: 10/12/2015

**Palestrante:** [Márcio Melo Guimarães de Souza \(CRP: 06/63030\)](#)

Psicólogo formado pela PUC-Campinas em 2000. Mestre em Psicologia Escolar com ênfase em Orientação Profissional, pela mesma instituição em 2003. Também possui formação em Psicoterapia Fenomenológico-Existencial (2010) e Coaching de Carreiras (2014). É professor da Universidade Paulista (UNIP), tendo trabalhado também na PUC-Campinas, Faculdade de Americana (SP) e na UNIVAS (MG). É psicoterapeuta e tem experiência nas áreas de Orientação e Identidade Profissional, Psicologia Social, Pesquisa em Psicologia, Epistemologia e História da Psicologia e Coaching. Membro da Sociedade Brasileira de Coaching desde 2014 e da Associação Brasileira de Orientação Profissional (ABOP) desde abril/2015.

### • [Textos](#)

[Uma faceta biopolítica: Racismo e Saúde Mental, na esfera psicossocial](#) - Emiliano de Camargo David

[Tempo vivido: reflexões acerca da experiência do tempo na vida cotidiana, seus significados e implicações](#) - Nilton Júlio de Faria

[A CLÍNICA EM TEMPOS DE INTOLERÂNCIA](#) - Márcio Melo Guimarães de Souza

# Psicoterapia

---

## Home

### Ações 2013-2016

- [Ações Subsede Metropolitana](#)
- [Ações Subsede ABC](#)
- [Ações Subsede de Campinas](#)
- [Ações Subsede Baixada](#)
- [Ações Subsede Vale](#)

---

### Ano da Psicoterapia 2009

---

## Ações Subsede Baixada

- [Eventos Realizados](#)
- [Vídeos](#)
- [Textos](#)

# Psicoterapia

## Home

### Ações 2013-2016

- [Ações Subsede Metropolitana](#)
- [Ações Subsede ABC](#)
- [Ações Subsede de Campinas](#)
- [Ações Subsede Baixada](#)
- [Ações Subsede Vale](#)

### Ano da Psicoterapia 2009

## Ações Subsede Vale

### • *Eventos Realizados*

#### **A Clínica psicológica: Um campo de permanente construção.**

A prática clínica, exercida por psicólogos e outros profissionais da Saúde, na contemporaneidade, pode ser considerada por diferentes óticas. É certo que os posicionamentos epistêmicos assumidos no campo se dão numa construção social permanente que, no caso da Psicologia se materializa em seu Compromisso Social expresso nos sete princípios fundamentais de seu Código de Ética. Nosso principal objetivo é trazer à tona as implicações do fazer clínico na atualidade, como campo a ser considerado, através da construção coletiva pelo qual ele se pauta.

**Convidado:** Luiz Eduardo V. Berni – Psicólogo Clínico (CRP 06-35863), doutor em Psicologia (USP), Mestre em Ciências da Religião (PUC-SP). Conselheiro presidente da Comissão de Orientação e Fiscalização do CRP/SP.

Realizado: 16/07/2015

Local: Irmandade de Misericórdia de Taubaté.

#### **Psicologia no cotidiano da Saúde / Saúde Mental**

O presente trabalho traz o fazer psicológico nos contextos da saúde, como clínica psicológica, CAPS, hospitais; discorre sobre novas tendências da atuação, apresentando potências e dificuldades do campo de trabalho.

**Convidado:** Frederico Nogueira Ronconi – Especialista em Saúde Mental pela UP, Psicólogo pela UFPR, Conselheiro do Conselho Estadual do Paraná, CArtelado na Escola Brasileira de Psicanálise, Psicanalista Clínico, Capacitador de Equipes de Saúde Mental, Educador Social no Centro Social Marista Propulsão, Membro do Coletivo Antimanicomial "Um passa à frente".

Realizado: 09/03/2016

Local: Subsede do Vale do Paraíba e Litoral Norte.

### • *Vídeos*

### • *Textos*

#### **PSICOTERAPIA COMO CLÍNICA PSICOLÓGICA: UM CAMPO EM PERMANENTE CONSTRUÇÃO**

Luiz Eduardo V. Berni

#### **Desafios na atuação da psicologia contemporânea: um passo à frente**

Frederico Nogueira Ronconi

# Psicoterapia

## [Home](#)

### [Ações 2013-2016](#)

- [Ações Subsede Metropolitana](#)
- [Ações Subsede ABC](#)
- [Ações Subsede de Campinas](#)
- [Ações Subsede Baixada](#)
- [Ações Subsede Vale](#)

### [Ano da Psicoterapia 2009](#)

## Ano da Psicoterapia - 2009

- [Ações](#)
- [Textos Geradores](#)
- [Coordenadoria e membros](#)
- [Apresentação do ano](#)
- [Vídeo do ano](#)
- [Sistematização do Seminário Nacional](#)
- [Histórico do CRP SP](#)
- [Psicoterapia no campo da Saúde](#)
- [Contribuições da COF / Ref. Legislativas](#)
- [Constituição do GT](#)
- [Primeiro relatório encaminhado ao federal](#)
- [Normas de funcionamento para o ano temático](#)
- [Relatórios dos eventos preparatórios](#)
- [Sistematização dos eventos preparatórios](#)
- [Relatório do evento regional](#)
- [Segundo relatório encaminhado ao CFP](#)
- [Avaliação do ano pela plenária](#)
- [Relatório de gestão](#)

# Psicoterapia

## Home

---

### Ações 2013-2016

- [Ações Subsede Metropolitana](#)
- [Ações Subsede ABC](#)
- [Ações Subsede de Campinas](#)
- [Ações Subsede Baixada](#)
- [Ações Subsede Vale](#)

### Ano da Psicoterapia 2009

---

## Página inicial

Conforme deliberações do VIII CNP ficou decidido que a temática fosse tratada em conjunto com o tema da Psicologia Clínica, proposição 2.19 do Caderno de deliberações, de modo a ampliar a discussão sobre teoria e prática em Psicologia Clínica, considerando as epistemologias não hegemônicas e as práticas emergentes.

Retomando, também, as discussões do Ano da Psicoterapia (2009) e expandir o diálogo com a categoria. Assim foram realizados uma série de atividades locais cujas contribuições estão reunidas nesta atualização.

Arquivo removido.

## **Tempo vivido: reflexões acerca da experiência do tempo na vida cotidiana, seus significados e implicações.**

Nilton Júlio de Faria  
Doutor em Psicologia Social pela PUC-São Paulo.  
Docente do curso de Psicologia da PUC-  
Campinas.

### **Resumo**

A experiência do tempo há muito tem sido objeto de reflexões da humanidade. Iniciamos a nossa reflexão tomando dois modelos de concepção de tempo, o da natureza e o da cronologia. A seguir, retomamos algumas ideias medievais de Agostinho, que trata o tempo como uma dimensão essencialmente humana, citamos algumas ideias do filósofo e psiquiatra Eugène Minkowski, tais como o termo do *devir* para, enfim, destacarmos as concepções de tempo de Paul Ricoeur, especialmente as tratadas em sua obra *Tempo e Narrativa*, na qual distingue o tempo da experiência e o tempo da consciência, tempos estes constituintes do que, mais tarde, o autor irá chamar de *Identidade Narrativa*. Tendo como referência as proposições de Paul Ricoeur, buscamos explorar as referências racionais acerca do tempo e do tempo vivido nos dias atuais, considerando o desenvolvimento das novas tecnologias de informação que, simultaneamente nos aproxima e nos distancia uns dos outros, colocando-nos, em todos os lugares, com todos e, ao mesmo tempo, em sozinhos e em lugar nenhum. Finalizamos apresentando algumas considerações acerca do fazer da clínica contemporânea frente a esses dilemas.

### **O que é o tempo?**

A experiência do tempo, nos dias atuais, tem se colocado como um problema em diferentes esferas do nosso cotidiano, pode ser identificada nas escolas, na clínica - nos setores público e privado e, principalmente nas relações de trabalho; para não falar do próprio ciclo vital.

Mas, o que é o tempo? Essa não é uma pergunta fácil de se responder, por isso propomo-nos a fazer um rápido resgate histórico de forma a criar um diálogo com diferentes autores e, assim, buscar uma compreensão dos significados e implicações do tempo no fazer psicológico contemporâneo.

Tomaremos Paul Ricoeur como nossa referência para as reflexões que apresentaremos a seguir, em especial sua obra *Tempo e Narrativa* (1983/1994), na qual o autor traça cuidadosos estudos acerca de Poética de Aristóteles e Confissões de Agostinho. Do primeiro analisa a lógica posta na tessitura de intrigas de uma dada narrativa, enquanto que do segundo toma, em especial, o livro que trata sobre o tempo, sobre o qual, passamos a discorrer.

Para o autor medieval, Deus é onipresente e, assim sendo, o tempo é essencialmente humano e refere a consciência humana quando esta se propõe à medida do tempo. Dentre as várias medidas podemos considera-la sob três dimensões: passado, presente e futuro. Diz, ainda, Agostinho que o passado já foi não podendo, assim, ser alterado. O futuro, por sua vez, não existe se for negado seu acontecimento no aqui-agora. Resta-se assim, apenas o presente, o tempo vivido. Nas palavras do autor: *O que é, pois, o tempo, se ninguém mo pergunta, sei o que é; mas se quero explica-lo a quem mo pergunta, não sei: no entanto, digo com segurança que sei que, se nada passasse não existiria tempo passado, e, se nada adviesse, não existiria o tempo futuro e, se nada existisse não existiria o tempo presente* (Agostinho, 397/2008, p.112)

O tempo como consciência ganha, ao longo da história, várias possibilidades de medidas. Um deles é o da natureza, referência para as ações humanas, como por exemplo o movimento dos astros, que nos dá a medida do dia e da noite; das estações; da semana, dia e ano. O ciclo vital, por sua vez, pode ser expresso por: “tempo de plantar, tempo de colher”, “tempo de nascer, tempo de morrer”. A cultura, frente à sua necessidade de narrar seus feitos, criou não só a necessidade de uma medida humana do tempo, como também construiu sentidos para ele, estabelecendo de relações entre os eventos históricos.

Alfredo Bosi ao discutir o tempo na história, diz que *contar é narrar, contar é numerar* (1992, p. 20), narrar a história, diz ele é sequenciar eventos, e com isso paga-se um tributo ao deus *Chronos*. Essa perspectiva é levada a cabo pelos historiadores positivistas uma vez que, para eles, a cronologia os eventos históricos constituem a

história. As datas sozinhas, no entanto, não nos dizem muito sobre os eventos, é necessário que se apreenda o sentido delas.

Um exemplo do que acabou de se afirmar é o sentido dado pelo desenvolvimento tecnológico como o da industrialização, que modificou às relações de trabalho e, conseqüentemente, as relações entre os homens em suas dimensões sociais e pessoais. Expressões do gênero: “perder tempo”, “ganhar tempo”, “tempo é dinheiro”, remontam a uma nova concepção de tempo, cujo sentido pode ser apreendido pela capacidade produtiva das pessoas, análogas ao modelo industrial,

Bosi (1992) discute o projeto do presidente Juscelino Kubitschek, que em 1956 ao apresentar seu Programa de Metas propõe fazer o Brasil crescer cinquenta anos em cinco, uma proposição desenvolvimentista posta pela construção de Brasília, a abertura do país ao capitalismo internacional; como se vê o desenvolvimento econômico torna-se mais uma medida do tempo, o que vai denotando, por sua vez, um Brasil de contrastes: o moderno x o arcaico, por exemplo.

Podemos, então, resumir essas três perspectivas de tempo em: *tempo de* (Natureza), *tempo quando* (Cronológico) e *tempo como* (Sentido), esse mais subjetivo, vinculado às dimensões artísticas, econômicas, políticas, religiosas, ou seja, as diversas produções culturais constroem suas maneiras de pensar o tempo. Todas essas diferentes formas de observar o tempo reafirmam o pensamento de Agostino de que o tempo é essencialmente humano.

Inspirado em Henri Bergson (1859-1941) o filósofo e psiquiatra Eugène Minkowski busca estabelecer relações entre tempo e o fazer clínico, em especial, na compreensão das psicopatologias, que para ele podem ser entendidas como uma desorientação do tempo e do espaço. O autor inicia seu texto de Tempo Vivido falando sobre o fazer clínico em que muitas vezes o terapeuta busca conhecer relações cronológicas além de sucessão de eventos. *O devir é, para ele, a própria noção de tempo: o tempo escoá, passa, flui de uma maneira irremediável, mas também avança, progride, se vai em direção a um amanhã indefinido e insaciável* (1933/2011, p. 89).

O tempo, visto desta forma, é direção e puro movimento. O autor discorre cuidadosamente a articulação entre o presente, o passado e o futuro, e exatamente por isso, afirma que o tempo tem seu *élan vital*, que cria o futuro antes de nós. O devir é,

pois, (...) *uma continuidade vivida. Nesse aspecto, há que enfatizar a importância da função biológica da memória e da fala, para que a duração possa dar sucessão e continuidade à unidade do eu* (Suassuna & Medeiros, 2009, p.378).

Retomando a obra *Tempo e Narrativa* de Ricoeur, na qual o autor, a despeito do distanciamento temporal, busca uma aproximação entre a *Poética*, de Aristóteles (384-322 a.C.) e *Confissões*, de Agostinho (354-430 d.C.), destacando do primeiro a noção de tempo lógico e do segundo a de tempo da alma, para Ricoeur, *o tempo torna-se tempo humano na medida em que é articulado de um modo narrativo, e que atinge seu pleno significado quando se torna uma condição da existência temporal* (1983/1995, p. 85), o tempo narrado é o tempo da consciência humana. Sendo assim, independentemente da concepção de tempo que uso como fundamento, se a perspectiva é da cronologia, da natureza, ou subjetiva, quando narrado/expresso, é tempo da consciência humana.

Por outro lado, o tempo vivido é o tempo da experiência, é esse tempo agora, desse momento que se desfruta e se despertam emoções, sensações, dimensões afetivas, naquele mesmo tempo que nos escapa, conforme apontado mais acima.

O historiador José D'Assunção Barros, ao analisar a obra de Ricoeur, destaca:

O impasse entre o vivido e o lógico, entre Tempo e Narrativa, pode ser exemplificado, desta maneira, pela oposição entre Agostinho e Aristóteles, e é a partir daí que Ricoeur vai desenvolvendo a sua importante reflexão sobre a narrativa histórica. A concepção psicológica do tempo de Santo Agostinho oculta o tempo do mundo, e a concepção cosmológica do tempo de Aristóteles – considerado como movimento dos corpos – oculta o tempo da alma (Barros, 2012, p. 5).

Entendemos que esse conflito constituído pela dialética do tempo vivido (experiência) e do tempo narrado (consciência) é que se geram os sofrimentos cotidiano das pessoas, já que a consciência constituída por uma gama de saberes, valores e crenças construídos pela cultura são, muitas vezes, parecem como que inconciliáveis com a experiência.

Essa dialética entre tempo da experiência e o tempo da consciência é amplamente trabalhada por Paul Ricoeur em *O si mesmo como um outro*, de 1990, quando introduz o conceito de identidade narrativa, na qual concebe a pessoa constituída pela dialética da identidade-*idem* e da identidade-*ipse*: *a primeira revela um indivíduo coincidente consigo mesmo, que se refere mais ao “eu” empírico, individual;*

*a segunda refere-se à idéia de um indivíduo genérico, em sua temporalidade (Faria, 1996, p. 70)*

### **O tempo vivido e sofrimento psíquico**

Para discutir um pouco mais sobre as diferentes formas de experienciar o tempo, destacamos como a cultura costuma compreender o ciclo vital, isto é, a criança, o adulto e o velho. Para muitos, uma criança tem todo tempo do mundo, para um jovem/adulto, sua vida está apenas começando, e o velho já viveu muito. Nesse exemplo, temos que o tempo da natureza é tomado com referência e pode parecer pertinente a uma pessoa saudável.

Tendo em vista, ainda, o ciclo vital, como seria o tempo para alguém que apresentasse algum tipo de sofrimento ou doença? Essa condição coloca-se em diálogo outras dimensões da existência que não só mais a biológica, a afetividade, por exemplo, pode se fazer como uma parte fundamental para vivência do tempo em cada um e em contextos diferentes. Para um apaixonado, o tempo pode ser lento, torturando-o pelo anseio de encontrar-se com a pessoa amada. Contudo, para um doente terminal, o tempo também pode passar lentamente, torturando-o pelo sofrimento sofrendo pela dor e anseios proporcionados pela doença.

A dimensão afetiva, quando se encontra com a biológica, também gera uma nova forma de experimentar o tempo. Uma gestante, na espera do nascimento de seu filho, aceita sua angustia por compreender que existe um ali um trabalho da natureza. Para uma pessoa na fila de um banco, a espera ganha significados totalmente diferentes. Assim, pode-se afirmar que há infinitas dimensões do tempo vivido que podem ser experienciadas seu cotidiano, e que produzirá significados subjetivos.

Por outro lado, há o tempo objetivo, aquele marcado pelo tempo da consciência, o tempo narrado. Aqui abrange-se todas as exigências atuais do mundo contemporâneo. São as regras, os valores, as crenças impostas pela dimensão cultural, tais como o tempo certo para o ingresso na vida escolar; o momento certo para casar-se e ter filhos. O tempo certo para se obter sucesso profissional e adquirir bens.

Quanto tempo deve durar uma sessão psicoterapêutica? Quanto tempo é necessário para aprovar um novo medicamento. Por certo, a ciência também define seus critérios de temporalidade, criando objetividade para a medida do tempo que acaba por se confundir com o tempo da natureza.

Embora discutido, aqui, em momentos distintos, o tempo subjetivo e o tempo objetivo não podem ser cindidos no nosso cotidiano, contudo, é de maior frequência encontrar pessoas se apropriando mais do tempo narrado, do que do tempo vivido, fragmentando a consciência da experiência. Assim, deparamo-nos com o ponto primordial da nossa reflexão: os sofrimentos proporcionados por tal fenômeno.

A segunda metade do século XX assistiu uma produção cultural sem precedente, que foi o desenvolvimento das novas tecnologias da informação que acabaram por acelerar o tempo. Se por um lado estas novas tecnologias buscaram facilitar as atividades rotineiras e aproximar as pessoas, constituíram-se, por outro, um novo tempo da experiência. Sobre isso comenta Prado Ribeiro:

*A velocidade preconizou, ainda, novas formas de relações culturais ao sugerir uma percepção do mundo que passou a exigir novas habilidades sensoriais, o que implicou em diferentes formas de se relacionar com os variados espaços instituídos, modificou, literalmente, a ideia de tempo e espaço (Prado Ribeiro, 2001, p.92)*

A aceleração do tempo posta por estas tecnologias parece ter reduzido o tempo de espera, seja para uma busca de informação, uma operação bancária ou a troca de mensagens entre amigos, por exemplo. Gera-se, por sua vez, um imediatismo na busca de soluções para as tarefas cotidianas e para a manutenção das relações sociais. Aqueles que não estão prontos e preparados, ou sem disposições para interagir, resolver ou produzir no menor tempo possível, acaba-se por ser problematizado.

A aceleração do tempo, ao colocar em tensão o tempo da experiência e o tempo da consciência, acaba por gerar sofrimentos psíquicos de diferentes intensidades. Os valores, as crenças, as ideologias, os ditos da ciência, dentre outros, passam a exigir das pessoas uma pronta resposta para as suas proposições. O tempo virtual coloca-nos frente a diferentes conflitos, tais como a experiência de proximidade/distanciamento; sensorial/racional; ação/estagnação; exposição/ocultação, dentre outros; colocando-nos,

em todos os lugares e em lugar nenhum, ao mesmo tempo, que pode ser experimentado como ansiedade, angústia, solidão e narrados como sensação de fracasso.

### **Considerações Finais**

Tempo e Narrativa, de Paul Ricoeur tem sido objeto de estudos em diferentes áreas do conhecimento, tais como a filosofia, a história, a literatura e a psicologia. Nosso intento nesse texto foi o de traçar um pequeno recorte da obra, para orientar nossas reflexões acerca do tempo vivido, mas sem a costumeira fragmentação com o tempo narrado, que é a força de nossas expressões no mundo e que garante a dialogicidade de nossa constituição como pessoas.

A contradição entre fragmentar uma obra para evitar a fragmentação na compreensão do indivíduo pode ser superada pelo empreendimento de termos em abordar um tema de alta complexidade em pouco tempo ou em poucas páginas. Enquanto uma narrativa, esperamos que nossa exposição desperte o interesse dos leitores na busca de uma melhor compreensão sobre a vivência do tempo em nosso cotidiano. O sofrimento; a busca de compreensão, de apoio ou de soluções que são narradas no *setting* terapêutico demonstram uma tentativa de conciliação entre a tensão posta pelo tempo da experiência e o tempo da consciência, para além da trama, releva um conflito da pessoa consigo mesma e, ao mesmo tempo, dela com a cultura.

### **Referências Bibliográfica**

AGOSTINHO (397/2008). CONFISSÕES. PORTUGAL. COVILHÃ: LUSOSOFIA:PRESS.

BARROS, JOSÉ D' ASSUNÇÃO (2012). TEMPO E NARRATIVA EM PAUL RICOEUR: CONSIDERAÇÕES SOBRE O CÍRCULO HERMENÊUTICO. IN FÊNIX – REVISTA DE HISTÓRIA E ESTUDOS CULTURAIS JANEIRO/ FEVEREIRO/ MARÇO/ ABRIL DE 2012 VOL. 9 ANO IX Nº 1

BOSI, ALFREDO (1992). O TEMPO E OS TEMPOS. IN TEMPO E HISTÓRIA. SÃO PAULO CIA. DAS LETRAS,

FARIA, NILTON JÚLIO (1996). A TRAGÉDIA DA CONSCIÊNCIA: ÉTICA PSICOLOGIA E IDENTIDADE HUMANA. PIRACICABA: UNIMEP.

MINKOWSKI. EUGENE (1933/2011). TEMPO VIVIDO. IN REVISTA DA ABORDAGEM GESTÁLTICA.

PRADO RIBEIRO, R. DONATO (2001). CULTURA HISTÓRICA E AS NOVAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO. TESE DE DOUTORAMENTO APRESENTADO JUNTO AO PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO.

RICOEUR, PAUL (1983/1994). TEMPO E NARRATIVA. CAMPINAS-SP: PAPIRUS.

SUASSUNA, VIRGINIA E. & MEDEIROS, MARCELO (2009). O TEMPO VIVIDO NA PERSPECTIVA FENOMENOLÓGICA DE EUGÈNE MINKOWSKI. IN REVISTA DA ABORDAGEM GESTÁLTICA.

# A CLÍNICA EM TEMPOS DE INTOLERÂNCIA

---

Márcio Melo Guimarães de Souza

Titulação: Mestre em Psicologia Escolar pela PUC-Campinas

Instituição em que atua: UNIP-Campinas

Endereço eletrônico: contato@marciosouzacoaching.com.br

## **RESUMO:**

Heidegger nos alerta para os perigos da era da técnica, dentre eles a ocultação das essências dos fenômenos, a prevalência do método sobre o pensamento e o afastamento entre Dasein e Ser. Ironicamente, o autor alemão parecia prever o que Bauman batizaria como modernidade líquida, caracterizada pela liquefação das instituições, pela ausência de referenciais identitários sólidos e, conseqüentemente, pela escassez de garantias. A salvaguarda prometida pela era da técnica e seu pensamento normatizante apaziguam o sentimento de angústia e de desamparo diante de um mundo que se reconfigura a todo tempo. Contudo, Arendt nos ajuda a compreender que a contrapartida da segurança oferecia pelo pensamento técnico, que oprime o pensamento reflexivo, aparece como a intolerância e o poder que se dissolvem nas relações sociais, fazendo com que o mal deixe de ser representado por grandes ícones e passe a, desprevenidamente, ser produzido e mantido em nossa vida cotidiana. Infelizmente, o cenário sombrio descrito pelos autores citados pode ser facilmente observado no atual contexto sociopolítico brasileiro. Basta uma rápida passada de olhos nas redes sociais, nos noticiários ou nas ruas para que sejamos expostos a inúmeros exemplos de violência e intolerância. Diante deste contexto, fica o questionamento de como estas questões atravessam a clínica e quais são as possíveis contribuições da psicologia.

PALAVRAS CHAVE: Intolerância, Fenomenologia-Existencial, Clínica psicológica, Modernidade, papel do psicólogo.

## **INTRODUÇÃO**

Foi com imenso entusiasmo que recebi o convite para compor o ciclo de debates “Psicologia no Cotidiano”, promovido pela Subsede Campinas do Conselho Regional de Psicologia, 6ª Região. O convite veio acompanhado do pedido de que a fala contemplasse a questão da intolerância no contexto da clínica. Com o tema definido, dei-me conta do desafio que seria articular minhas inquietações a respeito do tema com o pensamento fenomenológico que sustenta minha prática, sempre com a preocupação de evitar generalizações ou simplificações que comprometam a compreensão dos fenômenos debatidos. O cuidado de observar e refletir com vagar, era, segundo Heidegger (2009), uma forma de evitar conclusões apressadas que, ao invés de promover a compreensão dos fenômenos observados, causariam a falsa impressão de os termos compreendido.

Ainda inspirado nos cuidados sugeridos por Heidegger para que o pensamento não produza falsas compreensões, procurei dar um “passo atrás” como forma de possibilitar uma melhor observação da questão. Neste sentido, ao se compreender a intolerância como um fenômeno social, devemos pensar como ela se configura ao longo da história.

## **DE ONDE VEM TANTA INTOLERÂNCIA?**

Morin (2002) descreve como arcaicas aquelas sociedades cuja organização não se dá por meio de instituições, mas a partir da própria relação entre os membros da comunidade. Nestas sociedades arcaicas, a regulação da vida do grupo se dá de modo orgânico e pautado na interdependência entre seus membros, que não se sentiam capazes de romper com as normas estabelecidas. Autorregulação era o tom da convivência, sem a necessidade de qualquer tipo de instituição responsável pela regulação da vida em comunidade. Nas palavras do autor: "*A cultura é, no seu princípio, a fonte geradora/regeneradora da complexidade das sociedades humanas. Integra os indivíduos na complexidade social e condiciona o desenvolvimento da complexidade individual.*" (p.166).

Mas como podemos observar, a sociedade em que vivemos hoje está muito distante da dinâmica da sociedade arcaica descrita por Morin (2002). Com o aumento do número de membros de uma comunidade, os valores mantidos pela tradição deixam de ser suficientes para a manutenção da sobrevivência do grupo que passa, então, a traduzir seus códigos de conduta aceitos em torno de leis que terão o papel de garantir a manutenção da tradição. A partir deste ponto, uma sociedade não é mais considerada como arcaica, pois passa a construir uma rede complexa de instâncias reguladoras que serão responsáveis por determinar, dentre outras coisas, as identidades possíveis dentro daquele grupo social.

Se Morin descreveu as formas iniciais de organização social, Bauman (2001) analisa os desdobramentos das relações sociais contemporâneas nos delineamentos identitários. O autor afirma que as instituições sociais deixaram de ocupar o lugar de bastiões da sociedade, não sendo mais capazes de proporcionar identidades seguras, como faziam antes. Como consequência, Estado, família, religião e educação deixaram de fornecer critérios de normalidade, de aceitação ou de rejeição dos membros da sociedade. No lugar de referenciais fixos fornecidos por instituições sólidas, as identidades são construídas a partir de uma miríade de possibilidades disponíveis nas relações sociais. Hoje "*eles são muitos, chocando-se entre si e contradizendo-se em seus comandos conflitantes, de tal forma que todos e cada um foram desprovidos de boa parte de seus poderes de coercitivamente compelir e restringir*" (p.14).

Junto com os referenciais institucionais sólidos, as garantias também deixam de existir. Se antes, aderir a um padrão identitário socialmente validado seria garantia da aceitação do grupo, hoje

o cenário é bem mais complexo. Como estes padrões estão pulverizados, é possível, e até certo ponto esperado, que um indivíduo componha sua identidade a partir de fragmentos restantes dos padrões anteriormente existentes. O elemento contraditório desta modernidade é que, ainda sim, continua sendo esperado que o indivíduo assuma uma identidade que está sempre vulnerável e aberta ao julgamento, pela impossibilidade de validação por uma instituição que forneça referenciais sólidos.

O próprio Bauman (2008) descreve como esta desvinculação das identidades de uma noção de vida em comunidade faz com que as relações entre os homens passe a ser regulada pelos moldes das relações de consumo. Não é mais esperado que as relações durem, pois da mesma forma que o prazer do consumo não se concentra mais no objeto consumido, mas no ato de consumir, as relações deixam de ser vistas por seu caráter duradouro e passam a ser, elas mesmas, objetos de consumo que podem ser descartados a qualquer momento.

Esta transformação descrita por Bauman parece ter sido profetizada por Heidegger (2012) que alertou para o perigo de se abandonar o pensamento que se preocupa com a essência em nome do pensamento científico-natural que normatiza e universaliza os fenômenos sobre os quais se debruça. O pensamento científico não representa um problema em si, mas quando aplicado à compreensão da existência, promove o esquecimento do pensamento filosófico e a supremacia do método. Uma das consequências desta aplicação é um esquecimento das essências dos fenômenos da existência, que deixam de ser objeto do pensamento e passam a ser submetidas à mesma normatização e generalização das ciências naturais.

Como resultado, perdemos o contato com nosso caráter temporal e indeterminado, procuramos segurança nas garantias oferecidas pela técnica e passamos a nos ver como possuidores da mesma natureza dos demais habitantes do mundo. Passamos a compreender nós mesmos e aos outros como objetos pertencentes ao mundo e desprovidos de uma essência. Abre-se portanto o campo para relações utilitárias e superficiais.

Embora muito do que chamamos de intolerância possa ser compreendido pelo sentimento de inospitalidade resultante das configurações sociais atuais, ainda faltam elementos para compreender o fenômeno de forma mais precisa. Afinal, nas manifestações atuais da intolerância, estas tentativas de retomada das instituições que foram dissolvidas com a modernidade estão aliadas a uma tentativa de reordenamento do poder de classes sociais que se sentem ameaçadas.

Nas palavras de Arendt (1995):

*"O mundo se torna desumano, inóspito às necessidades humanas - que são as necessidades dos mortais - quando ele está violentamente engendrado em um movimento no qual não há mais nenhum tipo de permanência. Por isso, desde o grande fracasso da Revolução*

*Francesa, as pessoas repetidamente reerguem os antigos pilares que foram derrubados"*  
(p.195)

Na tentativa de reerguer os antigos pilares, o que vemos são as sombras destas instituições, defendidas por indivíduos que irrefletidamente consentem o uso do poder como forma de garantir a segurança que tanto necessitam. O poder, portanto, surge de uma relação de consentimento entre os indivíduos que, enquanto grupo, consentem o uso da violência por parte das instituições que o representam como forma de assegurar o ordenamento social que tanto anseiam. Neste contexto, "*a forma extrema de poder, é o Todos contra um e a forma extrema da violência é o um contra todos*". (ARENDDT, 2001:35)

Contudo, o mal já não é mais exclusividade das instituições, estando ele diluído na vida social e praticado por indivíduos que se recusam a exercer o pensamento crítico que, segundo Arendt (2006), nos caracteriza como humanos. Privados desta capacidade, nós, cidadãos comuns, tornamo-nos agentes do mal que já não necessita de corações perversos ou desejos demoníacos para ser perpetrado. Nestas condições, perdemos a capacidade de fazer julgamentos morais e possibilitamos a violência em larga escala.

A este respeito, Boss (1981) elege a culpa como um dos sentimentos mais básicos da vida humana. Destaca que a incapacidade de senti-la prejudica severamente as relações entre os homens por fazer com que o outro seja visto, não mais como humano, mas como mero objeto. Desta forma, se estabelece uma relação destrutiva entre os homens que, pela ausência da culpa, passam a sentir-se capazes das maiores atrocidades contra os demais.

Neste contexto, implanta-se um sentimento de terror, que permite às pessoas o sentimento de posse de uma verdade transparente e incontestável, que é um elemento comum entre o fanatismo e a psicopatia. Em ambos os casos, o outro torna-se apenas aquele que valida ou ameaça a verdade estabelecida. Este empobrecimento do diálogo e da compreensão da realidade a partir de uma verdade única que impede a compreensão de outras facetas do mesmo fenômeno, aliado a um olhar que torna o outro um mero objeto, é o elemento central do fascismo (TIBURI, 2015).

### **É INTOLERÂNCIA PARA TODO LADO:**

Este texto foi finalizado na semana após a votação da admissibilidade do processo de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff na câmara dos deputados. Como todos sabem, esta votação foi resultado de um processo de disputa de poder que se iniciou nas eleições presidenciais de 2012, quando a presidente foi eleita por uma margem muito pequena de votos, já

demonstrando uma cisão política no país<sup>1</sup>. O período eleitoral foi marcado por manifestações violentas provenientes dos partidários de ambos candidatos a presidente, revelando discursos misóginos, xenofóbicos e racistas.

Infelizmente, estas demonstrações de ódio não são exclusividade da política, mas parecem estar arraigadas em nossa cultura. Em uma busca rápida no Google associando as palavras-chave “violência” e “intolerância” com as palavras-chave “gênero”, “racial”, “religiosa” e “política”, é possível observar a imensidão de notícias que surgem. Basta fazer parte de algum grupo social para ser alvo de algum tipo de estereótipo e preconceito. As notícias versam sobre índios assassinados, adolescentes mortos pela polícia, crianças espancadas pelos pais em função de uma suposta orientação sexual, mulheres espancadas e mutiladas por seus parceiros, estupros, templos religiosos destruídos e incendiados, pessoas atacadas na rua por sua posição partidária, time de futebol, orientação sexual ou religião, revelando que se existe algo realmente democrático no país são a violência e a intolerância.

## **COMO ESTE FENÔMENO SE MANIFESTA NA CLÍNICA?**

A intolerância pode se manifestar no consultório por duas vias, tanto partindo do paciente, quanto do próprio psicólogo.

Deixo aqui dois exemplos de como a intolerância do paciente pode chegar ao consultório. Recentemente recebi um paciente que ao perceber a grande quantidade de objetos vermelhos que mantenho no consultório perguntou-me se eu não era “petista”, emendando que uma pessoa teria que ser idiota para defender tal partido. Outro, antes mesmo de falar sobre o que o levava ao consultório, perguntou-me se eu era cristão, pois ele só poderia confiar em um psicólogo que compartilhasse das mesmas crenças que ele.

Já da parte do psicólogo, os mesmos exemplos citados anteriormente podem ser usados. E se minha posição política for diferente da manifestada pelo paciente? Se a religião do terapeuta for incompatível com a do paciente? Se posturas diante de questões sociais, valores e crenças diferem entre terapeuta e paciente? Situações como estas trazem à tona a possibilidade de conflito entre as crenças de pacientes e terapeutas, o que nos leva à pergunta: “o que fazer em situações assim?”. Antes de respondê-la precisamos pensar no papel do psicólogo.

## **PAPEL DO PSICÓLOGO?**

Vale a pena aqui retomar dois dos Princípios Fundamentais do Código de Ética do Psicólogo:

---

<sup>1</sup> Gostaria de ressaltar que minha tarefa aqui é apenas a de descrever acontecimentos sociais que serão tomados para a análise a que este artigo se propõe. De maneira alguma, tomarei um posicionamento sobre a questão.

*II. O psicólogo trabalhará visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.*

*III. O psicólogo atuará com responsabilidade social, analisando crítica e historicamente a realidade política, econômica, social e cultural. (CFP, 2005:7)*

Os princípios fundamentais acima não deixam dúvida quanto ao papel a ser desempenhado por nossa atuação profissional. Não basta promover a saúde e a qualidade de vida. Para que estes objetivos sejam alcançados, é necessário que nossa atuação também contribua para a eliminação da discriminação, violência, crueldade e opressão.

Torres (2015) faz uma ótima síntese da relação entre os posicionamentos trazidos pelos pacientes e aqueles pertencentes ao terapeuta, afinal, somos constantemente solicitados a tomar uma posição diante daquilo que o mundo nos traz. O conjunto destes posicionamentos direcionam nossas ações e formam um certo olhar para as situações que vivemos. O autor alerta para os perigos do terapeuta ao levar seus próprios posicionamentos para a relação com o paciente, pois ao fazê-lo, leva para a terapia crenças e valores que não fazem parte nem das teorias, nem das técnicas que fundamentam a prática da psicoterapia.

Portanto, apesar de ser inevitável que tenhamos posicionamentos, ao impô-los ao paciente, além de correr o risco de desrespeitá-lo em seus próprios valores e de não conseguir escutar os sentidos que partem dele, o psicólogo desrespeita os princípios fundamentais, contidos no Código de Ética Profissional do Psicólogo, que deveriam guiar a sua prática.

## **E A CLÍNICA?**

Já em sua origem a Psicologia aparece como uma ciência cindida em duas: aquela que vê nas ciências naturais um modelo para garantir sua cientificidade e aquela que busca a construção de um modelo científico próprio, mais próximo das demais ciências humanas como a filosofia, a sociologia e a antropologia. Em nome da busca por critérios objetivos para o estudo da psicologia, adotou-se na psicologia o modelo de neutralidade das ciências naturais, sob a pressuposição de que o observador científico é um elemento que não deve interferir no fenômeno observado.

O problema é que o objeto de estudo da psicologia é o próprio homem, mais especificamente, sua subjetividade e como ela se relaciona com o mundo e com outras subjetividades. Isso significa que nunca somos neutros ao observar outros seres humanos, pois nos colocamos em um jogo intersubjetivo no qual, necessariamente, o observador está mais para um interlocutor que para um elemento neutro. Nesta perspectiva, a neutralidade científica representa

mais um desejo daqueles que veem na psicologia uma extensão das ciências naturais do que algo realmente viável.

Do ponto de vista da fenomenologia, propõe-se uma “suspensão dos juízos” que, embora nunca seja completa, permite um afastamento temporário de nossos juízos, valores e crenças a fim de se promover uma postura inocente diante do fenômeno psicológico. Com esta postura, torna-se possível a abertura para compreender a vivência do paciente em sua essência, a partir dele mesmo.

De volta à questão dos posicionamentos, embora o psicólogo deva estar sempre consciente de seus posicionamentos éticos, políticos, religiosos, etc, esta consciência não deve servir para impor seus posicionamentos ao paciente ou para debater suas opiniões com o ele. Ao invés disso, deve auxiliá-lo a debruçar-se sobre elas a fim de compreendê-las diante de sua própria história, tornando-se mais consciente delas e revelando os sentidos que elas trazem para sua existência.

## CONCLUSÃO

A postura de buscar “suspender os juízos” e buscar a maior aproximação possível dos sentidos trazidos pelo paciente não é algo que seja possível de ser praticado pontualmente, pois é impossível de ser praticada apenas em momentos escolhidos pelo profissional. Esta postura deve ser vivida como um ethos, a fim de permitir também um constante exercício de reflexão sobre nossa prática. Sem este exercício fundamental é impossível promover a eliminação da discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão prevista no Código de Ética.

Contudo, a reflexão crítica sobre nossa prática não é apenas uma forma de obedecer aos requisitos éticos da prática profissional, mas é também uma condição para evitar que o exercício profissional recaia nas armadilhas ideológicas descritas por Hannah Arendt, ao tratar o paciente como um objeto que precisa ser adequado a uma determinada forma de pensar. Isso seria, usando um termo da autora, usar a psicologia como agente da banalização do mal.

O papel do psicólogo deve ser o de buscar “*a desalienação das pessoas e grupos, que as ajude a chegar a um saber crítico sobre si próprias e sobre sua realidade*” (MARTIN-BARÓ, 1997:17). Tendo o desenvolvimento da consciência como horizonte, nossa prática poderá contribuir para que as pessoas desenvolvam formas de relacionamento que permitam a compreensão e o respeito com as mais diferentes possibilidades de ser e de entender o mundo.

## REFERÊNCIAS

ARENDRT, H. **Men in Dark Times**. New York: Harvest Book, 1995. Edição Kindle.

\_\_\_\_\_. **Poder e Violência**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

\_\_\_\_\_. **Eichmann in Jerusalem**. Londres: Penguin Books, 2006.

BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

\_\_\_\_\_. **Vida para o Consumo; a transformação das pessoas em mercadoria.** Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BOSS, M. **Angústia, Culpa e Libertação.** São Paulo: Duas Cidades, 1981.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de Ética Profissional do Psicólogo.** Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2005.

HEIDEGGER, M. **Seminários de Zollikon.** Petrópolis: Vozes, 2009.

\_\_\_\_\_. **Ser e Tempo.** Petrópolis: Vozes, 2012.

MARTIN-BARO, Ignácio. O papel do Psicólogo. **Estud. psicol. (Natal)**, Natal , v. 2, n. 1, p. 7-27, Junho, 1997 .

MORIN, E. **O Método 5: a humanidade da humanidade.** Porto Alegre: Sulina, 2002.

TIBURI, M. **Como conversar com um fascista.** Rio de Janeiro: Record, 2015. Edição Kindle.

TORRES, A. R. R. Posicionamentos, Opiniões e Ideologia: Tabus na Clínica Psicológica. em: SALES, G. T. **Clínica de psicologia para recém formados: a experiência inicial sob os cuidados de abordagens maduras.** Campinas: Ed. do Autor, 2015. Edição Kindle.

**PSICOTERAPIA COMO CLÍNICA PSICOLÓGICA:  
UM CAMPO EM PERMANENTE CONSTRUÇÃO**  
**Luiz Eduardo V. Berni**

## **Introdução**

Quando falamos em Clínica Psicológica é bastante comum que se estabeleça uma relação direta com a Psicoterapia, tanto que, no Caderno de Deliberações do VIII CNP essa associação é explícita:

“2.19 - *Psicologias clínica/psicoterapia*

Ampliar a discussão sobre teoria e prática em Psicologia Clínica, considerando as epistemologias não hegemônicas e as práticas emergentes. Retomar as discussões do Ano da Psicoterapia (2009) e expandir o diálogo com a categoria.” (BRASIL, 2013, pág. 39)

Assim, é à luz da Psicoterapia que passarei a tecer considerações sobre a construção dessa dimensão da Clínica Psicológica, embora se saiba que esta não se reduza à Psicoterapia.

Nesta apresentação abordarei o tema buscando inicialmente fazer uma leitura comparada de autores procurando por uma definição de psicoterapia; depois a situação brasileira no que diz respeito à regulamentação/normatização, onde igualmente iremos buscar por uma definição. Na sequência fazemos um breve recorte histórico a fim de entendermos o campo das psicoterapias para, por fim, analisar o campo, os profissionais e as competências nele envolvidas, buscando algumas conclusões.

## **1. DEFINIÇÃO**

Definir psicoterapia constitui uma missão carregada de muitos desafios, que transitam de suas características essenciais à sua função.

No Dicionário Michaelis, por exemplo, encontramos um significado referente à sua aplicação no campo médico: “um *tratamento* por métodos psicológicos” por meio de um *conjunto de técnicas* que visam tratar “moléstias mentais por persuasão, sugestão, psicanálise, atividades lúdicas ou de trabalho”. No Dicionário Técnico de Psicologia (CABRAL, NICK, 1982) encontramos um significado referente à “aplicação de técnicas especializadas ao tratamento de distúrbios mentais ou aos problemas de ajustamento cotidiano”. Já no Dicionário de Psicologia Prática (Lima, s.d.) encontramos

que pode ser definida como “o tratamento dos problemas e transtornos psíquicos do indivíduo por meios psicológicos. O tipo de psicoterapia deve variar segundo a natureza dos problemas do enfermo, o diagnóstico, a idade, maturidade, situação familiar e social. Existem três formas gerais psicoterapia individual, coletiva (ou de grupos) e institucional (realizada em casas de saúde, ou outras instituições que costumam ter internos”.

Para Warren (1991) trata-se de “tratamento de transtornos por métodos psicológicos”. No Glossário da obra de Davidoff (2000) encontramos a seguinte definição: “vários *procedimentos* de tratamento psicológicos (em oposição aos biológicos) destinados a ajudar as pessoas perturbadas a resolver seus problemas pessoais”.

Davidoff agrega a esses significados várias definições próprias de diferentes abordagens. Por exemplo, para a Abordagem Centrada na Pessoa, psicoterapia é um *processo* que visa a restauração do autoconceito renovando os processos de crescimento. Para a Abordagem Gestáltica, psicoterapia visa restaurar os processos inerentes de crescimento. Para a Abordagem Psicanalítica, visa a um ajustamento mais construtivo por meio da introvisão dos conflitos inconscientes.

Nye (2002) também apresenta algumas definições fundamentadas nas diversas abordagens. Por exemplo, para a Abordagem Cognitiva a psicoterapia possibilita “mudar os processos de pensamento irracional”; enquanto para a Abordagem Comportamental a “análise do comportamento” tem por foco “no achar e manipular as condições que produzem e mantêm um comportamento problemático e alterá-las.”

TABELA 1. DEFINIÇÕES DE PSICOTERAPIA “A”

FONTE	CARACTERÍSTICA	FUNÇÃO
DICIONÁRIOS		
Michaelis	Conjunto de técnicas/métodos	Tratamento (moléstias)
Cabral e Nick	Técnicas Especializadas	Tratamento (distúrbios mentais e ajustamento)
Warren	Métodos Psicológicos	Tratamento de transtornos
Lima	Meios psicológicos	Tratamento de transtornos
DAVIDOFF	Procedimentos	ajudar as pessoas perturbadas a resolver seus problemas pessoais
“Gestalt”	Processo	Restaurar capacidades inerentes ao crescimento
“Psicanálise”	Analisar sonhos, associações livres,	Explorar a vida mental – possibilitar introvisão de conflitos
“ACP”	Relacionamento entre terapeuta e cliente	Restaurar o autoconceito e renovar o processo de crescimento
NYE		
“Cognitiva”		Mudar os processos de pensamento irracional
“Comportamental”		Achar e manipular as condições que produzem e mantém um comportamento problemático e alterá-las

## 2. REGULAMENTAÇÃO/NORMATIZAÇÃO

Quando o Estado regulamenta uma profissão, reconhece a relevância daquele saber veiculado para o bem-estar social, esse é o caso da Psicologia e da Medicina.

A Psicoterapia é considerada uma *Área Clássica da Psicologia*, um domínio consolidado de atuação profissional, sendo parte integrante da identidade do psicólogo, pertencendo igualmente ao imaginário popular. Ninguém discorda disso, todavia essa explicitação não consta do rol das funções privativas do psicólogo, conforme a Lei 4.119, de 1962, constando apenas como *competência adicional* da formação, nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para o Curso de Formação em Psicologia, em 2004, reafirmado em 2011, com a revisão do documento. Como *prática psicológica* sua normatização se dá somente em 2000, pela Resolução CFP 10/2000, por se constituir

“técnica e conceitualmente, um *processo científico* de compreensão, análise e intervenção que se realiza através da aplicação sistematizada e controlada de métodos e técnicas psicológicas reconhecidas pela ciência, pela prática e pela ética profissional.” (BRASIL, 2000)

No Catálogo Brasileiro de Ocupações (CBO), do Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE), encontra-se a seguinte definição para psicoterapeuta:

“Estudam, pesquisam e avaliam o desenvolvimento emocional e os processos mentais e sociais de indivíduos, grupos e instituições, com a finalidade de análise, tratamento, orientação e educação; diagnosticam e avaliam distúrbios emocionais e mentais e de adaptação social, elucidando conflitos e questões e acompanhando o(s) paciente(s) durante o processo de tratamento ou cura; investigam os fatores inconscientes do comportamento individual e grupal, tornando-os conscientes; desenvolvem pesquisas experimentais, teóricas e clínicas e coordenam equipes e atividades de área e afins.” (CBO.2.4.4, BRASIL, MTE)

Enquanto os Psicólogos Clínicos são “Psicoterapeutas, Psicólogos da Saúde, Terapeuta”. (BRASIL, s.d.).

Em âmbito geral, a Resolução Normativa 167/2007 da ANS (Agência Nacional de Saúde), que apresenta regulamentação para a Lei 9.656/98, em seu Artigo 14, alínea IV, reconhece que tanto o médico, quando devidamente habilitado, quanto o psicólogo podem atuar como psicoterapeutas.

Para os médicos a Psicoterapia é autorizada pela Resolução CFM 1634/2002 como “área da psiquiatria”.

**TABELA 2. DEFINIÇÕES DE PSICOTERAPIA “B”**

<b>FONTE</b>	<b>CARACTERÍSTICA</b>	<b>FUNÇÃO</b>
DCN	Competência Adicional	
Resolução CFP 10/2000	Processo científico técnico-conceitual; Métodos e Técnicas psicológicas reconhecidas pela ciência, ética e profissão.	Compreender, analisar e intervir
CBO	Processo de tratamento ou cura	a) Estudar, pesquisar e avaliar o desenvolvimento emocional, processos mentais e sociais de indivíduos, grupos e instituições; b) Investigar fatores inconscientes, tornando-os conscientes; c) Pesquisar experimental, teórica e clinicamente.
Resolução CFM 1634/2002	Área da Psiquiatria	

### 3. HISTÓRICO

Primeiramente é preciso compreender que “o campo das psicoterapias aponta para um conjunto complexo de modos de compreensão e de atuação, para um campo onde coexistem elementos das mais diversas áreas do saber e, para um repertório que transcende profissões. (HOLANDA, 2015, pág. 7)”, portanto campo amplo do fazer profissional.

Martins e Zanello (2012) afirmam a psicoterapia tem um caminho próprio e vem de tempos imemoriais “a psicoterapia (terapia do espírito) se liga na citação e Avicena à ideia de que a palavra tem efeito terapêutico. (MARTINS e ZANELLO, 2012, pág. 158)”. Trata-se, pois, de um campo compartilhado com outras profissões, regulamentadas ou não, herdando elementos que reportam a outros saberes.

“As psicoterapias possuem um caráter sapiencial que as aproxima dos antigos exercícios espirituais e sua riqueza consiste não só em resistir ao avanço da administração da vida, mas em preservar o lugar antes ocupado pela sabedoria antiga.” (DRAWIN, 2009, pág.29)

Roudinesco (2005) ao analisar a regulamentação do campo na França, desde o “confisco do Estado à Religião, pela gestão da Saúde Pública”, contextualiza a disputa que se dá entre as profissões cientificamente embasadas e outras cujos saberes repousam

em outros tipos de racionalidade<sup>1</sup>, que não a científica. Evidentemente nessa disputa a racionalidade científica é tomada como sendo superior às demais sem, entretanto, conseguir dominá-las.

“Durante dois séculos, todas as políticas ditas de saúde pública permitiram à medicina científica afirmar sua superioridade sobre todas as outras terapêuticas – mágicas, culturais, esotéricas – sem nunca conseguir erradicá-las.” (ROUDINESCO, 2005, I, pág.47).

Neste sentido a autora, aponta ainda que a OMS inclui em sua lista de “medicinas paralelas diversos métodos clássicos de psicoterapia individual e grupal (hipnose, gellat-terapia, psicodrama).” (ROUDINESCO, 2005, II, pág.3)

“desde a criação, em 1872, do termo psicoterapia pelo médico inglês Daniel Hack Tuke, e depois sua popularização na França por Hyppolyte Bernheim, esse método de tratamento das doenças ditas psíquicas teve grande expansão no mundo ocidental, mais particularmente nos Estados Unidos, a ponto de agora ser impossível defini-la como uma disciplina singular provida de fundamento sistematizado. Mais que recorrer ao termo psicoterapia, portanto, hoje é preferível falar das psicoterapias.” (ROUDINESCO, 2005, II, pág. 1)

Neste histórico parece interessante afirmarmos que

“a psicologia não surgiu como um campo de aplicação de saberes, mas como prática de produção de saberes, de acordo com um método específico, o método científico de base experimental. A psicologia profissional (onde se situa a psicoterapia), que não deve ser confundida com as ideias psicológicas do século XIX, não se originou da psicologia europeia, mas deste esforço, em território estadunidense, de isolar e compreender cientificamente o psicológico como um campo próprio, separado da biologia, da filosofia e da medicina.” (NICARETA, 2012, pág. 106 – parênteses nossos).

#### **4. O CAMPO, OS PROFISSIONAIS E AS COMPETÊNCIAS**

Assim, creio que seja possível falar de um movimento, um esforço acadêmico para emancipação do campo com a prevalência do enfoque acadêmico. Neste sentido foi grande a importância de Freud que

---

<sup>1</sup> A autora introduz a noção de charlatão como aquele que realiza uma prática “não oficial”, marginal àquela instituída.

“trabalhou a diferença de abordagem e ensinou que um método de tratamento pressupõe uma teoria que o sustente, que o procedimentos estejam em consonância com essa teoria e afirmou a necessidade treinamento para quem aplica o método, que supõe a supervisão. Esse conjunto é chamado de formação”. (CONTE, 2012, pág. 144)

Ao refletir sobre o status epistemológico da Psicologia, Figueiredo (2000) classifica suas principais matrizes em dois ramos as Matrizes Científicas, inspiradas nas “ciências naturais” onde se encaixam abordagens de enfoque quantitativas, mecanicistas e funcionalistas, “em que a especificidade do objeto (a vida subjetiva e a singularidade do indivíduo) tende a ser desconhecida” (pág. 26), e Matrizes Românticas e Pós-Românticas, onde “se reconhece e sublinha a especificidade do objeto – atos e vivências de um sujeito, dotados de valor e significado para ele.” (pág. 27). Portanto, são essas matrizes que a Psicologia científica procura defender como sendo legítima ao campo.

Assim as psicoterapias que habitam esse campo podem ser breves e/ou longas, sendo que os critérios que definem sua temporalidade (duração/frequência) igualmente variaram.

Há, também, dificuldade em se definir a diferença entre os tipos de terapia que povoam esse campo a Psicoterapia, o Aconselhamento, a Orientação Psicológica e a novidade do momento, o *Coaching*. Não restando dúvida, todavia, que todos sejam processos terapêuticos.

Para a Psicologia a Psicoterapia é fundamentalmente um campo. Como se viu trata-se de um campo compartilhado, portanto é bastante comum serem confundidos como semelhantes os profissionais que habitam esse lugar do fazer profissional: o terapeuta, o psicoterapeuta, o psicanalista, o psiquiatra, o psicólogo. Ou seja, profissionais com formação acadêmica, como o psicólogo e o médico, com outros com formações “culturais e/ou religiosas” (ROUDINESCO, 2005, II, pág. 16)

Os psicólogos-psicoterapeutas sentem-se muito frustrados com essa situação, muitas vezes percebida só após a graduação, e, não raro, clamam pela exclusividade do campo culpabilizando o Sistema Conselhos de Psicologia por essa situação de indefinição, pois não se sentem corporativamente defendidos por seu órgão de classe. Para avaliarmos a importância dessas dimensões analisemos o seguinte caso: Recentemente o campo foi atacado por uma empresa de Táxi que, em infeliz publicidade afirmou: “*O Psicólogo está caro? Converse com um taxista*”. Isso gerou uma onda de protestos de psicólogos para o CRPSP exigindo um posicionamento da

entidade, que, felizmente, rapidamente se posicionou via *Facebook* por meio de Nota, destacando inicialmente que “a publicidade em questão fazia chacota, centrando no custo, que existe em qualquer ação profissional, inclusive na de taxista, uma das ferramentas mais relevantes da Psicologia – a Escuta Qualificada – colocando-a no mesmo nível de uma conversa de botequim<sup>2</sup>. Essa manifestação do conselho gerou em questão de minutos mais de um milhão de curtidas na página do Facebook, tendo um alcance de cerca de 36.000 pessoas num brevíssimo período de tempo, muito maior do que a maioria das publicações da página.

A qualificação de uma escuta pode ocorrer em diferentes situações e contextos, e se dá sob diferentes óticas. A escuta religiosa, por exemplo, se dá à luz da doutrina da fé. A escuta fraternal (maternal ou paternal) e dá à luz do afeto, da simpatia. Já escuta profissional se dá à luz da empatia, a partir de um olhar em que está implícita uma concepção teórica.

“Quando o cliente está vivenciando a segurança e o calor da relação terapêutica, quando sente que está sendo estimado e empaticamente entendido pelo terapeuta, então existem as condições para que os momentos cruciais da terapia ocorram.” (ROGERS, C.R., 1987, pág.18)

“Fazer psicoterapia é trabalhar com intimidades. E ser terapeuta é busca em si o desprendimento para se fazer testemunha solitária do que de mais íntimo as pessoas trazem consigo. E desta forma catalisar o encontro e a autenticação do si mesmo que existe em cada ser. Autenticidade existente e constituída em ser si mesmo. E no entanto dependente da alteridade. Porque social. Porque revelado a si mesmo pelo testemunho solidário. (BARROS, PORCHAT, 2006, pág. 10)

“Um chega com palavras que demandam um desejo de ser compreendido em sua dor, o outro escuta as palavras por ver nestas as vias de acesso ao desconhecido que habita o paciente.” (MACEDO, FALCÃO, 2005, pág. 65)

Todavia, como a escuta é algo compartilhado – não exclusivo – do campo da psicoterapia acadêmica, embora o nível de qualificação, como se apontou, seja muito distinto, leva os psicoterapeutas-psicólogos a questionarem seu próprio saber, ou mesmo, como foi o caso da 99Taxis, desqualificar a escuta psicológica ao compará-la com a escuta de um leigo (charlatão).

---

<sup>2</sup> Esse foi o conteúdo de um trecho da primeira nota publicada, a nota foi posteriormente aprimorada com citações específicas da legislação etc. O autor foi o redator da primeira nota.

Mas, a *Escuta Clínica*<sup>3</sup> talvez seja o cerne, a competência central, das matrizes epistêmicas que fundamentam abordagens, ou linhas teóricas, que, por sua vez, habitam esse campo de atuação profissional, no que concerne à Psicologia.

Mesmo em abordagens mais centradas em práticas corporais, por exemplo, a Escuta Clínica é fundamental, sem a qual o terapeuta não sabe que recurso utilizar para ajudar o paciente.

Evidentemente tais recursos e a própria forma de escuta irão variar a partir de um enfoque epistêmico (matriz), que o contém, de forma implícita ou explícita, uma visão de Ser Humano, que, por sua vez, irá impactar na estrutura teórico-metodológica da abordagem.

Essa complexidade (confusão) do campo, talvez imponha o silêncio (isolamento/alienação?) em que vive a categoria que, não se expondo, não expõe a fragilidade da dúvida. (Neubem, 2012, pág. 15)

Figueiredo (1996) afirma que a identidade clínica do psicólogo se fundamenta em modos de subjetivação impostos à sociedade contemporânea, que remontam ao século XIX, segundo os eixos liberal, romântico e disciplinar. Neste sentido, o que define o lugar clínico do psicólogo é a sua ética, comprometida com a *escuta* daquilo que está interdito e com a sustentação que se possa oferecer para a lida com as tensões e conflitos.

## CONCLUSÃO

Analisando esse conjunto de demarcações pode-se observar que as diferentes definições sugerem que a Psicoterapia é um “Tratamento para correção, restauração ou ajustamento ou desenvolvimento”. Elementos que “reparam” algo que foi perdido – a Saúde - ou levam a pessoa, grupo ou instituição ao crescimento. Sua principal competência, entendendo-se por competência a capacidade de mobilizar conteúdos, habilidades e atitudes é a escuta. Enquanto campo, é compartilhado historicamente por diferentes saberes e atores. Do ponto de vista acadêmica, a Psicologia procura compreender esse campo sob grande influência da abordagem freudiana, portanto buscaram-se as teorias, metodologias e procedimentos que são ensinados aos

---

<sup>3</sup> Termo cunhado por Freud

psicoterapeutas que, por sua vez devem trabalhar a si mesmos, estudar e submeter-se a supervisão que possam qualificar suas práticas.

## REFERÊNCIAS

- BARROS, P. PORCHAT, I. Ser Terapeuta: Depoimentos. 5ª ed. SP: Summus, 2006.
- BRASIL, Conselho Federal de Psicologia (CFP) – *VII Congresso Nacional da Psicologia, Caderno de Deliberações*. Brasília: CFP, 2013. Disponível em <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/08/MinutaCadernodelibera%C3%A7oes14.08.pdf> acessado em 13/07/2013.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação – Diretrizes Curriculares Nacionais para Cursos de Graduação em Psicologia. Brasília: MEC, 2004. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES1314.pdf> acessada em 13/07/2015.
- \_\_\_\_\_. Conselho Federal de Medicina – Resolução 1634/2002. Brasília: CFM, 2002. Disponível em [http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/CFM/2002/1634\\_2002.htm](http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/CFM/2002/1634_2002.htm) acessado em 13/07/2015.
- \_\_\_\_\_. Conselho Federal de Psicologia – Resolução 10 de 20/12/2000. Brasília: CFP, 2000.
- \_\_\_\_\_. Palácio do Planalto - Lei 4.119 “Dispõe sobre os cursos de formação de psicólogo e regulamenta a profissão de psicólogo” Brasília: Planalto, 1962. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/L4119.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4119.htm) acessado em 13/07/1962.
- \_\_\_\_\_. Ministério do Trabalho e Emprego – Classificação Brasileira de Ocupações, Brasília: MTE, s.d. Disponível em [http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2008/08/atr\\_prof\\_psicologo\\_cbo.pdf](http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2008/08/atr_prof_psicologo_cbo.pdf) Acessado em 13/07/2015.
- DAVIDOFF, L. *Introdução à Psicologia*, 3ª ed. São Paulo: Makron, 2000.
- DRAWIN, C. R. “Psicoterapias: elementos para uma reflexão filosófica” In CFP, *Ano da Psicoterapia – Textos Geradores*. Brasília: CFP, 2009.
- FIGUEIREDO, L.C. *Matrizes do Pensamento Psicológico*, 8ª, ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Revisitando as Psicologia: Da Epistemologia à Ética das Práticas e Discursos Psicológicos*, 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

CONTE, B.S. “Psicoterapia: O Percurso Histórico nos Desafios por uma Formação sem Regulamentação” In HOLANDA, A.F. (org.) *O Campo das Psicoterapias: Reflexões Atuais*. Curitiba: Juruá, 2012.

HOLANDA, A.F. “Apresentação”. *O Campo das Psicoterapias: Reflexões Atuais*. Curitiba: Juruá, 2012.

LIMA, L.P. (org.) *Dicionário de Psicologia Prática*. Honor, s.d.

NEUBERN, M.S. “Ensaio sobre a Cegueira de Édipo: Sobre Psicoterapia, Política e Conhecimento” In HOLANDA, A.F. *O Campo das Psicoterapias: Reflexões Atuais*. Curitiba: Juruá, 2012.

NICARETA, M.M. “Desnaturalizando o fim social da Psicologia Clínica” In HOLANDA, A.F. *O Campo das Psicoterapias: Reflexões Atuais*. Curitiba: Juruá, 2012.

MACEDO, Mônica Medeiros Kother; FALCAO, Carolina Neumann de Barros. “A escuta na psicanálise e a psicanálise da escuta”. *Psychê*, São Paulo, v. 9, n. 15, jun. 2005. Disponível em

[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-11382005000100006&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-11382005000100006&lng=pt&nrm=iso). acessado em 14/07/ 2015.

MARTINS, F. e ZANELO, V. “Psicoterapias: Varolização e Avaliação” In HOLANDA, A.F. *O Campo das Psicoterapias: Reflexões Atuais*. Curitiba: Juruá, 2012.

CABRAL, A. e NICK, E. *Dicionário Técnico de Psicologia*. SP: Cultrix, 1979.

NYE, Robert D. “*Três Psicologias*”. São Paulo: Pioneira, 2002.

ROGERS, C. R. “A Essência da Psicoterapia: momentos e movimento” IN SANTOS, A.M.; ROGERS, C.; BOWEN, M.C. *Quando fala o Coração: a Essência da Psicoterapia Centra na Pessoa*. P.A.: Artes Médicas, 1987.

ROUDINESCO, E. *O Paciente, o Terapeuta e o Estado*. RJ: J. Zahar, 2005. (ebook).

WARREN, H.C. *Dicionário de Psicologia*. México (DF): Fondo de Cultura Economica, 1991.

## Resumo

O presente trabalho é parte do que foi apresentado no evento: “Psicologia no Cotidiano da Saúde/Saúde Mental” organizado pelo Conselho de Psicologia de São Paulo, sub sede Taubaté, como parte do preparatório para o Congresso Regional de Psicologia de 2016. A partir da noção das tecnologias de cuidado na Saúde Mental, desde a Reforma Sanitária e Psiquiátrica, até desafios muito contemporâneos e atuais. Focando na interação das diferentes profissões do cuidado, mas privilegiando especificidades em torno da atuação do Psicólogo, alguns dos seus possíveis acúmulos e a atenção necessária com algumas das suas contradições. Destacando como transformações significativas na atuação e saberes podem repercutir em outros âmbitos, nos territórios, no imaginário coletivo, na cultura, nas proposições e reivindicações políticas, no entendimento acerca do que significa doença mental ou uso abusivo de drogas. O título deste artigo homenageia o coletivo de luta antimanicomial “Um Passo à Frente” surgido no final de 2015 em Curitiba-PR como resposta a nomeação de Valencius Wurch para pasta de Saúde Mental do Ministério da Saúde do Brasil, visto que este sempre atuou na lógica manicomial superada nas diretrizes da Reforma Psiquiátrica. Além de lutar pela garantia da manutenção das conquistas no cuidado em liberdade, este coletivo, assim como apontamentos do presente artigo, propõem-se a refletir novas possibilidades e recursos para uma autonomia e independência ainda maiores para o sujeito que precise e/ou busque ajuda no âmbito psicossocial.

**Palavras-chave:** Luta antimanicomial; Reforma Psiquiátrica; Redução de Danos; Atuação do Psicólogo.

**TÍTULO DO ARTIGO:** Desafios na atuação da psicologia contemporânea: um passo à frente

**Frederico Nogueira Ronconi.** Especialista em saúde mental pela Universidade Positivo do Paraná, Psicólogo pela Universidade Federal do Paraná, atualmente trabalha como Psicólogo no CAPS AD do Município de Pinhais-PR e é conselheiro do Conselho Estadual de Política Sobre Drogas – PR. ronconi@gmail.com

## Introdução

Em tempos de ataques às conquistas no cuidado em liberdade da Saúde Mental, é salutar lembrar e que a Reforma Psiquiátrica proporcionou avanços na garantia dos Direitos Humanos, na horizontalidade e troca das profissões, no campo científico, na cultura em geral e mormente na

forma com que a sociedade deva conviver – e não mais isolar – pessoas tidas como “doentes mentais” e/ou “toxicômanos”. Muitos dos princípios da ideia de que deva haver uma convivência comum e não um isolamento para “Loucos” ou “Drogados” são justamente o que caracterizam essa Reforma.

Com conceitos originários principalmente da prática Italiana de Franco Basaglia e Franco Rotelli e de um Movimento Antimanicomial muito pungente, esta Reforma no Brasil é disparada com a Reforma Sanitária (AMARANTE, 1996) e a implementação do Sistema Único de Saúde (SUS) em 1988 (BRASIL, 1988). Os elementos da Reforma servem como norte inicial e são apenas um gatilho de tudo o que ocorreu desde então na Saúde Mental e coletiva no Brasil que viveu o acúmulo de várias outras tecnologias do cuidado.

### **Um breve resgate da influência da Reforma Psiquiátrica na atuação das profissões do cuidado.**

Com os princípios de: universalidade; integralidade; igualdade ou equidade o SUS, implantado na nova constituição (BRASIL, 1988), tem como desafio a abrangência da garantia do cuidado e saúde para a totalidade da população, assim como a garantia do resguardo da autonomia da pessoa. Na promoção da autonomia na saúde deve suceder, por princípio, esforços para o acesso à informação, como exemplo de aperfeiçoamento deste princípio ocorre o conceito da “ambiência” (BRASIL, 2009). Surgido da observação de que nas salas de espera de locais como as Unidades Básicas de Saúde poderiam estar repletos de informativos e materiais, como preservativos, este espaço além de físico é social e deve garantir ser acolhedor, facilitar processos de trabalho, promover a inclusão e ser confortável (BRASIL, 2009). Posterior a criação do SUS, mas seguindo cada um dos preceitos deste, a Reforma Psiquiátrica (BRASIL, 2001), consiste na “(...) *criação, ampliação e articulação de pontos de atenção à saúde para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde/SUS*” (Portaria nº 3088/2011). Os equipamentos instalados além de garantirem os princípios do SUS devem se reinventar na particularidade da atenção na Saúde Mental.

Apenas para ilustrar o peso do início do cuidado em liberdade e a efervescência cultural surgida já no primórdio da resistência manicomial da década de noventa, pôde ser vista em Santos o projeto “TamTam” e sua rádio, a TV Pinel (AMARANTE, 1994), ou posteriormente, em 1999, o núcleo pernambucano de luta antimanicomial “Loucos Pela Vida”.

### **As instituições em xeque: negação; desconstrução e reinvenção**

A lógica da ambiência e do acolhimento da saúde básica, transpostas para o cuidado psicossocial, contrasta com modelos manicomiais e revelam uma mudança mais profunda, de não aceitação de enclausuramento de pessoas e subjugação da sua autonomia. Após o aprofundamento da Reforma ocorreu o escancaramento de situações vergonhosas dos grandes manicômios como o de Barbacena em Minas Gerais, que ficou conhecido como o “Holocausto Brasileiro” (ARBEX, 2013). No tocante ao trato com pessoas usuárias de drogas ilícitas, na literatura e no cinema há exemplos como a experiência autobiográfica de Carrano que evidenciou como o modelo manicomial a que foi submetido causou-lhe muito maior mal do que a droga que até então usara (CARRANO, 1990). Aponta-se uma série de elementos, relatos, bibliografias e resgate de experiências terríveis para negar um tempo da lógica manicomial, provocando uma ruptura que ainda segue em marcha. Para além do simples lugar do cuidador e do cuidado, esta ruptura deve provocar uma transformação de concepção sobre o “louco” e o “usuário de drogas”, desmistificando grandes diferenças entre estas pessoas e os “outros”. Na sociedade, de forma dialética, as superações com a luta antimanicomial extrapolam o âmbito do cuidado com uma pessoa ou um grupo, mas reinventam o entendimento de toda uma cultura sobre estes assuntos.

O acúmulo gerado pelos movimentos antimanicomiais levou ao questionamento e negação de instituições totalizantes, ocasionando a necessidade de reformular novas instituições. De fundamental, a concepção de que negar instituições e sua lógica é menos profundo, ou relevante, do que negar a instituição “doença” em si mesma, algo mais significativo e anterior (ROTELLI, 1992). Esta negação da doença não se confunde com uma ignorância – ou pior, o silenciamento - de que algo vai possivelmente mal. Aqui se fala no sentido de não se retirar possibilidades de um indivíduo. Ultrapassar a delimitação de que o doente, coisificado com seu adoecimento, seja: perigoso; uma existência-sofrimento; absoluta (e não em perspectiva). Quando instituições totalizantes e autoritárias assumem esta noção limitadora, naturalmente exige-se um ambiente (e uma arquitetura) dito manicomial. Este ambiente e modo de ser manicomial é “perfeito” para a doença loucura, e muitas vezes, só com a violência e o isolamento para se lidar com este tipo de quadro. (ROTELLI, 1992). *“Qualquer vocação terapêutica colocada no território, com a presença do hospital psiquiátrico, continuaria a reproduzir este tipo de lógica [isolamento social]. Foi por isso que definimos nosso trabalho como um trabalho de desinstitucionalização.”* (ROTELLI, 1994, p. 152).

A nova instituição, a substitutiva, deverá ser o local de encontro. Em lugar do silenciador enclausuramento que nada quer saber daquele que chega, uma compreensão de plena abertura, de recepção a qualquer um que em qualquer momento que busque ajuda. Esta concepção foi definida com o nome conceitual de “Portas Abertas” (BRASIL, 2011), devendo funcionar em um dispositivo

onde:

*“A cada entrevista, um sutil cerimonial para possibilitar o encontro: troca de olhares, cuidado nas primeiras palavras, atenção nos detalhes dos gestos, nos silêncios. Um encontro com o sujeito e com seu mundo nem sempre é traduzível em palavras. Os mesmos olhares, gestos, silêncios podem pedir a nossa cumplicidade, a nossa ajuda, para se expressarem, para produzirem sentidos: ‘O que me faz sofrer? Por que a minha alma dói tanto?’”*(YASUI, 2010, p. 140).

Não apenas no exemplo clássico do manicômio as instituições merecem uma atenção sobre suas contradições. De acordo com Basaglia, há de se questionar um caráter higienista na clínica clássica, que joga todas as fichas na autonomia do psíquico, pois em primeiro lugar esta premissa é questionável. O autor articula ainda que, talvez para dar cabo desta premissa, surja o conceito de uma infinita e sedutora complexidade atribuída ao psíquico. Esta clínica, que coloca muitas vezes no lugar do corpo, a psiquê (BASAGLIA, 1985). Trazendo para os elementos da Reforma Psiquiátrica, o conceito do território e a interação da pessoa com ele não podem jamais ficar fora do horizonte terapêutico.

Na interação entre os saberes e profissões, uma nova desconstrução. O que antes significava o predomínio, a chefia e a autoridade intelectual da Psiquiatria sai de cena para dar lugar à interação de saberes, práticas e leituras de uma equipe multiprofissional (LOBOSQUE, 1997). O coletivo das profissões certamente aponta para um cenário mais fecundo, mas ainda aí recomenda-se todo um cuidado de que este lugar de autoridade hierárquica do discurso não apenas mude de lugar, passando para o discurso da Psicologia por exemplo, ou esbarre na resistência da Psiquiatria:

*“Estranho destino aquele da Psiquiatria, para o qual, incompreensivelmente, assume dignidade científica e plausibilidade terapêutica a palavra e não a ação: o colóquio pode ser terapêutico, mas não o fazer um filme juntos, mudar de casa, fazer teatro ou ler juntos poesia, trocar de trabalho ou obter um novo, inscrever-se ou sair de um partido, comprar para si um vestido novo ou brigar, andar de barco ou intervir em uma assembleia, ter amigos ou uma nova ideia, ter uma resposta à própria necessidade, poder expressar um sentimento anômalo, usar a própria doença como um vestido, uma forma de comunicar, de discordar ou de deslocar-se, sem por isso estar/ser institucionalizado em uma identidade sem valor social, abandonado a si mesmo ou transformado em caso clínico. Para a Psiquiatria (em particular para a que hoje de forma um pouco cômica se chama hard) quem sabe porque tudo isto não tem valor terapêutico em sentido forte.”* (ROTELLI, 1990 p.89-90)

Uma ferramenta própria de uma rede de cuidados, a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), é o recurso do encaminhamento. O Uso desta ferramenta deve concernir que nenhum dos dispositivos e equipamentos componentes da RAPS seja um “fim” em si. Impõe-se que haja um

porta de saída, uma circulação e acima de tudo a interação com a cidade ou o território, não pode ser equiparável nunca com uma reedição do manicômio, não deve institucionalizar a pessoa, nem servir como um “manicômio” ou o “enCAPSular”<sup>1</sup>.

### **Na experiência com drogas, experiências que norteiem e revigorem ações em todo campo do cuidado.**

Soluções rápidas, instantâneas ou radicais para os problemas envolvendo uso de drogas mostraram-se fracassadas ao longo dos muitos anos de mundo industrializado. A proibição, a lei seca, o amplo e irrestrito proibicionismo resultaram em algumas problemáticas. Chamamos a esta ideologia de “Guerra às Drogas” (BOKANY, 2015). No âmbito do tratamento, esta pressa das soluções imediatas pode significar outro perigo, uma espécie de “Contrafissura”, ideia elaborada por Lancetti, que explica quando é o cuidador, o terapeuta ou a instituição do cuidado, que parece ter os sintomas de ansiedade generalizada historicamente referidas aos usuários de drogas (LANCETTI, 2015). No contexto manicomial a mesma lógica parece atender aos propósitos da abstinência. Enquanto a pessoa está internada, quanto mais tempo internada, mais tempo abstinente. Nada que signifique autonomia, independência e proatividade, nem muito menos signifique em si mudanças na vida normal e cotidiana deste indivíduo.

Uma escuta atenta e verdadeira de um paciente só pode se dar a partir de um tratamento que não se prescreve de antemão, isso quer dizer, que não coloque a necessidade da abstinência anterior ao trabalho a ser feito. Ao pensar na especificidade da profissão, isso é verdade sobretudo para o Psicólogo, que deve ter a garantia da complexidade e subjetividade da pessoa no seu trabalho.

Outro dispositivo metodológico incorporado ao SUS, nos anos posteriores as Reformas é a Redução de Danos (BRASIL, 2005), que aplica-se para todo e qualquer profissional do cuidado, que devem se inteirar deste conceito. Advindo de uma noção bastante simples, de reduzir danos sociais e à saúde, pode extrapolar seu sentido original, e estar para além do âmbito da drogas. Tem-se na Redução de Danos a possibilidade ímpar de abstenção de um desejo, de um “bem” ou propósito de antemão para o outro. Se há alguma abstinência para ser feita, e há, é a nossa, deve ser a do cuidador, de forma que este “sine qua non” surja sempre para se poder ouvir o outro, seu próprio desejo e reais possibilidades, com o qual só assim poderá atuar. As brechas para o vínculo dar-se-ão quando não houver confusão deste cuidador com o resto que representa o Estado, instituições religiosas ou outras instituições baseadas na lógica da abstinência, no bem comum e bom para todos, entre outras máximas que difiram da busca por algo que lhe seja singular.

1 . O “EnCAPSular” faz referência ao Centro de atenção Psicossocial (CAPS), o dispositivo geralmente central e de matriciamento da RAPS.

O fenômeno do discurso pronto, das respostas mecânicas e desimbuídas de verdade que o usuário dá para o tipo de abordagem que já tem de antemão algo que lhe deva ser oferecido como o “bom” e “desejável” deverá ser superado, e suportado. Estamos falando de um público acostumado com este tipo de técnica moral, ou repressiva. São sujeitos infelizmente muitas vezes até condicionado por isso.

Alguns alertas sobre a Redução de Danos para o manejo com este elemento chamado “vínculo”: ele é diferente de intimidade. É preciso não comparar-se ao usuário, ter clareza de lugar, dos acordos. Que esta técnica, paradigma e ainda mais – ética – se incorpore também não só como redução de um uso de substâncias. Muitas vezes sem reduzir consumo de coisa alguma, mas apenas como um “acréscimo de benefícios”. Esta é uma noção que permite que uma equipe não se frustre, sendo importante ainda saber da atuação em locais e com pessoas que trabalham, ou foram abordadas no caso dos pacientes, por metodologias que tem ainda culpa, medo e ameaça como elementos de “tratamento”.

## **CONCLUSÃO:**

### **A reinvenção de conceitos, práticas e saberes psicológicos e do cuidado.**

No bojo das políticas e cuidados sobre drogas nem tudo é avanço. A judicialização da saúde mental, os internamentos compulsórios, indicações para cumprimento de penas alternativas em locais de tratamento que restrinjam a liberdade representam um risco importante a qualquer proposta de trabalho pautado no vínculo e na liberdade.

Como desafios, ainda bastante comuns, devemos perceber o uso abusivo do crack, da cocaína, do “tinner”, de cannabis, etc. sim, mas também discutirmos e avaliarmos a procedência a as misturas nestas drogas, o contexto social de uso nas nossas conversas com estes pacientes. O profissional que trabalha com Redução de Danos, enquanto profissional não é nem a favor nem contra a legalização das drogas *a priori*, ele apenas trabalha com o que é possível e lhe é dito. Perguntar, investigar, querer saber a fundo o que se está usando, da procedência e da qualidade destas drogas, tentar descobrir se há, quais são e que formas de misturas ali existem é apenas parte de um cuidado. Nada disso envolve manuseio destas substâncias, não envolve a indicação de se usar uma droga – de melhor ou pior qualidade – o problematizar com ele o uso da substância. O mais importante é que este profissional, abstinente de uma ideia de abstinência como horizonte único e excludente no seu objetivo terapêutico, possa assim evitar sempre, e a cada momento, fazer “ouvidos moucos” para o conteúdo trazido. É como perceber no exemplo da paranoia quanto disso se deve mesmo a droga, e o quanto se deve ao conjunto de relações e situações sociais que este indivíduo esta inserido.

Alguns dos mencionados “acréscimos de benefícios”, com pacientes usuários de drogas e/ou com transtornos mentais, podem ser algo palpável e nítido, visíveis como uma maior auto higiene ou o início de alguma atividade artística, cultural ou esportiva, mas podem se guardar em âmbito muito subjetivo, pode ser a possibilidade de alguém estar ali para ouvir, e com isso o afastamento de uma ideia de se passar ao ato, e se suicidar, que fique então cada vez mais distante.

Os caminhos para o cuidado em liberdade na atuação do profissional do Psicólogo apontam para algumas das tecnologias como “Portas abertas”, “Ambiência”, “Redução de Danos”, mas certamente não se encerram e nem devem parar de se reinventar nestas. Mesmo no uso destas ferramentas há desafios. O terapeuta deve perceber que cria novos territórios junto com uma pessoa que passa pela perda do território que lhe era familiar, mesmo que nocivo. Concebe-se uma “desertificação” advinda de uma “deserção” do manicômio ou da cena de uso e tráfico de drogas, fala-se aqui do povoamento deste novo local em que a pessoa passará a habitar. Estes elementos são da criação subjetiva no qual a Psicologia pode e deve somar.

O Psicólogo deve suportar em sua prática uma “ambiência” reinventada, como quando uma criança, jovem ou adulto não queira participar de uma oficina ou atividade principal de um serviço, deve, ao invés de apenas insistir para que este retorne para a atividade, estar ali com uma série de dispositivos e gatilhos facilitar uma nova ação, um novo espaço de criatividade ou de desabafo, ampliar possibilidades enfim, e não apenas entoar o mantra que diz que não há adesão por parte deste usuário do serviço. Há maior produção de subjetividade em oferecer na não “adesão” outras possibilidades mais condizentes com o que ele quer e clama, com o que diga respeito ao universo desta pessoa. Qualquer outra forma impositiva de clínica é autoritária, e aqui defende-se uma clínica libertadora, mesmo utópica e até clandestina, mas que diga sempre não ao reducionismo, à repetição sintomática e à dominação.

### **Referências Bibliográficas**

- AMARANTE, Paulo. Saúde Mental e Atenção Psicossocial. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.
- AMARANTE, Paulo. Loucos pela vida: a trajetória da Reforma Psiquiátrica no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1995.
- AMARANTE, Paulo. O Homem e a Serpente: outras histórias para a loucura e a psiquiatria. Rio de Janeiro, FIOCRUZ, 1996.
- ARBEX, Daniela. Holocausto brasileiro – 1. ed. – São Paulo: Geração Editorial, 2013
- BASAGLIA, Franco. A Instituição negada: relato de um hospital psiquiátrico. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1985.

BOKANY, Vilma (organizadora). Drogas no Brasil : entre a saúde e a justiça : proximidades e opiniões (organizadora). – São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988.

BRASIL. LEI No 10.216, DE 6 DE ABRIL DE 2001.

BRASIL. PORTARIA Nº 1.028, DE 1º DE JULHO DE 2005.

BRASIL, Ministério da Saúde. Diretrizes operacionais dos pactos pela vida, em defesa do SUS e de gestão. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Humanização;2009.

CARRANO, Austregésilo. Canto dos Malditos Scientia et Labor; 1990

RESENDE, Heitor. Cidadania e Loucura: Políticas de Saúde Mental no Brasil. 7. Ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

LANCETTI, Antônio. Contrafissura e plasticidade psíquica - 1ª ed. - São Paulo : Hucitec; 2015.

LOBOSQUE, AM. Princípios para uma clínica antimanicomial e outros escritos. São Paulo: Hucitec; 1997.

ROTELLI, Franco. Desinstitucionalização: uma outra via. In: Desinstitucionalização. Hucitec, São Paulo. 1990.

ROTELLI, Franco.. A instituição inventada, pp. 89-99. In: Nicácio MF (org.). Desinstitucionalização. Hucitec, São Paulo. 1990.

ROTELLI, Franco.; LEONARDIS, O. & MAURI, D. “Desinstitucionalização” 2ª.ed., São Paulo, HUCITEC, 2001.

YASUI, S. Rupturas e encontros: desafios da Reforma Psiquiátrica brasileira. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010.

# Psicoterapia

## Home

### Ações 2013-2016

- [Ações Subsede Metropolitana](#)
- [Ações Subsede ABC](#)
- [Ações Subsede de Campinas](#)
- [Ações Subsede Baixada](#)
- [Ações Subsede Vale](#)

### Ano da Psicoterapia 2009

## Ações

Organização nas Subsedes de Santos, São José do Rio Preto e ABC juntamente com a ABEP – Associação Brasileira de Ensino de Psicologia – de discussão sobre Psicoterapia subsidiada por Textos Geradores (publicados pelo CFP).

Participação no Congresso Latino Americano de Psicoterapia realizado em novembro de 2008, em mesa redonda: "O Conselho de Psicologia de São Paulo e a construção de referências para o Exercício da Psicoterapia".

Eventos realizados em 2009:

foram realizados nove eventos, totalizando 391 participantes, assim distribuídos nas subsedes: ABC: 30; Assis: 50; Baixada Santista e Vale do Ribeira: 25; Bauru: 29; Campinas: 69; Ribeirão Preto: 21; São José do Rio Preto: 43; Vale do Paraíba: 34. Na sede participaram 90 pessoas.

### *Eventos preparatórios do Ano da Psicoterapia*

- Sede (São Paulo)
- Subsede de Bauru
- Subsede de Campinas
- Grande ABC
- Ribeirão Preto
- Santos e Vale do Ribeira
- São José do Rio Preto
- Vale do Paraíba e Litoral Norte

# Psicoterapia

## Home

### Ações 2013-2016

- [Ações Subsede Metropolitana](#)
- [Ações Subsede ABC](#)
- [Ações Subsede de Campinas](#)
- [Ações Subsede Baixada](#)
- [Ações Subsede Vale](#)

### [Ano da Psicoterapia 2009](#)

**Ano da  
Psicoterapia**  
Textos Geradores

## Sumário

### Introdução

#### *Textos Base*

##### Eixo I

Psicoterapias: elementos para uma reflexão filosófica.

##### Eixo II

Formação em Psicologia e Psicoterapias: algumas considerações para o debate.

##### Eixo III

Por uma política de parcerias estratégicas interprofissionais para o campo das psicoterapias no Brasil.

#### *Textos Complementares*

Parâmetros técnicos e éticos para a formação do psicoterapeuta: alguns apontamentos.

Psicoterapia, cientificidade e interdisciplinaridade: a propósito de uma discussão sobre a suposta necessidade de uma regulamentação das práticas psicológicas clínicas.

Psicoterapia: por uma Estratégia de Integralidade.

Quem é o Dono da Psicoterapia? Reflexões sobre a Complexidade, a Psicologia e a Interdisciplinaridade.

Considerações sobre a Ética do Gancho.

Expediente

# Psicoterapia

---

## Home

### Ações 2013-2016

- [Ações Subsede Metropolitana](#)
- [Ações Subsede ABC](#)
- [Ações Subsede de Campinas](#)
- [Ações Subsede Baixada](#)
- [Ações Subsede Vale](#)

---

### Ano da Psicoterapia 2009

---

## Coordenadoria e membros

### Coordenador:

Luiz Tadeu Pessutto – Conselheiro

### Membros:

Carla Biancha Angelucci – Conselheira  
Luiz Fernando de Oliveira Saraiva – Colaborador  
Carmem Sílvia Rotondano Taverna – Conselheira  
Maria Isabel Nascimento Marques – Subsede de Campinas  
Emília Calisto Afrange – ABRAP  
Irani Tomiatto de Oliveira - ABEP  
Adela A. Sens de Santi – Subsede do Vale do Paraíba  
Zuleika Oliván – Subsede de Santos  
Regiane Aparecida Piva – Subsede de Bauru  
Márcio Aloísio de Oliveira – Subsede de Assis  
Maria Izilda Soares Martão– Subsede do ABC  
Danila Schezzi Botelho – Subsede de Ribeirão Preto

# Psicoterapia

## Home

### Ações 2013-2016

- [Ações Subsele Metropolitana](#)
- [Ações Subsele ABC](#)
- [Ações Subsele de Campinas](#)
- [Ações Subsele Baixada](#)
- [Ações Subsele Vale](#)

### Ano da Psicoterapia 2009

## Apresentação ao ano

### OBJETIVO PRINCIPAL

- Construir referências para a prática profissional, considerando:
  - \* a diversidade do campo;
  - \* a necessidade de interlocução com outras profissões que estão autorizadas a realizar a psicoterapia.

### QUESTÃO ORIENTADORA

- A abordagem, técnica ou recurso é de natureza psicológica ou não?

### 3 EIXOS

- A constituição das psicoterapias como campo interdisciplinar;
- Parâmetros técnicos e éticos mínimos para a formação na graduação e na formação especializada e para o exercício da psicoterapia pelos psicólogos;
- Relações com os demais grupos profissionais

### DISCUSSÕES DO CRP SP SOBRE O TEMA

- Processo que se iniciou em 2002, a partir das solicitações à Comissão de Orientação e Fiscalização – COF
- Principal colaborador: Luiz Alberto Hanns

### ATIVIDADES REALIZADAS NO CRP-SP

- Categorização das práticas em psicoterapia, considerando as abordagens e os recursos utilizados:
  - \* consolidadas/tradicionais;
  - \* não aceitas;
  - \* necessitam de estudo científico.

### MOMENTO SEGUINTE:

#### O QUE CARACTERIZA UMA ABORDAGEM PSICOTERAPÊUTICA?

- contexto histórico da abordagem
- pressupostos teóricos;
- processo psicoterapêutico (objetivos, etapas, público-alvo, técnicas...);
- subsídios para avaliação da eficácia;
- qualidade da abordagem;
- bibliografias, representantes, instituições, etc.

### EIXO I

#### *A constituição das psicoterapias como campo interdisciplinar*

- Psicoterapia como uma disciplina científica ou como um conjunto de métodos e técnicas que definem uma prática.
- Interdisciplinaridade, transdisciplinaridade e multiprofissionalidade; o psicólogo neste contexto.
- Limitações das reivindicações da exclusividade por parte dos psicólogos.
- Psicoterapia como prática diversa (clínica ampliada).

### Apontamentos do CRP SP

- Estudar as condições históricas que fizeram com que a Psicoterapia tenha se tornado tão diversa e abrangente. Assim, deve-se discutir o tema longitudinalmente, e não apenas latitudinalmente, como apresentado nos eixos propostos.
- Necessidade de ampliação da discussão sobre a importância da formação continuada.

### Síntese ntese das Discussões

a) Psicoterapia como uma disciplina científica ou como um conjunto de métodos e técnicas que definem uma prática  
 Psicoterapia é tanto uma disciplina científica como um conjunto de métodos e técnicas que definem uma prática.  
 A psicoterapia é tributária tanto dos métodos de introspecção quanto do método científico.

b) Interdisciplinaridade, transversalidade e multiprofissionalidade: o psicólogo neste contexto  
 Foi proposto que cada termo seja discutido e definido a priori, para que, então, reflita-se sobre o papel do psicólogo psicoterapeuta neste contexto.

c) Limitações das reivindicações da exclusividade por parte dos psicólogos  
 Ficou entendido que a prática da Psicoterapia não é exclusividade dos psicólogos, inclusive pela própria história e desenvolvimento do campo.  
 A identidade do psicólogo não se reflete somente pelo exercício da Psicoterapia.

d) Psicoterapia como prática diversa (clínica ampliada)

Para se alcançar a Psicoterapia como prática diversa, é necessário repensar os recursos e as técnicas de cada suporte teórico, de acordo com o momento histórico e social.

### EIXO II

Parâmetros técnicos e éticos mínimos para a formação na graduação e na formação especializada e para o exercício da psicoterapia pelos psicólogos Referências

É necessário que os parâmetros técnicos sejam muito bem explicitados e possam dar consistência ao exercício da Psicoterapia.

Historicamente essas diretrizes prendem-se aos eixos biológico, social, filosófico e propriamente psicológico.

### Regulamentação

A prática da Psicoterapia exercida pelo psicólogo já está contemplada no Código de Ética Profissional.

Dois questões sobressaíram no debate e é sugerida a discussão no evento nacional:

- 1) História da incorporação da Psicoterapia na Psicologia;
- 2) Psicoterapeuta Psicólogo e Psicoterapeuta não Psicólogo.

### EIXO III

Relações com os demais grupos profissionais  
Estratégias políticas de construção de parcerias e enfrentamento dos conflitos.  
Chamar os demais grupos profissionais para o debate amplo sobre a prática psicoterápica.

**Relação do Sistema Conselhos com a ABRAP e outras entidades.**

Não trazer das entidades nenhuma idéia ou regra que se aplique como norma aos psicólogos sem uma apreciação ampla dentro do Sistema Conselhos. Esse diálogo, no entanto, é interessante para uma discussão com a diversidade da Psicoterapia.

aa

# Psicoterapia

---

## Home

### Ações 2013-2016

- [Ações Subsede Metropolitana](#)
- [Ações Subsede ABC](#)
- [Ações Subsede de Campinas](#)
- [Ações Subsede Baixada](#)
- [Ações Subsede Vale](#)

---

### Ano da Psicoterapia 2009

---

## Ano da Psicoterapia

Para baixar o vídeo, [clique aqui!](#)

# Psicoterapia

## [Home](#)

### [Ações 2013-2016](#)

- [Ações Subsede Metropolitana](#)
- [Ações Subsede ABC](#)
- [Ações Subsede de Campinas](#)
- [Ações Subsede Baixada](#)
- [Ações Subsede Vale](#)

### [Ano da Psicoterapia 2009](#)

## Sistematização do Seminário Nacional



### [Sumário](#)

[Apresentação do caderno que subsidiou a discussão no Seminário Nacional](#)

#### **Propostas retiradas do Seminário Nacional:**

[Eixo Temático 01: A constituição das psicoterapias como campo interdisciplinar](#)

[Eixo Temático 02: Parâmetros técnicos e éticos mínimos para a formação na graduação e na formação especializada e para o exercício da psicoterapia pelos psicólogos](#)

[Eixo Temático 03: Relações com os demais grupos profissionais](#)

[Expediente](#)

# Psicoterapia

## Home

### Ações 2013-2016

- [Ações Subsede Metropolitana](#)
- [Ações Subsede ABC](#)
- [Ações Subsede de Campinas](#)
- [Ações Subsede Baixada](#)
- [Ações Subsede Vale](#)

### Ano da Psicoterapia 2009

## Histórico

### ***HISTÓRICO DAS DISCUSSÕES SOBRE PSICOTERAPIA REALIZADAS NO CRP SP***

É tarefa rotineira do Centro de Orientação e Fiscalização do Conselho Regional de Psicologia do Estado de São Paulo informar e responder aos psicólogos, a instituições e também, as operadoras de saúde sobre questões relacionadas aos métodos e técnicas reconhecidos pela Psicologia na prática da Psicoterapia. As orientações podem ser realizadas por telefone, e-mails ou pessoalmente no CRP SP.

As orientações são atendidas por psicólogos assistentes técnicos do CRP-SP, pautam-se no Código de Ética Profissional do Psicólogo, nas Resoluções do Conselho Federal de Psicologia e pareceres de psicólogos psicoterapeutas reconhecidos na comunidade científica pelos estudos e pesquisas que realizam nesta área.

O propósito do CRP-SP de criar referências para as Psicoterapias não é o de exercer poder de censura, referendando ou legitimando abordagens e práticas aceitas pela Psicologia – as consolidadas cientificamente, as mais utilizadas e com maior visibilidade como: psicanálise, comportamental, cognitivo-comportamental, gestalt, psicodrama, dentre outras. Mas, de dialogar com as diversas abordagens e práticas a partir de pressupostos científicos e da produção científica brasileira.

O assunto é vasto e requer análise minuciosa das inúmeras e variadas abordagens e técnicas psicoterápicas.

Ao CRP-SP chegam grande número de consultas sobre as regulamentações de técnicas ou novos recursos às técnicas já existentes complementares à prática da psicoterapia – quais práticas estão regulamentadas e como o CRP regulamenta. Alguns psicólogos desejam apresentar novas técnicas e/ou novos recursos às abordagens existentes para avaliação e regulamentação do CRP.

Os psicólogos solicitam também a averiguação de sites de colegas e ainda, temos os usuários que solicitam orientação para saber se a prática à qual se submetem é regulamentada pela psicologia.

Além das consultas, o CRP-SP recebe manifestações e denúncias quanto às possíveis infrações de psicólogos ao Código de Ética Profissional relacionadas, por exemplo, às práticas de Terapia de Vidas Passadas; Terapia Floral; Reiki; Astrologia; Ervas e Essências; Numerologia, dentre outras realizadas por clientes/usuários, outros profissionais da área da saúde e por outros psicólogos, que resultam em averiguações ou fiscalizações.

A quantidade de novas práticas e recursos aumenta dia a dia. É então, imprescindível que o CRP-SP se posicione frente a estas questões. Precisa qualificar seu pessoal técnico e Conselheiros permanentemente para a Orientação e Fiscalização sobre técnicas e recursos da Psicoterapia.

Para atender a esta demanda e construir posicionamentos o CRP SP convida, em 2002, o psicólogo Luiz Alberto Hanns, como consultor, para qualificar as discussões e, no ano seguinte, para coordenar um GT, do qual participaram: Alice Maria Delite, Ana Maria Serra, Francisco Viana, Edela Nicoletti, Ednilton José Santa Rosa, Hélio Deliberador, Kátia Rubio, Maria Amalia Vittali, Michel Achatz, Raul Albino Pacheco Filho, Rosa Macedo, Sâmia Simurro, Sonia Meyer, que durante algum tempo discutiu com os representantes das diversas abordagens como verificar se eram ou não de natureza psicológica as novas técnicas e recursos que se apresentam dia a dia ao trabalho do psicoterapeuta. Este GT verificou também a necessidade de se discutir a formação em psicoterapia no Brasil. A partir dos estudos deste GT no CRP SP nasceu a Associação Brasileira de Psicoterapia – ABRAP, em 2004, visando ser a entidade que congregaria profissionais de diferentes abordagens para se discutir este grandioso campo da psicoterapia.

Como consultor, Luiz Alberto Hanns continua colaborando com a Comissão de Orientação e Fiscalização, na elaboração de respostas às perguntas dos psicólogos. Para isso elaborou documentos que auxiliam o CRP SP em suas respostas aos psicólogos.

O primeiro documento construído apresenta 3 categorias, que foram estabelecidas para uma primeira análise das abordagens e recursos psicoterápicos: (a) aceitas pela Psicologia: as consolidadas, tradicionais ou ainda, as que são ensinadas nos cursos de graduação em psicologia; (b) não aceitas pela Psicologia: abordagens baseadas em misticismo, superstições, que misturam dados da ciência com o sobrenatural ou fundamentadas em crenças religiosas, ou ainda, abordagens de cunho farmacológico e, (c) as abordagens e recursos que necessitam de estudo científico: aquelas que não estão consolidadas, não são ensinadas na graduação do curso de psicologia, mas amplamente divulgadas aos psicólogos em cursos de especialização.

A continuidade do trabalho levou à elaboração por Luiz Alberto Hanns de um Esboço de questionário para a caracterização de abordagens em psicoterapia. Uma descrição que envolve: (1) O contexto histórico da abordagem, o seu desenvolvimento no Brasil, a formação dos terapeutas; (2) Pressupostos Teóricos; (3) O processo psicoterapêutico, identificando dentre outros itens, os objetivos, etapas, a quem se destina, técnicas, recursos e estratégias; (4) Subsídios para avaliação da eficácia da psicoterapia; (5) qualidade da abordagem: na teoria ou no pragmatismo clínico? (6) Bibliografias, instituições representantes, páginas na internet.

A caracterização é importante, porém para respostas objetivas às perguntas diretas como, por exemplo: Esta psicoterapia funciona? Qual o método mais eficaz para o meu problema? Ou, o que preciso saber para escolher meu psicoterapeuta? Ou ainda, quais problemas podem ser abordados pela psicoterapia? Hanns elaborou uma sugestão, ainda provisória, pois precisa ser debatida e aperfeiçoada, de um Protocolo para orientadores dos CRPs, dividido em 2 partes. A primeira apresenta perguntas e respostas mais frequentes, como as citadas acima e, a segunda, orienta a pesquisa sobre abordagens, técnicas e recursos menos conhecidas ou novas.

Em 2005, o CRP SP, representado por Zuleika Fatima Vitoriano Olivan, conselheira e membro da Comissão de Orientação e Fiscalização e a ABRAP, representada por Sonia Meyer, membro da Diretoria Científica da Associação, dão continuidade ao trabalho iniciado por Luiz Alberto Hanns, na análise das Abordagens, Recursos e Técnicas em psicoterapia.

Das reuniões, além das representantes, participava sempre uma psicóloga assistente técnica da COF do CRP-SP. O

trabalho foi pautado inicialmente pela discussão da diferenciação entre abordagem, técnica e recurso, se eram de natureza psicológica ou não, e se estavam legitimados cientificamente. Estes estudos também se pautaram, atendendo a demanda do CRP SP, pela legislação que aprova a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no Sistema Único de Saúde, pela Lei que dispõe sobre a implantação das Terapias Naturais no Município de São Paulo, que inclui: massoterapia, fitoterapia, terapia floral, acupuntura, hidroterapia, entre outras e, os questionamentos que chegam ao CRP-SP sobre abordagens (técnicas ou recursos) e práticas psicoterápicas não reconhecidas pela Psicologia.

Vale ressaltar as discussões realizadas sobre Terapia Comunitária que envolveu representantes da ABRATECOM – Associação Brasileira de Terapia Comunitária e o estudo do material sobre essa terapia. Embora seus proponentes não a considerem psicoterapia, considerou-se que tal terapia pode ser confundida com psicoterapia, relacionando-a mais diretamente ao trabalho do psicólogo. Como prática terapêutica, não é isenta de riscos, pois grupos abertos podem potencializar fenômenos (crises, por exemplo) e a falta de estrutura da Rede de Saúde em atender as possíveis consequências desencadeadas pelo processo de terapia comunitária é uma situação que causa preocupação. Decidiu-se, portanto, que a Terapia Comunitária não se inclui no campo psi, e caso o psicólogo fosse representado na Comissão de Ética por essa atividade, responderia ao processo.

O CRP SP foi parceiro na organização do I Congresso Brasileiro de Psicoterapia e o II Encontro Brasileiro de Psicoterapia, 2005 e do Primeiro Encontro da Associação Brasileira de Psicoterapia sobre PSICOTERAPIA NA SAÚDE SUPLEMENTAR, 2006.

Em 10 e 11 de outubro de 2005 realizou-se em Belo Horizonte o I Congresso Brasileiro de Psicoterapia e o II Encontro Brasileiro de Psicoterapia (Pré-congresso do XXIII Congresso Brasileiro de Psiquiatria), TENDÊNCIAS ATUAIS EM PSICOTERAPIA: convergências e diferenças, promovido e realizado pela ABRAP – Associação Brasileira de Psicoterapia, ABP – Associação Brasileira de Psiquiatria, AMB – Associação Mineira de Psiquiatria, CFP – Conselho Federal de Psicologia, CRP MG – Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais e CRP SP – Conselho Regional de Psicologia São Paulo, WCP – World Council for Psychotherapy.

Em novembro de 2006, ocorreu o Primeiro Encontro da Associação Brasileira de Psicoterapia sobre PSICOTERAPIA NA SAÚDE SUPLEMENTAR, que contou com o apoio do CRP-SP, CFP, ABP (departamento de psicoterapia da Associação Brasileira de Psiquiatria), ABEP, Departamentos de Psicodrama e Psicodrama do Instituto Sedes Sapientiae. Este seminário apontou alguns critérios, dos quais apontamos os itens:

A - critérios de credenciamento dos psicoterapeutas no seguro saúde (profissionais: médicos, psicólogos, com ou sem especialização).

Embora nacional e internacionalmente a psicoterapia tenha historicamente sido exercida por pessoas oriundas de múltiplas formações e embora nos últimos anos a atividade da psicoterapia venha sendo regulamentada nos diversos países (com soluções diversas conforme cada país) no enquadre da saúde suplementar não se trata de regulamentar o exercício da profissão, mas de estabelecer no âmbito das seguradoras, critérios de credenciamento de profissionais que por um lado viabilizem a operação administrativa, padronizando os milhares de processos burocráticos cotidianos com os quais estas tem de lidar e por outro garanta que os profissionais tenham um padrão de formação e treinamento que possa ser acessado pelas seguradoras. Neste sentido, e apenas buscando viabilizar a relação entre operadores e psicoterapeutas o grupo propõe alguns critérios de credenciamento:

1) Poderiam ser credenciados além dos psicólogos clínicos e os médicos psiquiatras, cuja formação engloba a psicoterapia (ainda que sempre precise ser complementada por especializações em psicoterapia), outros profissionais da área de saúde que tenham obtido habilitação para tal em cursos de pós-graduação (reconhecidos pelo MEC, ou pelo Conselho Federal de Psicologia ou pela Associação Brasileira de Psiquiatria) e que também estejam vinculados a um Conselho Profissional que analogamente ao Conselho Regional de Psicologia e Conselho Regional de Medicina assumam a responsabilidade de estabelecer diretrizes éticas e técnicas para o exercício da psicoterapia.

2) Contudo, reconhecendo que historicamente o campo da psicoterapia também é ocupado por profissionais oriundos de áreas fora da saúde e que fizeram formação como psicoterapeutas em institutos e sociedades desvinculadas do sistema acadêmico tradicional, sugerimos que no quesito credenciamento no seguro saúde caiba a estes grupos sugerirem, eles mesmos, às seguradoras de seguro saúde critérios objetivos e operacionais.

3) Os cursos de especialização em psicoterapia além de reconhecidos, deveriam, ter no mínimo três anos de duração (520 horas de duração) e conter 120 horas de atendimento clínico supervisionado. Sugere-se que se aceite como equivalente a soma de dois ou mais cursos reconhecidos e que em conjunto preencham estes requisitos de cargas horárias.

4) Reconhecendo que alguns bons profissionais podem não se enquadrar neste perfil sugere-se que em não tendo uma especialização o profissional deva ter no mínimo 5 anos de atuação na área – com comprovantes adequados a serem ainda especificados (em princípio currículo na área, anuidade do Conselho Regional, comprovantes de pagamento regular do ISS e eventualmente declarações de supervisores clínicos e diretores de instituições em que atuou).

5) Quanto ao credenciamento dos profissionais que podem encaminhar o paciente para uma psicoterapia, sugere-se que os profissionais habilitados são: Psicólogos, Psiquiatras e outros Psicoterapeutas cuja formação profissional os capacite para tal. B – Documentação do diagnóstico e projeto terapêutico. Utilizar o sistema diagnóstico do CID10, fundamentação do projeto de tratamento (duração, fases e metas visadas) e avaliação de resultados, em níveis de detalhamento que não coloquem em risco a confidencialidade.

No âmbito nacional, foi solicitado pelo CFP ao Plenário do CRP-SP discussão sobre Proposta para Discussão sobre Psicoterapia a partir de 4 eixos:

I. A constituição das psicoterapias como campo interdisciplinar.

a) Psicoterapia como uma disciplina científica ou como um conjunto de métodos e técnicas que definem uma prática.

Para este ponto, o plenário considera parcerias importantes: ABRAP, ANPEPP, ABEP, CONEP (pesquisa) e Conselhos de Saúde. E, indica a necessidade de se traçar uma metodologia para a elaboração de protocolo de orientação e fiscalização e propõe a organização de uma Comissão Consultiva do CFP, para estabelecimento de critérios, efetivação da pesquisa das abordagens e recursos e por fim, elaboração de uma lista das práticas reconhecidas e não reconhecidas para o exercício profissional dos psicólogos.

b) Interdisciplinaridade, transversalidade e multiprofissionalidade: o psicólogo neste contexto.

Entendeu-se que o psicólogo procurará contextualizar sua ação dentro do seu próprio campo de atuação, considerando os limites de sua atuação no campo multiprofissional.

c) Limitações das reivindicações da exclusividade por parte dos psicólogos.

O plenário considerou que a psicoterapia ao longo do tempo agregou diversos saberes, da filosofia, da medicina, da lingüística, da sociologia e da psicologia social, dentre outros. Com isso, não tem sentido a questão da reivindicação de exclusividade da prática psicoterápica pelos psicólogos. Entendemos que a Psicologia vem se apropriando, discutindo e contribuindo sobre esse tema ao longo de sua história.

II. Parâmetros Técnicos e Éticos Mínimos para a Formação na Graduação e na Formação Especializada e para o exercício da psicoterapia pelos psicólogos.

a) Parâmetros: referências e/ou regulação

Dada à pluralidade de abordagens e práticas psicoterápicas se faz necessário oferecer parâmetros que contribuam para orientação ao trabalho do psicólogo.

O plenário considerou importante o aprofundamento das discussões sobre: o compromisso e o papel social da psicoterapia; a pesquisa em psicoterapia - quando ainda em investigação - como delimitar seu reconhecimento? Como se constitui o exercício ilegal da psicologia.

Necessidade do aprofundamento das discussões sobre: cursos de graduação em psicologia – formação generalista; cursos de especialização e residências em psicologia clínica e multiprofissional para a formação de psicoterapeuta.

III. Relações com os demais grupos profissionais que têm reivindicação do exercício da psicoterapia.

a) Estratégias políticas de construção de parcerias e enfrentamento dos conflitos

Dada à complexidade da questão é fundamental que seja debatida por todos aqueles profissionais que vêm atuando na área.

Para afiançar uma prática psicoterápica responsável é fundamental algum tipo de normatização e controle, qualquer que seja a área de formação do profissional. Para isso serão necessários acordos que garantissem uma formação rigorosa, credenciamento e fiscalização de cada órgão competente, previamente definido.

b) Relação do Sistema Conselhos com a ABRAP

A ABRAP coloca-se, juntamente com o Sistema Conselhos, como uma instituição interlocutora no campo da psicoterapia. Por se tratar de uma entidade específica do campo de atuação, que conjuga em sua composição a multiprofissionalidade, isso se constitui na importância dessa relação ao fazer o enfrentamento da dificuldade dessa interlocução da psicologia com as outras categorias profissionais.

IV – Estratégias para a Discussão da Psicoterapia com a Categoria

A metodologia para o encaminhamento das discussões sobre a psicoterapia poderiam ser as mesmas utilizadas pelo Sistema Conselhos na definição de referências para a profissão: fórum de debates com a categoria em cada Conselho Regional, com oficinas propositivas e indicação de representantes para a discussão em nível nacional, finalizada com elaboração de documento orientador de ampla divulgação para o entendimento do que a categoria pactua para a sua intervenção na sociedade.

Em meados de 2008 foi constituído o grupo de trabalho de psicoterapia no CRP/06, a fim de organizar as atividades do ano temático da psicoterapia e sistematizar as produções e realizações deste Conselho na área.

Estas atividades foram subsidiadas por DVD, elaborado pelo Conselho Federal de Psicologia, situando e contextualizando os 3 eixos que serão discutidos no ano de 2009/2010, Ano da psicoterapia.

Os eixos a serem discutidos são:

Eixo 1: A Constituição da Psicoterapia com o Campo Interdisciplinar.

a) Psicoterapia como uma disciplina científica ou como um conjunto de métodos e técnicas que definem a prática;

b) Interdisciplinaridade, transversalidade e multiprofissionalidade: o psicólogo neste contexto.

c) Limitações das reivindicações da exclusividade por parte dos psicólogos.

Eixo 2: Parâmetros técnicos e éticos, mínimos para a formação na graduação, e na formação especializada para o exercício da Psicoterapia por psicólogos.

a) Parâmetros: referências e/ou regulação.

Eixo 3: Relações com os demais grupos profissionais e reivindicação do exercício da Psicoterapia.

Como atividades preparatórias o CRP/06, realizou atividades nas seguintes localidades: Subsede de São José do Rio Preto, Subsede da Baixada Santista e Vale da Ribeira e Subsede do Grande ABC. Destas atividades e discussões foram produzidas algumas sugestões para debates:

1. Inúmeras situações de estágio são discutidas, assim como as dificuldades de dedicação exclusiva às atividades clínicas, depois da formação concluída.

2. Apontam ainda que deveria haver ênfase na continuidade da formação, após a graduação, a fim de garantir mais adequadamente os parâmetros técnicos e éticos da psicoterapia.

3. Estudar as condições históricas que fizeram com que a Psicoterapia tenha se tornado tão diversa e abrangente como é, para que os eixos contemplem também o estudo longitudinal, além do estudo latitudinal apresentado nos eixos propostos;

4. Abrir discussão sobre a importância dos grupos de estudos informais que auxiliam o psicólogo psicoterapeuta a estudar as bases teóricas que fundamentam o exercício profissional.

5. Buscar identificar por registros no Brasil ou de outros países, no sentido de entender como se deu a incorporação da prática da psicoterapia pelos psicólogos na medida em que a profissão foi se constituindo, se organizando socialmente, em que momento ou de que forma os psicólogos entenderam que essa prática deveria ser incluída no fazer dos psicólogos, o que existe documentado sobre isso.

6. Distinguir o trabalho do psicólogo enquanto psicoterapeuta de um outro profissional não psicólogo: que diferencial a profissão de psicólogo agrega à prática da psicoterapia? A atuação do psicólogo como centrada nas variáveis psicológicas e no enquadre, entendendo que todo profissional da saúde tem um certo estudo sobre a questão da subjetividade, entretanto a psicologia tem isso como o centro de sua atenção.

7. Em 21 e 22 de novembro 2008 o VIII Congresso da Federação Latino-Americana de Psicoterapia realizado pela ABRAP – A PSICOTERAPIA E NOSSO MUNDO TRAUMATIZADO: desafios e possibilidades, tendo como apoiadores ABP, Associação Brasileira de Psiquiatria, CFP – Conselho Federal de Psicologia, CRP SP, Conselho Regional de Psicologia São Paulo, UAM - Universidade Anhembi Morumbi, WCP – World Council for Psychotherapy.

São Paulo, 22 de novembro de 2008.

Texto elaborado pelo GT de Psicoterapia



# Psicoterapia

## Home

### Ações 2013-2016

- [Ações Subsele Metropolitana](#)
- [Ações Subsele ABC](#)
- [Ações Subsele de Campinas](#)
- [Ações Subsele Baixada](#)
- [Ações Subsele Vale](#)

### Ano da Psicoterapia 2009

## Psicoterapia no Campo da Saúde

### Ano da Psicoterapia 2009

#### Propósito

Criar referências para a prática da psicoterapia realizada por psicólogos(as), a partir de três eixos temáticos:

- A constituição da Psicoterapia como campo interdisciplinar;
- Parâmetros técnicos e éticos mínimos para a formação na graduação e na especializada;
- Relação com os demais grupos profissionais.

#### Entendemos

O serviço prestado pelo psicoterapeuta psicólogo está inserido no Sistema de Saúde brasileiro. Atende ao sofrimento psíquico e promove a saúde mental nas instâncias dos serviços públicos e privados (saúde suplementar e particular). Contextualizar a Psicoterapia no campo da Saúde.

#### Psicólogos psicoterapeutas integrados ao Sistema de Saúde

Dá legitimidade ao serviço de psicologia.

Fortalece a função social do profissional.

Garante a qualidade do serviço prestado.

Segue as orientações dos órgãos que regulam o setor Saúde.

#### Saúde no Brasil

A organização e o funcionamento dos serviços de Saúde são regulados pelo Ministério da Saúde (MS) e suas agências:

- Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa/MS)
- Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS/MS).

#### Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde - SUS

Traz informações para que os usuários da Saúde conheçam seus direitos na hora de procurar atendimento. Seis princípios básicos de cidadania que asseguram ao brasileiro o ingresso digno no Sistema de Saúde, seja ele público ou privado:

1. Todo cidadão tem direito ao acesso ordenado e organizado aos Sistemas de Saúde;
2. Todo cidadão tem direito a tratamento adequado e efetivo para seu problema;
3. Todo cidadão tem direito ao atendimento humanizado, acolhedor e livre de qualquer discriminação;
4. Todo cidadão tem direito a atendimento que respeite a sua pessoa, seus valores e seus direitos;
5. Todo cidadão também tem responsabilidades para que seu tratamento aconteça da forma adequada;
6. Todo cidadão tem direito ao comprometimento dos gestores da Saúde para que os princípios anteriores sejam cumpridos.

#### Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES

Base para operacionalizar os Sistemas de Informações em Saúde.

Propiciar o conhecimento da realidade da rede assistencial existente e suas potencialidades.

Oferecer informações das atuais condições de infra-estrutura de funcionamento dos estabelecimentos de Saúde em todas as esferas – federal, estadual e municipal.

Os tipos de estabelecimentos de saúde são definidos com base nas atividades profissionais e serviços ofertados à população.

O tipo de prestador de serviço (público, privado, filantrópico, sindicato).

#### Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES

Importância de efetuar registro.

Distribuição dos serviços de psicologia e profissionais psicólogos nas regiões do País.

Inserção dos profissionais psicólogos nos serviços: público, privado, filantrópico, sindical.

Instrumento para o planejamento dos serviços oferecidos, elaboração de políticas públicas e maior visibilidade ao controle social a ser exercido pela população.

#### Vigilância Sanitária

Proteger e promover a saúde da população garantindo a segurança sanitária de produtos e serviços e participando da construção de seu acesso.

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) foi criada pela Lei nº 9.782, de 26 de Janeiro de 1999.

#### Importância de efetuar registro

Garantir a qualidade do serviço prestado.

Promover a igualdade aos profissionais e serviços de Psicologia, considerando a sua especificidade.

Proteger a saúde do profissional e dos clientes/usuários.

#### Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS

Promover a defesa do interesse público na assistência suplementar à saúde, regular as operadoras setoriais – inclusive quanto às suas relações com prestadores e consumidores – e contribuir para o desenvolvimento das ações de Saúde no País. Lei 9.961/2000 criou a Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

#### Resolução CFP 01/2009

Dispõe sobre a obrigatoriedade do registro documental e do prontuário decorrente da prestação de serviços psicológicos.

#### Para saber mais

Ministério da Saúde: [www.saude.gov.br](http://www.saude.gov.br)

CNES: [www.cnes.datasus.gov.br](http://www.cnes.datasus.gov.br)

ANVISA: [www.anvisa.gov.br](http://www.anvisa.gov.br)

ANS: [www.ans.gov.br](http://www.ans.gov.br)

CRP SP: [www.crsp.org.br](http://www.crsp.org.br)

CFP: [www.pol.org.br](http://www.pol.org.br)

# Psicoterapia

## Home

### Ações 2013-2016

- [Ações Subsede Metropolitana](#)
- [Ações Subsede ABC](#)
- [Ações Subsede de Campinas](#)
- [Ações Subsede Baixada](#)
- [Ações Subsede Vale](#)

### Ano da Psicoterapia 2009

## Contribuições da Comissão de Orientação e Fiscalização do CRP SP - Referências Legislativa

30/04/2009

Considerando a discussão em Plenária Ordinária do dia 24/04/2009, em que deliberou-se a realização dos eventos para o Ano da Psicoterapia, a partir da perspectiva da Saúde Pública e Coletiva.

Considerando a construção histórica do Sistema Conselhos de Psicologia relativa ao compromisso social e ao Projeto Político da Profissão, que responda à demanda social da realidade brasileira.

Considerando as atribuições fundamentais do Conselho Regional de Psicologia de orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de Psicólogo e zelar pela fiel observância dos princípios de ética e disciplina da classe.

Considerando que o propósito do CRP em criar referências para as Psicoterapias não é o de exercer o poder de censura, na postura de apenas referendar ou legitimar abordagens e práticas aceitas pela Psicologia, mas sim o de dialogar com as diversas práticas, a partir de pressupostos científicos e da produção científica brasileira.

Vimos contribuir para a construção do Ano da Psicoterapia, propondo a discussão dos seguintes temas, de acordo com os eixos norteadores do 'Ano':

### Eixo 1 - A constituição da Psicoterapia como campo interdisciplinar:

a) Psicoterapia como uma disciplina científica ou como um conjunto de métodos e técnicas que definem uma prática;

1. Práticas não reconhecidas e práticas integrativas
2. Pesquisa científica

As práticas não reconhecidas e não regulamentadas pelo CFP devem ser alvo de pesquisas científicas, como dispõem as Resoluções do CFP e legislações afins.

O Sistema Conselhos de Psicologia, com o Ano da Psicoterapia, entre outras ações já realizadas, vem fortalecer o seu compromisso com o avanço científico da Psicologia e com a consolidação das práticas profissionais qualificadas e regulamentadas. Nesse sentido, é importante ressaltar a abertura de diálogo constante entre os profissionais, a academia e o Sistema Conselhos, visando contribuir para este objetivo comum, dentro dos limites científicos e submetidos aos parâmetros éticos da Psicologia e das legislações afins.

As práticas consideradas não reconhecidas, necessariamente, devem ser submetidas a pesquisas científicas sistemáticas e indicamos aos grupos que representam tais segmentos, que se organizem e constituam ações, visando a busca pelo reconhecimento científico de suas práticas, sempre observando as diretrizes e normatizações vigentes na legislação brasileira para pesquisa com seres humanos (estar vinculado a uma universidade, ter aprovação em Comitê de Ética, ser divulgado em eventos científicos, com publicações em revistas científicas, entre outras ações).

Em relação às práticas integrativas e complementares, é fundamental acompanharmos o crescente movimento de aceitação destas práticas de Saúde.

O Sistema Conselhos de Psicologia já avançou quando da regulamentação da acupuntura e da hipnose. Legislações (Portarias e Resoluções) do Ministério da Saúde e de municípios dispõem sobre práticas integrativas e complementares a serem exercidas pelos profissionais de Saúde. Outros Conselhos Profissionais e Associações participam da Comissão Intersetorial de Práticas Integrativas e Complementares nas instâncias deliberativas do SUS, cuja missão da é de assessorar o Conselho Nacional de Saúde no acompanhamento da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS. Nesse sentido, é importante a implicação do Sistema Conselhos de Psicologia nesta discussão.

### ÓRGÃOS REPRESENTANTES NA CIPIC-SUS:

#### Titulares

Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos/MS;  
 Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB;  
 Conselho Nacional de Secretários de Saúde - CONASS;  
 Conselho Federal de Odontologia - CFO;  
 Sociedade Brasileira de Psicologia e Acupuntura - SOBRAPA;  
 Associação Médica de Homeopatia Brasileira - AMHB;  
 Conselho Federal de Farmácia - CFF;  
 Ministério da Educação - MEC;  
 Associação Brasileira de Ensino em Fisioterapia - ABENFISIO;  
 Associação Nacional de Fitoterapia nos Serviços Públicos - ASSOCIOFITO;  
 Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira - COIAB.

#### Suplentes

Secretaria de Atenção à Saúde - SAS/MS;  
 Conselho Federal de Nutricionistas - CFN;  
 Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA;  
 Sociedade Brasileira de Termalismo - SBT;  
 Associação Brasileira de Enfermagem - ABEn;  
 Conselho Federal de Biomedicina - CFBIO;  
 Entidades Médicas (CFM/AMB/FENAM);  
 Associação Brasileira de Medicina Antroposófica - ABMA;  
 Associação Médica Brasileira de Fitomedicina - SOBRAFITO;  
 Associação Brasileira de Farmacêuticos Homeopatas - ABFH;  
 Sociedade Brasileira de Farmacêuticos Acupunturistas - SOBRAFA

### LEGISLAÇÃO DO SISTEMA CONSELHOS:

- **RESOLUÇÃO CFP N.º 010/1997**, que estabelece critérios para a divulgação, a publicidade e o exercício profissional do psicólogo, associados a práticas que não estejam de acordo com os critérios científicos estabelecidos no campo da Psicologia.
- **RESOLUÇÃO CFP N.º 011/1997**, que dispõe sobre a realização de pesquisas com métodos e técnicas não reconhecidos pela Psicologia.
- **INSTRUÇÃO NORMATIVA CFP N.º 001/97**, que regulamenta as resoluções CFP N.º 010/1997 e N.º 011/1997, que dispõem sobre as pesquisas e os critérios para a divulgação, publicidade e o exercício profissional associado a técnicas não consagradas pelos critérios científicos da Psicologia.
- **RESOLUÇÃO CFP N.º 010/2000**, que especifica e qualifica a Psicoterapia como prática do Psicólogo.
- **RESOLUÇÃO CFP N.º 013/2000**, que aprova e regulamenta o uso da Hipnose como recurso auxiliar de trabalho do Psicólogo.
- **RESOLUÇÃO CFP N.º 016/2000**, que dispõe sobre a realização de pesquisa em Psicologia com seres humanos.
- **RESOLUÇÃO CFP N.º 005/2002**, que dispõe sobre a prática da acupuntura pelo psicólogo.
- **RESOLUÇÃO CFP N.º 012/2005**, que regulamenta o atendimento psicoterapêutico e outros serviços psicológicos mediados por computador e revoga a RESOLUÇÃO CFP N.º 003/2000.
- **RESOLUÇÃO CFP N.º 001/2009**, que dispõe sobre a obrigatoriedade do registro documental decorrente da prestação de serviços psicológicos.

#### LEGISLAÇÕES AFINS:

- **DECRETO MUNICIPAL N.º 49.596, DE 11 DE JUNHO DE 2008** – Regulamenta a Lei N.º 14.682, de 30 de janeiro de 2008, que institui, no âmbito do Município de São Paulo, o Programa Qualidade de Vida com Medicinas Tradicionais e Práticas Integrativas em Saúde.
- **LEI MUNICIPAL N.º 14.682, DE 30 DE JANEIRO DE 2008** – Institui no âmbito do Município de São Paulo, o Programa Qualidade de Vida com Medicinas Tradicionais e Práticas Integrativas em Saúde e dá outras providências.
- **RESOLUÇÃO CNS N.º 371, DE 14 DE JUNHO DE 2007** – Institui a Comissão Intersetorial de Práticas Integrativas e Complementares no SUS - CIPICSUS.
- **PORTARIA SAS/MS N.º 853, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2006** – Incluir na Tabela de Serviços/classificações do Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – SCNES de Informações do SUS, o serviço de código 068 - Práticas Integrativas e Complementares.
- **PORTARIA N.º 1.600 DE 17 DE JULHO DE 2006** – Aprova a constituição do Observatório das Experiências de Medicina Antroposófica no Sistema Único de Saúde (SUS).
- **PORTARIA N.º 971 DE 3 DE MAIO DE 2006** – Aprova a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no Sistema Único de Saúde.
- **LEI MUNICIPAL N.º 13.717, DE 8 DE JANEIRO DE 2004** – Dispõe sobre a implantação das Terapias Naturais na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.
- **RESOLUÇÃO CNS N.º 196 DE 10 DE OUTUBRO DE 1996** – Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos.

#### PROJETO DE LEI:

- **PROJETO DE LEI DO SENADO N.º , DE 2009** – Dispõe sobre a regulamentação do exercício das atividades de terapias, a criação do Conselho Federal de Terapeutas e dos Conselhos Regionais de Terapeutas, suas atribuições e responsabilidades, e dá outras providências.

#### DOCUMENTO DE REFERÊNCIA:

- Estratégias da OMS para a Medicina Tradicional para 2002-2005.

b) Interdisciplinaridade, transversalidade e multiprofissionalidade: o psicólogo neste contexto;

Deve se considerar a importância da realização do registro dos serviços prestados, de forma sistematizada e individualizada, como prevê a RESOLUÇÃO CFP N.º 001/2009, por exemplo, em pastas ou por meio eletrônico, zelando sempre pelo sigilo das informações (ex: uso de senha para proteger o documento). Em relação aos consultórios, ressalta-se que estes também são considerados estabelecimentos de saúde, portanto devem ser cadastrados na Vigilância Sanitária Municipal e no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde.

#### LEGISLAÇÕES AFINS:

- **PORTARIA CVS N.º 01, DE 22 DE JANEIRO 2007** – Dispõe sobre o Sistema Estadual de Vigilância Sanitária (SEVISA), define o Cadastro Estadual de Vigilância Sanitária (CEVS) e os procedimentos administrativos a serem adotados pelas equipes estaduais e municipais de Vigilância Sanitária no Estado de São Paulo e dá outras providências.
- **DECRETO N.º 44.577, DE 7 DE ABRIL DE 2004** – Regulamenta a Lei n.º 13.725, de 9 de janeiro de 2004, que instituiu o Código Sanitário do Município de São Paulo; disciplina o Cadastro Municipal de Vigilância Sanitária e estabelece os procedimentos administrativos de vigilância em saúde.
- **LEI MUNICIPAL N.º 13.725, DE 9 DE JANEIRO DE 2004** - Institui o Código Sanitário do Município de São Paulo.
- **RESOLUÇÃO CNS N.º 218, DE 06 DE MARÇO DE 1997** – Reconhece psicólogo e outros profissionais de nível superior, como profissionais de saúde.

c) Limitações das reivindicações da exclusividade por parte dos psicólogos;

- **RESOLUÇÃO CFP N.º 010/2000**, que especifica e qualifica a Psicoterapia como prática do Psicólogo.
- **RESOLUÇÃO CNS N.º 218, DE 06 DE MARÇO DE 1997** – Reconhece psicólogo e outros profissionais de nível superior, como profissionais de saúde.

d) Psicoterapia como prática diversa (clínica ampliada).

#### Eixo 2 - Parâmetros técnicos e éticos mínimos para a formação na graduação e na formação especializada para o exercício da Psicoterapia pelos psicólogos.

a) Parâmetros: referências e/ ou regulação.

#### Eixo 3 – Relações com os demais grupos profissionais:

- a) Estratégias políticas de construção de parcerias e enfrentamento dos conflitos;
- b) Relação do Sistema Conselhos com a ABRAP e outras entidades.

Para a formação especializada e atuação em Psicoterapia é importante discutir sobre a especialização em diversas abordagens da Psicologia por profissionais sem a graduação na área.

Entendemos que profissionais que realizam a Psicoterapia e que tem uma profissão regulamentada e, por isso, estão inscritos em Conselhos Profissionais, tem a sua prática regulamentada, orientada e passível de fiscalização por seu Conselho.

Nossa preocupação vem a partir da ótica do direito do usuário do serviço de Psicoterapia, no sentido dele ter acesso a um serviço qualificado e que ele possa recorrer a alguma instância, caso se sinta lesado no atendimento.

É preciso avançarmos e contribuirmos para este sistema de garantias de direitos dos usuários do serviço de Psicoterapia, enfrentando o debate relativo à prática desse serviço por profissionais não regulamentados por um Conselho Profissional.

Esse debate deve ser feito de modo a garantir a pluralidade do campo, na parceria com diversas instituições (de ensino, Conselhos Profissionais, associações, entre outros).

# Psicoterapia

## Home

### Ações 2013-2016

- [Ações Subsele Metropolitana](#)
- [Ações Subsele ABC](#)
- [Ações Subsele de Campinas](#)
- [Ações Subsele Baixada](#)
- [Ações Subsele Vale](#)

### Ano da Psicoterapia 2009

## Constituição do GT

ATA 1386ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO

Aos nove dias do mês de agosto de dois mil e oito, às nove horas e vinte minutos, realizou-se a milésima tricentésima octagésima sexta reunião Plenária Ordinária do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo – 6ª Região, à rua Arruda Alvim, oitenta e nove. Estiveram presentes 16 (dezesseis) conselheiros, sendo estes efetivos e suplentes, a seguir indicados: Andréia De Conto Garbin, Carla Biancha Angelucci, Lúcia Fonseca de Toledo, Maria de Fátima Nassif, Maria Erminia Ciliberti, Maria Izabel do Nascimento Marques, Patrícia Garcia de Souza, Sandra Elena Sposito, Vera Lúcia Fasanella Pompílio, Adriana Eiko Matsumoto, Beatriz Belluzzo Brando Cunha, Fernanda Bastos Lavarello, Luiz Tadeu Pessutto, Lumena Celi Teixeira, Maria de Lima Salum e Moraes e Sueli Ferreira Schiavo. Também estavam presentes as gestoras: Marly Fernandes dos Santos, da Subsele de Assis e Cilene de Aguiar Apolinário, da Subsele do Vale do Paraíba e Litoral Norte.

**V) GT PSICOTERAPIA** – O Conselheiro Luiz Tadeu Pessutto relatou o assunto e deu ciência que passou a ser o Representante Titular do CRP-06 no GT Nacional de Psicoterapia, enquanto a conselheira Maria Izabel do Nascimento Marques, ficou na qualidade de suplente. Na APAF de dezembro/2007 foi decidida a criação de uma comissão Ad Hoc para junção de dados e parâmetros técnicos ao exercício da Psicoterapia para psicólogos e, na APAF de maio/2008 definiram-se os critérios para indicação dos nomes, pelos CRP's. Em 30/06/2008, ocorreu a primeira reunião telefônica do GT Nacional de Psicoterapia e na ocasião, o CRP-06 ainda não tinha enviado suas sugestões de nomes. Posteriormente, a diretoria indicou Maria Rita Kell, Gilberto Safra, Maria Luisa Sandoval Schmidt, porém, sem confirmação se foi acatada, visto terem sido deliberados outros nomes. Numa segunda reunião, aprovou-se a realização de oficinas regionais que terão parceria da ABEP e ABRAP, bem como encaminhamento de um relatório contendo resultados das atividades, até o dia 27 de outubro, para apreciação na APAF de dezembro/2008. As oficinas serão abertas à categoria e terão como referência 5 (cinco) eixos: *Eixo I* - A constituição das psicoterapias como campo interdisciplinar. a) Psicoterapia como uma disciplina científica ou como um conjunto de métodos e técnicas que definem uma prática. b) Interdisciplinaridade, transversalidade e multiprofissionalidade: o psicólogo neste contexto. c) Limitações das reivindicações da exclusividade por parte dos psicólogos. *Eixo II* - Parâmetros técnicos e éticos mínimos para a formação na graduação e na formação especializada e para o exercício da psicoterapia pelos psicólogos. a) Parâmetros: referências e/ou regulação. *Eixo III* - Relações com os demais grupos profissionais a) Estratégias políticas de construção de parcerias e enfrentamento dos conflitos. b) Relação do Sistema Conselhos com a ABRAP e outras entidades. *Eixo IV*: Psicoterapia como ciência. *Eixo V*: Psicoterapia como prática interdisciplinar. *Eixo transversal*: Psicoterapia como prática diversa (clínica ampliada). Ponderou-se que no CRP-06, em primeira instância, as oficinas sejam internas, por questão de organização e estruturação inicial nessa área, e, posteriormente, abertas a toda categoria. A comissão Ad Hoc deverá produzir um vídeo versando sobre os eixos, como material disparador das discussões em mesas redondas. Para a organização das oficinas no CRP-06 determinou-se a criação do GT Psicoterapia, prevendo-se uma primeira reunião em 22/08/2008. Discorridos os informes, a diretoria recuperou o histórico das discussões pertinentes para considerações do GT Psicoterapia: **(a)** em reunião com os presidentes dos CR's foi ressaltado pelo CFP, que os GT's não deliberam políticas, apenas encaminham as deliberações da APAF; **(b)** o papel do psicólogo na saúde não é só psicoterapia; **(c)** não se fixar numa única abordagem teórica, garantindo a transversalidade; **(d)** cumprir a decisão política de não fazer ato psicológico, contrapondo-se aos médicos, uma vez superada essa história enquanto Sistema Conselhos, tendo a criação da ABRAP com psicólogos e psiquiatras, e **(e)** existe a polêmica na proposta de delegação à outra entidade. Desse modo a tarefa para o GT será de organizar o histórico e apresentar o trabalho, a curto e médio prazo, na próxima plenária. Para tanto, propôs-se a formação do GT Psicoterapia do CRP-06 com os seguintes membros: Luiz Tadeu Pessutto, Carla Biancha Angelucci, Luiz Fernando de Oliveira Saraiva, Maria Izabel do Nascimento Marques e Carmem Sílvia Rotondano Taverna (na qualidade de colaboradora). Em segundo momento fica a indicação de outros nomes Maria Luisa Sandoval Schmidt e Luis Alberto Hanns para avaliação oportuna de contribuição. **Encaminhamento**: O plenário considerou as primeiras indicações correlatas ao Grupo de Trabalho Psicoterapia do CRP-06, formado por: Luiz Tadeu Pessutto (coordenador), Carla Biancha Angelucci, Luiz Fernando de Oliveira Saraiva, Maria Izabel do Nascimento Marques (membros) e Carmem Sílvia Rotondano Taverna (na qualidade de colaboradora).

# Psicoterapia

## Home

### Ações 2013-2016

- [Ações Subsele Metropolitana](#)
- [Ações Subsele ABC](#)
- [Ações Subsele de Campinas](#)
- [Ações Subsele Baixada](#)
- [Ações Subsele Vale](#)

### Ano da Psicoterapia 2009

## Primeiro relatório encaminhado ao federal

### OFÍCIO ADP Nº 531/08

São Paulo, 04 de novembro de 2008.

#### CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA

**At.: Sr. Humberto Verona**  
Presidente

Ref.: RELATÓRIO DE ATIVIDADES REALIZADAS NO CONSELHO DE PSICOLOGIA – SÃO PAULO PARA O EVENTO PREPARATÓRIO – 2009: ANO DA PSICOTERAPIA

Prezado Senhor:

Vimos, por meio desta, apresentar as atividades desenvolvidas por este Conselho com caráter de discussão da Psicoterapia, como Eventos preparatórios para o Ano Temático da Psicoterapia – 2009.

Primeiramente, cumpre informar que foi constituído o **Grupo de Trabalho de Psicoterapia**, composto por Luiz Tadeu Pessuto (coordenador), Carla Biancha Angelucci, Carmen Sílvia Rotondano Taverna, Maria Izabel do Nascimento Marques, Zuleika Fátima Vitoriano Olivan e Luís Fernando Saraiva. Este GT tem se reunido a fim de organizar as atividades do Ano Temático da Psicoterapia e sistematizar as produções e realizações deste Conselho na área.

Especificamente em relação às atividades preparatórias, foram realizadas atividades nas seguintes localidades: subsele São José do Rio Preto; subsele Baixada Santista e Vale do Ribeira e subsele Grande ABC.

Esclarecemos que a escolha por tais regiões foi estratégica. Como a sede não comportava mais atividades nos meses de outubro e novembro, dada a intensa dedicação às atividades do Ano Temático da Educação, optamos por realizar de maneira descentralizada as discussões. Assim, o conselheiro Luiz Tadeu Pessuto, coordenador do GT de Psicoterapia, organizou o evento em São José do Rio Preto, a gestora Zuleika coordenou os trabalhos na subsele da Baixada Santista e a conselheira Sueli organizou o debate na subsele Grande ABC.

Segue breve relato de cada atividade:

#### Subsele São José do Rio Preto

**Local:** Auditório UNORP – São José do Rio Preto

**Data:** 16 de setembro/2008

**Público Presente:** em sua maioria, estudantes da UNORP.

Em função de problemas técnicos, a Vídeo Conferência não ocorreu e os presentes optaram por realizar a discussão de maneira mais aprofundada a respeito do eixo II: Parâmetros técnicos e éticos mínimos para a formação na graduação e na formação especializada e para o exercício da psicoterapia pelos psicólogos.

Inúmeras situações de estágio são discutidas, assim como as dificuldades de dedicação exclusiva às atividades clínicas, depois da formação concluída.

Apontam ainda que deveria haver ênfase na continuidade da formação, após a graduação, a fim de garantir mais adequadamente os parâmetros técnicos e éticos da psicoterapia.

#### Subsele Baixada Santista e Vale do Ribeira

**Local:** subsele Baixada Santista e Vale do Ribeira

**Data:** 16 de outubro de 2008

**Formato do evento:** roda de conversa sobre História e constituição do campo da psicoterapia; formação em psicoterapia; diversidade na atuação profissional em psicoterapia.

**Público Presente:** psicólogos já formados

#### Eixos discutidos:

##### Eixo I - A constituição das psicoterapias como campo interdisciplinar.

##### a) Psicoterapia como uma disciplina científica ou como um conjunto de métodos e técnicas que definem uma prática.

Psicoterapia é tanto uma disciplina científica como um conjunto de métodos e técnicas que definem uma prática. Historicamente, antes do século 17 e do advento do método científico, a procura da verdade dependia de uma operação que o sujeito fazia sobre ele mesmo: as diversas seitas e religiões eram os paradigmas do acesso à verdade. O método científico propôs uma aproximação à verdade através de um método externo ao sujeito. A Psicoterapia é tributária destas duas tradições.

##### b) Interdisciplinaridade, transversalidade e multiprofissionalidade: o psicólogo neste contexto.

Propomos que cada termo seja discutido e definido a priori para que depois possamos refletir sobre o papel do psicólogo psicoterapeuta neste contexto.

##### c) Limitações das reivindicações da exclusividade por parte dos psicólogos.

Entendemos que a prática da Psicoterapia não é exclusividade dos psicólogos, inclusive pela própria história e desenvolvimento do campo. A identidade do psicólogo não se reflete somente pelo exercício da Psicoterapia.

##### d) Psicoterapia como prática diversa (clínica ampliada).

Para se alcançar a Psicoterapia como prática diversa é necessário se repensar os recursos e as técnicas de cada suporte teórico de acordo com o momento histórico e social.

**Eixo II - Parâmetros técnicos e éticos mínimos para a formação na graduação e na formação especializada e para o exercício da psicoterapia pelos psicólogos.**

**a) Parâmetros: referências e/ou regulação.**

Referências: é necessário que os parâmetros técnicos sejam muito bem explicitados e possam dar consistência ao exercício da Psicoterapia. Historicamente essas diretrizes prendem-se aos eixos biológico, social, filosófico e propriamente psicológico.

Regulação: a prática da Psicoterapia exercida pelo psicólogo já está contemplada no código de ética profissional.

**Eixo III - Relações com os demais grupos profissionais.**

**a) Estratégias políticas de construção de parcerias e enfrentamento dos conflitos.**

Chamar os demais grupos profissionais para o debate amplo sobre a prática psicoterápica.

**b) Relação do Sistema Conselhos com a ABRAP e outras entidades.**

Não trazer das entidades nenhuma idéia ou regra que se aplique como norma aos psicólogos sem uma apreciação ampla dentro do Sistema Conselhos. Esse diálogo, no entanto, é interessante para uma discussão com a diversidade da Psicoterapia.

**Sugestões:**

Estudar as condições históricas que fizeram com que a Psicoterapia tenha se tornado tão diversa e abrangente como é, para que os eixos contemplem também o estudo longitudinal, além do estudo latitudinal apresentado nos eixos propostos;

Abrir discussão sobre a importância dos grupos de estudos informais que auxiliam o psicólogo psicoterapeuta a estudar as bases teóricas que fundamentam o exercício profissional.

**Subsede Grande ABC**

**Local:** Subsede Grande ABC

**Data:** 30 de outubro de 2008

**Formato do evento:** roda de conversa sobre História e constituição do campo da psicoterapia; formação em psicoterapia; diversidade na atuação profissional em psicoterapia.

**Público Presente:** psicólogos já formados

Duas questões saltaram no debate que entendemos merecem se encaminhadas ao estudo nacional:

1) Buscar identificar por registros no Brasil ou de outros países, no sentido de entender como se deu a incorporação da prática da psicoterapia pelos psicólogos na medida em que a profissão foi se constituindo, se organizando socialmente, em que momento ou de que forma os psicólogos entenderam que essa prática deveria ser incluída no fazer dos psicólogos, o que existe documentado sobre isso.

2) Distinguir o trabalho do psicólogo enquanto psicoterapeuta de um outro profissional não psicólogo: que diferencial a profissão de psicólogo agrega à prática da psicoterapia? A atuação do psicólogo como centrada nas variáveis psicológicas e no enquadre, entendendo que todo profissional da saúde tem um certo estudo sobre a questão da subjetividade, entretanto a psicologia tem isso como o centro de sua atenção.

Além das duas questões acima, acrescentamos que os profissionais psicanalistas enfatizaram a necessidade de se distinguir psicoterapia de psicanálise.

Estas são as contribuições do Conselho Regional de São Paulo para a discussão.

Sem mais para o momento colocamo-nos ao inteiro dispor para os esclarecimentos que se apresentem necessários.

Atenciosamente,

**LUIZ TADEU PESSUTTO E CARLA BIANCHA ANGELUCCI**

Membros do GT de Psicoterapia – CRP-6ª Região

# Psicoterapia

## Home

### Ações 2013-2016

- [Ações Subsele Metropolitana](#)
- [Ações Subsele ABC](#)
- [Ações Subsele de Campinas](#)
- [Ações Subsele Baixada](#)
- [Ações Subsele Vale](#)

### Ano da Psicoterapia 2009

## Normas de funcionamento para o ano temático

1419ª E 1420ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA  
REALIZAÇÃO: 13 E 14 DE FEVEREIRO DE 2009

ANO TEMÁTICO DA PSICOTERAPIA NO SISTEMA CONSELHOS DE PSICOLOGIA

NORMAS DE FUNCIONAMENTO PARA O  
ANO TEMÁTICO DA PSICOTERAPIA – CRP 06

### Capítulo I - Dos objetivos do ano temático da psicoterapia

#### Art. 1 - O ano temático da psicoterapia tem como objetivos:

- a) Garantir no debate os diversos tipos de abordagem;
- b) Construir referências;
- c) Identificar boas práticas;
- d) Pensar a psicologia e sua relação com a clínica ampliada;
- e) Refletir sobre a patologização.

### Capítulo II - Do tema

#### Art. 2 - Produção de referências para a prática dos psicólogos em psicoterapia.

##### Eixo 1 - A constituição da psicoterapia como campo interdisciplinar:

- a) Psicoterapia como uma disciplina científica ou como um conjunto de métodos e técnicas que definem uma prática.
- b) Interdisciplinaridade, transversalidade e multiprofissionalidade: o psicólogo neste contexto.
- c) Limitações das reivindicações da exclusividade por parte dos psicólogos.
- d) Psicoterapia como prática diversa (clínica ampliada).

##### Eixo 2 - Parâmetros técnicos e éticos mínimos para a formação na graduação e na formação especializada para o exercício da psicoterapia pelos psicólogos.

- a) Parâmetros: referências e/ ou regulação

##### Eixo 3 – Relações com os demais grupos profissionais

- a) Estratégias políticas de construção de parcerias e enfrentamento dos conflitos.
- b) Relação do Sistema Conselhos com a ABRAP e outras entidades.

### Capítulo III - Da Organização

Art. 3 - A organização dos eventos preparatórios no Estado de São Paulo para o ano da psicoterapia será de responsabilidade do CRP 06.

**Parágrafo Único- O Plenário do CRP 06 designou o GT de Psicoterapia para a execução dos eventos preparatórios na sede, subsele e o evento regional.**

### Capítulo 4 - Da Realização

Art. 4 - Serão realizados eventos preparatórios nas oito subsele do CRP 06 e na sede.

Art. 5 - Os eventos preparatórios nas subsele serão realizados no período entre março e junho de 2009.

Art. 6 - O evento na sede será realizado nos dias 02/03/04 de julho de 2009 na cidade de São Paulo.

Art. 7 - Primeira Fase:

#### Parágrafo 1 - Eventos preparatórios nas oito subsele do Estado de São Paulo e na Sede.

Item 1 - Os eventos preparatórios nas subsele deverão ser realizados no período de março a junho/2009.

Item 2 - O formato dos eventos tanto na sede como nas subsele serão: mesa redonda e oficinas por eixo temático, subsidiadas pelos seguintes documentos: DVD e Sistematização dos relatórios dos eventos preparatórios encaminhados pelo CFP; Histórico das discussões sobre psicoterapia realizadas no CRP SP; Proposta para discussão sobre Psicoterapia – CRP/SP; Psicoterapia no Campo da Saúde – CRP/SP.

Item 3 - Que todas as subsele e sede trabalhem os três eixos, qualquer situação contrária deverá ser encaminhada ao GT de Psicoterapia.

Item 4 - As mesas redondas serão compostas por representantes indicados pelo CRP 06, ABEP e ABRAP.

Item 5 - Para os eventos nas subsele, as comissões gestoras, juntamente com o representante do GT de Psicoterapia organizarão o evento, podendo convidar psicólogo da sua região implicado com o tema para falar pela subsele ou pelo GT ou pelo CRP 06.

#### Parágrafo 2 - Divulgação

Item 1 - Deverão ser convidados todos os psicólogos inscritos e ativos no CRP 06.

Item 2 - As subsele enviarão convites para os psicólogos de sua região tentando, o máximo possível, mobilizar a

categoria por meio do envio de mala direta e mailing, e outros meios de divulgação que julgarem necessário.

Item 3 - Serão inseridos no site do CRP 06 os textos geradores das discussões e as datas dos eventos preparatórios da sede e subdesdes.

Item 4 - Serão confeccionadas filipetas que irão encartadas no jornal do CRP 06 com informes sobre os eventos preparatórios e o evento regional.

### **Parágrafo 3 - Dinâmica do trabalho nos eventos**

Item 1 - Mesa composta por quatro profissionais que possam contribuir com a discussão sobre os 3 eixos temáticos e um representante do CRP SP que abordará o tema Psicoterapia no Campo da Saúde.

Item 2 - Na seqüência, os grupos se dividem por eixos temáticos, para discussão e levantamento de propostas.

Item 3 - Os encaminhamentos para cada eixo deverão ser na forma de tópicos sucintos e objetivos.

Item 4 - Na confecção dos relatórios, na sede e subdesdes, é necessário que, antes da apresentação dos tópicos de cada eixo, seja construído um resumo que contenha as idéias e razões que fundamentem os tópicos encaminhados, ajudando o GT de Psicoterapia a compreender o contexto das propostas.

### **Parágrafo 4 - Escolha dos relatores**

Item 1- Cada grupo formado em cada eixo deverá eleger dois relatores, que representarão, na etapa regional a discussão ocorrida. Para tanto, terão por tarefa sistematizar o relatório que será enviado para o GT de Psicoterapia do CRP-06.

Item 2- Cada eixo trabalhado dará direito a dois relatores que participarão do evento regional no dia 08/08/2009 na cidade de São Paulo.

Item 3 – São elegíveis psicólogos inscritos e ativos, que estejam atuando na área e que estejam apropriados dos posicionamentos políticos do grupo.

Item 4 – Em cada eixo poderá haver candidatos à relatoria, que serão escolhidos em votação aberta e referendados na plenária final do respectivo evento preparatório.

### **Art. 8 - Segunda fase: Evento Regional na cidade de São Paulo**

Parágrafo 1 - Participarão deste evento, os relatores das subdesdes e sede, um membro de cada comissão gestora, o GT de Psicoterapia ampliado, conselheiros do CRP 06 e até três representantes da ABEP e ABRAP.

### **Parágrafo 3 – Os relatores para o evento Nacional serão eleitos da seguinte forma:**

a) Cada grupo formado em cada eixo deverá eleger um relator, que representará na etapa nacional a discussão ocorrida. Os relatores terão por tarefa sistematizar o relatório que será enviado para o GT de Psicoterapia do CRP-06.

b) Será eleito, durante a plenária final do evento Regional, em sistema de votação aberta, um quarto relator. Poderá candidatar-se todo psicólogo que preencher todos os seguintes critérios:

- Estar inscrito e ativo;
- Atuar na área;
- Estar apropriado dos posicionamentos políticos do grupo;
- Ter participado da etapa anterior na Sede ou Subdesdes.

### **Parágrafo 2 - Da dinâmica dos trabalhos**

Item 1 - Os relatores se reunirão por eixo e farão uma discussão, organizando o relatório.

Item 2 – Cada grupo elegerá um relator, segundo os critérios já apresentados, para a sistematização das idéias, que será apresentada em plenária.

Item 3 - Os membros do GT de Psicoterapia ampliado terão como função estar nos grupos para coordenar os trabalhos.

Item 4 - Cada grupo terá até sessenta minutos para apresentar em plenário suas propostas.

Item 5 - Após apresentação em plenário, os relatores se reunirão com o GT de Psicoterapia ampliado para a finalização dos relatórios.

Item 6- No dia 28 de agosto de 2009, o GT de Psicoterapia ampliado se reunirá para finalizar o documento, que será encaminhado à Diretoria do CRP 06. A Diretoria terá como prazo 11 de setembro de 2009 para enviar ao Conselho Federal de Psicologia.

### **Parágrafo 3 - Da dinâmica de escolha dos relatores para o evento nacional.**

Item 1 - Os relatores que irão para o evento nacional serão eleitos no dia 08 de agosto de 2009 no evento regional.

Item 2 – São elegíveis psicólogos inscritos e ativos, que estejam atuando na área e que estejam apropriados dos posicionamentos políticos do grupo.

Item 3 – Em cada eixo poderá haver candidatos à relatoria que serão escolhidos em votação aberta, e referendados na plenária final do evento regional.

### **Art. 9 - Evento Nacional**

Parágrafo 1 - Será realizado na cidade de Brasília nos dias primeiro, dois e três de outubro de 2009.

Parágrafo 2 - Os relatores representantes que participarão do evento nacional comprometem-se a reunir-se com o GT de Psicoterapia ampliado antes do evento nacional para discutirem o posicionamento político a serem defendidos.

### **Capítulo IV – Das Disposições Transitórias**

Art. 10 - Os casos omissos nestas Normas, que dizem respeito à organização dos eventos, serão solucionados pelo GT de Psicoterapia ampliado, e os que dizem respeito ao Ano Temático da Psicoterapia serão solucionados pela Plenária do CRP 06.

# Psicoterapia

## Home

### Ações 2013-2016

- [Ações Subsede Metropolitana](#)
- [Ações Subsede ABC](#)
- [Ações Subsede de Campinas](#)
- [Ações Subsede Baixada](#)
- [Ações Subsede Vale](#)

### Ano da Psicoterapia 2009

## Relatório

### RELATÓRIO

Seminário Regional do Ano Temático da Psicoterapia

#### 1) Dados de Identificação:

a. Conselho Regional de Psicologia: CRP 06

b. Equipe que elaborou o relatório:

Luiz Tadeu Pessuto, Carla Biancha Angelucci, Carmem S. Taverna, Zuleika Oliván, Alice da Silva Moreira, Angelita Alves Pavão, Dario T. Schezzi, Márcio, Aloísio de Oliveira e Regiane Aparecida Piva.

#### 2) Metodologia:

Seminário Regional:

a. Critério de escolha dos representantes do CRP para o evento Nacional:

- Para os eixos: eleição nos subgrupos que trabalharam o respectivo eixo.
- Além disso, em plenária final, foi eleito mais um membro do grupo.
- Como critério, o representante deveria ser psicólogo com inscrição ativa junto ao CRP 06, com experiência na área, e suficientemente apropriado das discussões referentes ao tema, sendo capaz de apresentar e defender os posicionamentos construídos pelo coletivo, ao longo das atividades preparatórias para este Ano Temático.

b. Nomes dos representantes indicados:

#### Eixo I

Titular– Alice da Silva Moreira

alicesm@ufpa.br (16) 3307-3908;

1o. Suplente Zuleika Oliván (Gestora de Santos)

#### Eixo II

Titular - Angelita Alves Pavão

aa.pavao@uol.com.br (11) 3726-5779 / 9909-2656

1o. Suplente - Gustavo de Lima Bernardes Sales

gustavousf@yahoo.com.br (19) 9125 9315

#### Eixo III

Titular - Dario Schezzi

dtschezzi@gmail.com (16) 8115 5441

1o. Suplente – Liriane Cristina Catharin

liriane\_catharin@yahoo.com.br (14) 9799 1160

2o. Suplente Rubens Afonso – rubensafonso@stetnet.com.br

Titular - Carla Biancha Angelucci

bianchaangelucci@superig.com.br

1o. Suplente Clóvis Martins Costa

clovismcosta@uol.com.br (19) 96101870

Titular - Luiz Tadeu Pessuto (representante do GT Nacional de Psicoterapia)

sem suplente

c. Nomes dos Representantes indicados por eixo temático:

#### Eixo I

Titular – Alice da Silva Moreira

alicesm@ufpa.br (16) 3307-3908;

1o. Suplente – Zuleika Oliván (gestora de Santos)

#### Eixo II

Titular – Angelita Alves Pavão

aa.pavao@uol.com.br (11) 3726-5779 / 9909-2656

1o. Suplente – Gustavo de Lima Bernardes Sales

gustavousf@yahoo.com.br (19) 9125 9315

#### Eixo III

Titular Dario Schezzi

dtschezzi@gmail.com (16) 8115 5441

1o. Suplente – Liriane Cristina Catharin

liriane\_catharin@yahoo.com.br (14) 9799 1160

2o. Suplente – Rubens Afonso

rubensafonso@stetnet.com.br

d. Organização dos eventos:

Foram realizadas atividades nas oito subsedes e na sede, a fim de que cada um dos três eixos fossem discutidos. Sempre que possível, contamos com a participação de representantes da ABRAP e da ABEP.

Em cada uma dessas nove atividades, foi produzido relatório com as considerações e propostas construídas pelo grupo.

Dois representantes de cada eixo foram eleitos nessas atividades e participaram do evento regional, ocorrido em São Paulo. Nessa ocasião, os representantes reuniram-se de acordo com o eixo de que haviam participado, os

relatórios produzidos na etapa anterior foram lidos e discutidos, de forma a construir-se um relatório ampliado, que contemplasse todas as discussões anteriores, sem que houvesse supressão de nenhuma das contribuições.

Esse registro foi finalizado em uma reunião de que participaram os membros do GT de Psicoterapia do CRP São Paulo, juntamente com os representantes eleitos no evento regional.

e. Número de participantes por eventos Regionais:

Foram realizados nove eventos regionais, sendo assim distribuídos os números de participantes:

- ABC: 30 participantes
- Assis: 25 e 25 (Presidente Prudente) – Total 50 participantes
- Baixada Santista e Vale Paraiba – 25 participantes
- Bauru: 29 participantes
- Campinas: 69 participantes
- Ribeirão Preto: 21 participantes
- São José do Rio Preto – 43 participantes
- Vale do Paraíba – 34 participantes
- Sede – 90 participantes

f. Dificuldades encontradas para organização e execução do(s) evento(s):

O grupo levanta como hipótese a falta de envolvimento da categoria que não se faz presente em momentos importantes como este, por se tratar de uma profissão marcadamente de profissionais liberais. Outra hipótese a ser levantada é que a estratégia de sensibilização não vem atingindo os objetivos propostos pelo CRP-06. Uma terceira hipótese seria o receio da categoria em expor práticas não reconhecidas. Diante desse contexto, propomos a criação de estratégias para se testar tais hipóteses.

Sistematização das Propostas por Eixos

#### EIXO I

A constituição das psicoterapias como campo interdisciplinar

a) psicoterapia como uma disciplina científica ou como um conjunto de métodos e técnicas que definem uma prática

A discussão desta questão apontou como principal desafio a necessidade de explicitar conceitualmente os termos “disciplina científica” versus “conjunto de métodos e técnicas que definem uma prática”. O grupo entendeu dois níveis de problemas envolvidos nesta formulação, a saber: 1) A psicoterapia deve ser considerada como uma disciplina independente ou como parte constituinte da disciplina Psicologia? O grupo posicionou-se pelo entendimento da psicoterapia como parte da disciplina Psicologia. 2) A definição da psicoterapia como conjunto de métodos e técnicas que definem uma prática deve ser entendida como excluindo a fundamentação científica desta prática? O posicionamento assumido pelo grupo foi o de não abrir mão da necessidade de fundamentação científica para o conjunto de métodos e técnicas que definem a prática da psicoterapia.

a.1) Contextualização das propostas

A Resolução 10/2000 estabelece que “a psicoterapia é prática do psicólogo por se constituir técnica e conceitualmente num processo científico de compreensão, análise e intervenção que se realiza através da aplicação sistematizada e controlada de métodos e técnicas psicológicas reconhecidos pela ciência, pela prática e pela ética profissional, promovendo a saúde mental e propiciando condições para o enfrentamento de conflitos e/ou transtornos psíquicos de indivíduos ou grupos”.

Em consonância com esta Resolução, a psicoterapia deve ser entendida como um conjunto de métodos e técnicas científicas específicos, fundamentados na Psicologia enquanto disciplina científica, não como uma disciplina independente.

Outros aspectos não devem ser desconsiderados. “A psicoterapia não deveria controlar e sim libertar”. (Prof. Dr. Conrado Sathler). É necessário discutir o que significa ser científico e não científico, o quanto os profissionais estão a serviço do controle e da manipulação ou dedicados ao acolhimento e desenvolvimento da liberdade de escolha. Uma forma de refletir sobre nossas atuações é ressaltar a importância de nossas intervenções, muitas vezes estas podem determinar a direção de uma vida, por isso, nossa responsabilidade social é fundamental.

O grupo entende que não há uma diferenciação entre o que é psicoterapia e o que é psicoterapêutico. Há uma confusão entre atendimento psicológico e psicoterapia; os atendimentos psicológicos podem variar quanto à forma, sendo psicoterapêuticos, mas não necessariamente serem psicoterapia. Do ponto de vista científico, há a configuração de um problema, que merece ser estudado. Se olharmos a questão a partir do benefício psicoterapêutico obtido para a ação que o promoveu, tendemos a achar que tal ação é psicoterapia. Por outro lado, ao olharmos a questão do ponto de vista da ação da prática profissional, teríamos que ter a clareza de quais são as ações pertinentes ao campo da psicoterapia.

a.2) Propostas (agrupadas por assunto):

Reconhecimento de abordagens e/ou práticas e/ou técnicas

- Definir, esclarecer e divulgar amplamente os critérios utilizados para legitimar as abordagens/práticas/técnicas, sobretudo no que diz respeito ao seu caráter científico. Há pelo menos dois enfoques:

(I) pelo estabelecimento do critério a priori do que se entende que seja a psicoterapia praticada por psicólogos a partir do reconhecimento e delimitação do caráter científico de técnicas e métodos já praticados em psicoterapia, abrindo a possibilidade de inclusão de novas técnicas;

(II) pelo estabelecimento de critérios a posteriori. Sugere-se que seja feito mapeamento das técnicas e recursos utilizados pelos psicólogos para a prática da psicoterapia na atualidade. Entende-se que essa forma de sondagem permitirá uma legitimidade para o entendimento do que de fato é praticado.

- Divulgação das práticas reconhecidas.

Ética

- Refletir sobre os problemas éticos que se apresentam à prática profissional da psicoterapia atualmente.

Uniformização e fiscalização de parâmetros pelo Sistema Conselhos

- Que o Sistema Conselhos divulgue amplamente para que a psicoterapia, como uma atividade desenvolvida por psicólogos, deva estar fundamentada em teorias, métodos e técnicas reconhecidas pela comunidade científica (resoluções 11/97 e 10/00).

- Realizar debates amplos sobre a Resolução 10/00, principalmente no que concerne ao que é necessário para que um processo terapêutico realizado por psicólogos ocorra. Por Exemplo:

- Diagnóstico;
- Planejamento da intervenção, contendo os métodos e técnicas que serão utilizados;
- Encerramento do processo.

- Construir e divulgar os parâmetros para os trabalhos de orientação e fiscalização a serem realizados junto aos psicólogos que exercem a psicoterapia.
  - Divulgar que, independentemente da abordagem, todo psicólogo é psicoterapeuta.
- Não uniformização de parâmetros pelo Sistema Conselhos
- Respeitar a competência e autonomia do psicólogo psicoterapeuta, após avaliação diagnóstica fundamentada, para delimitar sobre o tratamento: duração do tratamento e alta, indicação de atendimento individual ou em grupo decidido com o paciente/cliente.
- Levantamento (pesquisa) da realidade
- Levando em consideração as condições histórico-sociais, o Sistema Conselhos deve verificar atentamente quais os procedimentos utilizados na prática profissional do psicólogo em psicoterapia.
  - Elencar os fenômenos e processos adversos da realidade concreta da atuação.
  - Produzir conhecimento dentro e fora das universidades, publicando esse material em revistas científicas reconhecidas, para validar o conhecimento de modo nacional e internacional.
  - Fazer pesquisas em parceria com o CREPOP, sobre os resultados da psicoterapia, fundamentando que não é só um "bate papo".
  - Que o Conselho Federal de Psicologia em parceria com a ABEP e a ABRAP proponha discussões com a Academia (Universidades), contemplando as diversas concepções teóricas e metodológicas na formação clínica do psicólogo.
  - O Sistema Conselhos, juntamente com outras entidades, deverá identificar e compreender quem é esse psicólogo psicoterapeuta.
  - Sistema Conselhos deve realizar mapeamento do exercício da psicoterapia por psicólogos, para que o sistema Conselhos possa obter Referências para a criação de Diretrizes e posteriormente, para a criação de ações de fiscalização e orientação da prática psicoterapêutica por psicólogos.

- Quantos são os psicólogos que atuam em psicoterapia?
- Onde atuam em termos institucionais?
- Que abordagens utilizam?
- Qual a formação?

b) Interdisciplinaridade, transversalidade e multiprofissionalidade: o psicólogo neste contexto

Este tópico pareceu estar muito relacionado ao eixo II. Da forma como está gerou confusão no entendimento porque alguns ficaram divididos entre a prática profissional e a academia. Foi acordado que tomaríamos como contexto a prática profissional, lembrando que estamos falando da constituição da psicoterapia. Não houve discordâncias neste tópico.

b.1) Contextualização das propostas

A psicoterapia deixou de ser prática exclusiva da clínica privada, está no campo da saúde, assim o psicólogo teve que aprender a trabalhar de forma interdisciplinar. No momento em que trabalha numa instituição, o profissional precisa transformar seus referenciais e seus parâmetros de atuações. Não dá para pensar a psicoterapia como prática isolada, o psicoterapeuta tem que ter a responsabilidade de encaminhar o paciente quando necessário. Ter o cuidado de não se colocar como a única alternativa no tratamento de seu paciente, considerando sempre a importância de um trabalho multi e interdisciplinar nesta prática.

É inquestionável a necessidade de o psicólogo psicoterapeuta ter apropriação tanto das teorias psicológicas quanto das demais teorias que contribuem para a compreensão do desenvolvimento individual, familiar e social do indivíduo que busca o referido atendimento.

Mas também é essencial que o psicólogo psicoterapeuta tenha clareza de suas referências em relação à prática utilizada, da especificidade de seu trabalho e que possa respeitar a atuação dos demais profissionais envolvidos no tratamento do indivíduo que sofre. Ele deverá assegurar os direitos do indivíduo que necessitar dos cuidados de equipe multidisciplinar e nortear seu trabalho promovendo benefícios ao indivíduo em consonância com o Código de Ética Profissional.

A discussão pode ser facilitada pela explicitação dos conceitos utilizados, tendo sido sugeridas as seguintes definições:

**Interdisciplinaridade:** atuação de vários profissionais em um mesmo contexto, cada qual respondendo do seu campo de saber. O psicólogo neste contexto responderá com o arcabouço teórico de sua profissão.

**Multiprofissionalidade:** este conceito aparece anterior ao conceito de interdisciplinaridade levando o psicólogo a ter que trabalhar com outros profissionais visando o bem estar do sujeito que procura, por exemplo, o serviço de saúde. O psicólogo neste contexto deverá procurar técnicas e recursos que atendam à demanda apresentada nos diversos locais de trabalho.

**Transversalidade:** pensando-se que se está trabalhando com um sujeito é preciso que todos os profissionais envolvidos tenham uma atitude ética do seu respectivo campo profissional visando o bem estar deste sujeito. Cada profissional envolvido contribuirá com o seu conhecimento construindo propostas de intervenção para o atendimento das demandas.

b.2) Propostas

- Defender o psicólogo como profissional que atua na perspectiva da multi/trans/interdisciplinaridade independentemente da área, considerando, portanto, a Saúde, a Educação, a Justiça, etc. e sendo facilitador desta forma trabalho.

- Incentivar a compreensão dos usuários dos serviços psicológicos pelo viés da complexidade e da integralidade. Não reduzir os acompanhamentos a questões individuais. Discutir encaminhamentos junto com os demais profissionais. A interdisciplinaridade não se daria, na prática, apenas através de conversas formais, mas contextualizando e situando as questões específicas de cada caso junto a cada profissional e sujeitos envolvidos. Essas conversas informais seriam facilitadoras para futuras implantações de serviços interdisciplinares.

- Ampliar as discussões sobre as atribuições dos psicólogos, demonstrando aos diversos cuidadores que a atuação não se restringe apenas à psicoterapia clínica individual.

- A psicoterapia deve considerar a complexidade do fenômeno humano, portanto, deve contar com uma perspectiva ética de trabalho multiprofissional, integrada e horizontal. Nesse sentido, cabe reafirmar a importância do trabalho de psicoterapia em equipes multiprofissionais, em colaboração, sem submissão de nenhum ou a nenhum saber/procedimento.

- Criar espaços de debate com profissionais que trabalhem em equipes interdisciplinares para a construção de referências sobre a atuação do psicólogo-psicoterapeuta nesta equipe fortalecendo, a interdisciplinaridade, a clínica ampliada e a integralidade do cuidado.

c) Limitações das reivindicações de exclusividade por parte dos psicólogos

Foi levantada a questão de que historicamente a psicoterapia foi exercida por profissionais oriundos de diversas formações. Houve acordo em que a psicoterapia é uma atividade que diferentes profissionais habilitados podem exercer e em que o psicólogo é o profissional habilitado, na graduação, para seu exercício, ressaltando-se a necessidade de discutir a formação e o aprimoramento continuado.

O desafio maior neste tópico parece ser a questão de estabelecer critérios para que profissionais de diferentes formações sejam capacitados para tal (regulamentação), ou seja, questiona-se se apenas alguns profissionais deveriam ser reconhecidos (por exemplo, os que estão submetidos a um Conselho Profissional que reconheça e fiscalize o exercício da psicoterapia) ou se quaisquer profissionais com nível superior poderiam habilitar-se (engenheiros, biólogos, artistas plásticos)? Isto gera a necessidade de discutir se deve haver regulamentação da atividade, ou não. Houve acordo em que é preciso haver uma evolução e um aprofundamento da discussão para um posicionamento da categoria que sinalize para o Sistema Conselhos as linhas de ação a serem seguidas. Como não houve tempo para desenvolver discussão, as propostas não representam consenso.

#### c.1) Contextualização das propostas

Historicamente a psicoterapia tem sido exercida por diferentes profissionais e é inquestionável a expressiva contribuição de profissionais com formação diversa para a constituição do campo da psicoterapia e até mesmo da própria disciplina Psicologia. Também é sabido que, atualmente, na prática privada, pessoas com diversas formações (até mesmo sem formação de nível superior) oferecem serviços intitulando-se psicoterapeutas. Proliferam centros de formação oferecendo cursos de formação e especialização em diferentes abordagens psicoterápicas, reconhecidos e não reconhecidos pelo MEC.

Do ponto de vista legal, parece haver entendimento que o exercício da psicoterapia deve ser limitado a determinados profissionais, como indica a Resolução Normativa 167/2007 da ANS de 9 de janeiro de 2007, que regula a oferta de serviços pelos Planos de Saúde, em seu artigo 14, alínea IV que transcrevemos a seguir:

IV - cobertura de psicoterapia de acordo com o número de sessões estabelecido no Anexo I desta Resolução, que poderão ser realizados tanto por psicólogo como por médico devidamente habilitado, de acordo com o artigo 5º desta resolução, conforme indicação do médico assistente;

#### c.2) Propostas

- Ao invés de a categoria reivindicar exclusividade, deveria zelar pela qualidade do serviço.
- Conhecer a formação dos outros profissionais que atuam com a psicoterapia.
- Defender a Psicologia como algo além das psicoterapias, deixando de apostar na psicoterapia como exclusividade de atuação do psicólogo.
- Quanto à terminologia 'psicoterapia', que se discuta a diferenciação entre o psicólogo enquanto psicoterapeuta e os demais profissionais que se especializam em alguma terapia (psico + terapia= psicoterapia; psico remete à apropriação por parte do psicólogo).
- Pesquisar as áreas aplicadas: as práticas hegemônicas ou as que não são assim, sobre as que visam controlar o acesso à profissão em pontos que devem ser considerados os pontos-chaves da profissão; solicitação ao meio acadêmico.
- Pesquisar as práticas profissionais contemporâneas, os conflitos existentes e as várias tentativas de 'usurpar' competências e de 'imperialismo' de certas profissões.
- Que o CFP juntamente com os psicólogos psicoterapeutas continue promovendo a visibilidade de suas práticas aos demais profissionais e à sociedade, por meio de divulgação de estudos que demonstrem os benefícios auferidos pelos indivíduos que se submetem ao tratamento.

#### DEMANDAS PARA O SINDICATO DE PSICÓLOGOS

- Que o Sistema Conselhos apóie a FENAPSI para que ela identifique na legislação brasileira vigente, onde, por lei, é obrigada a presença do profissional psicólogo e faça gestão nos órgãos públicos para abertura de vagas para os psicólogos.
- Que o Sistema Conselhos apóie a FENAPSI na intensificação das discussões políticas, na questão da Saúde Suplementar, fazendo gestão junto ao Congresso Nacional para aumento do número de sessões de psicoterapia nos Convênios de Saúde.

#### d) Psicoterapia como prática diversa (clínica ampliada)

Houve acordo em que a psicoterapia deixou de ser prática exclusiva da clínica privada, está no campo da saúde. O setting não está mais entre quatro paredes. O psicólogo tem sido chamado a responder às demandas que surgem na comunidade/instituição, e ainda outros contextos que solicitam o envolvimento do profissional psicólogo junto a outros profissionais para atender às necessidades que se apresentam. Mas não houve tempo de discutir os desafios que decorrem desta situação, sendo apenas apontada a necessidade de maior divulgação de textos que fundamentem a compreensão da proposta da Clínica Ampliada, tendo em vista a pouca familiaridade dos psicólogos que não estão diretamente inseridos nos serviços públicos.

#### d.1) Contextualização das propostas

A realidade tem mostrado ser possível a prática ampliada da psicoterapia em alguns outros setores além do consultório, tais como: instituições, sistema público de saúde, ONGs, hospitais e outros setores, desde que consideradas e respeitadas especificidades de cada situação. Pensar a clínica ampliada é tentar responder às necessidades sócio-históricas que se apresentam. O psicólogo é um ser político e precisa estar preparado para novos modos de subjetivação, adaptar-se às novas demandas, compreender o ser humano numa cultura, entender a clínica ampliada no cotidiano profissional. O psicólogo leva a clínica com ele, pois é algo intrínseco à profissão.

O profissional tem que ter sabedoria ao compartilhar as informações. O conceito de sigilo deve ser revisto quando se trabalha fora da clínica privada. No momento em que se está numa instituição, o profissional precisa transformar seus referenciais e seus parâmetros de atuação, por exemplo, não terá necessariamente os cinquenta minutos para cada paciente. Que impacto isso tem na prática do psicoterapeuta? Considere-se também o fato de lidar com outro tipo de público, atendendo e tendo contato com outro tipo de população, tendo o contrato de trabalho intermediado pela instituição, etc.

Deve ser discutida mais amplamente a resolução do CFP 01/2009 sobre os registros nos prontuários e a questão da necessidade de partilhar e discutir os prontuários eletrônicos. Neste caso, quais cuidados devem ser tomados? Deve ser discutido também o direito do paciente de ter acesso ao seu prontuário a qualquer momento.

Os critérios de diagnóstico utilizados pela Psicologia também deveriam ser problematizados. Devemos concordar com a utilização dos sistemas classificatórios DSM IV e CID-10 numa equipe multidisciplinar, sendo que esses critérios foram estabelecidos hegemonicamente por um grupo da categoria médica? O psicólogo deve ter um olhar mais abrangente do ser humano, não se limitando a diagnósticos fechados.

#### d.2) Propostas

- Questionar quais as formas possíveis de atuação para promoção de Saúde/Vida (relação com práticas integrativas e complementares).
- Discutir como concretizar a atuação do psicólogo na promoção de Saúde fora do paradigma biomédico?
- Efetivar parcerias com a comunidade, diferentes atores sociais, no sentido de promover atividades que afirmem a Vida e não que apenas lidem com o paradigma saúde-doença;

- Estar preparado para as novas demandas e para a inserção da Psicologia nos novos espaços, e nas novas formas que se apresentam, para que a prestação de serviço tenha qualidade técnica e ética.
- Refletir sobre a prática da psicoterapia quanto ao trabalho em hospitais, saúde pública e coletiva formalizando regras de conduta legítimas e ações integradas (compartilhamento de prontuários, integração de equipes e apropriação ou não de técnicas em áreas afins, etc.) (Resolução 02/2009).
- Promover fóruns para abordar como o psicólogo deve fazer seu registro nos prontuários, discutindo a Resolução 02/09.
- Atentar para a necessidade do reconhecimento da clientela na prática diversa (Ex: psicoterapia de animais).
- Que o Sistema Conselhos crie fóruns de debates buscando romper com o modelo médico ortodoxo sob o qual se constituiu a prática clínica em Psicologia, explicitando as diferenças atuais entre os métodos de Psicologia Clínica Ampliada e psicoterapia, visando atender às concepções de saúde da OMS e definidas pelas Políticas Públicas, como, por exemplo, SUS e SUAS.

#### PROPOSTAS REFERENTES A OUTROS EIXOS

##### EIXO II (propostas não concenciais!)

- Ter experiência psicoterápica individual (o psicoterapeuta passar por terapia) – este tema foi bem controverso, dividindo a posição do grupo, inclusive dos palestrantes, sendo que o restante do grupo defendeu a proposta de que o psicoterapeuta quem tem que saber da sua necessidade individual.
- Obrigação de supervisão para os recém formados.
- Que o Sistema Conselhos em parceria com a ABEP e ABRAP promova diálogos com as unidades de Ensino Superior e Centros de Formação a fim de favorecer uma formação científica que considere os conhecimentos produzidos por outros campos de saber inclusive os não tradicionalmente estabelecidos.
- O psicólogo-psicoterapeuta deverá submeter-se a processo psicoterápico e supervisão de seus atendimentos.
- A psicoterapia deverá ser uma especialização (pós-formação universitária) que abarca tanto a prática quanto a teoria.
- Juntamente com a ABEP e ABRAP, definir qual a prática mínima necessária para isso:
  - ter concluído a graduação
  - ter se submetido à psicoterapia
  - ter feito curso de especialização, grupos de estudos e supervisões.
- Verificar objetivamente se a formação pessoal é algo necessário, dentre as opções: formação ou especialização, neste momento não achamos importante, mas sim delimitar o que nos pertence, para proporcionar tranquilidade nesta área. Para isso verificamos a necessidade de buscar que elementos pessoais e técnicos o psicoterapeuta precisa ter para exercer sua profissão com qualidade? Como formar um psicoterapeuta? Qual a reflexão possível diante de todo contexto social e demandas capitalistas?
  - Considerar algumas disciplinas que compõe a formação como essenciais, tais como: psicologia do desenvolvimento, psicopatologia, psicologia da aprendizagem, psicologia social, psicologia da personalidade e processos psicológicos básicos são particularidades na formação do psicólogo.
  - Criar parceria com a ABEP para mobilizar universidades visando a construção de estratégias, de acordo com as ênfases de cada instituição, para estimular os alunos no sentido do auto-aperfeiçoamento.
  - Em parceria com a ABRAP desenvolver esforços para que as especializações em psicoterapia para psicólogos sejam lugares que formem com a qualidade que a atuação necessita.
  - Em parceria com a ABEP mobilizar as universidades e cursos de Psicologia para uma formação psicoterápica mais ampla, contextualizada, e de melhor qualidade preferencialmente tendo como eixo a interdisciplinaridade, a ética e a cidadania.

#### OUTROS QUESTIONAMENTOS, SUGESTÕES E ENCAMINHAMENTOS

- A escuta clínica se faz em qualquer lugar, porém o contrato será feito com a instituição ou com a pessoa. Não é uma intervenção psicoterapêutica quando atinge a um público com objetivo institucional disciplinar.
- Defender o conhecimento da subjetividade como principal ferramenta do psicólogo, afinal, a psicoterapia seria apenas uma das diversas ações previstas a esta categoria. Os psicólogos deveriam conscientizar-se de que não o são apenas na área clínica, mas também nas demais áreas: entender que a subjetividade pode se expressar das mais diversas formas;
- A regulamentação das especializações (técnicas reconhecidas pelo MEC) requer uma revisão pelo sistema conselhos, havendo a necessidade de criação de um órgão mediador para tal e que cuide do pagamento de anuidade de somente um conselho (Ex: Profissional psicólogo clínico e fisioterapeuta acupunturista optam pela sua segunda profissão para regulamentação de sua especialização).

Eixo II - Parâmetros técnicos e éticos mínimos para a formação na graduação e na formação especializada e para o exercício da psicoterapia pelos psicólogos

##### • Contextualização das propostas

O grupo de representantes, reunido em 8 de agosto, na sede, em São Paulo, chegou ao consenso que o tema do Eixo II contempla o principal desafio no tocante à graduação e pós-graduação em Psicologia na sua interface com a psicoterapia, ou seja, elaborar parâmetros técnicos e éticos mínimos para a formação na graduação e na formação especializada para o exercício da psicoterapia pelos psicólogos.

Tendo revisado os relatórios elaborados nos eventos preparatórios realizados nas subsedes e na sede, o grupo considerou que as principais críticas recaíram sobre o distanciamento entre teoria e prática; o acesso limitado aos preceitos epistemológicos que fundamentam as abordagens de maior destaque; o incentivo incipiente para que os estudantes busquem psicoterapia – sobretudo por tratar-se de um momento de extrema importância no processo de formação do psicoterapeuta –; e a escassez de projetos pedagógicos que garantam a interação entre comunidade e universidade, haja vista que tais projetos potencializariam, junto aos futuros psicólogos (as), cultura de participação e compromisso social.

A partir da discussão realizada, que foi norteada pelas indicações contidas nos relatórios citados, o grupo estabeleceu os princípios que orientaram as propostas encaminhadas. São eles:

##### - Formação generalista (na graduação)

Trata-se de condição sine qua non, sobretudo levando em conta as possíveis áreas de atuação da Psicologia, entre elas, a psicoterapia.

##### - Formação continuada de docentes e discentes

A formação continuada contribui para o embasamento de prática cada vez mais refinada e atualizada da psicoterapia.

- Ampliação e divulgação de pesquisas

A produção de conhecimento científico potencializa a consolidação da prática da psicoterapia e contribui para formação de novos profissionais.

- Pluralidade de abordagens

Os cursos de graduação devem oferecer ao aluno diversidade de abordagens teóricas e buscar a expansão e diversificação das atividades de estágio.

- Interdisciplinaridade

Não perder de vista a promoção do diálogo abordando a psicoterapia em outras áreas de atuação e, também, entre diferentes abordagens.

- Políticas pedagógicas de incentivo à psicoterapia para graduandos.

Destaca-se a importância de se exercer a ética foucaultiana: "O cuidar de si é cuidar do outro". O terapeuta preocupado com seu aperfeiçoamento pessoal estará contribuindo para a qualidade do atendimento clínico que pratica. Esse auto-aperfeiçoamento não deve ser apenas no sentido de absorver conteúdos teóricos e técnicos, mas também no sentido do desenvolvimento da sensibilidade e autoconhecimento.

- Propostas Eixo II

Constatou-se que houve consenso em grande parte das propostas apresentadas pelas subseções e sede. Estão indicados os casos que não houve tempo suficiente para definir posição consensual, mas que se considerou importante fazer constar entre as propostas. Ao revisar o conjunto de relatórios, tomando-se como norteadores os princípios acima apresentados, verificou-se que as propostas poderiam ser agrupadas em temas. Resultaram 10 grupos de propostas, como seguem:

## 1. Ética

A reflexão ética é também necessidade constante para o aperfeiçoamento das práticas psicoterapêuticas. Deve haver constante preocupação com o desenvolvimento e aprimoramento ético na formação do profissional, com a possível geração de discussões e reflexões entre profissionais e alunos.

Desta forma, além das disciplinas Ética e Ética profissional, entendidas como fundamentais para a formação na graduação e pós-graduação, considera-se fundamental ampliar as reflexões, com os objetivos de:

- discutir as questões éticas da interface entre psicologia e psicoterapia;

- garantir que a ética profissional (do psicólogo) seja tema transversal durante toda a formação do profissional abrangendo todas as disciplinas, todo o curso, nas diferentes áreas de atuação do psicólogo, e, quanto à psicoterapia, incentivar o compartilhamento de informações e conteúdos, contidos no Código de Ética Profissional, fundamentais a essa prática.

## 2. Supervisão

Considera-se inquestionável a necessidade de haver espaço para supervisão durante a formação. A supervisão é também o lugar onde o psicólogo se forma, exercitando a forma de escutar e de dizer, ouvindo o outro e praticando a própria fala. Desta forma, propõe-se:

- sistematizar e normatizar a supervisão como atividade específica;
- zelar por políticas pedagógicas nas quais estejam atreladas teoria e prática;
- garantir que os estágios supervisionados em psicoterapia e demais estágios possam ser ofertados por número de horas de supervisão compatível com as condições de o aluno exercer o estágio em sua plenitude. Há proposta não consensual de que sejam oito alunos por supervisão, sendo esta realizada em período de quatro horas semanais;
- obrigatoriedade de supervisões pelos atendimentos realizados durante o período de dois anos (após a formação).

## 3. Psicoterapia para graduandos

Considera-se a necessidade de desenvolver mecanismos de incentivo à psicoterapia durante a formação, propondo-se:

- obrigatoriedade do psicoterapeuta de VIVENCIAR A PSICOTERAPIA. Não houve consenso sobre essa exigência, mas há proposta de que ela ocorra por período mínimo de um ano;
- que as Instituições de Ensino articularem e intermediarem o processo psicoterápico pessoal aos estudantes de Psicologia. Não houve consenso a esse respeito.

## 4. Diretrizes Curriculares para os Cursos de Psicologia

Considera-se a necessidade de esclarecer sobre as exigências com relação à prática psicoterápica. Propõe-se, então:

- ampliar a divulgação das Diretrizes Curriculares para Cursos de Psicologia aos universitários e comunidade acadêmica, envolvendo – a partir da sensibilização dos coordenadores – o corpo docente das Instituições de Ensino;
- defender a implantação, pelas universidades, de novas diretrizes curriculares na formação de psicólogos.

## 5. Pesquisa

Considera-se a necessidade de realização e divulgação de pesquisas no campo, propondo-se:

- incentivar a pesquisa e a iniciação científica, inclusive no campo da psicoterapia, para desenvolver o olhar de psicólogo e pesquisador.

## 6. Pluralidade de abordagens

O grupo considera a importância de o aluno conhecer abordagens diferentes durante a graduação. O Projeto Político Pedagógico do curso de formação deve favorecer o conhecimento das diversas teorias, métodos e técnicas que norteiam o campo da psicoterapia. Desta forma, propõe-se que:

- no contexto da formação do psicólogo, é preciso que haja contato com o maior número possível de técnicas psicoterápicas;
- dentro dos fundamentos epistemológicos, a disciplina TTP (Técnicas e Teorias Psicoterápicas) deve ser mais abrangente, apresentando o maior número possível de abordagens, porque ela é introdutória para a prática clínica.

## 7. Compromisso social

Considera-se a necessidade de sensibilizar a comunidade, profissionais e estudantes de psicologia, informando de forma clara e abrangente: o que é a psicoterapia; sua atuação; delimitação da área; práticas não aceitáveis; meios para acessar informações nos conselhos profissionais (CFP / CRP) para sanar dúvidas, fazer denúncias.

## 8. Parcerias: Sistema Conselhos / ABEP / ABRAP / MEC

O grupo também indica a necessidade de o Sistema Conselhos estabelecer parcerias com entidades como ABEP e ABRAP, definindo diretrizes e parâmetros para a prática da psicoterapia e formação em psicologia. Propõe-se que:

- o Sistema Conselhos, em parceria com ABEP e ABRAP, aproxime-se das universidades, organizando fóruns para discutir formação do psicólogo em psicoterapia;
- o Sistema Conselhos e a ABEP devem trabalhar em parceria com o MEC para fiscalização e qualificação da formação dos alunos;
- as parcerias mobilizem as universidades e cursos de psicologia para formação psicoterápica mais ampla, contextualizada e de melhor qualidade, tendo como eixos a interdisciplinaridade, a ética e a cidadania.

## 9. Interdisciplinaridade

O grupo considera a relevância da epistemologia da psicologia e das disciplinas que dão base filosófica, antropológica e sociológica para a prática da psicoterapia. Desta forma, propõe-se que:

- a formação proporcione o conhecimento biopsicossocial da formação do ser humano, incluindo desenvolvimento do ser humano, funcionamento neuropsicológico, psicopatologia, entre outros conhecimentos;
- o aluno de Psicologia, desde o primeiro ano da graduação, possa ter contato com a realidade prática;
- o diálogo entre profissões seja propiciado e incentivado já na graduação, com a possibilidade de que o curso de Psicologia seja constituído não só por psicólogos, mas, também, por profissionais de áreas afins.

#### 10. Formação

O grupo concluiu pela importância de zelar tanto pela formação continuada de professores/supervisores quanto pela de alunos de graduação e pós-graduação, o que originou 2 subgrupos de propostas, dentro do tema da formação. São eles:

##### 10.1. Continuada dos professores/supervisores

Considera-se a necessidade de:

- determinar critérios, ou seja, habilidades e competências, que o professor supervisor das psicoterapias deverá ter para estar apto a esta docência;
- observar, atentamente, a importância da vivência dos professores/supervisores no que tange à teoria ministrada;
- garantir a formação e qualificação profissional dos docentes nos cursos de Psicologia em relação ao número de alunos, ou seja, número de doutores e mestres nos cursos de Psicologia compatíveis com o número de graduandos;
- os cursos de Psicologia investirem na formação do supervisor, tanto na graduação quanto na especialização, para o suporte à prática do profissional.

##### 10.2. Graduação e Pós-graduação

Propõe-se:

- esclarecer quanto ao papel do psicólogo e de suas práticas psicológicas e psicoterápicas aos alunos iniciantes no curso de Psicologia;
- assegurar, na graduação e na pós-graduação, o debate sobre inserção do psicólogo nos serviços públicos contemplando a psicoterapia;
- incentivar a busca pela especialização do profissional psicólogo, mobilizando para o aprimoramento e a capacitação contínuos, considerando sempre o "tripé": embasamento teórico, supervisão e terapia pessoal;
- que a formação propicie compreensão crítica dos fenômenos sociais, econômicos, culturais e políticos do país, fundamental ao exercício da cidadania e da profissão;
- que TODOS os alunos dos cursos de psicologia, que optam pela prática da psicologia clínica/psicoterapia, devem, obrigatoriamente, atender durante o curso para poder exercitar essa futura prática, com horas de atendimento e supervisão necessárias para garantir a qualificação profissional;
- que os métodos e as técnicas psicoterápicas, para a apreensão do fenômeno psicológico em sua interface com os fenômenos biológicos, sociais e os direitos humanos, tenham em vista a promoção de qualidade de vida;
- que o profissional seja habilitado para exercer psicoterapia, sendo obrigatória a comprovação de especialização em cursos reconhecidos pelo MEC, com carga horária mínima de 360 horas, sendo 120 horas de atendimento clínico supervisionado. Não houve consenso a esse respeito.
- que o CFP deveria estabelecer critérios para a formação do profissional psicólogo em psicoterapia. Não houve consenso a esse respeito.
- que se institua avaliação, no término da formação do psicólogo, por meio do CFP, com objetivo de habilitar para o campo psicoterápico. Não houve consenso a esse respeito.

Outros eixos

Houve proposta de que se normatize a Psicoterapia Breve na Saúde Pública, com parâmetros e variáveis quanto às regras das psicoterapias: verificação do enquadre (expressão verbal, corporal ou mista); do uso do divã, da poltrona, face-a-face; do tempo (frequência, duração e número de sessões). Indica-se a necessidade de se discutir o assunto no Eixo I, considerando que o produto desta discussão refletirá na formação de novos profissionais, tanto na graduação como na pós-graduação.

Considerandos:

1. Foi consensual que o aperfeiçoamento dos cursos de psicologia – sobretudo no que tange às psicoterapias – será algo a ser conquistado paulatinamente, porém, o trabalho para tanto precisa ser iniciado o quanto antes. Acredita-se que as discussões realizadas até o momento apenas deflagraram este processo de aperfeiçoamento. Será preciso aprofundar os questionamentos levantados em cada eixo, de maneira a superar os desafios delineados neste Ano da Psicoterapia.

2. No Eixo II, o trabalho de compilação das propostas apresentadas pelas subseções e sede transcorreu dentro do tempo previsto, mesmo sendo discutidos aspectos mais polêmicos, em alguns casos chegando-se a posição consensual e em outros não, conforme indicado nas respectivas propostas. O tarefa do grupo foi facilitada pela similaridade das propostas, o que pode indicar alinhamento de objetivos e formas compartilhadas de pensar a formação do psicólogo.

3. Destaca-se a pouca participação dos profissionais, em geral, tanto aqueles ligados à prática da psicoterapia (clínica e clínica ampliada) como aqueles ligados à formação (coordenadores de curso e supervisores de estágio). É imprescindível e urgente que o Sistema Conselhos viabilize meios de investigação desta constatação.

Eixo III - Relações com os demais grupos profissionais

##### • Principal Desafio

- Construir formas de interlocução entre os psicólogos profissionais da psicoterapia e entre esta categoria e as demais (médicos, fisioterapeutas, nutricionistas, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos, assistentes sociais, educadores, filósofos, etc.), de modo a reconhecer e dar visibilidade àquilo que é comum, sem que as diferenças sejam desconsideradas.

##### • Princípios

- Posicionamento contrário à medicalização e à individualização do sofrimento humano, que, necessariamente, deve ser compreendido como uma construção social, ou seja, referida aos inúmeros aspectos da cultura, da formação social, das condições orgânicas, das relações interpessoais, etc., que contribuem para a constituição da subjetividade.

- Qualquer que seja a proposição de atendimento deve-se considerar a multiplicidade do fenômeno humano (diversidade de sujeitos, de culturas e de condições, de formas de se relacionar, etc.) e as inúmeras determinações do processo saúde-doença. Desta forma, mesmo que o atendimento seja realizado por um profissional, a compreensão do fenômeno deve respeitar tal complexidade. Da mesma forma, o trabalho em equipe multiprofissional deve respeitar a diversidade, não significando fragmentação do atendimento, mas estabelecimento de interlocução visando à sua integração.

- A psicoterapia deve considerar a complexidade do fenômeno humano, portanto, deve contar com uma perspectiva ética de trabalho multiprofissional, integrada e horizontal. Nesse sentido, cabe reafirmar a importância do trabalho

de psicoterapia em equipes multiprofissionais, em colaboração, sem submissão de nenhum ou a nenhum saber/procedimento.

- Constante revisão das regras e normas referentes à boa conduta do profissional da Psicologia, com vistas a discutir e reduzir ambiguidades.

• Propostas

1 Pesquisas sobre o Campo

- Apoiar a ABRAP em ações de mapeamento e diálogo com os profissionais da psicoterapia com formação em outras áreas:

os que realizam terapias,  
os que realizam psicoterapias, e

profissionais com quem trabalhamos em equipes multiprofissionais.

- Ação entre Conselho e Sindicato: Estabelecer a proporção de psicólogos de acordo com o número da população. (Discutir a melhor estratégia: se por procedimento; estratégia de atuação ou programa/rede de serviços).

2 Divulgação com Caráter de Esclarecimento

a) População

- Criar estratégias, em parceria com a ABRAP e outros conselhos reguladores de classe, para esclarecer a população sobre o que é psicoterapia, seus limites e abrangência.

- Para isso, utilizar todos os meios de comunicação disponíveis, criação de grupos de trabalho e realização de pesquisas.

- Sugestão de se realizar uma ampla divulgação a respeito do que caracteriza a psicoterapia realizada por psicólogos);

- Garantir que o Conselho Federal de Psicologia mantenha um posicionamento que assegure uma forma de atendimento diferenciando o psicólogo dos demais profissionais.

- Necessidade de divulgação das abordagens/técnicas tanto para a categoria quanto para os usuários atualmente reconhecidas e das que, até o momento, não são reconhecidas (ex.: Reiki, terapias de vidas passadas, cromoterapia, etc.).

- Afirmação do lugar da psicoterapia como um entre os vários dispositivos que se colocam a serviço da população (tanto na rede pública quanto na rede privada);

- O esclarecimento da população pode prover um mecanismo de regulação por parte da própria sociedade.

- Como fazemos em relação a um usuário da psicoterapia se ele se sente lesado: a quem recorre? Daí a necessidade de regulamentação do nosso campo no que tange à psicologia (sugestão de ampla divulgação do código de ética profissional).

b) Para os Psicólogos:

- Divulgação dos caminhos de construção da legitimidade de práticas atualmente não reconhecidas; (pesquisas legitimadas por Comissões de Ética);

c) Gestão pública

- Divulgar essa diferenciação para a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), com vistas a dar mais elementos para a distinção entre práticas psi e outras. Os principais pontos de um conflito eventual com os interesses mais amplos da sociedade e salvaguardando os usuários e profissionais de possíveis danos em suas relações (saúde suplementar).

- Código de defesa do consumidor e suas instâncias judiciais. Relacionadas a saúde suplementar.(NÃO HOUE CONSENSO A ESSE RESPEITO)

- Sistema conselhos e sindicato (caracterização do bom exercício profissional, saúde do trabalhador e gestão junto ao sus) , junto a outros profissionais, deve divulgar as alternativas ao modelo medicalizante.

3 Parcerias/Fórum de Discussões

- Constituir Fórum Permanente para diálogo, facilitador para decisões, em torno do tema Psicoterapia, com Instituições Oficiais (Sistema Conselhos de Psicologia, CFM, CFESS e afins), Instituições de formação de Psicoterapeutas por linhas teóricas (Psicodrama, Psicanálise e afins), Instituições de formação de graduação e pós-graduação especializada e Instituições de profissionais afins (ABEP, ABRAP, ABP e afins), com o objetivo de estabelecer parâmetros consensuais, critérios reconhecidos pela ciência e que possam nortear entre eles as ações e legislações, mantendo sempre um processo dinâmico para atualizações.

4 Questões para a ABRAP enfrentar:

- Leigo pode exercer psicoterapia? Como regulamentar algo que não é uma profissão? É possível que a ABRAP possa dar um certificado, ou uma indicação para os cursos de especialização?

- Fortalecer a instituição ABRAP através da criação de Núcleos Regionais com a proposta de promover discussões entre psicólogos e outros profissionais que estejam atuando em psicoterapia.

5 Para o Sistema Conselhos enfrentar:

- Como definir o que é psicoterapia exercida pelo psicólogo (diagnóstico, intervenção, etc.)?

- (Questão: Isso, em última instância, implicaria uma outra profissão?) necessidade de diálogo com a ABRAP.

- Manter e intensificar o diálogo existente entre Sistema Conselhos e ABRAP em torno do tema Psicoterapia, considerando que este diálogo tem caráter multiprofissional nesta discussão temática e necessita ter maior visibilidade. (sugestão de se rever o critério para associar-se à ABRAP, posto que a resolução CFP 10/2000 já reconhece o psicólogo como psicoterapeuta).

- Que o CREPOP pautar a construção de referências para a prática de psicoterapias na saúde pública.

- Discutir, repensar e divulgar os diferentes campos de trabalho do profissional da psicologia, de forma a garantir o valor social da profissão, respeitando as diferentes formas de contribuição e também mantendo a identidade da classe.

- Construir propostas que enfrentem o seguinte desafio: como contribuir com o trabalho em equipe multiprofissional, garantindo a possibilidade de trabalho conjunto e integrado e, ao mesmo tempo, garantindo o sigilo da relação psicólogo-usuário?

6 Políticas Públicas

B) Relações com os Profissionais Da Vigilância Sanitária

- Profissionais da Agência Nacional De Vigilância Sanitária – ANVISA, exigem uma alta taxa em relação aos riscos que oferecem. Em virtude disto a relação com o profissional da vigilância não será tranquila (reescrever e contar situação de sp).

- Como interferir para que outras práticas e abordagens já reconhecidas por nós possam ser incorporadas ou valorizadas na rede de serviços que compõe a política pública?

- O que caracteriza tais relações com entidades reguladoras (vigilância sanitária, Cadastro Nacional De Estabelecimentos De Saúde - CNES, Agência Nacional De Saúde Suplementar - ANS)?

- Fortalecimento da ABRAP para que as gestões em relação às políticas públicas incorporem as práticas psicoterápicas dentre as atividades realizadas por psicólogos.

B) Município

- GESTÃO JUNTO AO SINDICATO O recolhimento de outros tributos, tais como ISS, é incompatível aos recebimentos dos profissionais. PROPOSTA: gestão para readequação da tributação referente à prática do psicólogo.

C) Sindicato

- Revisão da tabela de honorários (Atividades e Honorários).

- O Sistema Conselhos junto com a ABRAP e o Sindicato poderiam fazer uma avaliação quanto às remunerações e a formação continuada oferecidas pelo serviço público.

- Auxiliar no reconhecimento de que o profissional da psicoterapia tem necessidades como trabalhador e que estas devem ser atendidas.

D) Sistema Conselhos

- Cuidado com a atitude restritiva em relação às técnicas/abordagens consideradas alternativas: tornar transparentes os critérios que dão subsídio para a afirmação de determinada técnica/abordagem. Esclarecimento dos papéis de cada uma das entidades: cabe ao conselho orientar sobre como se conquista essa legitimidade e fiscalizar as atividades dos profissionais da psicologia.

Estratégias: a) ampla divulgação do processo de reconhecimento e legitimidade de uma determinada abordagem/técnica deve ocorrer entre os pares ao longo do tempo e tornada pública; b) realização de gestões junto ao CONEP (Comitê Nacional de Ética em Pesquisa), auxiliando na transparência e na divulgação dos critérios utilizados para o reconhecimento das abordagens/técnicas).

# Psicoterapia

## Home

### Ações 2013-2016

- [Ações Subsele Metropolitana](#)
- [Ações Subsele ABC](#)
- [Ações Subsele de Campinas](#)
- [Ações Subsele Baixada](#)
- [Ações Subsele Vale](#)

### Ano da Psicoterapia 2009

## Segundo relatório encaminhado ao CFP

OFÍCIO ADP Nº 531/08

São Paulo, 04 de novembro de 2008.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA  
At.: Sr. Humberto Verona  
Presidente

Ref.: RELATÓRIO DE ATIVIDADES REALIZADAS NO CONSELHO DE PSICOLOGIA – SÃO PAULO PARA O EVENTO PREPARATÓRIO – 2009: ANO DA PSICOTERAPIA

Prezado Senhor:

Vimos, por meio desta, apresentar as atividades desenvolvidas por este Conselho com caráter de discussão da Psicoterapia, como Eventos preparatórios para o Ano Temático da Psicoterapia – 2009.

Primeiramente, cumpre informar que foi constituído o Grupo de Trabalho de Psicoterapia, composto por Luiz Tadeu Pessuto (coordenador), Carla Biancha Angelucci, Carmem Sílvia Rotondano Taverna, Maria Izabel do Nascimento Marques, Zuleika Fátima Vitoriano Olivan e Luís Fernando Saraiva. Este GT tem se reunido a fim de organizar as atividades do Ano Temático da Psicoterapia e sistematizar as produções e realizações deste Conselho na área.

Especificamente em relação às atividades preparatórias, foram realizadas atividades nas seguintes localidades: subsele São José do Rio Preto; subsele Baixada Santista e Vale do Ribeira e subsele Grande ABC.

Esclarecemos que a escolha por tais regiões foi estratégica. Como a sede não comportava mais atividades nos meses de outubro e novembro, dada a intensa dedicação às atividades do Ano Temático da Educação, optamos por realizar de maneira descentralizada as discussões. Assim, o conselheiro Luiz Tadeu Pessuto, coordenador do GT de Psicoterapia, organizou o evento em São José do Rio Preto, a gestora Zuleika coordenou os trabalhos na subsele da Baixada Santista e a conselheira Sueli organizou o debate na subsele Grande ABC.

Segue breve relato de cada atividade:

Subsele São José do Rio Preto  
Local: Auditório UNORP – São José do Rio Preto  
Data: 16 de setembro/2008  
Público Presente: em sua maioria, estudantes da UNORP.

Em função de problemas técnicos, a Video Conferência não ocorreu e os presentes optaram por realizar a discussão de maneira mais aprofundada a respeito do eixo II: Parâmetros técnicos e éticos mínimos para a formação na graduação e na formação especializada e para o exercício da psicoterapia pelos psicólogos.

Inúmeras situações de estágio são discutidas, assim como as dificuldades de dedicação exclusiva às atividades clínicas, depois da formação concluída.

Apontam ainda que deveria haver ênfase na continuidade da formação, após a graduação, a fim de garantir mais adequadamente os parâmetros técnicos e éticos da psicoterapia.

Subsele Baixada Santista e Vale do Ribeira  
Local: subsele Baixada Santista e Vale do Ribeira  
Data: 16 de outubro de 2008  
Formato do evento: roda de conversa sobre História e constituição do campo da psicoterapia; formação em psicoterapia; diversidade na atuação profissional em psicoterapia.  
Público Presente: psicólogos já formados

Eixos discutidos:  
Eixo I - A constituição das psicoterapias como campo interdisciplinar.

a) Psicoterapia como uma disciplina científica ou como um conjunto de métodos e técnicas que definem uma prática.

Psicoterapia é tanto uma disciplina científica como um conjunto de métodos e técnicas que definem uma prática. Historicamente, antes do século 17 e do advento do método científico, a procura da verdade dependia de uma operação que o sujeito fazia sobre ele mesmo: as diversas seitas e religiões eram os paradigmas do acesso à verdade. O método científico propôs uma aproximação à verdade através de um método externo ao sujeito. A Psicoterapia é tributária destas duas tradições.

b) Interdisciplinaridade, transversalidade e multiprofissionalidade: o psicólogo neste contexto.

Propomos que cada termo seja discutido e definido a priori para que depois possamos refletir sobre o papel do psicólogo psicoterapeuta neste contexto.

c) Limitações das reivindicações da exclusividade por parte dos psicólogos.

Entendemos que a prática da Psicoterapia não é exclusividade dos psicólogos, inclusive pela própria história e desenvolvimento do campo. A identidade do psicólogo não se reflete somente pelo exercício da Psicoterapia.

d) Psicoterapia como prática diversa (clínica ampliada).

Para se alcançar a Psicoterapia como prática diversa é necessário se repensar os recursos e as técnicas de cada suporte teórico de acordo com o momento histórico e social.

Eixo II - Parâmetros técnicos e éticos mínimos para a formação na graduação e na formação especializada e para o exercício da psicoterapia pelos psicólogos.

a) Parâmetros: referências e/ou regulação.

Referências: é necessário que os parâmetros técnicos sejam muito bem explicitados e possam dar consistência ao exercício da Psicoterapia. Historicamente essas diretrizes prendem-se aos eixos biológico, social, filosófico e propriamente psicológico.

Regulação: a prática da Psicoterapia exercida pelo psicólogo já está contemplada no código de ética profissional.

Eixo III - Relações com os demais grupos profissionais.

a) Estratégias políticas de construção de parcerias e enfrentamento dos conflitos.

Chamar os demais grupos profissionais para o debate amplo sobre a prática psicoterápica.

b) Relação do Sistema Conselhos com a ABRAP e outras entidades.

Não trazer das entidades nenhuma idéia ou regra que se aplique como norma aos psicólogos sem uma apreciação ampla dentro do Sistema Conselhos. Esse diálogo, no entanto, é interessante para uma discussão com a diversidade da Psicoterapia.

Sugestões:

Estudar as condições históricas que fizeram com que a Psicoterapia tenha se tornado tão diversa e abrangente como é, para que os eixos contemplem também o estudo longitudinal, além do estudo latitudinal apresentado nos eixos propostos;

Abrir discussão sobre a importância dos grupos de estudos informais que auxiliam o psicólogo psicoterapeuta a estudar as bases teóricas que fundamentam o exercício profissional.

Subsede Grande ABC

Local: Subsede Grande ABC

Data: 30 de outubro de 2008

Formato do evento: roda de conversa sobre História e constituição do campo da psicoterapia; formação em psicoterapia; diversidade na atuação profissional em psicoterapia.

Público Presente: psicólogos já formados

Dois questões saltaram no debate que entendemos merecem se encaminhadas ao estudo nacional:

1) Buscar identificar por registros no Brasil ou de outros países, no sentido de entender como se deu a incorporação da prática da psicoterapia pelos psicólogos na medida em que a profissão foi se constituindo, se organizando socialmente, em que momento ou de que forma os psicólogos entenderam que essa prática deveria ser incluída no fazer dos psicólogos, o que existe documentado sobre isso.

2) Distinguir o trabalho do psicólogo enquanto psicoterapeuta de um outro profissional não psicólogo: que diferencial a profissão de psicólogo agrega à prática da psicoterapia? A atuação do psicólogo como centrada nas variáveis psicológicas e no enquadre, entendendo que todo profissional da saúde tem um certo estudo sobre a questão da subjetividade, entretanto a psicologia tem isso como o centro de sua atenção.

Além das duas questões acima, acrescentamos que os profissionais psicanalistas enfatizaram a necessidade de se distinguir psicoterapia de psicanálise.

Estas são as contribuições do Conselho Regional de São Paulo para a discussão.

Sem mais para o momento colocamo-nos ao inteiro dispor para os esclarecimentos que se apresentem necessários.

Atenciosamente,

LUIZ TADEU PESSUTTO E CARLA BIANCHA ANGELUCCI

Membros do GT de Psicoterapia – CRP-6ª Região

# Psicoterapia

## Home

### Ações 2013-2016

- [Ações Subsele Metropolitana](#)
- [Ações Subsele ABC](#)
- [Ações Subsele de Campinas](#)
- [Ações Subsele Baixada](#)
- [Ações Subsele Vale](#)

### Ano da Psicoterapia 2009

## Segundo relatório encaminhado ao CFP

OFÍCIO ADP Nº 531/08

São Paulo, 04 de novembro de 2008.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA  
At.: Sr. Humberto Verona  
Presidente

Ref.: RELATÓRIO DE ATIVIDADES REALIZADAS NO CONSELHO DE PSICOLOGIA – SÃO PAULO PARA O EVENTO PREPARATÓRIO – 2009: ANO DA PSICOTERAPIA

Prezado Senhor:

Vimos, por meio desta, apresentar as atividades desenvolvidas por este Conselho com caráter de discussão da Psicoterapia, como Eventos preparatórios para o Ano Temático da Psicoterapia – 2009.

Primeiramente, cumpre informar que foi constituído o Grupo de Trabalho de Psicoterapia, composto por Luiz Tadeu Pessuto (coordenador), Carla Biancha Angelucci, Carmem Sílvia Rotondano Taverna, Maria Izabel do Nascimento Marques, Zuleika Fátima Vitoriano Olivan e Luís Fernando Saraiva. Este GT tem se reunido a fim de organizar as atividades do Ano Temático da Psicoterapia e sistematizar as produções e realizações deste Conselho na área.

Especificamente em relação às atividades preparatórias, foram realizadas atividades nas seguintes localidades: subsele São José do Rio Preto; subsele Baixada Santista e Vale do Ribeira e subsele Grande ABC.

Esclarecemos que a escolha por tais regiões foi estratégica. Como a sede não comportava mais atividades nos meses de outubro e novembro, dada a intensa dedicação às atividades do Ano Temático da Educação, optamos por realizar de maneira descentralizada as discussões. Assim, o conselheiro Luiz Tadeu Pessuto, coordenador do GT de Psicoterapia, organizou o evento em São José do Rio Preto, a gestora Zuleika coordenou os trabalhos na subsele da Baixada Santista e a conselheira Sueli organizou o debate na subsele Grande ABC.

Segue breve relato de cada atividade:

Subsele São José do Rio Preto  
Local: Auditório UNORP – São José do Rio Preto  
Data: 16 de setembro/2008  
Público Presente: em sua maioria, estudantes da UNORP.

Em função de problemas técnicos, a Vídeo Conferência não ocorreu e os presentes optaram por realizar a discussão de maneira mais aprofundada a respeito do eixo II: Parâmetros técnicos e éticos mínimos para a formação na graduação e na formação especializada e para o exercício da psicoterapia pelos psicólogos.

Inúmeras situações de estágio são discutidas, assim como as dificuldades de dedicação exclusiva às atividades clínicas, depois da formação concluída.

Apontam ainda que deveria haver ênfase na continuidade da formação, após a graduação, a fim de garantir mais adequadamente os parâmetros técnicos e éticos da psicoterapia.

Subsele Baixada Santista e Vale do Ribeira  
Local: subsele Baixada Santista e Vale do Ribeira  
Data: 16 de outubro de 2008  
Formato do evento: roda de conversa sobre História e constituição do campo da psicoterapia; formação em psicoterapia; diversidade na atuação profissional em psicoterapia.  
Público Presente: psicólogos já formados

Eixos discutidos:  
Eixo I - A constituição das psicoterapias como campo interdisciplinar.

a) Psicoterapia como uma disciplina científica ou como um conjunto de métodos e técnicas que definem uma prática.

Psicoterapia é tanto uma disciplina científica como um conjunto de métodos e técnicas que definem uma prática. Historicamente, antes do século 17 e do advento do método científico, a procura da verdade dependia de uma operação que o sujeito fazia sobre ele mesmo: as diversas seitas e religiões eram os paradigmas do acesso à verdade. O método científico propôs uma aproximação à verdade através de um método externo ao sujeito. A Psicoterapia é tributária destas duas tradições.

b) Interdisciplinaridade, transversalidade e multiprofissionalidade: o psicólogo neste contexto.

Propomos que cada termo seja discutido e definido a priori para que depois possamos refletir sobre o papel do psicólogo psicoterapeuta neste contexto.

c) Limitações das reivindicações da exclusividade por parte dos psicólogos.

Entendemos que a prática da Psicoterapia não é exclusividade dos psicólogos, inclusive pela própria história e desenvolvimento do campo. A identidade do psicólogo não se reflete somente pelo exercício da Psicoterapia.

d) Psicoterapia como prática diversa (clínica ampliada).

Para se alcançar a Psicoterapia como prática diversa é necessário se repensar os recursos e as técnicas de cada suporte teórico de acordo com o momento histórico e social.

Eixo II - Parâmetros técnicos e éticos mínimos para a formação na graduação e na formação especializada e para o exercício da psicoterapia pelos psicólogos.

a) Parâmetros: referências e/ou regulação.

Referências: é necessário que os parâmetros técnicos sejam muito bem explicitados e possam dar consistência ao exercício da Psicoterapia. Historicamente essas diretrizes prendem-se aos eixos biológico, social, filosófico e propriamente psicológico.

Regulação: a prática da Psicoterapia exercida pelo psicólogo já está contemplada no código de ética profissional.

Eixo III - Relações com os demais grupos profissionais.

a) Estratégias políticas de construção de parcerias e enfrentamento dos conflitos.

Chamar os demais grupos profissionais para o debate amplo sobre a prática psicoterápica.

b) Relação do Sistema Conselhos com a ABRAP e outras entidades.

Não trazer das entidades nenhuma idéia ou regra que se aplique como norma aos psicólogos sem uma apreciação ampla dentro do Sistema Conselhos. Esse diálogo, no entanto, é interessante para uma discussão com a diversidade da Psicoterapia.

Sugestões:

Estudar as condições históricas que fizeram com que a Psicoterapia tenha se tornado tão diversa e abrangente como é, para que os eixos contemplem também o estudo longitudinal, além do estudo latitudinal apresentado nos eixos propostos;

Abrir discussão sobre a importância dos grupos de estudos informais que auxiliam o psicólogo psicoterapeuta a estudar as bases teóricas que fundamentam o exercício profissional.

Subsede Grande ABC

Local: Subsede Grande ABC

Data: 30 de outubro de 2008

Formato do evento: roda de conversa sobre História e constituição do campo da psicoterapia; formação em psicoterapia; diversidade na atuação profissional em psicoterapia.

Público Presente: psicólogos já formados

Dois questões saltaram no debate que entendemos merecem se encaminhadas ao estudo nacional:

1) Buscar identificar por registros no Brasil ou de outros países, no sentido de entender como se deu a incorporação da prática da psicoterapia pelos psicólogos na medida em que a profissão foi se constituindo, se organizando socialmente, em que momento ou de que forma os psicólogos entenderam que essa prática deveria ser incluída no fazer dos psicólogos, o que existe documentado sobre isso.

2) Distinguir o trabalho do psicólogo enquanto psicoterapeuta de um outro profissional não psicólogo: que diferencial a profissão de psicólogo agrega à prática da psicoterapia? A atuação do psicólogo como centrada nas variáveis psicológicas e no enquadre, entendendo que todo profissional da saúde tem um certo estudo sobre a questão da subjetividade, entretanto a psicologia tem isso como o centro de sua atenção.

Além das duas questões acima, acrescentamos que os profissionais psicanalistas enfatizaram a necessidade de se distinguir psicoterapia de psicanálise.

Estas são as contribuições do Conselho Regional de São Paulo para a discussão.

Sem mais para o momento colocamo-nos ao inteiro dispor para os esclarecimentos que se apresentem necessários.

Atenciosamente,

LUIZ TADEU PESSUTTO E CARLA BIANCHA ANGELUCCI

Membros do GT de Psicoterapia – CRP-6ª Região

# Psicoterapia

## Home

### Ações 2013-2016

- [Ações Subsede Metropolitana](#)
- [Ações Subsede ABC](#)
- [Ações Subsede de Campinas](#)
- [Ações Subsede Baixada](#)
- [Ações Subsede Vale](#)

### Ano da Psicoterapia 2009

## Relatório

### Seminário Regional do Ano Temático da Psicoterapia

#### 1) Dados de Identificação:

a. Conselho Regional de Psicologia: CRP 06

b. Equipe que elaborou o relatório:

Luiz Tadeu Pessuto, Carla Biancha Angelucci, Carmem S. Taverna, Zuleika Olivan, Alice da Silva Moreira, Angelita Alves Pavão, Dario T. Schezzi, Márcio, Aloisio de Oliveira e Regiane Aparecida Piva.

#### 2) Metodologia:

Seminário Regional:

a. Critério de escolha dos representantes do CRP para o evento Nacional:

- Para os eixos: eleição nos subgrupos que trabalharam o respectivo eixo.
- Além disso, em plenária final, foi eleito mais um membro do grupo.
- Como critério, o representante deveria ser psicólogo com inscrição ativa junto ao CRP 06, com experiência na área, e suficientemente apropriado das discussões referentes ao tema, sendo capaz de apresentar e defender os posicionamentos construídos pelo coletivo, ao longo das atividades preparatórias para este Ano Temático.

b. Nomes dos representantes indicados:

#### Eixo I

Titular – Alice da Silva Moreira

1o. Suplente Zuleika Olivan (Gestora de Santos)

#### Eixo II

Titular - Angelita Alves Pavão

1o. Suplente - Gustavo de Lima Bernardes Sales

#### Eixo III

Titular - Dario Schezzi

1o. Suplente – Liriane Cristina Catharin

2o. Suplente Rubens Afonso

Titular - Carla Biancha Angelucci

1o. Suplente Clóvis Martins Costa

Titular - Luiz Tadeu Pessuto (representante do GT Nacional de Psicoterapia)  
sem suplente

c. Nomes dos Representantes indicados por eixo temático:

#### Eixo I

Titular – Alice da Silva Moreira

1o. Suplente – Zuleika Olivan (gestora de Santos)

#### Eixo II

Titular – Angelita Alves Pavão

1o. Suplente – Gustavo de Lima Bernardes Sales

#### Eixo III

Titular Dario Schezzi

1o. Suplente – Liriane Cristina Catharin

2o. Suplente – Rubens Afonso

d. Organização dos eventos:

Foram realizadas atividades nas oito subsedes e na sede, a fim de que cada um dos três eixos fossem discutidos. Sempre que possível, contamos com a participação de representantes da ABRAP e da ABEP. Em cada uma dessas nove atividades, foi produzido relatório com as considerações e propostas construídas pelo grupo.

Dois representantes de cada eixo foram eleitos nessas atividades e participaram do evento regional, ocorrido em São Paulo. Nessa ocasião, os representantes reuniram-se de acordo com o eixo de que haviam participado, os relatórios produzidos na etapa anterior foram lidos e discutidos, de forma a construir-se um relatório ampliado, que contemplasse todas as discussões anteriores, sem que houvesse supressão de nenhuma das contribuições.

Esse registro foi finalizado em uma reunião de que participaram os membros do GT de Psicoterapia do CRP São Paulo, juntamente com os representantes eleitos no evento regional.

e. Número de participantes por eventos Regionais:

Foram realizados nove eventos regionais, sendo assim distribuídos os números de participantes:

ABC: 30 participantes

Assis: 25 e 25 (Presidente Prudente) – Total 50 participantes

Baixada Santista e Vale Paraiba – 25 participantes

Bauru: 29 participantes

Campinas: 69 participantes

Ribeirão Preto: 21 participantes

São José do Rio Preto – 43 participantes  
Vale do Paraíba – 34 participantes  
Sede – 90 participantes

f. Dificuldades encontradas para organização e execução do(s) evento(s):

O grupo levanta como hipótese a falta de envolvimento da categoria que não se faz presente em momentos importantes como este, por se tratar de uma profissão marcadamente de profissionais liberais. Outra hipótese a ser levantada é que a estratégia de sensibilização não vem atingindo os objetivos propostos pelo CRP-06. Uma terceira hipótese seria o receio da categoria em expor práticas não reconhecidas. Diante desse contexto, propomos a criação de estratégias para se testar tais hipóteses.

### Sistematização das Propostas por Eixos

#### EIXO I

A constituição das psicoterapias como campo interdisciplinar

a) psicoterapia como uma disciplina científica ou como um conjunto de métodos e técnicas que definem uma prática

A discussão desta questão apontou como principal desafio a necessidade de explicitar conceitualmente os termos “disciplina científica” versus “conjunto de métodos e técnicas que definem uma prática”. O grupo entendeu dois níveis de problemas envolvidos nesta formulação, a saber: 1) A psicoterapia deve ser considerada como uma disciplina independente ou como parte constituinte da disciplina Psicologia? O grupo posicionou-se pelo entendimento da psicoterapia como parte da disciplina Psicologia. 2) A definição da psicoterapia como conjunto de métodos e técnicas que definem uma prática deve ser entendida como excluindo a fundamentação científica desta prática? O posicionamento assumido pelo grupo foi o de não abrir mão da necessidade de fundamentação científica para o conjunto de métodos e técnicas que definem a prática da psicoterapia.

a.1) Contextualização das propostas

A Resolução 10/2000 estabelece que “a psicoterapia é prática do psicólogo por se constituir técnica e conceitualmente num processo científico de compreensão, análise e intervenção que se realiza através da aplicação sistematizada e controlada de métodos e técnicas psicológicas reconhecidos pela ciência, pela prática e pela ética profissional, promovendo a saúde mental e propiciando condições para o enfrentamento de conflitos e/ou transtornos psíquicos de indivíduos ou grupos”.

Em consonância com esta Resolução, a psicoterapia deve ser entendida como um conjunto de métodos e técnicas científicas específicos, fundamentados na Psicologia enquanto disciplina científica, não como uma disciplina independente.

Outros aspectos não devem ser desconsiderados. “A psicoterapia não deveria controlar e sim libertar”. (Prof. Dr. Conrado Sathler). É necessário discutir o que significa ser científico e não científico, o quanto os profissionais estão a serviço do controle e da manipulação ou dedicados ao acolhimento e desenvolvimento da liberdade de escolha. Uma forma de refletir sobre nossas atuações é ressaltar a importância de nossas intervenções, muitas vezes estas podem determinar a direção de uma vida, por isso, nossa responsabilidade social é fundamental.

O grupo entende que não há uma diferenciação entre o que é psicoterapia e o que é psicoterapêutico. Há uma confusão entre atendimento psicológico e psicoterapia: os atendimentos psicológicos podem variar quanto à forma, sendo psicoterapêuticos, mas não necessariamente serem psicoterapia. Do ponto de vista científico, há a configuração de um problema, que merece ser estudado. Se olharmos a questão a partir do benefício psicoterapêutico obtido para a ação que o promoveu, tendemos a achar que tal ação é psicoterapia. Por outro lado, ao olharmos a questão do ponto de vista da ação da prática profissional, teríamos que ter a clareza de quais são as ações pertinentes ao campo da psicoterapia.

a.2) Propostas (agrupadas por assunto):

Reconhecimento de abordagens e/ou práticas e/ou técnicas

Definir, esclarecer e divulgar amplamente os critérios utilizados para legitimar as abordagens/práticas/técnicas, sobretudo no que diz respeito ao seu caráter científico. Há pelo menos dois enfoques:

(I) pelo estabelecimento do critério a priori do que se entende que seja a psicoterapia praticada por psicólogos a partir do reconhecimento e delimitação do caráter científico de técnicas e métodos já praticados em psicoterapia, abrindo a possibilidade de inclusão de novas técnicas;

(II) pelo estabelecimento de critérios a posteriori. Sugere-se que seja feito mapeamento das técnicas e recursos utilizados pelos psicólogos para a prática da psicoterapia na atualidade. Entende-se que essa forma de sondagem permitirá uma legitimidade para o entendimento do que de fato é praticado.

Divulgação das práticas reconhecidas.

Ética

Refletir sobre os problemas éticos que se apresentam à prática profissional da psicoterapia atualmente.

Uniformização e fiscalização de parâmetros pelo Sistema Conselhos

Que o Sistema Conselhos divulgue amplamente para que a psicoterapia, como uma atividade desenvolvida por psicólogos, deva estar fundamentada em teorias, métodos e técnicas reconhecidas pela comunidade científica (resoluções 11/97 e 10/00).

Realizar debates amplos sobre a Resolução 10/00, principalmente no que concerne ao que é necessário para que um processo terapêutico realizado por psicólogos ocorra. Por Exemplo:

Diagnóstico;

Planejamento da intervenção, contendo os métodos e técnicas que serão utilizados;

Encerramento do processo.

Construir e divulgar os parâmetros para os trabalhos de orientação e fiscalização a serem realizados junto aos psicólogos que exercem a psicoterapia.

Divulgar que, independentemente da abordagem, todo psicólogo é psicoterapeuta.

Não uniformização de parâmetros pelo Sistema Conselhos

Respeitar a competência e autonomia do psicólogo psicoterapeuta, após avaliação diagnóstica fundamentada, para delimitar sobre o tratamento: duração do tratamento e alta, indicação de atendimento individual ou em grupo decidido com o paciente/cliente.

Levantamento (pesquisa) da realidade

Levando em consideração as condições histórico-sociais, o Sistema Conselhos deve verificar atentamente quais os procedimentos utilizados na prática profissional do psicólogo em psicoterapia.

Elencar os fenômenos e processos adversos da realidade concreta da atuação.

Produzir conhecimento dentro e fora das universidades, publicando esse material em revistas científicas reconhecidas, para validar o conhecimento de modo nacional e internacional.

Fazer pesquisas em parceria com o CREPOP, sobre os resultados da psicoterapia, fundamentando que não é só um “bate papo”.

Que o Conselho Federal de Psicologia em parceria com a ABEP e a ABRAP proponha discussões com a Academia

(Universidades), contemplando as diversas concepções teóricas e metodológicas na formação clínica do psicólogo. O Sistema Conselhos, juntamente com outras entidades, deverá identificar e compreender quem é esse psicólogo psicoterapeuta. Sistema Conselhos deve realizar mapeamento do exercício da psicoterapia por psicólogos, para que o sistema Conselhos possa obter Referências para a criação de Diretrizes e posteriormente, para a criação de ações de fiscalização e orientação da prática psicoterapêutica por psicólogos.

- Quantos são os psicólogos que atuam em psicoterapia?
- Onde atuam em termos institucionais?
- Que abordagens utilizam?
- Qual a formação?

b) Interdisciplinaridade, transversalidade e multiprofissionalidade: o psicólogo neste contexto

Este tópico pareceu estar muito relacionado ao eixo II. Da forma como está gerou confusão no entendimento porque alguns ficaram divididos entre a prática profissional e a academia. Foi acordado que tomaríamos como contexto a prática profissional, lembrando que estamos falando da constituição da psicoterapia. Não houve discordâncias neste tópico.

#### b.1) Contextualização das propostas

A psicoterapia deixou de ser prática exclusiva da clínica privada, está no campo da saúde, assim o psicólogo teve que aprender a trabalhar de forma interdisciplinar. No momento em que trabalha numa instituição, o profissional precisa transformar seus referenciais e seus parâmetros de atuações. Não dá para pensar a psicoterapia como prática isolada, o psicoterapeuta tem que ter a responsabilidade de encaminhar o paciente quando necessário. Ter o cuidado de não se colocar como a única alternativa no tratamento de seu paciente, considerando sempre a importância de um trabalho multi e interdisciplinar nesta prática.

É inquestionável a necessidade de o psicólogo psicoterapeuta ter apropriação tanto das teorias psicológicas quanto das demais teorias que contribuem para a compreensão do desenvolvimento individual, familiar e social do indivíduo que busca o referido atendimento.

Mas também é essencial que o psicólogo psicoterapeuta tenha clareza de suas referências em relação à prática utilizada, da especificidade de seu trabalho e que possa respeitar a atuação dos demais profissionais envolvidos no tratamento do indivíduo que sofre. Ele deverá assegurar os direitos do indivíduo que necessitar dos cuidados de equipe multidisciplinar e nortear seu trabalho promovendo benefícios ao indivíduo em consonância com o Código de Ética Profissional.

A discussão pode ser facilitada pela explicitação dos conceitos utilizados, tendo sido sugeridas as seguintes definições:

**Interdisciplinaridade:** atuação de vários profissionais em um mesmo contexto, cada qual respondendo do seu campo de saber. O psicólogo neste contexto responderá com o arcabouço teórico de sua profissão.

**Multiprofissionalidade:** este conceito aparece anterior ao conceito de interdisciplinaridade levando o psicólogo a ter que trabalhar com outros profissionais visando o bem estar do sujeito que procura, por exemplo, o serviço de saúde. O psicólogo neste contexto deverá procurar técnicas e recursos que atendam à demanda apresentada nos diversos locais de trabalho.

**Transversalidade:** pensando-se que se está trabalhando com um sujeito é preciso que todos os profissionais envolvidos tenham uma atitude ética do seu respectivo campo profissional visando o bem estar deste sujeito. Cada profissional envolvido contribuirá com o seu conhecimento construindo propostas de intervenção para o atendimento das demandas.

#### b.2) Propostas

Defender o psicólogo como profissional que atua na perspectiva da multi/trans/interdisciplinaridade independentemente da área, considerando, portanto, a Saúde, a Educação, a Justiça, etc. e sendo facilitador desta forma trabalho.

Incentivar a compreensão dos usuários dos serviços psicológicos pelo viés da complexidade e da integralidade. Não reduzir os acompanhamentos a questões individuais. Discutir encaminhamentos junto com os demais profissionais. A interdisciplinaridade não se daria, na prática, apenas através de conversas formais, mas contextualizando e situando as questões específicas de cada caso junto a cada profissional e sujeitos envolvidos. Essas conversas informais seriam facilitadoras para futuras implantações de serviços interdisciplinares.

Ampliar as discussões sobre as atribuições dos psicólogos, demonstrando aos diversos cuidadores que a atuação não se restringe apenas à psicoterapia clínica individual.

A psicoterapia deve considerar a complexidade do fenômeno humano, portanto, deve contar com uma perspectiva ética de trabalho multiprofissional, integrada e horizontal. Nesse sentido, cabe reafirmar a importância do trabalho de psicoterapia em equipes multiprofissionais, em colaboração, sem submissão de nenhum ou a nenhum saber/procedimento.

Criar espaços de debate com profissionais que trabalhem em equipes interdisciplinares para a construção de referências sobre a atuação do psicólogo-psicoterapeuta nesta equipe fortalecendo, a interdisciplinaridade, a clínica ampliada e a integralidade do cuidado.

#### c) Limitações das reivindicações de exclusividade por parte dos psicólogos

Foi levantada a questão de que historicamente a psicoterapia foi exercida por profissionais oriundos de diversas formações. Houve acordo em que a psicoterapia é uma atividade que diferentes profissionais habilitados podem exercer e em que o psicólogo é o profissional habilitado, na graduação, para seu exercício, ressaltando-se a necessidade de discutir a formação e o aprimoramento continuado.

O desafio maior neste tópico parece ser a questão de estabelecer critérios para que profissionais de diferentes formações sejam capacitados para tal (regulamentação), ou seja, questiona-se se apenas alguns profissionais deveriam ser reconhecidos (por exemplo, os que estão submetidos a um Conselho Profissional que reconheça e fiscalize o exercício da psicoterapia) ou se quaisquer profissionais com nível superior poderiam habilitar-se (engenheiros, biólogos, artistas plásticos)? Isto gera a necessidade de discutir se deve haver regulamentação da atividade, ou não. Houve acordo em que é preciso haver uma evolução e um aprofundamento da discussão para um posicionamento da categoria que sinalize para o Sistema Conselhos as linhas de ação a serem seguidas. Como não houve tempo para desenvolver discussão, as propostas não representam consenso.

#### c.1) Contextualização das propostas

Historicamente a psicoterapia tem sido exercida por diferentes profissionais e é inquestionável a expressiva contribuição de profissionais com formação diversa para a constituição do campo da psicoterapia e até mesmo da própria disciplina Psicologia. Também é sabido que, atualmente, na prática privada, pessoas com diversas formações (até mesmo sem formação de nível superior) oferecem serviços intitulando-se psicoterapeutas. Proliferam centros de formação oferecendo cursos de formação e especialização em diferentes abordagens psicoterápicas, reconhecidos e não reconhecidos pelo MEC.

Do ponto de vista legal, parece haver entendimento que o exercício da psicoterapia deve ser limitado a

determinados profissionais, como indica a Resolução Normativa 167/2007 da ANS de 9 de janeiro de 2007, que regula a oferta de serviços pelos Planos de Saúde, em seu artigo 14, alínea IV que transcrevemos a seguir:

IV - cobertura de psicoterapia de acordo com o número de sessões estabelecido no Anexo I desta Resolução, que poderão ser realizados tanto por psicólogo como por médico devidamente habilitado, de acordo com o artigo 5º desta resolução, conforme indicação do médico assistente;

#### c.2) Propostas

Ao invés de a categoria reivindicar exclusividade, deveria zelar pela qualidade do serviço.

Conhecer a formação dos outros profissionais que atuam com a psicoterapia.

Defender a Psicologia como algo além das psicoterapias, deixando de apostar na psicoterapia como exclusividade de atuação do psicólogo.

Quanto à terminologia 'psicoterapia', que se discuta a diferenciação entre o psicólogo enquanto psicoterapeuta e os demais profissionais que se especializam em alguma terapia (psico + terapia = psicoterapia; psico remete à apropriação por parte do psicólogo).

Pesquisar as áreas aplicadas: as práticas hegemônicas ou as que não são assim, sobre as que visam controlar o acesso à profissão em pontos que devem ser considerados os pontos-chaves da profissão; solicitação ao meio acadêmico.

Pesquisar as práticas profissionais contemporâneas, os conflitos existentes e as várias tentativas de 'usurpar' competências e de 'imperialismo' de certas profissões.

Que o CFP juntamente com os psicólogos psicoterapeutas continue promovendo a visibilidade de suas práticas aos demais profissionais e à sociedade, por meio de divulgação de estudos que demonstrem os benefícios auferidos pelos indivíduos que se submetem ao tratamento.

### DEMANDAS PARA O SINDICATO DE PSICÓLOGOS

Que o Sistema Conselhos apóie a FENAPSI para que ela identifique na legislação brasileira vigente, onde, por lei, é obrigada a presença do profissional psicólogo e faça gestão nos órgãos públicos para abertura de vagas para os psicólogos.

Que o Sistema Conselhos apóie a FENAPSI na intensificação das discussões políticas, na questão da Saúde Suplementar, fazendo gestão junto ao Congresso Nacional para aumento do número de sessões de psicoterapia nos Convênios de Saúde.

#### d) Psicoterapia como prática diversa (clínica ampliada)

Houve acordo em que a psicoterapia deixou de ser prática exclusiva da clínica privada, está no campo da saúde. O setting não está mais entre quatro paredes. O psicólogo tem sido chamado a responder às demandas que surgem na comunidade/instituição, e ainda outros contextos que solicitam o envolvimento do profissional psicólogo junto a outros profissionais para atender às necessidades que se apresentam. Mas não houve tempo de discutir os desafios que decorrem desta situação, sendo apenas apontada a necessidade de maior divulgação de textos que fundamentem a compreensão da proposta da Clínica Ampliada, tendo em vista a pouca familiaridade dos psicólogos que não estão diretamente inseridos nos serviços públicos.

#### d.1) Contextualização das propostas

A realidade tem mostrado ser possível a prática ampliada da psicoterapia em alguns outros setores além do consultório, tais como: instituições, sistema público de saúde, ONGs, hospitais e outros setores, desde que consideradas e respeitadas especificidades de cada situação. Pensar a clínica ampliada é tentar responder às necessidades sócio-históricas que se apresentam. O psicólogo é um ser político e precisa estar preparado para novos modos de subjetivação, adaptar-se às novas demandas, compreender o ser humano numa cultura, entender a clínica ampliada no cotidiano profissional. O psicólogo leva a clínica com ele, pois é algo intrínseco à profissão.

O profissional tem que ter sabedoria ao compartilhar as informações. O conceito de sigilo deve ser revisto quando se trabalha fora da clínica privada. No momento em que se está numa instituição, o profissional precisa transformar seus referenciais e seus parâmetros de atuação, por exemplo, não terá necessariamente os cinquenta minutos para cada paciente. Que impacto isso tem na prática do psicoterapeuta? Considere-se também o fato de lidar com outro tipo de público, atendendo e tendo contato com outro tipo de população, tendo o contrato de trabalho intermediado pela instituição, etc.

Deve ser discutida mais amplamente a resolução do CFP 01/2009 sobre os registros nos prontuários e a questão da necessidade de partilhar e discutir os prontuários eletrônicos. Neste caso, quais cuidados devem ser tomados? Deve ser discutido também o direito do paciente de ter acesso ao seu prontuário a qualquer momento.

Os critérios de diagnóstico utilizados pela Psicologia também deveriam ser problematizados. Devemos concordar com a utilização dos sistemas classificatórios DSM IV e CID-10 numa equipe multidisciplinar, sendo que esses critérios foram estabelecidos hegemonicamente por um grupo da categoria médica? O psicólogo deve ter um olhar mais abrangente do ser humano, não se limitando a diagnósticos fechados.

#### d.2) Propostas

Questionar quais as formas possíveis de atuação para promoção de Saúde/Vida (relação com práticas integrativas e complementares).

Discutir como concretizar a atuação do psicólogo na promoção de Saúde fora do paradigma biomédico?

Efetivar parcerias com a comunidade, diferentes atores sociais, no sentido de promover atividades que afirmem a Vida e não que apenas lidem com o paradigma saúde-doença;

Estar preparado para as novas demandas e para a inserção da Psicologia nos novos espaços, e nas novas formas que se apresentam, para que a prestação de serviço tenha qualidade técnica e ética.

Refletir sobre a prática da psicoterapia quanto ao trabalho em hospitais, saúde pública e coletiva formalizando regras de conduta legítimas e ações integradas (compartilhamento de prontuários, integração de equipes e apropriação ou não de técnicas em áreas afins, etc.) (Resolução 02/2009).

Promover fóruns para abordar como o psicólogo deve fazer seu registro nos prontuários, discutindo a Resolução 02/09.

Atentar para a necessidade do reconhecimento da clientela na prática diversa (Ex: psicoterapia de animais).

Que o Sistema Conselhos crie fóruns de debates buscando romper com o modelo médico ortodoxo sob o qual se constituiu a prática clínica em Psicologia, explicitando as diferenças atuais entre os métodos de Psicologia Clínica Ampliada e psicoterapia, visando atender às concepções de saúde da OMS e definidas pelas Políticas Públicas, como, por exemplo, SUS e SUAS.

### PROPOSTAS REFERENTES A OUTROS EIXOS EIXO II (propostas não concêntricas!)

Ter experiência psicoterápica individual (o psicoterapeuta passar por terapia) – este tema foi bem controverso, dividindo a posição do grupo, inclusive dos palestrantes, sendo que o restante do grupo defendeu a proposta de que o psicoterapeuta quem tem que saber da sua necessidade individual.

Obrigação de supervisão para os recém formados.

Que o Sistema Conselhos em parceria com a ABEP e ABRAP promova diálogos com as unidades de Ensino Superior e Centros de Formação a fim de favorecer uma formação científica que considere os conhecimentos produzidos por outros campos de saber inclusive os não tradicionalmente estabelecidos.

O psicólogo-psicoterapeuta deverá submeter-se a processo psicoterápico e supervisão de seus atendimentos.

A psicoterapia deverá ser uma especialização (pós-formação universitária) que abarca tanto a prática quanto a teoria.

Juntamente com a ABEP e ABRAP, definir qual a prática mínima necessária para isso:

- ter concluído a graduação
- ter se submetido à psicoterapia
- ter feito curso de especialização, grupos de estudos e supervisões.

Verificar objetivamente se a formação pessoal é algo necessário, dentre as opções: formação ou especialização, neste momento não achamos importante, mas sim delimitar o que nos pertence, para proporcionar tranquilidade nesta área. Para isso verificamos a necessidade de buscar que elementos pessoais e técnicos o psicoterapeuta precisa ter para exercer sua profissão com qualidade? Como formar um psicoterapeuta? Qual a reflexão possível diante de todo contexto social e demandas capitalistas?

Considerar algumas disciplinas que compõe a formação como essenciais, tais como: psicologia do desenvolvimento, psicopatologia, psicologia da aprendizagem, psicologia social, psicologia da personalidade e processos psicológicos básicos são particularidades na formação do psicólogo.

Criar parceria com a ABEP para mobilizar universidades visando a construção de estratégias, de acordo com as ênfases de cada instituição, para estimular os alunos no sentido do auto-aperfeiçoamento.

Em parceria com a ABRAP desenvolver esforços para que as especializações em psicoterapia para psicólogos sejam lugares que formem com a qualidade que a atuação necessita.

Em parceria com a ABEP mobilizar as universidades e cursos de Psicologia para uma formação psicoterápica mais ampla, contextualizada, e de melhor qualidade preferencialmente tendo como eixo a interdisciplinaridade, a ética e a cidadania.

## **OUTROS QUESTIONAMENTOS, SUGESTÕES E ENCAMINHAMENTOS**

A escuta clínica se faz em qualquer lugar, porém o contrato será feito com a instituição ou com a pessoa. Não é uma intervenção psicoterapêutica quando atinge a um público com objetivo institucional disciplinar.

Defender o conhecimento da subjetividade como principal ferramenta do psicólogo, afinal, a psicoterapia seria apenas uma das diversas ações previstas a esta categoria. Os psicólogos deveriam conscientizar-se de que não o são apenas na área clínica, mas também nas demais áreas: entender que a subjetividade pode se expressar das mais diversas formas;

A regulamentação das especializações (técnicas reconhecidas pelo MEC) requer uma revisão pelo sistema conselhos, havendo a necessidade de criação de um órgão mediador para tal e que cuide do pagamento de anuidade de somente um conselho (Ex: Profissional psicólogo clínico e fisioterapeuta acupunturista optam pela sua segunda profissão para regulamentação de sua especialização).

Eixo II - Parâmetros técnicos e éticos mínimos para a formação na graduação e na formação especializada e para o exercício da psicoterapia pelos psicólogos

- Contextualização das propostas

O grupo de representantes, reunido em 8 de agosto, na sede, em São Paulo, chegou ao consenso que o tema do Eixo II contempla o principal desafio no tocante à graduação e pós-graduação em Psicologia na sua interface com a psicoterapia, ou seja, elaborar parâmetros técnicos e éticos mínimos para a formação na graduação e na formação especializada para o exercício da psicoterapia pelos psicólogos.

Tendo revisado os relatórios elaborados nos eventos preparatórios realizados nas subseções e na sede, o grupo considerou que as principais críticas recaíram sobre o distanciamento entre teoria e prática; o acesso limitado aos preceitos epistemológicos que fundamentam as abordagens de maior destaque; o incentivo incipiente para que os estudantes busquem psicoterapia – sobretudo por tratar-se de um momento de extrema importância no processo de formação do psicoterapeuta –; e a escassez de projetos pedagógicos que garantam a interação entre comunidade e universidade, haja vista que tais projetos potencializariam, junto aos futuros psicólogos (as), cultura de participação e compromisso social.

A partir da discussão realizada, que foi norteada pelas indicações contidas nos relatórios citados, o grupo estabeleceu os princípios que orientaram as propostas encaminhadas. São eles:

**Formação generalista (na graduação)**

Trata-se de condição sine qua non, sobretudo levando em conta as possíveis áreas de atuação da Psicologia, entre elas, a psicoterapia.

**Formação continuada de docentes e discentes**

A formação continuada contribui para o embasamento de prática cada vez mais refinada e atualizada da psicoterapia.

**Ampliação e divulgação de pesquisas**

A produção de conhecimento científico potencializa a consolidação da prática da psicoterapia e contribui para formação de novos profissionais.

**Pluralidade de abordagens**

Os cursos de graduação devem oferecer ao aluno diversidade de abordagens teóricas e buscar a expansão e diversificação das atividades de estágio.

**Interdisciplinaridade**

Não perder de vista a promoção do diálogo abordando a psicoterapia em outras áreas de atuação e, também, entre diferentes abordagens.

**Políticas pedagógicas de incentivo à psicoterapia para graduandos.**

Destaca-se a importância de se exercer a ética foucaultiana: “O cuidar de si é cuidar do outro”. O terapeuta preocupado com seu aperfeiçoamento pessoal estará contribuindo para a qualidade do atendimento clínico que pratica. Esse auto-aperfeiçoamento não deve ser apenas no sentido de absorver conteúdos teóricos e técnicos, mas também no sentido do desenvolvimento da sensibilidade e autoconhecimento.

## **- Propostas Eixo II**

Constatou-se que houve consenso em grande parte das propostas apresentadas pelas subseções e sede. Estão indicados os casos que não houve tempo suficiente para definir posição consensual, mas que se considerou importante fazer constar entre as propostas. Ao revisar o conjunto de relatórios, tomando-se como norteadores os princípios acima apresentados, verificou-se que as propostas poderiam ser agrupadas em temas. Resultaram 10 grupos de propostas, como seguem:

### **1. Ética**

A reflexão ética é também necessidade constante para o aperfeiçoamento das práticas psicoterapêuticas. Deve haver constante preocupação com o desenvolvimento e aprimoramento ético na formação do profissional, com a possível geração de discussões e reflexões entre profissionais e alunos.

Desta forma, além das disciplinas Ética e Ética profissional, entendidas como fundamentais para a formação na graduação e pós-graduação, considera-se fundamental ampliar as reflexões, com os objetivos de:

- discutir as questões éticas da interface entre psicologia e psicoterapia;

- garantir que a ética profissional (do psicólogo) seja tema transversal durante toda a formação do profissional abrangendo todas as disciplinas, todo o curso, nas diferentes áreas de atuação do psicólogo, e, quanto à psicoterapia, incentivar o compartilhamento de informações e conteúdos, contidos no Código de Ética Profissional, fundamentais a essa prática.

## 2. Supervisão

Considera-se inquestionável a necessidade de haver espaço para supervisão durante a formação. A supervisão é também o lugar onde o psicólogo se forma, exercitando a forma de escutar e de dizer, ouvindo o outro e praticando a própria fala. Desta forma, propõe-se:

sistematizar e normatizar a supervisão como atividade específica;

zelar por políticas pedagógicas nas quais estejam atreladas teoria e prática;

garantir que os estágios supervisionados em psicoterapia e demais estágios possam ser ofertados por número de horas de supervisões compatível com as condições de o aluno exercer o estágio em sua plenitude. Há proposta não consensual de que sejam oito alunos por supervisão, sendo esta realizada em período de quatro horas semanais; obrigatoriedade de supervisões pelos atendimentos realizados durante o período de dois anos (após a formação).

## 3. Psicoterapia para graduandos

Considera-se a necessidade de desenvolver mecanismos de incentivo à psicoterapia durante a formação, propondo-se: r /> obrigatoriedade do psicoterapeuta de VIVENCIAR A PSICOTERAPIA. Não houve consenso sobre essa exigência, mas há proposta de que ela ocorra por período mínimo de um ano;

que as Instituições de Ensino articulem e intermediem o processo psicoterápico pessoal aos estudantes de Psicologia. Não houve consenso a esse respeito.

## 4. Diretrizes Curriculares para os Cursos de Psicologia

Considera-se a necessidade de esclarecer sobre as exigências com relação à prática psicoterápica. Propõe-se, então:

ampliar a divulgação das Diretrizes Curriculares para Cursos de Psicologia aos universitários e comunidade acadêmica, envolvendo – a partir da sensibilização dos coordenadores – o corpo docente das Instituições de Ensino;

defender a implantação, pelas universidades, de novas diretrizes curriculares na formação de psicólogos.

## 5. Pesquisa

Considera-se a necessidade de realização e divulgação de pesquisas no campo, propondo-se:

incentivar a pesquisa e a iniciação científica, inclusive no campo da psicoterapia, para desenvolver o olhar de psicólogo e pesquisador.

## 6. Pluralidade de abordagens

O grupo considera a importância de o aluno conhecer abordagens diferentes durante a graduação. O Projeto Político Pedagógico do curso de formação deve favorecer o conhecimento das diversas teorias, métodos e técnicas que norteiam o campo da psicoterapia. Desta forma, propõe-se que: r />- no contexto da formação do psicólogo, é preciso que haja contato com o maior número possível de técnicas psicoterápicas;

- dentro dos fundamentos epistemológicos, a disciplina TTP (Técnicas e Teorias Psicoterápicas) deve ser mais abrangente, apresentando o maior número possível de abordagens, porque ela é introdutória para a prática clínica.

## 7. Compromisso social

Considera-se a necessidade de sensibilizar a comunidade, profissionais e estudantes de psicologia, informando de forma clara e abrangente: o que é a psicoterapia; sua atuação; delimitação da área; práticas não aceitáveis; meios para acessar informações nos conselhos profissionais (CFP / CRP) para sanar dúvidas, fazer denúncias.

## 8. Parcerias: Sistema Conselhos / ABEP / ABRAP / MEC

O grupo também indica a necessidade de o Sistema Conselhos estabelecer parcerias com entidades como ABEP e ABRAP, definindo diretrizes e parâmetros para a prática da psicoterapia e formação em psicologia. Propõe-se que:

- o Sistema Conselhos, em parceria com ABEP e ABRAP, aproxime-se das universidades, organizando fóruns para discutir formação do psicólogo em psicoterapia;

- o Sistema Conselhos e a ABEP devem trabalhar em parceria com o MEC para fiscalização e qualificação da formação dos alunos;

- as parcerias mobilizem as universidades e cursos de psicologia para formação psicoterápica mais ampla, contextualizada e de melhor qualidade, tendo como eixos a interdisciplinaridade, a ética e a cidadania.

## 9. Interdisciplinaridade

O grupo considera a relevância da epistemologia da psicologia e das disciplinas que dão base filosófica, antropológica e sociológica para a prática da psicoterapia. Desta forma, propõe-se que:

- a formação proporcione o conhecimento biopsicossocial da formação do ser humano, incluindo desenvolvimento do ser humano, funcionamento neuropsicológico, psicopatologia, entre outros conhecimentos;

- o aluno de Psicologia, desde o primeiro ano da graduação, possa ter contato com a realidade prática;

- o diálogo entre profissões seja propiciado e incentivado já na graduação, com a possibilidade de que o curso de Psicologia seja constituído não só por psicólogos, mas, também, por profissionais de áreas afins.

## 10. Formação

O grupo concluiu pela importância de zelar tanto pela formação continuada de professores/supervisores quanto pela de alunos de graduação e pós-graduação, o que originou 2 subgrupos de propostas, dentro do tema da formação. São eles:

### 10.1. Continuada dos professores/supervisores

Considera-se a necessidade de:

- determinar critérios, ou seja, habilidades e competências, que o professor supervisor das psicoterapias deverá ter para estar apto a esta docência;

- observar, atentamente, a importância da vivência dos professores/supervisores no que tange à teoria ministrada;

- garantir a formação e qualificação profissional dos docentes nos cursos de Psicologia em relação ao número de alunos, ou seja, número de doutores e mestres nos cursos de Psicologia compatíveis com o número de graduandos;

- os cursos de Psicologia investirem na formação do supervisor, tanto na graduação quanto na especialização, para o suporte à prática do profissional.

### 10.2. Graduação e Pós-graduação

Propõe-se:

- esclarecer quanto ao papel do psicólogo e de suas práticas psicológicas e psicoterápicas aos alunos iniciantes no

curso de Psicologia;

- assegurar, na graduação e na pós-graduação, o debate sobre inserção do psicólogo nos serviços públicos contemplando a psicoterapia;
- incentivar a busca pela especialização do profissional psicólogo, mobilizando para o aprimoramento e a capacitação contínuos, considerando sempre o "tripé": embasamento teórico, supervisão e terapia pessoal;
- que a formação propicie compreensão crítica dos fenômenos sociais, econômicos, culturais e políticos do país, fundamental ao exercício da cidadania e da profissão;
- que TODOS os alunos dos cursos de psicologia, que optam pela prática da psicologia clínica/psicoterapia, devem, obrigatoriamente, atender durante o curso para poder exercitar essa futura prática, com horas de atendimento e supervisão necessárias para garantir a qualificação profissional;
- que os métodos e as técnicas psicoterápicas, para a apreensão do fenômeno psicológico em sua interface com os fenômenos biológicos, sociais e os direitos humanos, tenham em vista a promoção de qualidade de vida;
- que o profissional seja habilitado para exercer psicoterapia, sendo obrigatória a comprovação de especialização em cursos reconhecidos pelo MEC, com carga horária mínima de 360 horas, sendo 120 horas de atendimento clínico supervisionado. Não houve consenso a esse respeito.
- que o CFP deveria estabelecer critérios para a formação do profissional psicólogo em psicoterapia. Não houve consenso a esse respeito.
- que se institua avaliação, no término da formação do psicólogo, por meio do CFP, com objetivo de habilitar para o campo psicoterápico. Não houve consenso a esse respeito.

Outros eixos

Houve proposta de que se normatize a Psicoterapia Breve na Saúde Pública, com parâmetros e variáveis quanto às regras das psicoterapias: verificação do enquadre (expressão verbal, corporal ou mista); do uso do divã, da poltrona, face-a-face; do tempo (frequência, duração e número de sessões). Indica-se a necessidade de se discutir o assunto no Eixo I, considerando que o produto desta discussão refletirá na formação de novos profissionais, tanto na graduação como na pós-graduação.

Considerandos:

1. Foi consensual que o aperfeiçoamento dos cursos de psicologia – sobretudo no que tange às psicoterapias – será a ser conquistado paulatinamente, porém, o trabalho para tanto precisa ser iniciado o quanto antes. Acredita-se que as discussões realizadas até o momento apenas deflagraram este processo de aperfeiçoamento. Será preciso aprofundar os questionamentos levantados em cada eixo, de maneira a superar os desafios delineados neste Ano da Psicoterapia.
2. No Eixo II, o trabalho de compilação das propostas apresentadas pelas subseções e sede transcorreu dentro do tempo previsto, mesmo sendo discutidos aspectos mais polêmicos, em alguns casos chegando-se a posição consensual e em outros não, conforme indicado nas respectivas propostas. O tarefa do grupo foi facilitada pela similaridade das propostas, o que pode indicar alinhamento de objetivos e formas compartilhadas de pensar a formação do psicólogo.
3. Destaca-se a pouca participação dos profissionais, em geral, tanto aqueles ligados à prática da psicoterapia (clínica e clínica ampliada) como aqueles ligados à formação (coordenadores de curso e supervisores de estágio). É imprescindível e urgente que o Sistema Conselhos viabilize meios de investigação desta constatação.

### **Eixo III - Relações com os demais grupos profissionais**

- Principal Desafio

Construir formas de interlocução entre os psicólogos profissionais da psicoterapia e entre esta categoria e as demais (médicos, fisioterapeutas, nutricionistas, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos, assistentes sociais, educadores, filósofos, etc.), de modo a reconhecer e dar visibilidade àquilo que é comum, sem que as diferenças sejam desconsideradas.

- Princípios

Posicionamento contrário à medicalização e à individualização do sofrimento humano, que, necessariamente, deve ser compreendido como uma construção social, ou seja, referida aos inúmeros aspectos da cultura, da formação social, das condições orgânicas, das relações interpessoais, etc., que contribuem para a constituição da subjetividade.

Qualquer que seja a proposição de atendimento deve-se considerar a multiplicidade do fenômeno humano (diversidade de sujeitos, de culturas e de condições, de formas de se relacionar, etc.) e as inúmeras determinações do processo saúde-doença. Desta forma, mesmo que o atendimento seja realizado por um profissional, a compreensão do fenômeno deve respeitar tal complexidade. Da mesma forma, o trabalho em equipe multiprofissional deve respeitar a diversidade, não significando fragmentação do atendimento, mas estabelecimento de interlocução visando à sua integração.

A psicoterapia deve considerar a complexidade do fenômeno humano, portanto, deve contar com uma perspectiva ética de trabalho multiprofissional, integrada e horizontal. Nesse sentido, cabe reafirmar a importância do trabalho de psicoterapia em equipes multiprofissionais, em colaboração, sem submissão de nenhum ou a nenhum saber/procedimento.

Constante revisão das regras e normas referentes à boa conduta do profissional da Psicologia, com vistas a discutir e reduzir ambiguidades.

- Propostas

#### **1 Pesquisas sobre o Campo**

Apoiar a ABRAP em ações de mapeamento e diálogo com os profissionais da psicoterapia com formação em outras áreas:

os que realizam terapias,  
os que realizam psicoterapias, e  
profissionais com quem trabalhamos em equipes multiprofissionais.

Ação entre Conselho e Sindicato: Estabelecer a proporção de psicólogos de acordo com o número da população. (Discutir a melhor estratégia: se por procedimento; estratégia de atuação ou programa/rede de serviços).

#### **2 Divulgação com Caráter de Esclarecimento**

a) População

Criar estratégias, em parceria com a ABRAP e outros conselhos reguladores de classe, para esclarecer a população sobre o que é psicoterapia, seus limites e abrangência.

Para isso, utilizar todos os meios de comunicação disponíveis, criação de grupos de trabalho e realização de pesquisas.

Sugestão de se realizar uma ampla divulgação a respeito do que caracteriza a psicoterapia realizada por psicólogos);

Garantir que o Conselho Federal de Psicologia mantenha um posicionamento que assegure uma forma de atendimento diferenciando o psicólogo dos demais profissionais.

Necessidade de divulgação das abordagens/técnicas tanto para a categoria quanto para os usuários atualmente reconhecidas e das que, até o momento, não são reconhecidas (ex.: Reiki, terapias de vidas passadas, cromoterapia, etc.).

Afirmação do lugar da psicoterapia como um entre os vários dispositivos que se colocam a serviço da população (tanto na rede pública quanto na rede privada);

O esclarecimento da população pode prover um mecanismo de regulação por parte da própria sociedade.

Como fazemos em relação a um usuário da psicoterapia se ele se sente lesado: a quem recorre? Daí a necessidade de regulamentação do nosso campo no que tange à psicologia (sugestão de ampla divulgação do código de ética profissional).

b) Para os Psicólogos:

Divulgação dos caminhos de construção da legitimidade de práticas atualmente não reconhecidas; (pesquisas legitimadas por Comissões de Ética);

c) Gestão pública

Divulgar essa diferenciação para a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), com vistas a dar mais elementos para a distinção entre práticas psi e outras. Os principais pontos de um conflito eventual com os interesses mais amplos da sociedade e salvaguardando os usuários e profissionais de possíveis danos em suas relações (saúde suplementar).

Código de defesa do consumidor e suas instâncias judiciais. Relacionadas a saúde suplementar. (NÃO HOUE CONSENSO A ESSE RESPEITO)

Sistema conselhos e sindicato (caracterização do bom exercício profissional, saúde do trabalhador e gestão junto ao sus) , junto a outros profissionais, deve divulgar as alternativas ao modelo medicalizante.

### 3 Parcerias/Fórum de Discussões

Constituir Fórum Permanente para diálogo, facilitador para decisões, em torno do tema Psicoterapia, com Instituições Oficiais (Sistema Conselhos de Psicologia, CFM, CFESS e afins), Instituições de formação de Psicoterapeutas por linhas teóricas (Psicodrama, Psicanálise e afins), Instituições de formação de graduação e pós-graduação especializada e Instituições de profissionais afins (ABEP, ABRAP, ABP e afins), com o objetivo de estabelecer parâmetros consensuais, critérios reconhecidos pela ciência e que possam nortear entre eles as ações e legislações, mantendo sempre um processo dinâmico para atualizações.

### 4 Questões para a ABRAP enfrentar:

Leigo pode exercer psicoterapia? Como regulamentar algo que não é uma profissão? É possível que a ABRAP possa dar um certificado, ou uma indicação para os cursos de especialização?

Fortalecer a instituição ABRAP através da criação de Núcleos Regionais com a proposta de promover discussões entre psicólogos e outros profissionais que estejam atuando em psicoterapia.

### 5 Para o Sistema Conselhos enfrentar:

Como definir o que é psicoterapia exercida pelo psicólogo (diagnóstico, intervenção, etc.)?

(Questão: Isso, em última instância, implicaria uma outra profissão?) necessidade de diálogo com a ABRAP.

Manter e intensificar o diálogo existente entre Sistema Conselhos e ABRAP em torno do tema Psicoterapia, considerando que este diálogo tem caráter multiprofissional nesta discussão temática e necessita ter maior visibilidade. (sugestão de se rever o critério para associar-se à ABRAP, posto que a resolução CFP 10/2000 já reconhece o psicólogo como psicoterapeuta).

Que o CREPOP pautar a construção de referências para a prática de psicoterapias na saúde pública.

Discutir, repensar e divulgar os diferentes campos de trabalho do profissional da psicologia, de forma a garantir o valor social da profissão, respeitando as diferentes formas de contribuição e também mantendo a identidade da classe.

Construir propostas que enfrentem o seguinte desafio: como contribuir com o trabalho em equipe multiprofissional, garantindo a possibilidade de trabalho conjunto e integrado e, ao mesmo tempo, garantindo o sigilo da relação psicólogo-usuário?

### 6 Políticas Públicas

B) Relações com os Profissionais Da Vigilância Sanitária

Profissionais da Agência Nacional De Vigilância Sanitária – ANVISA, exigem uma alta taxa em relação aos riscos que oferecem. Em virtude disto a relação com o profissional da vigilância não será tranquila (reescrever e contar situação de sp).

Como interferir para que outras práticas e abordagens já reconhecidas por nós possam ser incorporadas ou valorizadas na rede de serviços que compõe a política pública?

O que caracteriza tais relações com entidades reguladoras (vigilância sanitária, Cadastro Nacional De Estabelecimentos De Saúde - CNES, Agência Nacional De Saúde Suplementar - ANS)?

Fortalecimento da ABRAP para que as gestões em relação às políticas públicas incorporem as práticas psicoterápicas dentre as atividades realizadas por psicólogos.

B) Município

GESTÃO JUNTO AO SINDICATO O recolhimento de outros tributos, tais como ISS, é incompatível aos recebimentos dos profissionais. PROPOSTA: gestão para readequação da tributação referente à prática do psicólogo.

C) Sindicato

Revisão da tabela de honorários (Atividades e Honorários).

O Sistema Conselhos junto com a ABRAP e o Sindicato poderiam fazer uma avaliação quanto às remunerações e a formação continuada oferecidas pelo serviço público.

Auxiliar no reconhecimento de que o profissional da psicoterapia tem necessidades como trabalhador e que estas devem ser atendidas.

D) Sistema Conselhos

Cuidado com a atitude restritiva em relação às técnicas/abordagens consideradas alternativas: tornar transparentes os critérios que dão subsídio para a afirmação de determinada técnica/abordagem. Esclarecimento dos papéis de cada uma das entidades: cabe ao conselho orientar sobre como se conquista essa legitimidade e fiscalizar as atividades dos profissionais da psicologia.

Estratégias: a) ampla divulgação do processo de reconhecimento e legitimidade de uma determinada abordagem/técnica deve ocorrer entre os pares ao longo do tempo e tornada pública; b) realização de gestões junto ao CONEP (Comitê Nacional de Ética em Pesquisa), auxiliando na transparência e na divulgação dos critérios utilizados para o reconhecimento das abordagens/técnicas).

# Psicoterapia

## Home

### Ações 2013-2016

- [Ações Subsede Metropolitana](#)
- [Ações Subsede ABC](#)
- [Ações Subsede de Campinas](#)
- [Ações Subsede Baixada](#)
- [Ações Subsede Vale](#)

### Ano da Psicoterapia 2009

## Avaliação do Ano Plenária

Aos sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e nove, às nove horas e trinta minutos, realizou-se a milésima quadringentésima sexagésima sexta reunião Plenária Ordinária do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo – 6ª Região, à rua Arruda Alvim, oitenta e nove - Auditório. Estiveram presentes 24 (vinte e quatro) conselheiros, sendo estes efetivos e suplentes, a seguir indicados: Carla Biancha Angelucci, Elda Varanda Dunley Guedes Machado, José Roberto Heloani, Lúcia Fonseca de Toledo, Maria Cristina Barros Maciel Pellini, Maria de Fátima Nassif, Maria Erminia Ciliberti, Maria Izabel do Nascimento Marques, Mariângela Aoki, Marilene Proença Rebello de Souza, Patrícia Garcia de Souza, Sandra Elena Sposito, Beatriz Belluzzo Brando Cunha, Fábio Silvestre da Silva, Fernanda Bastos Lavarello, Leandro Gabarra, Leonardo Lopes da Silva, Lilihan Martins da Silva, Luciana Mattos, Luiz Tadeu Pessutto, Maria de Lima Salum e Moraes, Oliver Zancul Prado, Sílvia Maria do Nascimento e Suelli Ferreira Schiavo.

O coordenador do GT, conselheiro Luiz Tadeu coloca duas questões para avaliação da plenária: continuidade ao Ano da Psicoterapia em 2010, com debate junto a outras categorias profissionais ou focado na categoria, devido ao baixo número de psicólogos presentes no evento nacional e, proposta para que todos os CRPs tenham Grupo de Trabalho de Psicoterapia a fim de promover discussão do tema junto à categoria permanentemente. A plenária posicionou-se contrária à continuidade do Ano Temático da Psicoterapia. Quanto à organização do Ano Temático a avaliação, a plenária encaminha para que sejam incorporadas discussões de forma clara nos eventos preparatórios para a sétima edição do Congresso Nacional da Psicologia, considerando que a organização de todo o processo foi muito difícil, pouco colaborativa e os textos não auxiliaram o quanto se esperava. A discussão ficou empobrecida posto que os eventos não propiciaram construção de novas propostas no coletivo. O foco não foi o debate. Na etapa nacional a questão se repetiu.

Luiz Tadeu esclarece que o GT regional teve como função cumprir a tarefa determinada nacionalmente para o Ano da Psicoterapia e não a de promover discussão sobre o tema. Alguns questionamentos feitos pelo plenário referem-se a aspectos que não foram tratados no Ano da Psicoterapia, mas que merecem debate: psicoterapia como Residência Multiprofissional; ampliação do acesso à Psicoterapia pela maioria da população brasileira; discussão sobre a psicoterapia enquanto uma das técnicas das clínicas da Psicologia. Portanto, considerou-se que a APAF deveria efetuar uma correção de rumo do Ano da Psicoterapia, ou seja, elaboradas teses correlatas ao tema discute-se com os delegados do CNP e, após, de posse das deliberações do Congresso Nacional da Psicologia, se retoma a questão em consonância com o deliberado. Foi ainda assinalado pelo plenário que o Ano da Psicoterapia não respondeu em relação às práticas que não reconhecemos no campo da Psicologia e que não cumpriu com o objetivo de caracterizar o campo da Psicoterapia e estabelecer relação com os campos que praticam Psicoterapia.

Foi ressaltada a necessidade de aproximação da clínica privada nas discussões do CRP-06 por que há desarticulação em relação ao que já foi consolidado no campo da saúde e um indicativo de que a Psicoterapia tenha de fazer parte do campo da saúde para englobar debates a todos que não participam dessas discussões no âmbito da saúde e assim possibilita rever procedimentos alusivos a prontuário e direitos de usuários.

# Psicoterapia

## Home

### Ações 2013-2016

- [Ações Subsele Metropolitana](#)
- [Ações Subsele ABC](#)
- [Ações Subsele de Campinas](#)
- [Ações Subsele Baixada](#)
- [Ações Subsele Vale](#)

### Ano da Psicoterapia 2009

## RELATÓRIO DE GESTÃO

### GRUPO DE TRABALHO DE PSICOTERAPIA GESTÃO 2007/2010

O GT Psicoterapia surgiu da necessidade de organizar o Ano Temático da Psicoterapia e teve como atividade principal a organização dos eventos do referido ano.

Foi constituído no dia 08 de agosto de 2008 na plenária ordinária de número 1386 (anexo I) a princípio com os seguintes Membros:

Luiz Tadeu Pessutto – Conselheiro/coordenador  
Carla Biancha Angelucci – Conselheira  
Luiz Fernando de Oliveira Saraiva – Colaborador  
Carmem Sílvia Rotondano Taverna – Conselheira  
Mária Isabel Nascimento Marques – Conselheira

Após ter sido constituído o GT de psicoterapia, a gestora da subsele de Santos, Zuleika Olivam, passa a integrar o mesmo, contribuindo com sua experiência nas discussões sobre psicoterapia.

O CRP/06 teve representação no GT Nacional Coordenado pelo Conselho Federal; nosso representante foi o Conselheiro Luiz Tadeu Pessutto, que participou das reuniões telefônicas, para discussão e organização do Ano Temático.

A primeira atividade foi organizar nas Subseles de Santos, São José do Rio Preto e ABC juntamente com a ABEP – Associação Brasileira de Ensino de Psicologia uma discussão sobre Psicoterapia, que seria subsidiada por uma vídeo-conferência feita pelo Conselho Federal de Psicologia, que foi cancelada. Como as atividades nas subseles já estavam agendadas, foi decidido que manteríamos a discussão a partir dos eixos já propostos para o Ano da Psicoterapia: I. A constituição das psicoterapias como campo interdisciplinar; II. Parâmetros técnicos e éticos mínimos para a formação na graduação e na formação especializada e para o exercício da psicoterapia pelos psicólogos; III. Relações com os demais grupos profissionais: a) estratégias políticas de construção de parcerias e enfrentamento dos conflitos; b) relação do Sistema Conselhos com ABRAP e outras entidades.

Dessas discussões, resultou um relatório que foi encaminhado para o Conselho Federal, sendo a contribuição do CRP/06. (anexo II)

Em novembro de 2008 o GT de Psicoterapia organizou um relatório sobre o histórico do CRP 06, relativo à Psicoterapia (textos e produções realizados em gestões anteriores).

No Congresso Latino Americano de Psicoterapia realizado em novembro de 2008, participamos de uma Mesa Redonda composta por Luiz Tadeu Pessutto, Luiz Hans e Carla Biancha. O tema da Mesa: "O Conselho de Psicologia de São Paulo e a construção de referências para o Exercício da Psicoterapia". O Conselheiro Luiz Tadeu Pessutto apresentou as discussões acumuladas sobre a Psicoterapia no CRP/06, texto elaborado pela conselheira Carmem Taverna; o psicólogo Luiz Alberto Hans abordou a história da Psicoterapia no Conselho Regional de São Paulo, e Carla Biancha foi mediadora desta mesa. ( anexo III)

Ao reunirmos o material sobre psicoterapia dentro do Sistema Conselhos, recuperamos material produzido por Luiz Alberto Hans, colaborador desde gestões passadas. Os documentos são apresentados no anexo IV.

No Ano de 2009 o GT de Psicoterapia passou a funcionar de forma ampliada tendo, além, da participação do grupo inicial, um representante de cada Subsele, um representante da ABEP (Irani Tomiato) e um representante da ABRAP – Associação Brasileira de Psicoterapia (Emília Afrange).

Durante o Ano Temático da Psicoterapia, o grupo se reuniu para discussão e organização das atividades que resultavam nas seguintes ações:

- Todas as Subseles e Sede realizaram eventos preparatórios sobre Psicoterapia. (anexo V)

Para subsidiar estas discussões, foram elaborados pelo CRP 06 documentos sobre a Psicoterapia no Campo da Saúde (anexo VI); as contribuições da COF – Comissão de Orientação e Fiscalização (anexo VII); apresentação em slides do ano da psicoterapia (anexo VIII). Utilizamos também o vídeo sobre Psicoterapia (anexo IX) e textos geradores produzidos pelo Conselho Federal de Psicologia. (anexo X)

Os eventos ocorreram da seguinte maneira:

- Atividades nas oito subseles e na sede, a fim de que cada um dos três eixos fosse discutido. Sempre que possível, contamos com a participação de representantes da ABRAP e da ABEP.

- Em cada uma dessas nove atividades, foi produzido relatório com as considerações e propostas construídas pelo grupo.

- Dois representantes de cada eixo foram eleitos nessas atividades e participaram do evento regional, ocorrido em São Paulo. Nessa ocasião, os representantes reuniram-se de acordo com o eixo de que haviam participado. Os relatórios produzidos na etapa anterior foram lidos e discutidos, de forma a construir-se um relatório ampliado, contemplando todas as discussões anteriores, sem supressão de nenhuma das contribuições. Esse registro foi finalizado em uma reunião que participaram os membros do GT de Psicoterapia do CRP São Paulo, juntamente com os representantes eleitos no evento regional. (anexo XI) Seguem alguns dados:

Foram realizados nove eventos regionais, totalizando 391 participantes, assim distribuídos nas subseles: ABC: 30;

Assis: 50; Baixada Santista e Vale do Ribeira: 25; Bauru: 29; Campinas: 69; Ribeirão Preto: 21; São José do Rio Preto: 43; Vale do Paraíba: 34. Na sede participaram 90 pessoas.

Sobre as dificuldades encontradas para organização e execução dos eventos, o grupo levantou algumas hipóteses: (1) a falta de envolvimento da categoria que não se faz presente em momentos importantes como este, por se tratar de uma profissão marcadamente de profissionais liberais. (2) falha a estratégia de sensibilização aos psicólogos, que não vem atingindo os objetivos propostos pelo CRP-06. (3) receio da categoria em expor práticas não reconhecidas. Diante desse contexto, propomos a criação de estratégias para se testar tais hipóteses.

Em outubro de 2009, foi realizado em Brasília, o evento nacional sobre o Ano da Psicoterapia. O CRP06 participou com uma delegação de 6 psicólogos. Consta do anexo XII, a sistematização do evento nacional.

A avaliação do Ano da Psicoterapia foi realizada no CRP/06 em reunião plenária 1466, do dia 07 de novembro de 2009 (anexo XIII). O coordenador do GT, conselheiro Luiz Tadeu coloca duas questões para avaliação da plenária: continuidade ao Ano da Psicoterapia em 2010, com debate junto a outras categorias profissionais ou focado na categoria, devido ao baixo número de psicólogos presentes no evento nacional, proposta para que todos os CRPs tenham Grupo de Trabalho de Psicoterapia a fim de promover discussão do tema junto à categoria permanentemente. A plenária posicionou-se contrária à continuidade do Ano Temático da Psicoterapia. Quanto à organização do Ano Temático a avaliação, a plenária encaminha para que sejam incorporadas discussões de forma clara nos eventos preparatórios para a sétima edição do Congresso Nacional da Psicologia, considerando que a organização de todo o processo foi muito dificultosa, pouco colaborativa e os textos não auxiliaram o quanto se esperava. A discussão ficou empobrecida posto que os eventos não propiciaram construção de novas propostas no coletivo. O foco não foi o debate. Na etapa nacional a questão se repetiu. Luiz Tadeu esclarece que o GT regional teve como função cumprir a tarefa determinada nacionalmente para o Ano da Psicoterapia e não a de promover discussão sobre o tema. Alguns questionamentos feitos pelo plenário referem-se a aspectos que não foram tratados no Ano da Psicoterapia, mas que merecem debate: psicoterapia como Residência Multiprofissional; ampliação do acesso à Psicoterapia pela maioria da população brasileira; discussão sobre a psicoterapia enquanto uma das técnicas das clínicas da Psicologia. Portanto, considerou-se que a APAF deveria efetuar uma correção de rumo do Ano da Psicoterapia, ou seja, elaboradas teses correlatas ao tema discute-se com os delegados do CNP e, após, de posse das deliberações do Congresso Nacional da Psicologia, se retoma a questão em consonância com o deliberado. Foi ainda assinalado pelo plenário que o Ano da Psicoterapia não respondeu em relação às práticas que não reconhecemos no campo da Psicologia e que não cumpriu com o objetivo de caracterizar o campo da Psicoterapia e estabelecer relação com os campos que praticam Psicoterapia. Foi ressaltada a necessidade de aproximação da clínica privada nas discussões do CRP-06 por que há desarticulação em relação ao que já foi consolidado no campo da saúde e um indicativo de que a Psicoterapia tenha de fazer parte do campo da saúde para englobar debates a todos que não participam dessas discussões no âmbito da saúde e assim possibilita rever procedimentos alusivos a prontuário e direitos de usuários.

Uma sugestão dada pela plenária e acatada pelo GT foi a elaboração de teses sobre a psicoterapia, para o VII CNP, o que ocorreu nos Eventos Preparatórios realizados em São José do Rio Preto e Santos.

As teses explicitam a necessidade de definição e regulamentação de parâmetros para o exercício da prática da psicoterapia e a avaliação de práticas psicoterápicas ainda não reconhecidas. Para isso, apresentam como diretrizes: a organização e manutenção de grupos de trabalho permanentes, garantindo a discussão com a categoria e a criação de uma Comissão Nacional composta por representante de CRPs e profissionais de referência no campo da psicoterapia.

Finalizando os trabalhos do Ano da Psicoterapia no CRP/06, o GT propõe como encaminhamento:

1- Que a psicoterapia continue a ser discutida no CRP 06 no âmbito das questões da saúde, portanto que possa integrar essa comissão, como um temática a ser discutida permanentemente.

2- Que seja criada uma pagina do Ano da Psicoterapia no site do CRP 06 constado o material produzido pelo CFP, mais a produção acumulada existente neste conselho.

E encerra suas atividades.

# Psicoterapia

## Home

### Ações 2013-2016

- [Ações Subsede Metropolitana](#)
- [Ações Subsede ABC](#)
- [Ações Subsede de Campinas](#)
- [Ações Subsede Baixada](#)
- [Ações Subsede Vale](#)

### Ano da Psicoterapia 2009

## Introdução

Historicamente, a psicoterapia se apresenta para a Psicologia e para toda a sociedade como uma prática de grande relevância.

Neste momento em que é imprescindível discutir e produzir referências para esse campo de conhecimento, o Sistema Conselhos de Psicologia elegeu o ano de 2009 para fomentar o debate sobre a psicoterapia, que tem a dinâmica, a diversidade e a complexidade como marcas determinantes de sua existência.

Objetivando fornecer subsídios para uma profunda e ampla reflexão da psicoterapia como prática da Psicologia e como saber indispensável na formação do psicólogo, criar as bases necessárias para o fortalecimento da prática psicoterápica e fortalecer o já reconhecido lugar do psicólogo no campo da psicoterapia, o Sistema Conselhos de Psicologia produz este conjunto de textos, que procurará oferecer sustentação aos debates da categoria.

É de suma importância esclarecer que esta publicação tem como intuito contribuir para a ampliação dos debates, sem jamais trazer um posicionamento fechado ou diretivo para as discussões a serem desenvolvidas nos Conselhos Regionais de Psicologia. Deste modo, não aponta e nem determina um posicionamento do Sistema Conselhos de Psicologia para os eixos temáticos propostos pela Assembléia das Políticas, da Administração e das Finanças (Apaf).

A publicação se divide em dois grupos de textos que se preocupam em trazer para o debate algumas reflexões sobre o campo das psicoterapias.

O primeiro grupo funda-se nos alicerces dos eixos temáticos propostos nas APAFs, a saber:

### Eixo I

#### [A constituição das psicoterapias como campo interdisciplinar.](#)

Psicoterapia como uma disciplina científica ou como um conjunto de métodos e técnicas que definem uma prática. Interdisciplinaridade, transversalidade e multiprofissionalidade: o psicólogo neste contexto. Limitações das reivindicações da exclusividade por parte dos psicólogos. Psicoterapia como prática diversa (clínica ampliada).

### Eixo II

#### [Parâmetros técnicos e éticos mínimos para a formação na graduação e na formação especializada e para o exercício da psicoterapia pelos psicólogos.](#)

Parâmetros: referências e/ou regulação.

### Eixo III

#### [Relações com os demais grupos profissionais.](#)

Estratégias políticas de construção de parcerias e enfrentamento dos conflitos Relação do Sistema Conselhos com a Associação Brasileira de Psicoterapia (ABRAP) e outras entidades.

O texto do Eixo I desenvolve uma reflexão sobre as psicoterapias. O do Eixo II procura discutir a psicoterapia na formação do psicólogo. No Eixo III, aborda-se a política de parcerias inter-profissionais no campo da psicoterapia.

O segundo grupo de textos ficou a cargo da Comissão ad hoc da psicoterapia, que procurou oferecer textos analíticos e acadêmicos mantendo a preocupação de trazer para o debate pontos que provoquem a reflexão e a crítica dos leitores.

Todos esses textos procuram criar um ambiente propício a uma ampla e profunda reflexão sobre o tema, na tentativa de fornecer os subsídios básicos para que os psicólogos e os Conselhos Regionais desenvolvam em seus eventos e seminários propostas que respondam aos anseios da categoria e produzam documentos que forneçam material para o Seminário Nacional a ser realizado em outubro de 2009.

Esses passos iniciais poderão ajudar a compreender a complexidade do campo das psicoterapias, visando o aperfeiçoamento da atuação profissional, a melhor formação dos psicólogos nesta prática e a construção de referências para área.

Humberto Verona  
Presidente  
Conselho Federal de Psicologia

# Psicoterapia

## Home

### Ações 2013-2016

- [Ações Subsele Metropolitana](#)
- [Ações Subsele ABC](#)
- [Ações Subsele de Campinas](#)
- [Ações Subsele Baixada](#)
- [Ações Subsele Vale](#)

### Ano da Psicoterapia 2009

## Textos Base

### Eixo I

#### A constituição das psicoterapias como campo interdisciplinar:

- Psicoterapia como uma disciplina científica ou como um conjunto de métodos e técnicas que definem uma prática.
- Interdisciplinaridade, transversalidade e multiprofissionalidade: o psicólogo nesse contexto.
- Limitações das reivindicações da exclusividade por parte dos psicólogos.
- Psicoterapia como prática diversa (clínica ampliada).

### Psicoterapias: elementos para uma reflexão filosófica <sup>(1)</sup>

#### Carlos Roberto Drawin <sup>(2)</sup>

1. Este texto – resumo de um trabalho mais amplo – é um conjunto de notas que serviu como base para as exposições feitas em dois eventos: o “III Psicologia nas Gerais: Ciência, Profissão, Compromisso Social e Valorização do Trabalho do Psicólogo” e o “VIII Congresso da Federação Latino-Americana de Psicoterapia”. Como o argumento é longo e foi muito resumido, alguns de seus nexos podem ter ficado obscuros. Fica, apesar de tudo, como uma provocação para a discussão.

2. Psicólogo. Professor do Curso de especialização em Teoria Psicanalítica e do Departamento de Filosofia da UFMG.

Podemos tomar como ponto de partida da nossa reflexão a Resolução CFP nº 10/00, de 20 de dezembro de 2000. Nela, após as considerações que justificam a resolução, o artigo primeiro estabelece que “A psicoterapia é prática do psicólogo, por se constituir, técnica e conceitualmente, um processo científico de compreensão, análise e intervenção que se realiza através da aplicação sistematizada e controlada de métodos e técnicas psicológicas reconhecidos pela ciência, pela prática e pela ética profissional, promovendo a saúde mental e propiciando condições para o enfrentamento de conflitos e/ou transtornos psíquicos de indivíduos ou grupos”. <sup>(3)</sup>

3. A exposição que se segue está baseada em extensa bibliografia. No entanto, eliminamos todas as referências bibliográficas e quase todas as notas explicativas com a finalidade de tornar este texto – que não tem objetivo acadêmico – uma leitura mais leve. Apesar disso, reconhecemos que as referências filosóficas podem dificultar a compreensão por parte daqueles que têm menos conhecimento de história da filosofia. Estes podem, porém, se ater apenas aos pontos essenciais da argumentação.

É uma boa definição se considerarmos a finalidade maior dos conselhos profissionais, que consiste em legislar com o intuito de orientar tanto a comunidade quanto os profissionais que devem servi-la com excelência técnica e responsabilidade ética. No entanto, sob a aparente serenidade da definição e do consenso, as questões são complexas, as dúvidas, cruciantes e as discordâncias fervilham. Basta-nos uma breve rememoração da história das ideias psicológicas para constatarmos que a associação entre psicologia e ciência é altamente problemática. Afinal de contas, o que é Ciência? Ela se confunde com a imagem popular do cientista e com a sua autoridade difusa? Ou é um gênero de conhecimento cujos contornos os epistemólogos se esforçam em demarcar? E o que é Psicologia? É um domínio bem estabelecido de fenômenos a ser estudados, de métodos a ser seguidos e de teorias a ser refutadas ou aceitas provisoriamente? Ou é um campo heteróclito de todas essas coisas? E qual seria a inter-relação entre esses dois termos, *ciência e psicologia*? São questões intrincadas e de difícil elucidação e este pequeno texto não tem o objetivo de adentrar em terreno tão espinhoso, mas apenas assinalar a imensa complexidade subjacente às definições aparentemente claras e quase consensuais. Por outro lado, a reflexão não deve recuar diante das dificuldades, pois, ainda que precária, talvez ela seja capaz de suscitar a discussão necessária acerca de uma área de atuação profissional de imensa difusão e inegável relevância social.

Vamos então fazer uma brevíssima rememoração filosófica sobre a ideia de psicologia. A palavra rememoração não é fortuita e nem significa um registro histórico irrelevante para a discussão contemporânea. O esquecimento do passado é um sintoma social, é a outra face da hipertrofia do presente, e ambos são modos de subjetivação próprios de um mundo unidimensional, centrado na satisfação real ou virtual dos indivíduos e avesso a todo distanciamento crítico. A rememoração é simultaneamente distanciamento e apropriação do tempo pelo sujeito humano, é uma operação através da qual a vida é potenciada, a morte existencialmente apropriada e o presente é relativizado.

#### 1. Breve percurso histórico

1.1. A Razão Clássica: podemos considerar a expressão “razão clássica” num sentido bem amplo. Não a referindo apenas ao período estritamente clássico do pensamento grego – época exemplar representada por Sócrates, Platão e Aristóteles –, mas abrangendo toda a concepção pré-moderna de razão. Para caracterizar a concepção clássica de razão podemos diferenciar, apenas com um objetivo didático, dois termos que podem ser considerados como sinônimos: paradigma e modelo. Vamos definir paradigma como um modelo de extensão mais ampla dentro do qual podemos identificar diversos modelos mais restritos. Assim, a razão clássica pode ser definida, de modo muito esquemático, segundo um paradigma metafísico e um modelo, ou um modo de pensar (Denkform), de tipo cosmocêntrico. <sup>(4)</sup>

4. Essa exposição histórica é obviamente superficial, mas tem como objetivo defender algumas teses sobre o significado filosófico das psicoterapias.

Caracterizamos o paradigma metafísico por meio da seguinte proposição: a razão tem um alcance ontológico, isto é, há uma identidade ou homologia entre o ser e o pensar e há uma inteligibilidade intrínseca da realidade, do ser (noetós) que corresponde à inteligência espiritual do ser humano (noús), que, enquanto tal, é capaz de aprendê-la. A inteligência acolhe a experiência humana em toda sua riqueza e procura transcervê-la em diferentes níveis discursivos.

Caracterizamos o modelo cosmocêntrico por meio da seguinte proposição: a inteligibilidade consiste na ordem da totalidade das coisas, que é o cosmos, o que implica, portanto, que há uma correspondência entre o homem e o cosmos no qual ele está inserido. Há diversas formulações dessa correspondência: o homem como um microcosmos (Demócrito), a co-pertinência (*syngéneia*) entre a alma e as formas (Platão), a vida contemplativa possibilitada pela noética aristotélica, o axioma helenístico do seguimento da natureza enquanto ordem racional, etc.

Ora, o advento do Cristianismo introduziu uma forte tensão estrutural nessa concepção da razão clássica. Em síntese, pode-se dizer que a doutrina da criação do mundo a partir do nada (ex-nihilo) implica o abandono da ideia de que o cosmos é a fonte última de inteligibilidade. Ou seja, implica o abandono do modo de pensar cosmocêntrico. A questão fundamental do pensamento cristão será, então, a seguinte: é possível desvincular o paradigma metafísico do modelo cosmocêntrico ou é possível reconstruir o paradigma metafísico a partir de um outro modo de pensar? Essa questão atravessa e polariza todo o pensamento medieval, e em seu solo se enraíza o que irá se tornar a frondosa árvore da modernidade.

O que nos interessa nessas breves e esquemáticas considerações sobre a razão clássica?

Em primeiro lugar, a ideia de que há uma correspondência entre a inteligência e o inteligível, porque a realidade não é estranha à demanda humana por sentido. Uma vez que a inteligibilidade inclui a inquietação existencial e a exigência moral, então a demanda por sentido não é uma ilusão, mas brota do exercício mesmo da razão. Por isso, seja na concepção platônica da convergência constitutiva e ideal da alma e do mundo, seja na concepção bíblica do homem como “imagem de Deus” (*imago Dei*), a inteligibilidade, do cosmos em si mesmo ou proveniente do ato criador de Deus, inclui necessariamente uma dimensão ética. Isso significa que há quase que uma interpenetração entre a ontologia, a antropologia e a ética. Mesmo na orientação mais naturalista da antropologia aristotélica ou na orientação materialista da antropologia epicurista, a pergunta pela essência do humano (*eidós*) não pode estar dissociada da pergunta pelo fim do humano (*telos*). Vamos formular as coisas do seguinte modo: as aporias do saber antropológico – tanto na teoria aristotélica da alma como forma do corpo, quanto na teoria epicurista da alma como agregado de átomos sutis – são de alguma forma ultrapassadas no domínio da sabedoria prática. Ou seja, embora possamos falar de uma psicologia ou de uma antropologia enquanto ciência ou enquanto saber, este saber está intimamente vinculado à sabedoria. Por isso, podemos dizer que o sábio ou o homem prudente (*phronimos*) é o verdadeiro psicólogo do mundo antigo, assim como o mestre espiritual – o que orienta o discernimento entre a carne (*sárx*) e o espírito (*pneuma*) na intimidade do coração humano (*kardia*) – é o verdadeiro psicólogo do mundo cristão e medieval.

Em segundo lugar a dificuldade em conciliar a teologia cristã com o modo de pensar cosmocêntrico acabou levando – sobretudo após a condenação por parte da Igreja, em 1277, das tentativas mais ousadas de conciliação – a uma profunda transformação do paradigma metafísico. Podemos formular o problema de fundo do seguinte modo: se a inteligibilidade provém de Deus e o homem, enquanto “imagem de Deus” (*imago Dei*), é o único ser intramundano vocacionado para a transcendência, então é apenas do homem espiritual aberto a Deus e tocado por sua Graça que pode provir a verdade e somente nessa abertura interior a salvação pode ser realizada. Esta é a profunda intuição agostiniana: não se deve buscar a salvação nas coisas exteriores, mas antes permanecer em si mesmo, pois é na interioridade do homem que habita a verdade (*Noli foras ire, in teipsum redi, in interiori homine habitat veritas*). Esta proposição agostiniana, que inspirará todo o pensamento cristão posterior, significa que não podemos nem nos identificar com a ordem cósmica – em relação à qual Deus é absolutamente transcendente – e nem nela encontrar uma saída ética. Nessa perspectiva, a face negativa de nossa vocação para a transcendência é o pecado, aquilo que Kant posteriormente designou como o “mal radical” (*das radikale Böse*). Nossa cura, portanto, só pode provir de nossa interioridade, da conversão ao mais profundo de nós mesmos, que é a maior transcendência na mais íntima interioridade (*interior intimo meo et superior summo meo*). Essa concepção agostiniana – a da valorização da interioridade como radicalmente diferente de todas as coisas – vai levar à revolução cartesiana da filosofia e à racionalidade moderna.

Queremos enfatizar que a psicoterapia – com seus diferentes objetivos, métodos e técnicas – concebida enquanto cuidado da alma que vincula o homem ao cosmos ou a Deus, pode ser considerada como uma ciência apenas porque na razão clássica não se pode desvincular ciência de moralidade e de sabedoria. A psicoterapia é racional porque a razão é sapiencial.

1.2. A razão moderna: podemos compreender, então, a partir da orientação agostiniana para a interioridade, o profundo significado ético e existencial da filosofia cartesiana<sup>(5)</sup>. A mente – que se exprime na primeira pessoa como um “eu” – é inteiramente diferente de todas as outras coisas, pois todas as outras coisas se colocam diante do eu que as percebe, sente e pensa. Elas estão postas diante de mim e são, portanto, “ob-jetos”, enquanto eu estou e sou numa posição de sujeito. Nós devemos nos curar de uma atenção polarizada para fora, para o mundo dos sentidos e, por isso, devemos nos submeter ao método da razão pura, ao método desta *mathesis universalis* que se pode vislumbrar nas ciências da natureza. Na “Segunda Meditação”, no experimento mental do pedaço de cera podemos acompanhar a intenção radical deste procedimento:

5. Tomamos aqui a filosofia de René Descartes (1596-1650) como referência exemplar para o diagnóstico de alguns impasses da razão moderna. Mas, na lógica esquemática de nossa exposição, tais impasses não se restringem ao pensamento cartesiano.

“os corpos não são conhecidos pelos sentidos ou pela faculdade de imaginação, mas apenas pela compreensão, e... não são conhecidos pelo fato de serem vistos ou tocados, mas apenas por serem concebidos pelo pensamento.”

Assim, a inteligibilidade não provém da estrutura ontológica do cosmos inteligível como em Platão, nem da forma inteligível presente nas substâncias, como em Aristóteles, mas provém do cogito, da inteligência humana, que, se submetendo à ascese do método, apreende a verdade em sua interioridade. No entanto, a verdade só pode ser apreendida pelo sujeito pensante, pela *res cogitans*, porque o acesso ao real nos é assegurado por Deus, pela *Res Infinita*. Essa é a função essencial do chamado “argumento ontológico”: assegurar a passagem da certeza do sujeito à verdade do real pela superação da diferença entre o conhecimento (*ordo cognoscendi*) e a realidade (*ordo essendi*). Temos, então, um novo modo de pensar no interior do paradigma metafísico, o modelo ontoantropológico, que pode ser designado, em contraposição à metafísica do ser, como metafísica do sujeito. Aqui aparece a célebre objeção do círculo cartesiano, mas, deixando de lado este problema estrutural da filosofia cartesiana, nós gostaríamos de enfatizar algumas dificuldades que decorrem desse modo de pensar e que interessam ao tema que estamos abordando.

Em primeiro lugar coloca-se a questão acerca da verdade da realidade. A realidade verdadeira não pode ser aquela apreendida pela experiência sensível, pois esta só pode ser fonte de erro e ilusão. No mundo vazio da dúvida metódica a realidade verdadeira só pode ser aquela reconstruída pela razão e que satisfaça as exigências da compreensão racional e esta é a realidade geometrizada dos objetos científicos, a *res extensa*. O mundo matematicamente reconstruído deve ser efetivado pela atividade da inteligência técnica e produtiva (*poiética*), pois a natureza objetivada da física-matemática é indiferente ao ser humano e só se humaniza quando é por ele submetida e plasmada. Esta radical objetivação do mundo, aí incluindo o corpo humano, enquanto objeto da anatomia e da fisiologia, significa que o homem, na ausência de uma ordem prévia à exigência crítica da racionalidade moderna (*cogito*), deve construir uma ordem e, por isso, a Medicina e a Mecânica são os frutos maduros do sistema cartesiano. Apesar disso, essa ordem na qual o homem pode encontrar o sentido de sua vida não pode ser produzida pela ambição desmedida, pela *hybris* humana, mas deve se submeter à ascese da razão e a uma ética da autodeterminação racional.

Em segundo lugar coloca-se a questão acerca da instância normativa que orienta a construção da ordem humana do mundo. Se o homem encontra o sentido de sua vida numa ordem reconstruída por ele por meio de uma razão assegurada por Deus, pois Deus é o fundamento do método, então a sua realização moral é de algum modo projetada no futuro. A Mecânica e a Medicina estão racionalmente ordenadas, mas como estabelecer uma ética também racionalmente ordenada? Ou seja, se o método matemático (*more geométrico*) possibilita a ordenação científica do mundo exatamente porque o mundo é reconstruído como uma estrita objetividade, como ele poderia possibilitar também a orientação ética da ação humana fundada na liberdade e na história? Ora, a imensa dificuldade deste problema leva Descartes à proposição, na terceira parte do “Discurso do Método”, da chamada

“moral provisória” (*morale par provision*). Esta, na impossibilidade de se construir uma ética no espaço conceptual do modelo matemático e mecanicista do mundo, torna-se uma ética de conteúdo convencional, de respeito aos costumes e tradições. Apesar da pretensão cartesiana de alcançar uma ética estritamente racional, ela permanece “provisória”, isto é, como uma provisão de sabedoria prática que nos ajuda na travessia de nossa existência.

Teríamos, portanto, dois domínios na racionalidade moderna:

- O campo científico: que é o domínio empírico, caracterizado pela rigorosa objetivação proporcionada pela racionalidade matemática e separado da experiência antropológica concreta, isto é, a experiência histórica e existencial.

- O campo filosófico: que é o domínio metafísico que visa à fundamentação da ciência no “eu penso”, no cogito cartesiano. Este é uma subjetividade pura que possui um estatuto transcendental, ou seja, não se confunde com a experiência dos sujeitos concretos mergulhados no mundo e na vida.

Essas considerações filosóficas têm como objetivo delinear o seguinte problema: a psicologia parece não ter um lugar no sistema de saber construído pela razão moderna. Ela não se inclui na esfera da alma, que é o domínio metafísico da subjetividade pura e não se identifica com a esfera do corpo, que é o domínio científico da objetividade anatômica e fisiológica. A história da Psicologia é um imenso esforço de escapar a este dilema. Não é possível, no entanto, examinar aqui os êxitos e fracassos das alternativas teóricas que foram propostas. O que queremos ressaltar é que a Psicologia – ao menos em sua dimensão clínica – parece fora de lugar, carente de um espaço racional legítimo. Ao voltar-se para o sujeito concreto, na trama de suas vivências e nas dobras obscuras de seus afetos, a Psicologia clínica, comprometida com o cuidado, com a cura do ser humano, encontra-se exilada do “logos”, da razão em sua concepção moderna. Isso não significa que ela se perde no inefável das vivências, mas que o discurso que a expressa e estrutura não pode ser o mesmo que é adequado ao estudo da natureza e também não se confunde com a pretensão filosófica de alcançar um conhecimento apodíctico e autofundante.

A inclusão da psicologia no domínio científico implica uma exigência de objetivação que apenas a fisiologia pode responder, uma vez que a sua estratégia metodológica concebe o corpo como inteiramente exteriorizado em relação à experiência subjetiva. Daí a tendência contemporânea de assimilação da psicologia pela fisiologia, como ocorrerá no âmbito da polémica anticartesiana das neurociências. Por outro lado, a inclusão da psicologia no domínio filosófico implicaria sua transformação num saber metafísico do tipo da antiga “psicologia racional” (*psychologia rationalis*), estudo das faculdades da alma que se distancia da experiência concreta dos sujeitos no esforço de apreender a essência universal do ser humano.

A idéia fundamental que queremos enfatizar por meio desta breve incursão na história da Filosofia é que não há lugar para a Psicologia clínica no espaço epistêmico da racionalidade moderna. Algo semelhante ocorre com a Ética enquanto sabedoria prática. No entanto, o avanço do processo de modernização, ao abalar os referenciais simbólicos da sociedade tradicional, impõe de modo cada vez mais intenso uma resposta à angústia e ao desamparo humanos. A aporia pode ser formulada do seguinte modo: a psicologia clínica e a ética sapiencial são, ao mesmo tempo, impossíveis e necessárias. Desse modo, a demanda de sentido, não sendo acolhida no universo da racionalidade moderna, converter-se-á em crítica da razão.

## 2. Um breve diagnóstico filosófico

A crítica da razão pode ser configurada como uma crise no interior da modernidade. Para que essa ideia fique mais clara precisamos de alguns rápidos esclarecimentos. Denominamos como modernidade não apenas um período cronológico bem delimitado, mas uma época na qual o presente goza de primazia axiológica em relação ao passado e à tradição. Ora, ao refluir para o presente, a época moderna desconstrói a solidez do mundo e impõe a problemática da subjetividade, isto é, impõe a diferenciação entre o ser humano e a totalidade das coisas. É justamente essa diferenciação da consciência em relação ao mundo que podemos definir como subjetividade. Daí a relação intrínseca entre subjetividade e modernidade. Como, no entanto, podemos restabelecer a relação entre o sujeito e o mundo? Na razão clássica o restabelecimento dessa relação foi justamente a tarefa do modo de pensar cosmocêntrico e teoantropocêntrico. Na razão moderna essa relação foi submetida a uma severa crítica, como acabamos de ver ao tomarmos como exemplo paradigmático o pensamento cartesiano. As aporias do sistema cartesiano expressam no plano da reflexão as contradições da modernidade, o que pode ser resumido filosoficamente do seguinte modo:

a) No plano da modernização social: o pensamento moderno se realiza como eminentemente epistemológico e voltado para a justificação da ciência, porque há na modernidade um projeto de objetivação do mundo, um projeto de dominação da natureza e do homem, enquanto parte da natureza, através da atividade da inteligência técnica, da racionalidade instrumental e da lógica sistêmica. O progresso da racionalidade científica se inscreve na perspectiva da modernização social, isto é, da construção de uma ordem social que maximiza o desempenho, a funcionalidade e a produção.

b) No plano da modernização cultural: o pensamento moderno é atravessado em sua realização por uma exigência antropológica, a de responder o que antes designamos como demanda de sentido. Esta carência existencial da racionalidade moderna acompanha como uma sombra, que não pode ser eliminada, o ideal iluminista de uma natureza dominada e posta a serviço do homem e de uma sociedade democrática, eficientemente organizada e transparente. Já no pensamento moderno clássico essa exigência se expressou em pensadores como Montaigne, Pascal e Rousseau para, nos séculos seguintes encontrar uma ressonância cada vez mais forte em Kierkegaard, Schopenhauer, Nietzsche e Heidegger. Esta exigência antropológica afirma que a natureza do ser humano traz consigo um excesso que transborda do continente da objetividade científica. A experiência humana concreta, o *ethos* em seus diversos aspectos – religioso, moral, estético e psicológico – é irredutível aos esforços de objetivação.

A cisão entre os dois campos ou entre as duas vertentes da modernização, a modernização social e a modernização cultural, é insustentável, porque o progresso social, a construção da ordem sistêmica, não pode prescindir da dimensão antropológica na qual se inclui a instância sapiencial. Por outro lado, a experiência humana que se dá no espaço de um mundo racionalizado não pode prescindir de uma forma discursiva que a expresse, estructure e a justifique. Ora, campo da ética aparece justamente na articulação entre esses dois outros campos, o epistemológico e o antropológico, uma vez que a Ética impõe, como Kant pretendeu genialmente instaurar, uma ampliação da racionalidade. A ética coloca-se para além da objetividade das ciências da natureza e mostra que a racionalidade científica não pode satisfazer a nossa busca de conhecimento, pois esta se enraíza no solo mais profundo do interesse prático da razão.

Com isso abre-se um abismo entre a teoria e a prática, entre a Ciência e a Ética, um abismo que deve ser transposto pela faculdade de julgar como aquela que interroga acerca do fim ou acerca do sentido da vida humana no mundo. Por isso, as três questões que regem o pensamento crítico – “Que posso saber?”, “O que devo fazer?”, “O que me é permitido esperar?” – são articuladas, como bem viu Heidegger, numa profunda retomada da questão antropológica fundamental: O que é o Homem? Kant foi um pensador da modernidade e, portanto, a pergunta pelo ser do humano expressa a demanda de sentido como exigência de se passar da subjetividade transcendental, instância de fundamentação da ciência, ao plano da experiência histórica e existencial na qual o sentido se expressa e se realiza.

## 3. Psicologia clínica e Ciência

A partir desse breve diagnóstico filosófico pode-se perguntar: a Psicologia clínica e, em especial, as psicoterapias, podem e/ou devem ser definidas como ciências? A nossa resposta direta, lapidária e prévia é que *as psicoterapias não podem e não devem ser definidas enquanto ciência*. Não podem porque – como argumentamos acima – elas não se enquadram no espaço epistêmico da racionalidade moderna. Não devem porque sua não cientificidade não é

um defeito a ser corrigido no futuro, mas é o traço essencial de um saber cuja fecundidade reside justamente em resistir à pretensão de uma objetividade e de uma operacionalidade universais. As psicoterapias possuem um caráter sapiencial que as aproxima dos antigos exercícios espirituais e sua riqueza consiste não só em resistir ao avanço da administração total da vida, mas em preservar o lugar antes ocupado pela sabedoria antiga.<sup>(6)</sup>

6. A expressão “exercícios espirituais” foi consagrada pela espiritualidade cristã. Mas aqui tomamos a expressão em sentido amplo, como o fizeram Pierre Hadot e Michel Foucault, quando discutiram sobre o autoconhecimento (gnôthi seautón) e as práticas do cuidado e da formação de si (epiméleia heautou) na cultura antiga.

Esta resposta que definimos como lapidar nada tem, entretanto, de primorosa, definitiva ou fechada, mas é antes uma resposta prévia. Assim, a sua concisão não tem outra finalidade do que suscitar a reflexão e a discussão sobre uma problemática muito intrincada e que, segundo nossa opinião, não pode ser circunscrita ao âmbito da epistemologia. Ou seja, o seu ponto central não é o de estabelecer critérios de cientificidade para, então, demarcar no campo disperso, fragmentário e heterogêneo das psicoterapias aquelas que são epistemologicamente legítimas e aquelas que não o são. A discussão não pode se restringir a uma tarefa disciplinar, ainda que se reconheça – como será em seguida ressaltado – a necessidade de propor parâmetros de referência normativa para as psicoterapias. Há, no entanto, uma questão prévia, anterior à abordagem epistemológica e que possui um estatuto antropológico: qual o significado humano das psicoterapias num mundo caracterizado pela racionalidade técnica e econômica, num mundo em que a rapidez e a eficiência parecem apontar para uma medicalização total como correlato de uma sociedade totalmente administrada?

Não obstante, para que essas considerações não sejam confundidas com simples irracionalismo ou mera defesa de saberes esotéricos e alternativos gostaríamos de propor algumas brevíssimas considerações epistemológicas. Toda ciência se depara com o problema da passagem dos enunciados protocolares ou observacionais em sua condição de particularidade aos enunciados teóricos em sua pretensão de universalidade.

Esse é um problema central da epistemologia contemporânea. Há diversas propostas em filosofia da ciência para resolvê-lo, do critério verificacionista à concepção popperiana de falsificabilidade. Apesar da ampla aceitação da solução popperiana, a ideia de refutação crítica exige a distinção entre o observável e o inobservável, sendo essa diferença problemática, uma vez que ocorreria no interior de um sistema de crenças. Seja como for, não se pode negligenciar, conforme mostra a tese de Duhem-Quine, o incômodo reconhecimento de que as teorias científicas não decorrem, mas são subdeterminadas pelos dados observacionais.

Essas considerações não têm como propósito subsidiar a opção por uma ou outra solução, mas apenas assinalar a imensa dificuldade em se estabelecer um critério universalmente aceitável de demarcação entre ciência e não ciência. Para simplificar poderíamos considerar – na perspectiva paradigmática das ciências da natureza – que a ciência normal tende à absorção total do individual e do particular, apesar de sempre nela permanecer um resíduo inobjetivável. O que não é aceitável para o conjunto dos saberes científicos como procurou mostrar a já velha discussão metodológica (*Methodenstreit*), iniciada na segunda metade do século XIX, a partir do impacto da concepção hermenêutica de razão.

Assim, no caso das ciências do homem que são, na verdade, ciências humanas, esses resíduos não apenas permanecem como um incômodo, como um problema que deveria ser idealmente resolvido, mas são irredutíveis e, mais do que isso, são essenciais. Se nós reunirmos esses elementos – o individual, o particular, o singular – numa única rubrica e a designarmos como dimensão clínica, aqui tomada em seu próprio sentido etimológico, então se pode dizer que o polo clínico está sempre presente nas ciências humanas e, de modo especial, na Psicologia. Devemos reconhecer, por conseguinte, que o polo clínico resiste ao projeto de universalização e objetivação da ciência e desencadeia uma crise epistemológica crônica e insanável na Psicologia, uma crise atestada justamente pela multiplicidade das psicoterapias.

Não há, portanto, algo como “a ciência” que possa servir de referência para as psicoterapias. Há, talvez, uma “visão científica do mundo” que reivindica hegemonia, mas que comporta valores que devem ser amplamente discutidos pela sociedade. Será que a “visão científica do mundo” é real e a “visão religiosa” e “metafísica” seriam ilusórias? Ou poderíamos supor, como o faz Schopenhauer, por exemplo, que a ilusão se encontra antes do lado da representação e, por conseguinte, daquilo que consideramos ser a realidade fenomênica e objetiva? De qualquer forma, o que designamos como real não pode ser confundido com o reducionismo fiscalista, o real pode bem ser mais rico do que aquilo que é proposto pelas ciências naturais. Assim, o excesso que nos habita e que alimenta a interrogação filosófica acerca da verdade última das coisas não pode ser simplesmente descartado como ilusão.<sup>(7)</sup>

7. É muito importante sublinhar que não estamos polemizando contra a ciência ou contra a racionalidade, mas sim contra a pressa em definir ambas. A atual crise econômica internacional pode ilustrar o que pretendemos. A Economia, com o seu aparato matemático, parecia ser uma ciência quase exata. Nos últimos vinte anos o neoliberalismo se colocou como expressão da verdade científica da Economia, o que era continuamente reiterado por grande parte da comunidade dos economistas. A perplexidade que agora toma conta das análises econômicas – incluindo as intervenções no último Fórum Econômico Mundial de Davos – e o “estranho” recurso à terminologia psicológica que invade o debate econômico (confiança, receio, expectativa, etc.) mostram o estatuto imaginário daquilo que se julgava como realidade cientificamente demonstrada. Neste caso, onde estaria a ilusão? Não estaria do lado daquela pretensa ciência que antes se posicionava altaneira diante do que estigmatizava como velha e renitente ideologia?

A ideia de disciplina científica está, portanto, sob contestação. A ideia de ciência se baseia na derivação dos diversos modelos teóricos da Física Básica. Mas isso é uma crença e não algo demonstrável. Não há um conjunto consistente e único de leis fundamentais, pois na própria Física Básica o mundo macroscópico e o mundo quântico não estão ainda completamente unificados. A crítica epistemológica – que julga como ilusória ou como uma projeção subjetiva uma determinada suposição de existência, como, por exemplo, a dos deuses – apenas formaliza um processo histórico de transformação cultural, de reordenação do espaço simbólico, mas não o cria. Isto significa que a razão, a racionalidade científica, não é independente do processo histórico e cultural. É ilustrativo o caso da Biologia Molecular: seu imenso êxito como programa de pesquisa não provém apenas de sua fecundidade, da verdade que contém e que reflete como as coisas são em si mesmas, mas a sua concepção cartesiana da natureza e do corpo é o resultado de um caminho histórico específico, um caminho, inclusive, de menor resistência. Os procedimentos metodológicos hegemônicos, que parecem definir uma disciplina científica, costumam pressupor objetos altamente limitados e podem eliminar ou sufocar por muito tempo interrogações complexas e fundamentais. Muitas vezes alguns dos problemas mais difíceis são deixados de lado porque, como alguns estudiosos da ciência já observaram, não se podem construir carreiras científicas brilhantes com fracassos persistentes. Os programas de pesquisa não são esquemas metodológicos puros, orientados por critérios racionais assépticos, mas seguem um sistema de crenças e os fenômenos que resistem ao método são deixados de lado.

#### 4. Ética e Psicologia Clínica

Há, no entanto, outro argumento muito mais tangível do que o da discussão metafísica. A concepção fiscalista do mundo – que afirma 32 que o mundo é o que as ciências da natureza supostamente descrevem – não é capaz de fundar uma Ética. É preciso, portanto, discutir a axiogênese da “visão científica do mundo”, tanto no sentido da origem valorativa da Ciência como no sentido de produção de valores pela própria Ciência. Uma discussão que se nos impõe, pois a partir da gravíssima crise ecológica na qual estamos todos mergulhados, não é mais admissível considerar que o progresso da racionalidade tecnocientífica é por si mesmo desejável e contribui para a realização e emancipação humanas. Esse argumento faz da Ética – enquanto experiência antropológica fundamental – medida da racionalidade científica. A ética torna-se, então, mais do que a epistemologia, como defende Paul Feyerabend, um dos mais eminentes filósofos da ciência do século passado, o métron da verdade científica.

Se aceitarmos que as psicoterapias se inscrevem no polo clínico, embora não o esgotem, e que estão voltadas para o homem concreto, então podemos problematizar a ideia da cientificidade das psicoterapias. Ou seja, problematizar a ideia que elas possam ser incluídas num conjunto bem demarcado que possa ser nomeado como “ciência”.

A associação entre psicoterapia e ciência não é, entretanto, insensata. Mas é, ao contrário, uma preocupação legítima do legislador, que não pode se conformar com a anarquia do campo psicoterápico, mergulhado numa temível escuridão impressionista na qual todos os gatos são pardos, ameaçada pelo caos do ecletismo em que tudo seria possível e, portanto, aceitável. Tal advertência, porém, não deve ser um obstáculo, mas uma exigência para o aprofundamento de nossa reflexão crítica o que implica levantar a suspeita acerca da facilidade com que o termo “ciência” circula como moeda de legitimação de determinados saberes, ou seja, como um engodo do imaginário que faz de um nome, de uma universalidade vazia, de um “sopro de voz” (flatus vocis) a garantia ideologicamente eficiente da racionalidade e da respeitabilidade institucional.

Vejamos o que diz um conhecido manual sobre as psicoterapias:

“Na atualidade, existem mais de 250 modalidades distintas de psicoterapias, descritas de uma ou de outra forma em mais de 10 mil livros e em milhares de artigos científicos relatando pesquisas realizadas com a finalidade de compreender a natureza do processo psicoterápico e os mecanismos de mudança e de comprovar a sua efetividade, especificando em que condições devem ser usados e para quais pacientes. Apesar de todo esse esforço, evidências convergentes são escassas. A controvérsia ainda é grande, e o reconhecimento da psicoterapia como ciência é ténue”. (Cf.: CORDIOLI, Aristides Volpato e col. **Psicoterapias: abordagens atuais**. 3ª. Ed. revista. Porto Alegre: Artmed, 2008. p. 20).

A partir dessa citação gostaríamos de propor três hipóteses bem simples como elementos para a reflexão e a discussão:

— Em primeiro lugar, queremos assinalar a aparente contradição entre as expressões “artigos científicos” relacionados à psicoterapia e “a psicoterapia como ciência é ténue”. Falamos em aparente contradição porque acreditamos que a questão é a seguinte: a cientificidade parece ser interna ao modelo adotado. Ou seja, pode-se discutir sobre a cientificidade ou pode-se dizer sobre o rigor crítico ou a especificidade epistêmica de uma psicoterapia à luz de determinado modelo (cognitivista, comportamental, psicanalítico, existencial, etc.), mas não se pode fazê-lo do ponto de vista de um critério universal de ciência. Isso implica aceitarmos a pluralidade dos modelos no conjunto das psicoterapias. A terapia analítica junguiana não seria menos científica do que a psicanálise lacaniana ou a terapia cognitiva. Essa afirmação pode suscitar indignação, sobretudo entre aqueles que consideram a sua opção teórica como indiscutivelmente superior e dotada de consistência racional incomparável. Diante dessa atitude não se pode fazer muito senão reiterar o convite para a tolerância epistemológica, o que inclui a explicitação dos pressupostos que sustentam esse juízo de superioridade. A aceitação de tal convite implica reconhecer o outro como interlocutor legítimo capaz de compreender e argumentar acerca desses pressupostos e de suas alternativas.

— Em segundo lugar, acreditamos que as psicoterapias – como um conjunto de contornos indefinidos no qual convivem não apenas diferentes modelos teóricos, mas diferentes técnicas (breve, focal, apoio, etc.) que são adequadas a diversos objetivos e relativas a específicos segmentos sociais (grupo, família, casal, hospital, etc.) e determinados tipos de afecção psicopatológica (depressão, pânico, transtornos alimentares, etc.) – não podem ser enquadradas numa ideia unitária de ciência. Que essas diferenças tendem a se fragmentar ainda mais na prática concreta dos terapeutas, se considerarmos que a personalidade do terapeuta, como a do paciente, é um fator a ser considerado no processo psicoterápico. As psicoterapias podem ser consideradas, se quisermos, como um método, como um caminho ou uma ponte, entre a ciência e a clínica, possuindo, portanto, um caráter mediador entre a teoria e a prática.

— Em terceiro lugar, afirmamos que as psicoterapias não só não podem, mas sobretudo não devem ser concebidas como ciência no sentido hegemônico da racionalidade tecnocientífica. As chamadas técnicas psicoterápicas não se aproximam tanto do logos científico – não constituem uma tecnologia –, mas, antes, da prática clínica, que não é apenas um polo residual, mas um polo irredutível e constitutivo do campo do humano. A ideia aqui é muito simples: as psicoterapias, enquanto se inserem na clínica, devem resistir à hipertrofia de um tipo de saber que não só pretende ser paradigma para todos os outros tipos de saber, mas se coloca na perspectiva da dominação da natureza, nela incluindo o ser humano. Elas não só não se deixam apropriar, por razões epistêmicas, pelo modelo científico hegemônico, mas devem resistir eticamente a sua ilimitada expansão.

Para concluir essa exposição provisória que ainda está muito distante de ser uma reflexão madura, queríamos ainda reiterar uma questão dramática – que nos parece estar na raiz da preocupação do legislador: retirada a referência à ciência, o universo das psicoterapias ficaria à deriva? Ficaríamos desamparados de qualquer critério crítico? Ou como já observamos acima, as psicoterapias estariam aprisionadas numa noite da razão em que todos os gatos são pardos? Estariam exiladas na terra de ninguém do mercado a incentivar todo tipo de abuso, desacreditando os bons profissionais e desservindo a comunidade?

Diante dessa questão inegavelmente pertinente, nossa proposta seria, em princípio, a seguinte: a razão que deve nos orientar na prática psicoterápica não é a razão teórica e científica, mas a razão prática. Limitemo-nos apenas a uma observação bem simples: no registro ético, o que antes foi designado como polo do particular e do individual poderia ser designado com mais propriedade como polo clínico da singularidade, o que não se confunde com a mera particularidade. Por quê? Porque o singular refere-se ao não indivíduo enquanto átomo social, idiosincrático, mas enquanto ele é estruturalmente aberto à universalidade do humano. A razão que deve nos orientar na prática psicoterápica não é a razão teórica e científica, mas a razão prática. É perfeitamente possível concebermos uma perspectiva de unificação das psicoterapias se nos deslocarmos do registro epistemológico ao registro ético.

Em outras palavras, o ser humano enquanto sujeito ético e sujeito de direito – e aqui o termo “sujeito” não é sinônimo de “mente”, “psiquismo”, “alma”, “consciência”, etc., e não implica, portanto, uma posição mentalista – jamais pode ser meio para outro ser humano. Assim, por exemplo, ele não pode jamais servir de cobaia para minhas necessidades, carências ou crenças. O respeito a este ser que se distingue, por eminência, de todos os outros entes e que aqui designamos pelo termo “sujeito”, independe de nossas opções religiosas ou metafísicas. Assim, mesmo o mais empedernido materialista eliminativista, que recusa terminantemente a ideia de autonomia da mente, pode reconhecer – na perspectiva utilitarista da saúde, do bem-estar e da cura – que o ser humano é um sujeito de direito. Acreditamos que seja para essa razão prática transparadigmática, independente dos modelos teóricos que adotamos, que parece apontar o bom senso do legislador em sua preocupação de submeter a atuação profissional aos princípios universais da ética social.

# Psicoterapia

## Home

### Ações 2013-2016

- [Ações Subsede Metropolitana](#)
- [Ações Subsede ABC](#)
- [Ações Subsede de Campinas](#)
- [Ações Subsede Baixada](#)
- [Ações Subsede Vale](#)

### Ano da Psicoterapia 2009

## Eixo II

**Parâmetros técnicos e éticos mínimos para a formação na graduação e na formação especializada e para o exercício da psicoterapia pelos psicólogos.**

a. Parâmetros: referências e/ou regulação.

**Formação em Psicologia e Psicoterapias: algumas considerações para o debate**

Mônica Lima<sup>(1)</sup>

Eliana Viana<sup>(2)</sup>

Para tratar do tema da Psicoterapia do ponto de vista da formação em Psicologia nos parece ser produtivo apresentar considerações que nos ajudem a refletir sobre as seguintes questões:

1. Como se dá a formação de psicólogos para o desempenho da psicoterapia, levando em conta as representações sociais presentes na sociedade brasileira e na própria comunidade psicológica?
2. Como se dá a formação de psicólogos para o desempenho da psicoterapia, considerando sua crescente presença em cenários e âmbitos de atuação diversos e, conseqüentemente, desafios diferentes para a organização de seu processo de trabalho?
3. Como se dá a formação de psicólogos para o desempenho 3. da psicoterapia, considerando os efeitos da expansão de sua oferta em serviços públicos, alcançando cada vez mais uma parcela da população brasileira que não tinha acesso ao atendimento psicológico?

1. Doutora em Saúde Pública/Coletiva, é professora do Instituto de Psicologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Coordenadora de Graduação do Curso de Psicologia da mesma universidade. Vice-presidente da Associação Brasileira de Ensino em Psicologia (ABEP)

2. Psicóloga formada pelo Instituto de Psicologia da UFRJ, mestre em Psicologia Clínica pela PUC/RJ, professora universitária e supervisora de estágios em cursos de formação de psicólogos no Rio de Janeiro desde 1973 e membro da Diretoria Nacional da Associação Brasileira de Ensino de Psicologia – Abep.

Identificamos essas questões como pontos de partida para a construção deste texto, sem ter a menor chance de ser exaustivo em seu tratamento analítico, pois acreditamos que essas três questões são fundamentais para a formação de psicólogos, no contexto atual.

Os cursos de graduação em Psicologia, no Brasil, formam psicólogos. Portanto, não se limitam a formar necessariamente psicólogos clínicos, nem psicoterapeutas, nem psicanalistas, nem analistas, etc. As representações sociais presentes na sociedade brasileira que alimentam e associam o fazer psicológico à psicoterapia motivam os futuros psicólogos a ingressar em um dos 350 cursos de Psicologia existentes no Brasil, para exercer essa função.

Alguns dos aspectos que alimentam o imaginário simbólico do que é ser psicólogo@, vinculados à prática das psicoterapias são: os psicólogos são aqueles que ouvem mais do que falam, aqueles que são capazes de, ao ouvir, dar “dicas” inteligentes e orientações para ajudar a resolver problemas da cabeça, da mente, da coisa subjetiva, coisas que ao mesmo tempo amedrontam e fascinam. São finitos, mas são muitos, os adjetivos populares para qualificar nosso objeto de conhecimento e de intervenção.

Admitindo a existência de tais representações sociais sobre nossa prática (ou uma delas) em uma rede complexa e conflituosa que se forma em torno delas, bem como sua importância para orientar uma parte da população na busca de serviços psicológicos, podemos associá-las às tecnologias relacionais que utilizamos, fundamentadas na escuta, no respeito ao sofrimento, no combate ao preconceito e à discriminação, na intensificação de cuidados à saúde mental e nas contribuições à cultura de deferência aos Direitos Humanos.

Nessa direção, podemos traduzi-las em sua dimensão técnica em várias modalidades de intervenções psicológicas, cada vez mais difundidas, por exemplo, a clínica ampliada, o acompanhamento terapêutico, e certamente, entre tantas outras, a psicoterapia.

Esperamos que os estudantes calouros de Psicologia descubram as várias possibilidades do fazer psicológico desde o início do curso. Embora muitos continuem desejando e se preparem com muito afinco para exercer a psicoterapia, deparam-se com a diversidade teórico-metodológica desse campo de conhecimento como uma tempestade de ideias, ora complementares ora contrastantes, que geram inúmeros questionamentos.

Os estudantes percebem o quão amplo é o rol de estratégias e técnicas de intervenção em psicologia para além das psicoterapias, não sem uma dose de frustração. Mas, por outro lado, descobrem e se surpreendem com o alcance dessa profissão em cenários e âmbitos de trabalho para além do seu modelo clássico de intervenção, o consultório particular. E ajudam seus professores e supervisores a construir coisas novas.

Psicoterapia é um termo utilizado pela primeira vez, em 1872, por um médico inglês, Daniel H. Tuke. Esta se popularizou ostensivamente, nos séculos 20 e 21, particularmente nos EUA, sendo mais adequado falar no plural, psicoterapias, considerando a difícil tarefa dos historiadores de buscar uma classificação que faça jus à diversidade atual. Há mesmo autores que acreditam ser inoperante classificá-las, considerando que surgiram mais de setenta escolas de psicoterapia no mundo, a partir de 1950.

Para retratar essa diversidade destacamos trechos de uma lista considerada não exaustiva, cuja classificação se dá pela escola/instituição:

Uma delas, **Escolas de Psicoterapia** (há setenta denominações no mundo). Composta por três subseções:

- 1) Psicoterapias arcaicas ou clássicas (sete denominações, por exemplo, hipnotismo);
- 2) Psicoterapias psíquicas ou psicocorporais, derivadas ou dissidentes da psicanálise, conhecidas como “novas terapias” (39 denominações, por exemplo, psicodrama e gestalt-terapia);

3) Terapias do comportamento ditas também terapias cognitivo-comportamentais (TCC) – (10 denominações, por exemplo, terapia cognitivo-comportamental e dessensibilização pelos movimentos oculares).

Outras modalidades, que são incluídas em outra seção, estão classificadas segundo as Escolas de psiquiatria ou de psicopatologia ditas dinâmicas ou psicodinâmicas (aliança de uma clínica e de um sistema de pensamento, inclui psicanálise, psicologia clínica, psicoterapia institucional, psicologia analítica e psicologia individual).

Dito isso, temos de falar de **psicoterapias** e não psicoterapia para marcar a diversidade teórico-metodológica que acompanha essa prática.

Em detrimento da importância que possamos atribuir à precedente classificação, utilizada aqui porque publicada<sup>(3)</sup>, mais do que por filiação classificatória, recorremos a ela para sinalizar que não negamos as tensões que as classificações geram, mas para afirmar que nenhuma tensão justifica a inexistência do debate e a busca de qualificação da formação de psicólogos/psicoterapeutas:

1) que assumimos o quão complexo é o tema da psicoterapia para aqueles comprometidos com a política do compromisso social da formação e atuação de psicólogos, política construída nas últimas décadas, como um processo irreversível;

2) que nos responsabilizamos em contribuir com o fomento coletivo junto com o Sistema Conselhos de Psicologia e com a Associação Brasileira de Psicoterapia, e outros parceiros que venham a somar, para o devido tratamento que essa prática merece, no rol das habilidades que buscamos desenvolver entre os psicólogos.

3. ROUDINESCO, Elisabeth. O Paciente o Terapeuta e o Estado. São Paulo: Zahar, 2005.

Apesar de não nos limitarmos, nas graduações em Psicologia, a formar psicoterapeutas, certamente, contribuimos muitíssimo com uma parcela de psicólogos/psicoterapeutas que oferecem esse serviço à população brasileira.

Tais constatações nos responsabilizam com a oferta de serviços psicoterapêuticos e, particularmente, com a formação de psicólogos para exercer esta atividade. Cabe lembrar que a Abep canaliza seus esforços, nacional e regionalmente, na defesa de uma Psicologia com compromisso social e respeito à sua diversidade teórico-metodológica. Nessa direção, as reflexões que socializamos com vocês buscam fomentar o debate sobre este tema psicoterapias do ponto de vista da educação/ensino em Psicologia, sem perder de vista três premissas:

1) A psicoterapia é uma das técnicas/estratégias mais utilizadas pelos psicólogos e das mais ensinadas, desde a sua graduação em Psicologia;

2) A psicoterapia tem justificado a busca-oferta de vários profissionais psicólogos para o aperfeiçoamento em nível de pós-graduação, via cursos formais, como as especializações, via as menos formais, supervisão de pares e grupos de estudos, tamanho é o investimento de psicólogos para o exercício profissional por meio dessa prática;

3) A psicoterapia, como alguma outra prática, não é capaz de suprir todas as exigências dos problemas psicológicos/situações de sofrimento, em suas imbricações com as condições e desigualdades sociais, apresentados pela população brasileira, mas pode contribuir e é utilizada para esses fins;

Sem dúvida, uma questão de que precisamos nos ocupar ao tratar do tema psicoterapias é: **Como se dá a formação de psicólogos para o desempenho dessa habilidade ainda na graduação?**

A primeira premissa que defendemos: é preciso garantir o acesso, a reflexão crítica e o treinamento em algumas abordagens teórico-metodológicas e evitar a monotonia e empobrecimento da centralização em uma só abordagem, dando margem ao processo de escolha dos estudantes. Sem acesso à diversidade não há escolha.

Segunda premissa: é preciso fomentar nos cursos de graduação de Psicologia a superação de qualquer reducionismo em relação à oferta de práticas psicológicas e a presença nos seus currículos, ou seja, no núcleo comum e nas ênfases, do maior leque de possibilidades de intervenção psicológicas e/ou psicossociais para além das psicoterapias.

Como fazer isso acontecer? É um esforço coletivo que deve aparecer no projeto político pedagógico de cada um dos cursos de Psicologia, orientar a sua execução e avaliação processual. É um processo que envolve professores, pesquisadores, coordenadores e estudantes.

Os estágios básicos e específicos devem ser planejados para a diversidade de cenários e modalidades de práticas: acompanhamento terapêutico, análise institucional, trabalho em grupo, orientação vocacional, visitas domiciliares, intensificação de cuidados em saúde mental, entre tantas outras. Certamente, não dá para oferecer toda a gama de atividades em todos os cenários de prática/aprendizagem. **O que vai orientar cada curso na construção do seu caminho?** Acordos nacionais e regionais, mais do que isso, a defesa pelo compromisso social da Psicologia, no cotidiano de cada instituição e de seus desafios regionais.

Por exemplo, temos buscado superar o problema da oferta de estágios profissionalizantes em Psicologia, maciçamente, em clínicas-escolas, quando elas limitam a oferta de estratégias de intervenção: psicodiagnósticos e psicoterapias. Essa é ainda uma realidade desfavorável para o franco processo de expansão dos cenários e âmbitos de trabalho dos psicólogos. Não é incomum ouvir que os novos psicólogos sentem-se despreparados quando precisam organizar seu trabalho a partir de outras atividades menos clássicas.

Temos buscado contribuir com o fortalecimento dos Serviços de Psicologia, articulados essencialmente, com o fazer acontecer da psicologia extramuros, conectado com a comunidade, com os setores de educação, do desenvolvimento social e do trabalho, da saúde, da defesa civil, etc.

Precisamos formar psicólogos articulando as estratégias oferecidas nos Serviços de Psicologia universitários à realidade dos serviços públicos e privados. É preciso assumir o desafio de construir projetos políticos pedagógicos na parceria universidade-serviço-comunidade, inclusive para o desenvolvimento da habilidade em psicoterapias.

Por sua vez, é frequente a crítica, sinalizada em vasta literatura sobre esta temática, de que generosa parte dos cursos de Psicologia – apesar da diversidade teórico-metodológica inerente ao campo de conhecimento – agoniza/fracassa ao centralizar seus esforços em um modelo de formação que desconsidera a crescente inserção de psicólogos e a ampliação dos cenários e âmbitos de trabalho, quando, inclusive, restringe e acaba por privilegiar apenas algumas das habilidades necessárias para formar um psicólogo generalista.

A institucionalização da Psicologia como prática profissional impulsiona uma relação diferente com o contexto do trabalho, uma vez que implica deixar de ser uma profissão eminentemente liberal e autônoma (na qual os psicólogos têm domínio/autonomia de variáveis para organização do processo de trabalho) para ser incluída no rol de outras profissões que dependem das normas e procedimentos institucionais.

Como organizar o processo de trabalho em instituições e lidar com os seguintes aspectos daí decorrentes: alta quantidade de pessoas que buscam atendimento psicológico; frequência e tempo de sessão; produtividade medida por quantidade de pessoas atendidas; alta/cura, etc. Arriscamos dizer que a implantação de "psicoterapias breves", em suas diversas vertentes teóricas, não conseguiu ainda resolver todos esses problemas, que cotidianamente afetam a vida profissional dos psicólogos, e de todos os outros profissionais de saúde.

Para além desses desafios institucionais, é preciso aceitar com coragem e inventividade o convite para a análise das psicoterapias em sua dimensão epistemológica, ou seja, o alcance "científico" dessas práticas para a resolução de problemas/conflitos/sofrimentos psicológicos (portanto sociais e culturais na sua base), para o cuidado/escuta de

uma parcela da população que não teria acesso aos serviços psicológicos se não fosse a expansão de psicólogos em instituições públicas. Precisamos cuidar da formação em psicoterapia para atingir o compromisso social da Psicologia.

Outro aspecto, não menos significativo, é que precisamos vencer o preconceito interno da comunidade psicológica, assumindo que todas as práticas psicológicas e variadas vertentes teórico-metodológicas são necessárias para lidar com os problemas/situações psicossociais que enfrentamos no Brasil, desde que elaboradas a partir das demandas da população, executadas e avaliadas. Já perdemos tempo demais com a hierarquização e a idealização das práticas psicológicas!

Por fim, acreditamos que temos mais chances de preparar os psicólogos para lidar com esses desafios epistemológicos, problemas psicossociais e institucionais, do exercício da profissão de psicólogo com o uso de psicoterapias, caso reforçemos o desenvolvimento de suas habilidades na articulação universidade-serviço-comunidade, evitando um processo de formação protegida.

Temos de incentivar uma formação corajosa e inventiva, inclusive para o uso das psicoterapias.

# Psicoterapia

## Home

### Ações 2013-2016

- [Ações Subsede Metropolitana](#)
- [Ações Subsede ABC](#)
- [Ações Subsede de Campinas](#)
- [Ações Subsede Baixada](#)
- [Ações Subsede Vale](#)

### Ano da Psicoterapia 2009

## Eixo III

### Relações com os demais grupos profissionais.

1. Estratégias políticas de construção de parcerias e enfrentamento dos conflitos.
2. Relação do Sistema Conselhos com a Associação Brasileira de Psicoterapia (ABRAP) e outras entidades.

### Por uma política de parcerias estratégicas interprofissionais para o campo das psicoterapias no Brasil

Henrique J. Leal F. Rodrigues<sup>(1)</sup>

Para se pensar e construir uma política de parcerias é necessário ter em mente que o campo das psicoterapias é antigo, amplo e diversificado.

Logo, tratá-lo como um bem exclusivo da Psicologia nos remete a um equívoco não apenas epistemológico, mas também de ordem política.

A Filosofia foi historicamente o primeiro saber a efetivamente refletir sobre a natureza das coisas e dos homens. Sendo assim, a saúde dos seres vivos se tornou parte integrante de suas análises. Deste modo, mais especificamente, o funcionamento e a correlação entre o psíquico e o somático se tornam uma fonte inesgotável de debates, onde o pragmatismo do cuidar e procurar dar soluções e resoluções às enfermidades levam o ser humano a perceber melhor que sua saúde é acima de tudo uma realidade complexa que o une e o leva a dialogar com as mais diversas causas e relações da natureza que o constitui.

1. Psicólogo, Analista Reichiano e doutorando em Epistemologia (HCTE/UFRJ).

Em diferentes culturas (helênica, chinesa, hindu etc.) se produziu uma larga e extensa literatura que objetivava a reflexão, o entendimento e o tratamento dos diferentes comportamentos e estados patológicos no interior destas sociedades. Porém, não se pode esquecer que foi nesse pragmatismo supracitado que o trato com a saúde marca uma nova etapa na articulação entre o conhecimento e a prática humana para com as enfermidades, o que leva o ser humano, no decorrer dos tempos, a encontrar formas de agir sobre si e os outros.

Nessa realidade surgem novos campos de conhecimento, como a Medicina e a Iatroquímica, que se dedicam especificamente aos males do psiquismo e do comportamento humano. Mas será com o advento da Revolução Industrial que a necessidade de compor novas alianças entre o capital e o trabalho forja e faz surgir novos campos de saber que procuraram dar conta das causas e consequências do que o processo de industrialização gerou.

Os problemas sociais decorrentes de uma política pautada no lucro e geradora de desequilíbrios sociais e econômicos produziram novas doenças somáticas, psicológicas e emocionais neste novo momento da humanidade. Com o tempo, saberes como a Sociologia e a História, dentre outros, gradativamente ocuparam os vazios que ficaram a partir da dicotomia entre o corpo do trabalho (que a medicina deveria dar conta) e o não-corpo, ou seja, a alma-psíquico (que a religião, a filosofia etc. deveriam suprir e aplacar).

Pensar a psicoterapia como um exclusividade da Psicologia é não se dar conta da realidade que se apresenta em nosso entorno. Há muito tempo, por questões de mercado ou de visões diferentes, muitos psicólogos (pelo Brasil e mundo afora) se constituem como formadores de psicoterapeutas, que na maioria dos casos não são graduados em Psicologia.

Se para se formar psicanalista, psicoterapeuta corporal, gestaltista etc não há, em muitos casos, o pré-requisito de ser psicólogo, bastando apenas a estes candidatos serem graduados em algum curso superior (de engenheiro a sociólogo, de médico a filósofo, de pedagogo a fisioterapeuta, e assim por diante), qual a lógica de se lutar pela exclusividade? Não seria mais correto dedicar-se ao investimento em uma formação de qualidade nas faculdades de Psicologia, ainda falho na maioria dos cursos de graduação em Psicologia? Qual a diferença entre um psicólogo que recém sai da universidade e abre um consultório (e por vezes nem supervisão ou psicoterapia pessoal faz) e um médico com sua formação pouco afeita às querelas do inconsciente?

Na realidade, qualquer que seja a formação acadêmica ou graduação de um psicoterapeuta, a determinação de sua qualidade profissional se dará no investimento de um processo psicoterapêutico pessoal, associado a uma supervisão de qualidade e a um profundo e consistente estudo dos conhecimentos psicoterápicos que irão pautar sua prática clínica.

Outro ponto é que sejam criadas formas de avaliação, fiscalização e orientação ético profissional para que se possa demarcar de forma consistente o que seja uma prática psicoterápica que cuide e não prometa a cura no decorrer do processo de tratamento do indivíduo.

É ainda fundamental que a psicoterapia seja encarada como um saber que transcende as paredes dos consultórios ou serviços de atendimento psicoterápico e seja entendida como uma práxis transformadora do sujeito. Logo, também deve ser encarada como uma práxis fundamental no campo da ação social. A psicoterapia é antes de tudo um instrumental que deve ser entendido em seu âmbito mais amplo, ou seja, como um saber importante para os cidadãos que sofrem emocional e psicologicamente com e nas contradições da vida cotidiana.

A psicoterapia deve ser reconhecida em sua amplitude social e de direitos da população em usufruir desta ferramenta.

Logo, deve ser colocada dentro de uma perspectiva política fundamental para se construir uma sociedade com maior qualidade de vida individual e coletiva.

A psicoterapia deve ser inserida na luta social de direitos da população.

Logo, deve ser considerada dentro do que denominamos de Políticas Públicas e Sociais.

Ao se pensar dentro desta perspectiva, a psicoterapia não pode ser reduzida a um lugar específico ou de apêndice

de um determinado saber, seja o psicológico, seja o médico. A psicoterapia, por seu espectro de cores, pertence a uma articulação de saberes, e assim deve ser e será mais interessante e consistente para este campo ora se forjando.

O Sistema Conselhos, ao se dedicar ao tema neste ano de 2009, procurou trazer a baila uma temática que se apresenta como um dado de realidade na sociedade. As diferentes psicoterapias, terapias da mente, da psicanálise etc. estão no dia-a-dia da sociedade. Instituições e entidades formadoras a cada instante colocam no mercado, em diferentes linhas de pensamento ou práticas clínicas, inúmeros profissionais qualificados ou não que irão atender a população. Como agir se o campo não é exclusivo?

Acima de tudo, deve-se valorizar a formação psicoterápica do psicólogo e continuar a orientar e fiscalizar sua ação ética, o que irá reforçar mais ainda o nosso lugar como profissionais da psicoterapia, aumentando ainda mais o reconhecimento da sociedade sobre a qualidade de nossos serviços. É necessário que os pacientes sempre tenham como acessar os Conselhos Regionais para dirimir dúvidas, serem orientados sobre o papel e a qualidade dos atendimentos e poderem ser protegidos dos maus profissionais.

A partir deste lugar de qualidade reconhecida, a Psicologia pode e deve continuar a luta por uma psicoterapia de qualidade para a população brasileira. Logo, tem como dever social e ético trazer para a discussão os outros saberes que se outorgam campos para prática psicoterápica.

Se é impossível impedir, tanto epistemologicamente quanto politicamente, o acesso de outros saberes ao campo da psicoterapia, cabe à Psicologia reforçar a luta pela qualidade do atendimento e, para isto, além de ser exemplo na prática, na formação, na orientação e fiscalização dos seus, impõe ampliar e discutir, com sua experiência (nas faculdades, Conselhos Regionais, instituições ou entidades) de longa data, as referências mínimas para que outros saberes possam produzir uma psicoterapia de qualidade.

Para tal, encontrar parcerias é não apenas fundamental, mas necessário para o aprofundamento e regulação do campo da psicoterapia.

Portanto o Eixo III proposto pelo Sistema Conselhos é de importância imensa para o futuro de nossos debates e para a regulação democrática do campo das psicoterapias.

### **EIXO III: Relações com os demais grupos profissionais**

- a. Estratégias políticas de construção de parcerias e enfrentamento dos conflitos
- b. Relação do Sistema Conselhos com a Associação Brasileira de Psicoterapia (ABRAP) e outras entidades

Para a Psicologia, encontrar parceiros que se disponham a dialogar e aprofundar o tema é fundamental. Isso faz coro a uma imensa quantidade de psicólogos que se encontram ávidos pela discussão deste ponto, seja a favor ou contra a ampliação do campo das psicoterapias a outros saberes. O debate, no entanto, é inevitável.

Já existe, não só no Brasil, mas em diversos países da Europa e da América Latina, um tendência e, muitas vezes, um movimento pela regulação do campo das psicoterapias como além do saber psicológico. No Brasil já há, como foi mencionado no início do texto, um grande número de curso de formação abertos a graduados de áreas diferentes da psicologia, incluso com psicólogos que oferecem formação aberta a outras graduações. O que fazer? Fechar os olhos e ir em frente como se nada estivesse acontecendo? Impedir (e como?) o funcionamento destas formações? Impedir (e como?) estes profissionais não psicólogos de trabalharem? Enfim, como agir?

O EIXO III não dá ou impõe respostas, mas aponta para a necessidade urgente de ampliar a discussão e criar um amplo debate em torno da regulação do campo. Logo, por que não trazer para este debate a Associação Brasileira de Psiquiatria (com seu departamento de psicoterapia), a Associação Brasileira de Psicoterapia (ABRAP) , as Sociedades Formadoras de Psicoterapeutas (de diferentes abordagens), as Faculdades de Psicologia, os diferentes profissionais?

# Psicoterapia

## Home

### Ações 2013-2016

- [Ações Subsele Metropolitana](#)
- [Ações Subsele ABC](#)
- [Ações Subsele de Campinas](#)
- [Ações Subsele Baixada](#)
- [Ações Subsele Vale](#)

### Ano da Psicoterapia 2009

## Parâmetros técnicos e éticos para a formação do psicoterapeuta: alguns apontamentos

Elza Dutra<sup>(1)</sup>

Neste texto, propomos a discussão de algumas ideias pertinentes à formação do psicólogo-psicoterapeuta e lançamos algumas questões como ponto de partida para as discussões sobre a psicoterapia, em pauta no Sistema Conselhos de Psicologia.

Para começar, é importante lembrar que a psicoterapia, no estágio atual da profissão no Brasil, é uma prática não exclusiva do psicólogo. Segundo a Lei nº 4.119/1962, § 1º: Constitui função privativa do Psicólogo a utilização de métodos e técnicas psicológicas com os seguintes objetivos: a) diagnóstico psicológico; b) orientação e seleção profissional; c) orientação psicopedagógica; d) solução de problemas de ajustamento. Posteriormente, a Resolução CFP nº 10/00 especifica e qualifica a Psicoterapia como prática do Psicólogo. Portanto, só nos cabe, aqui, pensar a psicoterapia no contexto da Psicologia. Nossa intenção, portanto, é alimentar a discussão sobre a formação do psicólogo no que se refere a essa prática psicológica. Sim, porque esta, a psicoterapia, consiste em uma das práticas do fazer psicológico, especificamente no campo da clínica, mas não a única. Entretanto, em função do objetivo deste texto, nos limitaremos a pensar somente acerca da psicoterapia, focalizando, principalmente, os parâmetros técnicos e éticos e o quanto estes direcionam a formação do psicoterapeuta. Vale ressaltar que, ao falar em formação, estamos nos referindo não só aos estudos na graduação e na pós-graduação, mas também aos cursos de formação "informais".

1. Professora Doutora em Psicologia Clínica-UFRN.

### Mas o que significa "formar"?

A primeira questão que se apresenta, quando pensamos na formação do psicoterapeuta, é: o que seria importante e crucial para uma "boa" formação? E aqui nos deparamos com a tão falada e reconhecida diversidade da Psicologia. Como pensar uma formação que leve em conta critérios que possam contemplar e refletir tal diversidade? Como podemos pensar em habilidades e competências do psicoterapeuta se reconhecemos a existência de perspectivas teóricas e metodológicas bastante divergentes e, muitas vezes, até, inconciliáveis, se considerarmos os campos epistemológicos que as sustentam? É este o grande problema quando se pretende pensar a formação, com vistas a uma regulamentação dessa prática. Poderíamos perguntar a psicoterapeutas de orientação psicanalítica, humanista e cognitivo-comportamental, por exemplo, sobre as características de um bom psicoterapeuta. Certamente, teríamos respostas muito distintas. O que mostra que a concepção de formação e de psicoterapia varia muito, dependendo do horizonte teórico e metodológico de onde se origina.

Assim, antes de qualquer coisa, precisamos interrogar o significado de formação. O que almejamos quando nos colocamos na posição de professor, de supervisor de estágio no curso de formação de psicólogos ou em outros que pretendem formar psicoterapeutas? Quais as habilidades e competências que esperamos sejam desenvolvidas pelo aluno no final do seu estágio e quando, finalmente, recebe o diploma de psicólogo que o habilita a atuar no que bem entender, inclusive como psicoterapeuta?

Bem, isso vai depender, como já mencionamos acima, do horizonte teórico e metodológico em que nos apoiamos, e conseqüentemente, da concepção de homem e de mundo que nos orienta. Entretanto, reconhecemos que dois aspectos têm sido priorizados, enquanto parâmetros, na maioria dos discursos e práticas na formação acadêmica: a Ética e a teoria/técnica. O aprendizado do primeiro, a Ética, ocorre, na maioria das vezes, em disciplinas de Ética, as quais se limitam a discutir casos clínicos e a aplicação do Código de Ética Profissional. Como o próprio título deste texto já aponta, e que parece refletir uma tendência que se mantém nas agências formadoras do psicólogo, a formação desse profissional se pautaria, prioritariamente, pelo domínio teórico-técnico e o aprendizado de uma postura ética, o que pode ser constatado na resolução e lei citadas anteriormente.

Isso nos leva a pensar que, diante da diversidade já mencionada acima e considerando-se a complexidade do ser humano, o psicólogo, nesse caso o psicoterapeuta, deveria aprender um maior número de técnicas e teorias que pudessem habilitá-lo e instrumentalizá-lo para o exercício da psicoterapia. Sem falar que, comumente, a Ética tem sido utilizada como sinônimo de Moral, como bem lembra Andrade (2001), o que supõe valores morais compondo a formação do psicólogo e a sua prática – sem dúvida, um grande equívoco, uma vez que a postura do profissional não deverá, nunca, ser investida de caráter moral, como pode ser constatado, principalmente, no Código de Ética.

### Pensando as técnicas e éticas

No que importa às técnicas, estas, cada vez mais, são consideradas a solução para as doenças da alma e para os mal-estares que acometem o homem contemporâneo. Ocorre que esse homem, constituído e constituinte de um mundo no qual prevalece a cultura do narcisismo e do consumo, vê-se perdido, desenraizado e em busca de um sentido para a sua existência. Para Figueiredo (1996), o homem contemporâneo estaria vivendo uma experiência de "desterritorialização", o que nos torna "sobreviventes" numa sociedade sem rumo.

Por isso não bastam os psicofármacos cada vez mais potentes, os aparelhos de biofeedback extremamente sofisticados ou mesmo as técnicas terapêuticas mais eficientes e breves, para amenizar o sofrimento do homem contemporâneo. Se assim fosse, não teríamos taxas estatísticas, cada vez mais significativas, de doenças expressivas do nosso tempo como a depressão, as fobias, as síndromes do pânico e as manifestações de violência, que podem ser interpretadas como falta de sentido, busca de alteridade, resultado da fratura social, como bem coloca Safra (2004).

Simplesmente porque estamos lidando com a complexidade de um ser de subjetividade e, portanto, singular; por isso haverá, sempre, algo que ficará de fora do representado, o imponderável, aquilo que não se prevê e nem se deixa controlar; melhor dizendo, algo não dito e interdito. Ou seja, aquilo que escapa às verdades estabelecidas e originadas de uma perspectiva que coisifica o homem e o destitui da sua capacidade de ser e existir num mundo de possibilidades. Considerando esse contexto, qual seria a função do psicoterapeuta?

Figueiredo (1996, p. 40) interroga: devemos conceber o psicólogo clínico como um ofertador de serviços (bens) a serem consumidos e a serem avaliados e regulados pela lógica e pela ética do mercado e dos direitos do consumidor?

– ou o psicólogo clínico deve ser entendido como um dispositivo terapêutico, mas também histórico?

Penso que é nessa direção que os currículos, as Diretrizes, o CFP e as mudanças ocorridas ao longo do tempo nas práticas e saberes psi apontam: para um maior “compromisso social” do psicólogo, o que inclui, evidentemente, a necessidade de explicitar a Ética e a Política que norteiam essa formação. A ideia de compromisso social pode ser entendida como um aspecto comum e, me parece, consensual em nosso meio e é resultado da evolução que tem ocorrido no campo da Psicologia, inclusive no âmbito das práticas clínicas, como já discutido em outro momento (DUTRA, 2004). Mas como fazer o psicólogo assumir esse compromisso? Tal envolvimento se daria pelo estudo teórico? O compromisso social, que, sem dúvida, envolve uma ética, seria aprendido nas salas de aula? Pois sabemos que mesmo supervisionando um aluno em sua prática de estágio não podemos nos responsabilizar pela sua “ética” e atuação quando ele sair da faculdade.

O que me leva a pensar que a formação não envolve somente o aprendizado de técnicas, de como estabelecer um bom rapport, etc. Sem excluir essas dimensões da formação, pois elas também são necessárias, penso que a formação do psicólogo – e aqui incluindo o profissional de Psicologia, não só os psicoterapeutas – transcende a aprendizagem formal, teórica e técnica. Esta se relacionaria mais com o desenvolvimento de uma atitude que, como tal, envolve um modo de ser, um modo de ver e de estar no mundo, o qual se assenta num ethos, que, resumidamente, pode ser definido como abertura à alteridade.

Nesse sentido, nós, profissionais, professores e supervisores, somos afetados naquilo que estamos fazendo e produzindo, seja na direção de tal atitude, seja em outra direção. Quero dizer que a postura sobre a qual falei acima, bem como uma atitude ética e política, deve ser transmitida não só pelos saberes teórico-metodológicos, mas, sobretudo, pela nossa forma de estar no mundo, refletida em nossos saberes e fazeres no campo da psicologia e na vida; ou seja, enquanto existentes.

Portanto, ocorre-nos interrogar se o aprendizado do ser psicoterapeuta se daria exclusivamente no ensino das teorias e das técnicas, ou mesmo pela ética enquanto valores morais. Ou seria, como pensa Neubern (2008, p. 6), “importante que o psicoterapeuta desenvolva a possibilidade de se reinventar, no sentido de aprender a dialogar e questionar suas próprias teorias e não simplesmente se submeter a elas como um escravo”. Em razão desse pensamento, não concordamos com a ideia de que o psicoterapeuta deva perseguir o aprendizado de inúmeras técnicas e teorias – o que poderá transformá-lo num dispositivo-objeto – como se isso lhe desse total competência/habilidade para dar conta de todas as expressões do sofrimento humano, nos diversos contextos em que ele surge. Como se tal competência/habilidade dependesse somente de técnicas ou de teorias, o que se mostra totalmente irreal, além de onipotente, uma vez que o ser humano é um vir-a-ser e, portanto, inacabado sempre. Importa mais, em nosso entender, que esse profissional, ao longo da sua formação, possa desenvolver uma consciência crítica, capacidade de refletir e atuar sobre a realidade na qual está inserido. Além disso, deveríamos entender que individual não quer dizer individualista e reconhecer que não há como desvincular o singular, o subjetivo, da sua constituição social (DUTRA, 2008). Infelizmente, esta é uma ideia que ainda prevalece entre os psicólogos clínicos e, por que não dizer, na Psicologia.

Assim, se o profissional seguir na direção que acabamos de apontar, ele não se tornará um escravo, como já colocou Neubern (2008), das teorias, das técnicas e de uma perspectiva que aprisiona o homem, uma vez que procura enquadrá-lo numa verdade; e que, ao tratá-lo como objeto, perde de vista a sua dimensão de existência singular. Acreditamos que o psicoterapeuta, enquanto subjetividade e afetado por seu viver e por sua existência, se constitui num dispositivo de cuidado e solicitude, nas suas relações consigo e com a alteridade. Assim, podemos sugerir que a formação do psicoterapeuta demanda muito mais do que somente o aprendizado de teorias e técnicas, ou como aplicar e seguir o código de ética da profissão, etc.

Proponho que devemos pensar não na direção da ética que se confunde com a moral, mas no ethos, no seu sentido etimológico, tal como proposto por Figueiredo (1996) e pensado também por Andrade (2004) e Safra (2004), no sentido de uma morada, de um habitar. Uma ética que é compreendida por Andrade (2001, p. 44) como “designando posturas existenciais e/ou concepções de mundo capazes de dar acolhimento, assento ou morada à alteridade. Acolhimento à diferença produzida na processualidade que não se deixa capturar ou reduzir a ideais ou leis de conduta”. Pois a relação psicoterapêutica, como sabemos, na prática e na experiência vividas no momento do encontro, dificilmente se pautará somente na “técnica” e na “teoria”. Pois existe uma dimensão que é da própria singularidade do psicólogo, uma vez que seu conhecimento e seu saber, formal e informal, passam a constituir o seu modo-de-ser-terapeuta. Significa uma experiência (no sentido da afetação existencial), em que a teoria, já incorporada ao seu modo de ser, junto a sua visão de homem e de mundo, passa a se constituir uma atitude, um conhecimento tácito, como bem coloca Figueiredo (1993).

E isso, evidentemente, extrapola os limites de uma técnica ou teoria. Aponta, como sugere Figueiredo (1996), na direção de um ethos que, na opinião desses autores mencionados (FIGUEIREDO, 1996; SAFRA, 2004; ANDRADE, 2001; DUTRA, 2004), estaria ausente da nossa sociedade. Tal pensamento nos diz que não só o psicoterapeuta, mas o psicólogo, de maneira geral, necessita refletir sobre o mundo contemporâneo e as vicissitudes do homem do nosso tempo. Pensar nesses termos nos torna mais implicados com as determinações históricas, sociais e sentidos existenciais daquele que sofre e demanda uma atenção psicológica. Pensar assim, em meu entender, nos conduz a um compromisso social. De tal modo que, tanto a técnica, tal como empregada na modernidade, quanto a teoria, ocupariam lugar secundário em relação ao modo-de-ser do terapeuta. Pois, como diz Dutra (2008, p. 230), “é preciso que o psicólogo assuma uma posição ética e política do seu fazer psicológico. Fazer esse, no entanto, que não deve se distanciar de seu ser-no-mundo, de sua condição de sujeito e de cidadão. E que exige compromisso ético e político do profissional”.

#### O que nos sugerem essas ideias?

A despeito de todas as dificuldades apontadas neste texto, no sentido de uma sistematização de parâmetros para a formação do psicoterapeuta; e de entendermos que tal formação envolve aspectos de naturezas diversas, ainda assim é importante e necessário tentarmos chegar a pontos comuns, se não consensuais, pelo menos satisfatórios, para a maioria dos profissionais desse campo.

A título de sugestão, pensamos que alguns critérios para a prática da psicoterapia, pelo psicólogo, poderiam ser pensados a partir dos seguintes pontos:

- 1- Para exercer a psicoterapia, o psicólogo deverá ter realizado seu estágio na ênfase clínica (ou área clínica);
- 2- Deve permanecer em supervisão durante determinado período, a ser definido pela categoria e pelo Sistema Conselhos;
- 3- O psicoterapeuta em formação deve se submeter à psicoterapia; não somente em função das suas demandas, mas pelo que isso representa em termos de responsabilidade e cuidado, principalmente, com o outro. Entretanto, isso dependerá de uma mudança de mentalidade dos profissionais, ainda muito resistentes a esse pensamento.
- 4- O supervisor, para exercer essa prática, deverá ter um tempo mínimo de exercício da profissão e ser autorizado ou credenciado pelo CFP, após estabelecidas as exigências necessárias;
- 5- As agências formadoras devem valorizar a inserção, nas grades curriculares dos cursos de graduação, de disciplinas que promovam a discussão dos aspectos éticos, políticos, sociais, culturais e históricos das práticas psicológicas. Por exemplo, disciplinas como História da Psicologia, O psicólogo e o contexto social, Epistemologia das psicologias, As práticas do psicólogo na saúde pública e Filosofia e Psicologia, são algumas, entre outras, que têm se mostrado importantes na formação do profissional. Reflexões a partir desses temas contribuirão para que o psicólogo possa exercitar o pensamento crítico sobre a realidade do mundo circundante e, assim, atuar de maneira mais comprometida social, ética e politicamente. O que implica, também, considerar a diversidade de nosso campo e, assim, respeitá-la e poder conviver com as diferenças. Penso que é preciso, e está mais do que na hora, criar uma cultura que reconheça que somos diferentes, temos formas distintas de pensar e abordar nosso objeto de estudo. Tenho consciência de que esta é uma tarefa hercúlea e idealizada, para não dizer ingênua, mas não custa

nos esforçamos nesse sentido, principalmente nesse momento em que precisamos delimitar nossas práticas.

6- Os cursos de especialização em Psicologia Clínica deverão estar vinculados a instituições de ensino e reconhecidos pelo MEC, para que possam autorizar a prática da psicoterapia.

7- Os cursos de formação deveriam ser objeto de discussão pela categoria, no intuito de se pensar formas de legitimá-los formalmente enquanto instâncias formadoras.

8- O Sistema Conselhos deveria tomar a iniciativa de, com a categoria, ouvindo os diversos grupos pertinentes às práticas clínicas, pensar, elaborar e planejar políticas de ação e organização de e para o campo da psicoterapia, visando a sua ampliação e maior inserção nos diversos contextos nos quais a presença do psicólogo clínico seja demandada. Isso, certamente, contribuiria para que a prática da psicoterapia pudesse ser mais valorizada e o psicólogo, o profissional reconhecido como o mais habilitado para exercê-la. Está mais do que na hora de se desconstruir as imagens e conceitos equivocados e preconceituosos a respeito da Psicologia Clínica. Vivemos outro momento histórico e político dos saberes e práticas psi, exigindo, portanto, um esforço conjunto no sentido de continuarmos a construir uma psicologia sintonizada com as demandas do nosso tempo.

#### Considerações Finais

Para finalizar, depois de reveladas tantas preocupações em torno da psicoterapia e do seu exercício pelo psicólogo, elas não se encerram aqui. Poderá ser em vão o esforço que estamos fazendo para estabelecer critérios para a formação do psicoterapeuta e o exercício da psicoterapia, já que sabemos que inúmeras sociedades, institutos e equivalentes se arvoram na "formação" de psicoterapeutas, muitas vezes com má qualidade e a partir de critérios pouco sérios. Seria desejável que algumas dessas instâncias cuidassem melhor da qualidade da formação que oferecem. Ainda que não seja nosso desejo qualquer ingerência ou palpites indesejados, essa realidade nos afeta. Entretanto, na incapacidade de evoluir para além dessas preocupações, termino com uma frase que ouvi, bastante oportuna neste momento: "Se desejas atrair borboletas, cuida bem do teu jardim". E não seria isso o que estamos fazendo?

#### Referências

- ANDRADE, A. N. (2001). Formação em psicologia: hierarquia versus antropofagia. *Psicologia & Sociedade*, 13 (1): 29-45; jan./jun. 2001.
- DUTRA, E. (2008). Afinal, o que significa o social nas práticas clínicas fenomenológico- existenciais? *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, UERJ, RJ, Ano 8, N.2, p. 221-234, 1º semestre de 2008.
- DUTRA, E. (2004). Considerações sobre as significações da psicologia clínica na contemporaneidade. *Estudos de Psicologia (Natal)*, Natal/RN, v. 9, n. 02, p. 381-388.
- FIGUEIREDO, L. C. (1996). Revisitando as Psicologias: Da Epistemologia à Ética nas Práticas e Discursos Psicológicos. SP: EDUC; Petrópolis, Vozes.
- FIGUEIREDO, L. C. (1993). Sob o signo da multiplicidade. *Cadernos de Subjetividade*, n. 1: 89-95. PUC-SP, São Paulo.
- NEUBERN, M. S. (2008). Quem é o Dono da Psicoterapia? Reflexões sobre a Complexidade, a Psicologia e a Interdisciplinaridade. Texto encaminhado para o CFP.
- SAFRA, G. (2004). A po-ética na clínica contemporânea. Aparecida: Ideias & Letras.

# Psicoterapia

## Home

### Ações 2013-2016

- [Ações Subsele Metropolitana](#)
- [Ações Subsele ABC](#)
- [Ações Subsele de Campinas](#)
- [Ações Subsele Baixada](#)
- [Ações Subsele Vale](#)

### Ano da Psicoterapia 2009

## Psicoterapia, cientificidade e interdisciplinaridade: a propósito de uma discussão sobre a suposta necessidade de uma regulamentação das práticas psicológicas clínicas

Roberto Novaes de Sá<sup>(1)</sup>

Atualmente, a multiplicidade de práticas e a dispersão teórica do campo da Psicologia já não são vistas por grande parte dos psicólogos como um problema a ser solucionado, mas antes como uma particularidade própria à natureza de seu objeto de investigação e de suas práticas de intervenção. Podemos mesmo afirmar que, apesar das dificuldades inerentes a um saber tão multifacetado, esta diversidade tende a ser saudada, cada vez mais, como uma qualidade positiva e diferenciadora da psicologia. É, especialmente, no campo das práticas psicológicas clínicas, no sentido amplo deste termo, que a sensibilidade para as diferenças tem inspirado uma revisão das posturas epistemológicas e metodológicas mais tradicionais com suas aspirações de objetividade e universalidade. Para o psicólogo que trabalha no vasto campo de possibilidades das intervenções clínicas, assumir uma identidade teórica não significa necessariamente se engajar em uma militância epistemológica, mas fazer uma escolha, preferencialmente refletida, de uma perspectiva a partir da qual possa se inserir na dinâmica deste diálogo histórico, ético e transdisciplinar que se tornou a Psicologia contemporânea. Na clínica psicológica, ao contrário de outras áreas do saber científico, é exatamente o rigor na atenção à essência própria de seu objeto que exige a flexibilidade metodológica.

A psicologia clínica é dependente das concepções de homem e de natureza subjacentes à visão de mundo moderna, no interior da qual se afirma como proprietária de uma região específica. Assim, para se pensar o sentido da clínica, ao invés de tomá-la como uma aplicação técnica simplesmente dada, é necessário empreender a tarefa de desocultamento e desconstrução dos sentidos previamente dados e velados nas interseções institucionais em que ela emerge como saber teórico e prático. A desconstrução de cunho transdisciplinar, efetuada por meio de outras áreas do saber moderno, como a Historiografia, a Sociologia, a Antropologia, etc., deve ser complementada por um questionamento filosófico que ponha em jogo o próprio campo de objetivação de sentido que essas disciplinas compartilham entre si.

O problema da cientificidade das psicoterapias é extremamente complexo e exige ampla perspectiva de discussão. A compreensão usual das psicoterapias como Psicologia aplicada (FIGUEIREDO, 1995), ou seja, mera aplicação técnica de uma disciplina científica, não faz justiça à história de seu desenvolvimento na época moderna e, menos ainda, ao diversificado conjunto de práticas psicoterapêuticas reconhecidas pelas instituições de saúde e seus usuários, além daquelas ainda consideradas alternativas, mas que também reivindicam o reconhecimento da comunidade profissional e científica a partir de seus discursos de legitimação próprios. Por outro lado, mesmo com as flexibilizações e mudanças nos paradigmas contemporâneos de cientificidade, permanece a necessidade de critérios que possam estabelecer limites ao campo das psicoterapias. Os usuários, os psicoterapeutas e a sociedade em geral demandam, das instituições acadêmicas e órgãos de regulação profissional, orientação e proteção contra os abusos e usos indevidos do estatuto de legitimidade conferido pela denominação de uma prática como psicoterapêutica.

1. Professor do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal Fluminense.

Na impossibilidade de recorrer a alguma espécie de tribunal científico e entendendo que os Conselhos Profissionais, enquanto órgãos reguladores, têm de estabelecer uma relação dialética com os consensos historicamente estabelecidos pelas categorias profissionais e seus usuários, resta-nos a sóbria alternativa de tentar equilibrar os critérios de racionalidade instrumental, preponderantes nos discursos legitimadores em nossa cultura, com os critérios de aceitação social, provenientes de práticas democráticas de interação comunicativa (HABERMAS, 1989). Nessa direção, sublinhamos a importância de uma ampla discussão da categoria dos psicólogos, na qual se possam delinear orientações gerais sobre as relações entre psicoterapia e ciência, sobre os limites das práticas psicoterápicas no âmbito da psicologia, bem como da necessidade, ou não, de regulamentação estrita dessas práticas ou do estabelecimento de parâmetros mínimos de referência.

Uma reflexão desta natureza não pode se restringir ao plano meramente epistemológico ou legalista. É necessário ganhar antes uma perspectiva propícia ao diálogo fértil, a partir de alguma tematização sobre nossas implicações históricas e existenciais acerca dessas questões. De outro modo, corre-se o risco de reduzir a discussão ao embate cego por interesses pessoais e corporativistas. Não se trata, assim, de questionar apenas o que é científico ou não nas psicoterapias, mas de refletir sobre os sentidos históricos velados que o discurso científico adquiriu para o mundo moderno, buscando conquistar uma relação mais livre com a ciência e a técnica. Tal liberdade encontra-se igualmente distante das mitificações científicistas e da reatividade anticientífica. Como disse Heidegger:

Encontrar a forma conveniente para que a educação do pensamento não se confunda com a erudição, nem com a pesquisa científica, é justamente a dificuldade. A gravidade se apresenta, sobretudo, na medida em que o pensamento deve sempre buscar seu lugar próprio de habitação. Pois, pensar bem em meio às ciências significa: tomar distância delas, sem, de modo algum, menosprezá-las. (HEIDEGGER, 1962, p. 256)

Foi em meio às ciências naturais que a Psicologia emergiu, no século XIX como disciplina científica, levando as "faculdades psicológicas" para o laboratório de pesquisa empírica. Este hibridismo forçado não poderia desdobrar-se em outro destino que o da proliferação de modelos e metodologias divergentes. Como nos diz Ferreira (2006, p. 36), podemos compreender a partir daí a situação singular da Psicologia, rejeitada pelos cientistas, em virtude da excessiva dispersão teórica e metodológica, e também pelos humanistas, devido ao naturalismo objetivante.

Constata-se no heterogêneo campo das Práticas Psicológicas contemporâneas, paralelamente à revitalização dos projetos científicistas, biologizantes e fisicalistas, uma tendência crítica que tende a deslocar a questão metafísica sobre "o que é" o homem, qual a sua quiddidade, o seu ser em-si, para a questão sobre o sentido do seu ser. Com essa migração do plano metafísico para o de uma hermenêutica que se sabe irremediavelmente histórica, a Psicologia se define menos a partir de formulações técnico-científicas e se afirma como região transdisciplinar de construção de saber, envolvendo as dimensões ontológicas, estéticas, éticas e políticas da existência humana enquanto produção histórica de subjetividades, abertura espaço-temporal de sentido.

Esse deslocamento, presente desde o nascimento da clínica psicológica, foi delineando de modo cada vez mais claro a especificidade do modelo clínico da Psicologia com relação aos modelos de outras áreas da saúde, que embora se

dirijam igualmente ao sujeito humano, trabalham com recortes objetivados da existência, pautando o empenho terapêutico prioritariamente em explicações causais e procedimentos técnico-científicos. No caso da psicoterapia desenvolvida no âmbito da Psicologia, seu caráter específico é dado por dirigir-se essencialmente à subjetividade, tendo como condição de possibilidade a subjetividade do psicoterapeuta.

Uma clínica do sujeito não se caracteriza essencialmente por representações conceituais sobre alguma suposta estrutura psíquica, sobre leis de cognição, aprendizagem ou desenvolvimento, apesar de tudo isso ser circunstancialmente útil para a psicoterapia, o que a singulariza entre as diversas práticas terapêuticas é o cuidado pela liberdade e autonomia possíveis do sujeito concreto e singular. Sob essa perspectiva, a essência da psicoterapia não se reduz ao tipo de conhecimento que pode ser sistematizado em algum método e repetido na forma de uma técnica, embora procedimentos técnicos possam e devam ser utilizados na psicoterapia. No contexto clínico, as perguntas e as respostas concernentes às questões da vida nunca estão formuladas a priori, pois, ainda que se repitam, somente têm sentido a partir do contexto existencial concreto no qual surgem, como se fossem feitas sempre pela primeira vez (SÁ, 2002).

Esta caracterização da psicoterapia, ao mesmo tempo em que indica um limite e um espaço próprios de sentido, acolhe a diversidade de práticas que compõem o seu território no campo da Psicologia.

Assim como na emergência histórica da psicanálise a especificidade da clínica surgiu antes da metapsicologia, quanta teorização pretensamente científica foi produzida na psicologia clínica para legitimar a posteriori uma prática cujas reais motivações e pressupostos não foram devidamente tematizados nestas construções? Não se trata de negar o lugar das teorias e das técnicas científicas nas práticas psicoterapêuticas, a questão é saber se tais práticas se definem essencialmente a partir delas. **Só podemos fazer psicoterapia legitimados por uma disciplina científica ou, ao contrário, o lugar da ciência na clínica deve ser sempre regulado por uma perspectiva de cuidado psicológico?**

No mundo atual, as vivências de sofrimento existencial, endereçadas à clínica psicoterápica, cada vez mais estão relacionadas ao nivelamento histórico dos sentidos, ao que se enquadra no projeto global de controle, exploração e consumo. As produções contemporâneas de novos modos de subjetividades demandam das práticas psicológicas clínicas uma permanente reflexão e rearticulação de suas estratégias. Neste contexto, para que a psicoterapia possa se constituir em um espaço de cuidado e abertura a outros modos de existir, ela não pode permanecer acriticamente subordinada a esse mesmo horizonte histórico de redução de sentido. Se em outros campos de intervenção técnica sobre a vida, particularmente naqueles que envolvem manipulações genéticas, torna-se cada vez mais consensual que a cientificidade das práticas não pode ser o critério de legitimidade das intervenções, mas que, ao contrário, é preciso o estabelecimento de uma ética do humano, ou melhor, uma ética da vida, que regule os limites da ciência no âmbito das práticas de cuidado pela vida; no campo das psicoterapias, a questão, embora não tenha o mesmo apelo midiático, não é, por isso, essencialmente menos importante.

Qualquer teoria ou procedimento técnico-científico, com sua linguagem técnica especializada, tem como condição histórica de possibilidade uma comunidade humana fundada em uma linguagem natural e em uma experiência vivida do mundo cotidiano. Mesmo quando todo poder parece emanar naturalmente da técnica, é porque este lhe foi concedido a partir de decisões existenciais, éticas e políticas, nunca meramente técnicas, ainda mais, quando essas decisões não são assumidas de um modo próprio. Só há cidadania autêntica onde se preserva a nobre prerrogativa humana de decidir, conforme a própria responsabilidade, sobre os aspectos essenciais da existência.

Os psicólogos devem saber, melhor que ninguém, quanto suposto saber psicológico tem sido indevidamente usado para usurpar essa responsabilidade onde ela deveria ser de direito, ou para imputá-la onde ela não cabe. Quando se trata de refletir sobre a necessidade ou não de uma regulamentação do próprio campo de atuação profissional das práticas psicológicas clínicas, estamos diante de uma tarefa para a qual não há instâncias teórico-institucionais com respostas prontas. Não devemos deixar que se reproduza aqui a situação que muitas vezes lamentamos quando assistimos àqueles usos indevidos do suposto saber psicológico. Apenas uma discussão ampliada da categoria pode singularizar uma decisão que afirme nossa responsabilidade profissional, sem a qual nossa prática já está de antemão comprometida, a despeito de qualquer regulamentação bem-intencionada.

#### Referências

- FERREIRA, Arthur A. L. O Múltiplo surgimento da Psicologia. In: História da Psicologia: rumos e percursos. Organização Ana Maria Jacó-Vilela, Arthur A. L. Ferreira e Francisco T. Portugal. Rio de Janeiro: Nau Ed., 2006.
- FIGUEIREDO, L. C. M. (1995) Revisitando as Psicologias: da Epistemologia à Ética nas práticas e discursos psicológicos. São Paulo: EDUC; Petrópolis: Vozes.
- HABERMAS, Jürgen. Ciencia y técnica como ideología. Madrid: Tecnos, 1989.
- HEIDEGGER, Martin. Chemins qui ne mènent nulle part. Paris: Gallimard, 1962.
- SÁ, R. Novaes. A psicoterapia e a questão da técnica. In: Arquivos Brasileiros de Psicologia, vol. 54, n. 4, 2002, p. 348-362. Rio de Janeiro: Instituto de Psicologia da UFRJ/ Ed. Imago.

# Psicoterapia

## Home

### Ações 2013-2016

- [Ações Subsedes Metropolitanas](#)
- [Ações Subsedes ABC](#)
- [Ações Subsedes de Campinas](#)
- [Ações Subsedes Baixada](#)
- [Ações Subsedes Vale](#)

### Ano da Psicoterapia 2009

## Psicoterapia: por uma Estratégia de Integralidade

Ana Cleide Guedes Moreira<sup>(1)</sup>

### Resumo

São notórias as diferenças entre a Psicologia e a Medicina, presentes na literatura psicológica de nosso tempo. O esforço da Psicologia em fazer a crítica da Medicina, conhecido de todos, em nosso campo, merece análise e faremos isso tendo como fio condutor uma demanda cultural, nomeada integralidade pelo campo da saúde coletiva. Expressão conceitual muito brasileira, fruto da interseção entre movimentos sociais e o sistema científico, um exemplo único em sua categoria, a integralidade foi institucionalizada na Constituição de 1988, incorporada aos princípios do Sistema Único de Saúde, o SUS. Ao lado da equidade e da universalidade, a Atenção Integral à Saúde foi resultado do compromisso entre a ciência brasileira e as demandas sociais, compondo uma exigência que passa a nortejar legalmente todo o sistema de saúde do país, seja o público, seja a saúde complementar. Historicamente conduzido por vasto leque de profissões — desde médicos, mas incorporando em seu movimento histórico administradores, educadores, assistentes sociais, farmacêuticos, biólogos, enfermeiros e, entre muitos outros, também psicólogos — e articulado a comunidades de base, associações de moradores, igreja da Teologia da Libertação, pastorais da saúde, partidos políticos, sindicatos e centrais sindicais do campo popular e democrático, OAB e diversas corporações profissionais, no interior do campo largo das Reformas Sanitária e Psiquiátrica, o grande movimento social pela saúde permanece um dos mais atuantes, ainda hoje, na realidade brasileira. Examinar em que medida as críticas produzidas pela pesquisa psicológica a propósito do discurso médico, da relação médico-paciente resultaram, em nosso campo, na psicoterapia institucional, na psicologia e psicoterapia comunitária, na introdução de práticas de grupo nas instituições de saúde, em novos dispositivos clínicos, em avanços no tratamento e na prevenção psicológica não cabe nos objetivos deste trabalho, sendo tema largamente conhecido e publicado. Este trabalho está centrado no objetivo de contribuir para o planejamento de estratégias políticas de construção de parcerias e enfrentamento dos conflitos nas relações com os demais grupos profissionais pela Psicologia brasileira.

1. Psicóloga, mestra e doutora em Psicologia Clínica pela PUC-SP, coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFPA, diretora do Laboratório de Psicanálise e Psicopatologia Fundamental e pesquisadora do Hospital Universitário João de Barros Barreto, da UFPA.

**Palavras-chave:** psicologia, psicoterapia, práticas clínicas, integralidade, estratégias.

### Introdução

Devo partir da premissa que antecede toda discussão sobre a Psicologia e funda a concepção aqui apresentada, a de que se trata de uma produção da cultura ocidental. Como produto da cultura é social e histórica, o que resulta em ser também produtora de cultura, amálgama dinâmico em nascente. Isto posto, situar os contextos em que se dão os conflitos e as possibilidades de parcerias é tarefa que tem uma direção clara: deve situar-se em relação às classes sociais, em um eixo histórico, onde seja possível uma reflexão epistemológica e ética que dê conta da Psicologia em sua emergência e suas perspectivas.

Nesse cenário proponho como conceito o de integralidade, tal como postulado pela saúde coletiva, com quem a Psicologia vem estabelecendo sólido diálogo, como hipótese interpretativa para analisar nosso campo. Ou seja, nós psicólogos estamos a certa distância de adotar a noção de que o ser humano necessita de atenção integral para a sua saúde, e só com muita resistência avançamos no sentido de garantir na formação do psicólogo essa perspectiva.

Tudo se passa como se a Psicologia, como ciência, de certa forma engessasse a profissão que avança mais rápido, na direção de práticas sociais que são demandadas pela sociedade brasileira, no bojo do crescimento dos movimentos populares pós-abertura democrática, ou seja, desde a década de 80. As pesquisas publicadas pelo Sistema Conselhos e pelo sistema científico brasileiro nas duas últimas décadas dão conta de que as práticas clínicas são objeto de trabalho da maioria dos psicólogos neste país, enquanto as pesquisas e publicações, encarregadas eticamente de rastrear os fundamentos teórico-metodológicos que podem sustentá-las, muitas vezes acabam por realizar um movimento na direção contrária, como se a Psicologia fosse uma ciência que nada tem a ver com a saúde da população e com suas urgências.

Essa última afirmação necessita de demonstração. Serei breve quanto possível. Refiro-me às críticas dirigidas à Psicanálise, mas também as demais psicoterapias que utilizam o método clínico para pesquisa e intervenção — sejam o psicodrama, a Gestalt-Terapia, a terapia centrada na pessoa, terapias corporais e várias outras psicoterapias —, de adotar caráter elitista, atendendo apenas a população média e média alta que pode pagar o profissional liberal pela oferta de práticas clínicas psicológicas. Esse desserviço ao ânimo daqueles que dedicaram anos para formação e desenvolvimento de pesquisas clínicas válidas e eficazes, cujo direito ao panteão científico só a muito custo vem sendo conquistado, acabou por retardar no campo mesmo da Psicologia a oferta daquilo que as classes populares reivindicam — me refiro a ser tomadas em consideração em suas subjetividades e seu sofrimento psíquico —, traduzida conceitualmente no bojo da noção de atenção integral à saúde, expressão conceitual construída em oposição ao discurso médico e ao modelo hospitalocêntrico dominante, cujas origens históricas todos conhecem.

Concordamos com Tourinho (2008) quanto às três dimensões da Psicologia atualmente existentes, a saber: a dimensão reflexiva, que implica uma Filosofia da Psicologia; a dimensão investigativa, no interior da qual, parâmetros de cientificidade são balizadores da atividade e, por fim, a prática como profissão de ajuda. Esse modelo interpretativo para a Psicologia nos parece útil para pensar os problemas de nosso campo, no sentido de construir um cenário amplo para o debate, ou seja, uma moldura em que o delineamento do campo não seja uma justaposição de conceitos e teorias. Propomos então uma hipótese interpretativa para este estudo, a saber, a dimensão da integralidade, que, pensada como ideal, objetivo ou meta, pode revelar-se um conceito estratégico, senão vejamos.

Fazendo ranger o engenho, não seja ele mais do que um aparelho para pensar, o conceito de integralidade permite uma primeira interpretação: a Psicologia é multifacetada, diversa em seu objeto de pesquisa, variada em seus métodos de produção de conhecimento, ampla em sua aplicação, nem sempre pautada no modelo científico que lhe dá origem ou a sustenta e valida, o que faz dela um campo de ausência de integralidade ou onde a integralidade brilha por sua ausência. Cada psicólogo faz suas intervenções muito distante desse ideal de estar diante do cidadão que o procura instrumentalizado com as diferentes teorias e técnicas psicológicas, as teorias de desenvolvimento, as

psicopatologias, mas também com as considerações socio-históricas que poderiam ampliar seu campo de avaliação do outro, alargar sua escuta do interdito (FIGUEIREDO, 1996) que naquele discurso pede linguagem, descortinar sua visão para a integralidade do atendimento que deve prestar quando demandado. Em nossa profissão, todo esse conjunto de teorias técnicas é apenas parcialmente operativo para dar a dimensão integral da intervenção psicológica, não por sua inconsistência, como se pode nomear a partir de quaisquer das epistemologias disponíveis, mas por lhe faltar a dimensão ético-política do compromisso entre a ciência e a cultura, ambas produtoras de transformações socio-históricas.

Se, nos EUA, como se sabe, a Psicologia não logrou alcançar a exclusividade no campo da psicoterapia, ironicamente, pode-se notar que a reivindicação de exclusividade, que certo número de psicólogos ainda sustenta no Brasil, paira no ar sem fundamentos teórico-metodológicos ou exemplos históricos, além da pretenciosa proposta de reserva de mercado, em que estão ausentes argumentos sólidos que convençam que, tendo conquistado o campo às expensas da Medicina, que cedeu-lhe espaço cultural e mercado, permita reunir forças para excluir do campo as demais profissões de ajuda que vêm emergindo a partir de demandas culturais.

O psicólogo brasileiro vem desenvolvendo novas práticas, ditas emergentes, que certamente constituem desafios para a formação e a profunda e ampla investigação realizada pelos diversos autores que pesquisaram a temática, dá conta que a expansão do campo da clínica vem no bojo da consideração pelo contexto social e pela participação dos psicólogos que dão andamento a vários tipos de ação militante voltados para as resoluções das questões político-sociais, levantadas pelas questões irredutíveis, por sua vez emergentes das demandas sociais por melhores condições de vida das populações de baixa renda (CFP, 1994, p.12-13; FERREIRA NETO, 2004). Se as pesquisas de 1988, 1992 e 1995, viabilizadas pelo Sistema Conselhos, não puderam deixar de reconhecer a importância, atribuída pela própria categoria, da formação para práticas clínicas – que a maioria dos estudantes traz consigo quando entra nas universidades e faculdades públicas e privadas, que continuam em crescimento no País –, hoje a montagem de estratégias para a problemática é urgência irredutível e inadiável.

As referências à morte da clínica no contexto francês (CECCARELLI, 2008) dão conta da tendência psiquiátrica europeia de abandonar o campo das práticas que levam em conta a subjetividade e o sofrimento psíquico, pelo recurso aos psicotrópicos e à nosologia fixada pelos DSMs, conduzindo “à abolição da palavra, dimensão irredutível da clínica” (p. 19). Mas isso vem de par com a progressiva extinção dos psiquiatras em solo norte-americano, dando lugar à extensão das intervenções psicológicas autorizadas a abranger o campo da prescrição medicamentosa, já consolidada nas forças armadas norte-americanas (TOURINHO ET AL., 2004). Em conclusão, proponho que o exemplo francês não difere do norte-americano, no sentido da morte da clínica psiquiátrica em ambos, o que talvez seja verdadeiro também para o nosso país, no que já há fortes indícios nas universidades, onde a tendência dos estudantes a escolher a psiquiatria só tem decrescido. Isso não é pouco e deve nos fazer refletir.

Mas, a nosso ver, ao contrário de atribuir as mudanças da prática médica principalmente a fatores de ordem epistemológica, mesmo a produzida pelo campo psicológico, como gostariam possivelmente seus autores, o exemplo histórico dos EUA, está sendo fomentada pelos seguros-saúde, sempre ávidos pela redução de custos. A simplificação e padronização dos procedimentos, como mostram Neno e Tourinho (2004), permitiram, naquele país, abrir o campo das psicoterapias também para os assistentes sociais, enfermeiros e outros.

O que não parece ser muito diferente do que pode estar ocorrendo em outros países. Segundo Hanns (2004), não apenas na maioria dos estados norte-americanos, mas também na Alemanha, na Inglaterra, na Holanda, a prática da psicoterapia, embora seja geralmente ocupada por psicólogos e psiquiatras, também é franqueada a outros profissionais que há muito a vêm exercendo e desenvolvendo suas próprias abordagens teóricas, como assistentes sociais, pedagogos, psicanalistas de formação leiga e outros. (p. 9).

Trata-se da questão da terceirização de serviços, colocada modernamente. Por exemplo, os escritórios de advocacia, hoje, onde os jovens advogados são “associados”, não tendo salário, nem férias ou 13º, ou seja, não têm os direitos trabalhistas nem a participação nos lucros, então, rigorosamente, apenas vendem sua força de trabalho. A precarização do trabalho e do emprego, fonte de sofrimento psíquico para os trabalhadores nesta era de globalização (DEJOURS, 2001) e a institucionalização dos seguros-saúde, mas também das cooperativas e empresas de prestação de serviços, caso dos fisioterapeutas e dos professores de Educação Física, mas também de pedagogos, não passam de novas formas de extração da mais-valia. É nesse sentido que o capitalismo mundial integrado (GUATARRI, 1982) não tem recuado em ampliar o campo da psicoterapia para os demais profissionais, não psicólogos, cujos serviços são menos valorizados e mais baratos se tornam para as empresas de seguros, ainda que não para os segurados. Aqui sugerimos que estudos de Sociologia das Profissões e de Economia Política constituem um avanço interdisciplinar necessário em nosso campo e uma tática necessária na construção da estratégia preconizada.

Identificar interesses comuns é uma primeira condição para construir parcerias produtivas, inclusive com outras disciplinas científicas fora do campo das ciências humanas e sociais, mas também no campo da Saúde, da Educação e mesmo das chamadas hard sciences. É uma tarefa a ser assumida. Para nós, eis uma tarefa que deveria ser assumida pela Psicologia brasileira, o que já vem sendo feito, sem dúvida alguma, em diversas práticas emergentes, que avançam mais rápido que a reflexão epistêmica e os saberes derivados de pesquisas sistemáticas.

Nessa direção, propomos, como primeira tática, a identificação de interesses comuns, seguida pela tentativa de construção de análises teóricas e a formulação, quando possível, de novos conceitos para aumentar o diálogo entre as diversas escolas da Psicologia. Esta última, que considero uma tática já em andamento, com a comissão ad hoc de psicoterapia, deve ser desenvolvida não apenas entre aqueles que nomeadamente praticam a psicoterapia, mas todas aquelas psicologias que desenvolvem práticas clínicas. Isso porque a psicoterapia não é uma prerrogativa reivindicada nem mesmo entre algumas tendências escolásticas na área. Como exemplo, cito algumas abordagens entre as lacanianas, da Psicologia Social da Saúde, no aconselhamento psicológico e na Psicopedagogia (que já foi prerrogativa do psicólogo na primeira regulamentação de nossa profissão).

Essa proposta tática deve se desenvolver no interior de uma estratégia capaz de promover a integralidade dentro do próprio campo de nossa disciplina, que lhe é ausente, às custas do não atendimento das demandas culturais a ela dirigidas e do enfraquecimento das lutas e conquistas da categoria. Claro está que algumas entre as psicologias estão encasteladas em guetos acadêmicos e em associações de pares e que a articulação aqui preconizada, até que se forme uma grande rede de “profissionais de práticas clínicas”, só pode se dar no enfrentamento das resistências no sentido psicanalítico do termo, ambas abordáveis por uma postura ético-política comprometida socialmente, que tome os diferentes modos de subjetivação narcisistas de cada segmento como nada mais do que pequenas diferenças, diante da missão maior da Psicologia.

A propósito da crescente produção de conhecimento da Psicologia brasileira, no que afirmamos que Serra está equivocada quando afirma que há “baixa produção científica e (...) falta de divulgação ou divulgação falha e ineficiente do conhecimentos existentes na área” (p. 27), vale a pena citar Tourinho (2008), quando afirma que a sistema de pós-graduação em Psicologia no Brasil está construído sobre uma base de produção de conhecimento diversificada internamente e diferenciada de outras áreas de conhecimento, ainda que suas funções primárias sejam a geração de conhecimento novo e a formação de quadros competentes para essa produção e para a inovação tecnológica e que os modelos de aferição dessa produtividade sejam fundamentados e compatíveis com um tipo de base de produção de conhecimento encontrado principalmente nas chamadas hard sciences. Para esse autor, o cenário em que cresce a pesquisa em Psicologia é tal que “objetivos extensionistas, prestação de serviços, formação de quadros profissionais e contribuição para formulação e efetivação de políticas públicas estão presentes e acabam por implicar funções e encargos adicionais” (TOURINHO, 2008, p. 362). Isso significa dizer que aos pesquisadores se apresentam como necessárias “a interação com dinâmicas institucionais não acadêmicas, desafios metodológicos originais, realizações as mais diversificadas e um volume possivelmente maior de trabalho”.

Suas considerações o levam à conclusão de que esse cenário implica que a avaliação da pós-graduação em Psicologia precisa avançar no sentido de “agregar uma aferição mais elaborada de seu impacto social”. Pensamos

que isso corresponde a uma conclusão consistente sobre a própria Psicologia no país. Nesse sentido, proponho considerar que os psicólogos brasileiros ainda precisam, por um lado, reconhecer seu crescimento e suas dificuldades, no sentido de atender às demandas sociais e, por outro lado, admitir que sua capacidade de produzir conhecimento novo, ou seja, novos conceitos e teorias para dar conta dos problemas humanos, precisa ser mais investida. Ao contrário do refúgio em guetos teóricos e escolásticos, cabe aos psicólogos investir em produzir pesquisa e construir programas de pós-graduação, única maneira de construir redes teórico-conceituais consistentes entre diferentes abordagens, assim como laços sociais entre os psicólogos da academia e os da profissão, que entre si diferem mais pelo narcisismo das pequenas diferenças (FREUD, 1921) do que por sua irredutível e mesma condição humana, no contexto de um país e um continente que resiste aos diferentes modos de imperialismos, há mais de quinhentos anos.

Qualquer breve levantamento das revistas de psicologia clínica e psicoterapia nas bases de dados indexadas pode dar conta que, sob os três eixos epistemológicos predominantes, sejam as teorias explicativas, as análises interpretativas, sejam as teorias compreensivas, de qualquer ângulo que se aborde a Psicologia das práticas clínicas no Brasil, sempre se estará diante de uma produção crescente, tanto na pesquisa quanto na busca de formação profissional, o que já resulta que, dos cem mil psicólogos estimados em nosso país, 80% declaram realizar psicologia clínica e psicoterapia.

#### Considerações Finais

Afinal de contas o que pode nos fazer trabalhar com diferentes profissões de Saúde, de Educação, do mundo do trabalho, da Comunicação se permaneceremos alheios à noção de integralidade, no sentido amplo desta? Quem encontrará a razão por que as críticas da Psicologia à Medicina não resultaram na perspectiva da integralidade em nosso campo profissional, não apenas para os psicólogos clínicos? Isso porque talvez os maiores críticos da aproximação com a medicina são justamente os experimentalistas e cognitivistas, que não produziram nada de mais útil no lugar do método clínico de abordagem dos usuários para quem a Psicologia dirige seu trabalho.

E tome-se em consideração que esta argumentação não se dirige só às práticas clínicas, mas ao próprio campo da Psicologia como ciência e profissão. Não são poucos os contextos e cenários que compartilhamos com outros profissionais: na escola é talvez onde esse campo é mais fértil, ou desconhecemos que os professores do ensino fundamental, médio e superior, em que atuamos, são de todas as mais diversas disciplinas científicas (Matemática, Física, Química, línguas, Filosofia, etc.). Ou não precisamos formular novos conceitos para dar conta dos problemas colocados pelas escolas hoje? Se vamos produzir conhecimento baseado em resultados de experimentos controlados ou se construímos nosso saber com base na transformação da vivência clínica em experiência e saber, não é isso o que importa. Sustentamos que os estudos epistemológicos na/da Psicologia precisam levar em consideração que precisamos superar o problema europeu da Razão e de sua idealizada pureza (BERLINCK, 1996), que resultou no higienismo, no nazismo e, em tantas outras formas de dominação e docilização das massas.

Novamente, é a marcha da história próxima que pode iluminar, por semelhanças e diferenças, nosso próprio caminho, senão vejamos: o campo abrangido pelos Conselhos de Engenharia, os Creas, onde encontra abrigo a multiprofissionalidade solidamente assentada na interdisciplinaridade científica, tem muito a nos ensinar, mantendo um conselho federal e um sistema conselhos composto por engenheiros de todas as especialidades, arquitetos, agrônomos, geólogos e mais centenas de profissões médias e superiores da área tecnológica, como Agrimensura, Meteorologia e Geografia. E não vale como argumento que esse modo de organização foi produto da era Vargas, nos anos 30, pois sua perenidade de imediato o invalida ou desaconselha.

E, finalmente, no problema que nos ocupa, a psicoterapia enquanto uma prática clínica de ajuda ao sofrimento que a solicita, como podemos ficar surdos à necessidade de formular conceitos que nos permitam a comunicação com médicos, enfermeiros, técnicos, assistentes sociais, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, farmacêuticos, psicofarmacólogos, neurocientistas e todo um grande número de profissionais que atuam na área da saúde, inclusive engenheiros, físicos, administradores, gestores de variada formação, mas também serventes, porteiros, agentes de seguros, na grande complexidade que é a área hoje? É levando em consideração a noção de integralidade na atenção à saúde que podemos admitir que nosso campo comum exige novas pesquisas e, fundamentalmente, disposição para inventar novos dispositivos de solicitude, como bem denomina psicoterapia nossa colega Elza Dutra, neste volume.

Nesse mesmo sentido, reconhecendo a existência de "mais de quinhentas psicoterapias" já catalogadas por pesquisadores e, embora entre essas se possam identificar "cerca de vinte abordagens dominantes" (HANNIS, p. 6) o campo ainda é inegavelmente amplo, de modo que nenhuma abordagem atualmente dá conta de sua complexidade (p.11).

Concordamos com Serra, em artigo publicado na Revista Diálogos sobre o tema, quando supõe justificada a expectativa de que a psicoterapia irá emergir como disciplina científica e profissional na integração crescente entre saúde psicológica e física nos sistemas públicos e privados de saúde e, eventualmente, equiparar-se ao tratamento médico em termos de financiamento pelo sistema público de Saúde, mas de modo a que se respeitem as especificidades do atendimento psicoterápico e se assegure a viabilidade de seu exercício por psicólogos.

Se isso é viável, a história demonstrará. Por ora é válido supor que isso só se dará a partir da Psicologia isto é, no interior do campo de produção de conhecimento desta disciplina e no exercício da profissão, já social e cientificamente validada. Mas, para esse resultado, propomos um lugar definido para a construção de uma estratégia de integralidade: o calor, ora aconchegante, ora infernal, da interseção entre o sistema de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia no Brasil e o Sistema Conselhos, junto com as nossas entidades nacionais e suas articulações internacionais.

#### Referências

- BERLINCK, M.T. A mania de saber. in PERES, U.T. (org.). Melancolia — São Paulo: Escuta, 1996.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Quem é o psicólogo brasileiro? São Paulo: EDICON, 1988.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Psicólogo brasileiro: construção de novos espaços. Campinas: Ed. Átomo, 1992.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Psicólogo brasileiro: práticas emergentes e desafios para a formação. 2. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1994.
- CECCARELLI, P. R. A morte da clínica? In: Revista Latino-Americana de Psicopatologia Fundamental. v. XI, n. 1, 15-20, 2008.
- DEJOURS, C. A banalização da injustiça social. Rio de Janeiro: FGV, 2001.
- FERREIRA NETO, J. L. A formação do psicólogo: clínica, social e mercado. São Paulo: Escuta, 2004.
- FIGUEIREDO, L. C. Revisitando as Psicologias: da epistemologia à ética das práticas e discursos psicológicos. São Paulo: Educ. Petrópolis: Vozes, 1996.
- FREUD, S. (1921) Psicologia das Massas e Análise do Eu. Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, V. IX. Rio de Janeiro: Imago, 1999.
- GUATTARI, F. Revolução Molecular: Pulsões Políticas do Desejo, São Paulo: Ed. Brasiliense, 1982.
- HANNIS, L. Entrevista "Regulamentação em debate". Revista Ciência e Profissão — Diálogos. Brasília, ano 1, n.1, p. 6-13, abril de 2004.
- TOURINHO, E. Editorial. In: Revista Latino-Americana de Psicopatologia Fundamental. v. 11, n. 3, set./2008.
- TOURINHO, NETO; NENO, A. Psicologia como campo de conhecimento e como profissão de ajuda. In: Estudos de Psicologia. 9(1), 17-24, 2004.
- SERRA, A. M. Caminhos de conciliação. In: Revista Diálogos. N. 1, abr./2004. p. 24-28.



# Psicoterapia

## Home

### Ações 2013-2016

- [Ações Subsele Metropolitana](#)
- [Ações Subsele ABC](#)
- [Ações Subsele de Campinas](#)
- [Ações Subsele Baixada](#)
- [Ações Subsele Vale](#)

### Ano da Psicoterapia 2009

## Quem é o Dono da Psicoterapia? Reflexões sobre a Complexidade, a Psicologia e a Interdisciplinaridade

Maurício S. Neubern<sup>(1)</sup>

A psicoterapia, na atualidade de nosso país, atravessa importantes dilemas. Se, por um lado, ela se aproxima cada vez mais da realidade social, oferecendo propostas compatíveis e bem-vindas quanto a suas necessidades, por outro, discute-se sobre quem pode ter o direito de exercer esse métier. Embora as diferentes vozes concordem sobre a complexidade do campo, algumas vozes reivindicam a abertura dele a outros profissionais, alegando razões históricas e interdisciplinares, enquanto alguns grupos de psicólogos reivindicam a exclusividade, alegando, principalmente, a pertinência e adequação de sua preparação para tanto. Sem a pretensão de trazer respostas a tais questões, este texto buscará apontar alguns caminhos para essa discussão, levantando tanto a questão da complexidade na psicoterapia como o debate entre abertura e exclusividade.

1. Doutor em Psicologia pela Universidade de Brasília (UnB) e professor do Centro Universitário de Brasília.

### Psicoterapia e Complexidade: Desafios de Uma Clínica Ampliada

A discussão epistemológica contemporânea em psicoterapia tem assistido a oposição de considerável importância, que não pode passar despercebida ao clínico. Se, por um lado, estamos numa época em que o fundamentalismo teórico procura resguardar ferozmente seus espaços sob distintas ideologias, por outro, existe uma reflexão crítica que propõe a abertura da noção de psicoterapia quanto a pontos comumente vistos como dogmas na formação do psicoterapeuta.

No primeiro caso, o radicalismo, mesmo que por vezes disfarçado, mantém a perspectiva exclusivista não só em termos de teoria, como também de proposta terapêutica. Surgem propostas terapêuticas que, além de manter o ideal obsoleto de uma psicoterapia de fato científica, isto é, condizente com o positivismo dominante na ciência moderna (STENGERS, 1995), associam-se a uma ideia salvacionista, que, sempre aliada a uma promessa de eficácia, encontra considerável eco nos dilemas típicos do sujeito contemporâneo das sociedades globalizadas (BAUMANN, 1998). Assim, tais propostas, que compreendem abordagens psicoterápicas e medicamentosas, geralmente são associadas a grupos de alto poderio econômico e lutam freneticamente por espaços na sociedade, enfatizando o próprio poder técnico de que dispõem, mas sem maiores considerações quanto a questões essenciais da psicoterapia, tais como a participação do sujeito e a construção do contexto terapêutico. Na desqualificação das propostas rivais, tais propostas inserem-se ferozmente no mercado, abrangendo desde a divulgação científica dos congressos, a mídia, o mercado editorial e os espaços de formação. Nesse sentido, vale destacar que elas, que se arvoram a uma cura a bem dizer mágica e imediata, tornam-se bem-vindas numa sociedade marcada por alta vulnerabilidade subjetiva, cujo cotidiano é perpassado pela lógica de consumo, pelo individualismo e pela fragilidade dos laços sociais (BAUMANN, 1998; LYPOVESKI, 2007).

Por outro lado, a reflexão crítica avançou consideravelmente no sentido de desconstruir determinados alicerces que ocupavam espaço nada desprezível na formação como na prática do psicoterapeuta. A busca de uma teoria capaz de fazer calar as demais em termos de coerência científica e eficácia parece ter se tornado, no mínimo, um ideal distante, principalmente porque, em mais de 100 anos de psicoterapia, não foi possível ainda o estabelecimento de uma noção de progresso tal como ocorre nas ciências da natureza (STENGERS, 2001). Tanto o peso como o papel conferidos outrora à teoria também têm passado por reformulações significativas: elas não são mais vistas como espelho da realidade (McNAMME & GERGEN, 1998), nem como um corpo transcendente, a-histórico e inquestionável sobre para o qual deveriam ser transpostas de forma linear as informações da realidade (GONZALEZ REY, 1997; ROUSTANG, 2001); pelo contrário, as teorias passam a ser vistas como um conjunto de referências que possibilitam o diálogo com a realidade, sem apresentar as respostas e soluções finais desse diálogo (GONZALEZ REY, 2007; NEUBERN, 2004). Em vez de buscar regularidades e sentidos universais, impondo-os à realidade, as teorias passam a se centrar muito mais na perspectiva de compreensão dos sentidos construídos localmente, que não são dados a priori, mas que emergem dos jogos sociais e culturais em que o sujeito toma parte em seu cotidiano (ANDERSON, 1997; GERGEN & KAYE, 1998). Tais perspectivas coincidem tanto com as possibilidades de articulação entre propostas distintas (DELOURNE, 2001; NEUBERN, 2004; PAGÉS, 1993), como com uma maior abertura do campo da psicoterapia para a sociedade, onde ela passa a lidar com questões mais complexas do cotidiano, como a violência, a pobreza, a exclusão social e os problemas institucionais.

O que essas reflexões parecem destacar é que, cada vez mais, os problemas enfrentados pelo psicoterapeuta são problemas de complexidade. Tomando-se como exemplo a depressão, que se constitui na atualidade como uma pandemia típica das sociedades contemporâneas (YAPKO, 2006), é necessário conceber que sua análise vai muito além de uma simples observação de sintomas ou de processos intrapsíquicos. Sua queixa se articula tanto com problemas de ordem orgânica como com uma sociedade de exigência de performance e consumo (EHRENBERG, 2000), ao mesmo tempo em que denota, vez por outra, a fragilidade dos laços sociais e o empobrecimento das trocas afetivas (BAUMANN, 2004; GALENDE, 1996). Mas, ao mesmo tempo, quem toma parte dessas negociações é um sujeito que vê seu mundo interno falir diante de tantas exigências, que paga as consequências de um estilo de vida individualista e se sente incapacitado de criar outras opções diante de um tecido social comprometido e, frequentemente, fragmentado (GONZALEZ REY, 2007). A expressão de um sintoma como a depressão é perpassada por diferentes registros, sejam eles de ordem social, política, econômica, sejam culturais, que se articulam com a ação de um sujeito complexo que é simultaneamente produtor e produto dessa sociedade. Em outras palavras, a fala, a construção de sentidos e emoções desse sujeito remetem a uma amplitude de processos, que não se esgotam num único foco de entendimento (o indivíduo) nem num único aporte teórico, mas exigem a possibilidade de diálogo com a complexidade que os perpassa.

Essas considerações levam a pensar que a psicoterapia consiste num campo de atuação muito mais amplo do que a relação entre duas ou mais pessoas, vistas sob um foco de indivíduo fechado em si mesmo. Ela remete a uma possibilidade de construção do conhecimento, como de uma relação clínica, marcada por articulações entre diferentes dimensões que acontecem numa relação (NEUBERN, 2004), o que implica, basicamente, dois grandes desafios para o psicoterapeuta.

Primeiramente, há a necessidade de que ele esteja imbuído de espírito de pesquisa, não no sentido de um mero aplicador de instrumentos, mas no compromisso de dar continuidade a seus pensamentos sem se contentar com respostas finais, substancialistas e conclusivas. Lidando com tal diversidade de processos, ele adentra a relação com o outro sem saber onde suas ideias chegarão e quais configurações de processos ocorrerão naquele momento de

encontro. Ele se depara exatamente com noções como a incerteza e o imprevisível, que demandam de si a necessidade de que se assuma como sujeito do conhecimento que não se escraviza a uma teoria, mas pode até corrompê-la diante das necessidades impostas por suas construções.

Nesse sentido, não é a confirmação da teoria que importa, mas a construção do sujeito que transforma o conhecimento (um substantivo) em um ato de conhecer (verbo, uma ação) de maneira que este conhecer pode ser generalizado não por seus resultados, mas exatamente por sua exemplaridade, isto é, pela forma em que seu processo ocorreu (SANTOS, 1989). A responsabilidade das construções, portanto, não deve cair sobre um corpo impessoal como a teoria, mas sobre o psicoterapeuta enquanto sujeito, pois é ele quem toma parte na relação com o outro e faz que tomem vida as diferentes vozes teóricas que o habitam.

Em segundo lugar, há o problema da diversidade. Conforme já levantado, a demanda dos sujeitos que acorrem à psicoterapia hoje é perpassada por uma grande diversidade de dimensões que extrapolam em muito a visão de uma única abordagem teórica. A construção de sentidos, de processos simbólicos, de formas de relação de diferentes sujeitos e contextos encontram possibilidades de articulação que não têm como ser antecipadas por um arcabouço específico. O problema torna-se maior nesse sentido, uma vez que a tradição do conhecimento científico, inclusive a psicoterapia, tem sido a de simplificação, a da redução de focos e ideias e não a da articulação (MORIN, 1990). No entanto, em vez de afirmar a impossibilidade de tal empreitada, é possível proceder, sem qualquer garantia de solução, à eleição de campos, onde tais articulações sejam possíveis. No caso da psicoterapia, a noção de subjetividade<sup>(2)</sup> torna-se promissora, uma vez que é a partir dela que se desenvolveu a possibilidade de construção das ciências humanas (MORIN, 1991; SANTOS, 1987) como também do campo da psicoterapia (NEUBERN, 2005). De certa maneira, é nela que se encontram as diferentes abordagens psicoterápicas, como também os diversos campos de estudo das ciências humanas e de outros campos, como as artes e a filosofia. Porém, como se trata de uma noção marginalizada ainda no interior do próprio paradigma científico, não é possível prever quais as implicações de que seja tomada como uma noção fundamental não só no que se refere a uma forma de fazer ciência, como também de promover tais possibilidades de articulação. De qualquer forma, o problema está aberto e a psicoterapia, em meio a tantos dilemas atuais, não tem como deixar de se deparar com ele.

2. Subjetividade é compreendida aqui como um dos polos que compõem o paradigma dominante ocidental (MORIN, 1991; NEUBERN, 2004; SANTOS, 1987; 1989). Além da noção de psique, nela pode haver outros objetos de estudo ou especulação de outros saberes, como Deus, o destino, as relações humanas, a estética e disciplinas como a filosofia, as artes, a teologia, o direito.

### Psicoterapia e Psicologia: Exclusividade ou Abertura?

O exposto acima permite considerar que, sendo a psicoterapia ligada a um campo complexo como a subjetividade, dificilmente ela pode se constituir como campo exclusivo de uma única disciplina, como a Psicologia. A própria história da psicoterapia mostra um conjunto de influências diversas que vale a pena recapitular de forma breve. Entre os precursores do magnetismo animal francês, Alexandre Bertrand (citado em NEUBERN, 2006), ainda em 1823, antecipava o problema, ao se colocar como um médico filósofo, destacando que a Medicina organicista de sua época não seria capaz de explicar os intrincados fenômenos do sonambulismo, enquanto seu contemporâneo, o Marquês de Puységur (CARROY, 2000; MÉHEUST, 1999), que lançou as primeiras sementes da psicoterapia na modernidade, embora não utilizasse esse termo, possuía formação militar.

Algumas décadas mais tarde, a Medicina torna-se dominante no campo e o termo “psicoterapia”, em 1872, é utilizado pelo médico inglês Tuke (citado em ROUDINESCO 2005), referindo-se à cura pela fala. Na França, o termo é amplamente divulgado pelo médico e hipnotista Hyppolite Bernheim (1891/1995) e também ganha significativas contribuições de seu colaborador e filósofo belga Joseph Delboeuf (1885/1993). O século XX é marcado por uma série de contribuições oriundas de médicos, até mesmo porque a Psicologia ainda se mantinha restrita aos espaços acadêmicos em sua cruzada pelo reconhecimento científico. Desde o criador da Psicanálise a nomes ilustres como Jung, Perls, Moreno, Erickson, Frankl, as contribuições parecem marcar essa tendência, embora um movimento significativo da segunda metade do século – a terapia familiar – tenha se inspirado amplamente no trabalho de Bateson, antropólogo, e aberto o campo a profissionais de outras formações, como os psicólogos. Vale lembrar, ainda, que no Brasil a hegemonia médica se manteve e apenas por volta dos anos 60 os psicólogos obtiveram o direito reconhecido de praticar a psicoterapia.

Não é sem razão que a crítica contra o corporativismo dos psicólogos pode, facilmente, argumentar que o fechamento do campo a uma única disciplina poderia favorecer a um considerável enrijecimento capaz de empobrecer práticas e reflexões teóricas. Entretanto, antes que o apelo de exclusividade dos psicólogos seja considerado puro corporativismo, principalmente após considerações históricas importantes como estas, é necessário que a discussão seja aprofundada em torno do termo “formação”. Isto porque mais importante que o título em si é o percurso traçado por tais personagens que, compreendendo a complexidade da subjetividade como um campo de estudo, extrapolaram seus próprios limites disciplinares buscando articulações entre disciplinas diferentes. Era necessária a busca de relações de certa forma proibidas para que novas possibilidades explicativas surgissem de modo mais fértil diante de processos que iam muito além dos muros e guetos de um único saber. É assim a que Bertrand busca socorro na Filosofia, Freud no estudo clássico, Jung na Mitologia, Moreno no teatro e no hassidismo, Erickson na Antropologia, entre outros, a fim de traçarem novas reflexões sobre suas práticas e poderem estabelecer relação mais próxima com as pessoas. Não foi sem razões que a psicoterapia se tornou tão diversificada e que diferentes influências filosóficas e disciplinares vieram a compor seu campo (ELLENBERGER, 1970).

É nessa perspectiva que consideramos a importância de que o tema da exclusividade ou abertura seja tratado não em termos da pura origem acadêmica, mas de um “savoir-faire” necessário para a construção do papel de psicoterapeuta. Acrescentamos ainda que o grito exclusivista dos psicólogos seja lido de outra forma, pois suas contribuições não podem ser esquecidas neste momento, já que são bastante significativas em termos desse “savoir-faire”. Por um lado, a própria construção da Psicologia no século XX tem sido marcada por uma diversidade nada desprezível de escolas teóricas e disciplinas, de modo muito semelhante ao que ocorreu com a psicoterapia. Nesse sentido, embora os psicólogos necessitem de uma reflexão epistemológica mais profunda, principalmente por sua tendência a se fechar radicalmente em guetos teóricos que não permitem o diálogo com a diferença, a formação em psicologia é talvez a mais diversificada e próxima das necessidades de formação em psicoterapia: além de lidar com diferentes escolas teóricas, o psicólogo se depara com disciplinas ligadas a desenvolvimento, aprendizagem, cognição, psicopatologia, psicologia familiar, psicologia social, sem contar a interface com outros campos, como iniciação à ciência, Antropologia, Sociologia, Filosofia, psicofarmacologia e neurociências. Desse modo, não são apenas os autores clínicos que influem na forma de pensar, tanto em termos da construção de procedimentos técnicos, como no que se refere à sensibilidade teórica que se desenvolve quanto a processos específicos da subjetividade. É assim que surgem propostas oriundas de outros campos e autores, como Skinner, Vigotsky (GONZALEZ REY, 2007) e da Psicologia Social (GERGEN, 1996). Vale mesmo destacar que essas construções remetem a uma dependência estreita entre psicoterapia e psicologia, na qual boa parte dos sistemas teóricos desta última foram originados ou guardam intensas relações com as contribuições de psicoterapeutas.

Devemos ainda destacar que a questão do savoir-faire não se restringe apenas a questões históricas e de formação curricular: ele remete principalmente a um conjunto de práticas sociais voltadas para a construção do papel do psicoterapeuta. No Brasil, particularmente, existe a instituição do estágio na universidade, em que o estudante é inserido em um conjunto de práticas específicas que o auxiliam a se posicionar diante dos dilemas cotidianos da prática clínica. Além de leituras teóricas e seus debates, ele conta com duas práticas da mais alta importância: o atendimento clínico e a supervisão. Enquanto no primeiro ele vivencia as questões cotidianas da realidade social e da subjetividade das pessoas, no segundo ele desenvolve a possibilidade de uma práxis que o leva não só ao desenvolvimento de habilidades técnicas, mas também a uma articulação com a teoria de forma orgânica, rica e dinâmica, que dificilmente poderia ser atingida pela simples leitura de sala de aula. Em outras palavras, essas práticas permitem um diferencial considerável, pois não se restringem à transmissão técnica, mas a uma articulação

com as tradições teóricas que remetem não só a um acurado potencial explicativo, como também à dimensão política da Psicologia como ciência. Não é, portanto, qualquer narrativa ou explicação que pode ganhar legitimidade na prática psicoterápica, uma vez que as próprias teorias que as sustentam apresentam um papel de grande importância nesse sentido.

Dito isto, consideramos que a construção de soluções entre a abertura ou exclusividade do campo da psicoterapia não deve consistir na simples decisão por um ou outro lado. Ao mesmo tempo em que as vozes favoráveis à abertura alertam para as raízes históricas de uma clínica complexa e para os riscos de enrijecimento do campo, a reivindicação dos psicólogos possui certa pertinência, apesar do corporativismo, uma vez que remete a uma formação diversa e a todo um *savoir-faire* já desenvolvido de forma muito significativa. Se as vozes favoráveis à abertura acenam com a possibilidade da renovação, da multiplicidade e da injeção do novo, os psicólogos se posicionam com a autoridade de um trabalho já desenvolvido que, de certa forma, lhes coloca numa posição central. Estamos, portanto, num momento de diálogo e é de suma importância que as diferentes vozes sejam ouvidas no que possuem de pertinente e que os contextos de negociação sejam construídos para que a participação dos diferentes permita a construção de soluções capazes de dialogar com a complexidade da práxis psicoterápica.

#### Duas Palavras de Conclusão

No que se refere à ideia de uma clínica ampliada devido à sua complexidade, consideramos que seja necessário o resgate do espírito de pesquisa na psicoterapia. Como já levantado, não a pesquisa mecânica e sem vida, limitada à aplicação de instrumentos, mas a pesquisa que se faz pelo espírito do sujeito que busca a inovação e a possibilidade de perguntar sempre a partir das respostas que surgirem (BACHELARD, 1996). Assim, é importante que o psicoterapeuta desenvolva a possibilidade de se reinventar, no sentido de aprender a dialogar e questionar suas próprias teorias, e não simplesmente se submeter a elas como um escravo. É necessário que aprenda a assumir sua condição de sujeito. Parafraseando Bachelard (1996) no espírito científico é possível venerar o mestre, criticando-o. O espírito de escola tem sido um dos principais motivos para o fechamento dos guetos teóricos e para a barreira que impede o diálogo entre pensamentos distintos (ROUSTANG, 2001).

Já no tocante ao problema da exclusividade, consideramos fundamental que os argumentos sejam aprofundados e que os psicoterapeutas coloquem em prática a habilidade do diálogo, indo além das aparências de títulos e diplomas que alimentam um cabo-de-guerra improdutivo. Ambas as vozes possuem argumentos pertinentes, como já levantado, e podem contribuir significativamente para a construção de soluções condizentes com a complexidade do campo da psicoterapia.

No entanto, é necessário que essa discussão permita uma reflexividade, em que seus interlocutores possam colocar em pauta as questões que os perpassam, principalmente em termos de suas próprias instituições, práticas sociais e de um tema que, apesar de sua potência, pouco tem surgido no debate – o mercado. Dialogar sobre tais temas é uma questão não só de maturidade, mas de condição para a construção da abertura de reflexão necessária para a psicoterapia. Afinal, como diria Morin (1991) se nos recusamos a conversar com os demônios que nos habitam, eles podem nos possuir e até nos devorar.

#### Referências

- Anderson, H. (1997). *Conversation, Language and Possibilities*. New York: Basic Books.
- Bachelard, G. (1996). *A Formação do Espírito Científico*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- Baumann, Z. (1998). *O Mal Estar na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Baumann, Z. (2004). *O amor líquido*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Bernheim, H. (1995). *Hypnotisme, suggestion et psychothérapie*. Paris: Fayard. (original publicado em 1891).
- Carroy, J. (2000). *L'Invention du mot psychothérapie et ses enjeux*. *Psychologie Clinique*, 9, 11 – 30.
- Delboeuf, J. (1993). *Le sommeil et les rêves et autres textes*. Paris: Fayard. (original publicado em 1885).
- Delourme, A. (2001). *Pour Une Psychothérapie Plurielle*. Paris: Retz.
- Ehrenberg, A. (2000). *La Fatigue d'Être Soi. Dépression et Société*. Paris: Odile
- Jacob. Ellenberger, H. (1970). *The Discovery of the Unconscious. The History and Evolution of Dynamic Psychiatry*. New York: Basic Books.
- Gergen, K. & Kaye, J. (1998). *Além da narrativa na negociação de sentido terapêutico*. em S. McNamme & K. Gergen (org). *A terapia como construção social*. Porto Alegre: Artmed.
- Galende, E. (1996). *De un horizonte incierto. Psicoanálisis y salud mental en la sociedad actual*. Buenos Aires: Paidós.
- Gergen, K. (1996). *Realidad y Relaciones*. Barcelona: Paidós.
- Gonzalez Rey, F. (1997). *Epistemologia Cualitativa y Subjetividad*. Havana: Pueblo y Educación.
- Gonzalez Rey, F. (2007). *Psicoterapia, Subjetividade e Pós-Modernidade*. São Paulo: Thomson.
- Lipovetsky, G. (2007). *A Felicidade Paradoxal*. São Paulo: Companhia das Letras.
- McNamme, S. & Gergen, K. (1998). *A Terapia Como Construção Social*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Méheust, B. (1999). *Somnambulisme et Médiumité. Le Défi du Magnétisme*. Paris: Synthélabo/Seuil.
- Morin, E. (1990). *Science avec Conscience*. Paris: Seuil.
- Morin, E. (1991). *La Méthode IV. Les Idées*. Paris: Seuil.
- Neubern, M. S. (2004). *Complexidade e Psicologia Clínica: Desafios epistemológicos*. 1. ed. Brasília: Plano.
- Neubern, M. S. (2005). *A Subjetividade Como Noção Fundamental do Novo Paradigma*. In: Fernando Gonzalez Rey. (Org.). *Subjetividade, Complexidade e Pesquisa em Psicologia*. (PP. 53 – 79). São Paulo: Thomson.
- Neubern, M. (2009). *Psicologia, hipnose e subjetividade. Revisitando a história*. Belo Horizonte: Ed. Diamante.
- Pagès, M. (1993). *Psychothérapie et Complexité*. Marseille: Hommes et Perspectives.
- Roudinesco, E. (2007). *O Paciente, o Analista e o Estado*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Roustang, F. (2001). *Tout fait ventre*. Em A. Delourme (org.). *Pour une psychothérapie plurielle*. (pp. 94 – 110). Paris: Retz.
- Santos, B. (1987). *Um Discurso Sobre as Ciências*. Porto: Afrontamento.
- Santos, B. (1989). *Introdução a uma Ciência Pós-Moderna*. São Paulo: Graal.
- Stengers, I. (1995). *L'Invention des Sciences Modernes*. Paris: Flammarion.
- Stengers, I. (2001). *Qu'est-ce que l'hypnose nous oblige à penser?* *Ethnopsy. Les Monde Contemporain de la Guérison*, 3, 13 – 68.
- Yapko, M. (2006). *Compreendendo a depressão*. Belo Horizonte: Ed. Diamante.

# Psicoterapia

## Home

### Ações 2013-2016

- [Ações Subsede Metropolitana](#)
- [Ações Subsede ABC](#)
- [Ações Subsede de Campinas](#)
- [Ações Subsede Baixada](#)
- [Ações Subsede Vale](#)

### Ano da Psicoterapia 2009

## Considerações sobre a Ética do Gancho

Nélio P. da Silva<sup>(1)</sup>

Meses atrás surgiu na mídia uma notícia no mínimo curiosa. Anunciava-se um concurso de beleza de freiras. Evidentemente as religiosas não desfilariam de biquíni, mas se apresentariam com o hábito de sua congregação e receberiam votos via internet. Não demorou muito outra notícia: O padre “moderninho” idealizador do referido concurso foi chamado às falas por autoridades do Vaticano e o projeto do concurso de beleza das religiosas morreu na casca. A curiosidade e a estranheza desse projeto se casam perfeitamente com o dito romano, segundo o qual não basta à mulher de César ser séria, ela precisava também parecer séria. A mentalidade leiga é povoada por um conjunto vastíssimo de expectativas a respeito da postura e do comportamento do psicólogo. Qualquer deslize, qualquer atitude esdrúxula, qualquer posicionamento estranho, qualquer manifestação mais espontânea, qualquer modalidade de fraqueza cairá no jargão fatal: Como é que um psicólogo pode fazer isso?

1. Psicólogo, professor da Universidade Tuiuti do Paraná.

Estamos em pleno campo das projeções. Sucede que as profissões de saúde, em geral, e entre elas a nossa, são objeto de expectativas e projeções carregadas de uma aura de dedicação sacerdotal que se materializa na resposta do estudante de Psicologia a quem perguntamos por que buscou a Psicologia. A resposta quase sempre será: Porque desejo ajudar os outros; assim, é inadmissível que tal profissional cometa deslizes incompatíveis com a “santidade” de tal tarefa salvadora.

É certo que as projeções criam uma série de relações imaginárias que muitas vezes pouco ou nada tem a ver com a realidade objetiva do mundo exterior. Desse modo nos sentimos até injustiçados quando vemos que o mundo espera de nós posturas ilibadas, vergastando impiedosamente nosso direito humano de possuir mazelas. Mas será que somos tão inocentes diante dessas impiedosas expectativas?

Jung considera que a pessoa sobre a qual se dá a projeção pode, de modo inconsciente, encorajar as projeções que recebe:

“Acontece frequentemente que o objeto oferece um gancho para a projeção e até a seduz. É isso, geralmente, o que acontece quando o próprio objeto (homem ou mulher) não está consciente da qualidade em questão: assim, age diretamente sobre o inconsciente do projetante. Pois, todas as projeções provocam contraprojeções, quando o objeto é inconsciente da qualidade projetada sobre ele pelo sujeito (JUNG, 1981)”.

As projeções relativas ao papel de curador, são verdadeiras tentações que rondam nosso papel de psicoterapeuta. A perspectiva de produzir técnicas e táticas terapeuticamente mágicas, tão ao gosto dos Segredos da vida, seduz não poucos terapeutas psicólogos que, ao se apropriar de procedimentos absolutamente alheios ao arsenal psicológico, transformam-se em verdadeiros vendilhões do templo.

A sabedoria popular costuma sinalizar o gancho com o provérbio”:

“Onde há fumaça, há fogo”. Assim a boataria mais injusta, e por isso, mais rejeitada, tende a ser totalmente desconsiderada e portanto perde a possibilidade de denunciar ganchos preciosos.

É fundamental, para a consciência ética do psicoterapeuta, saber que atrás da disposição do papel de ajuda, situa-se a visível relação de poder. Esse poder, sem grandes problemas poderia provar a todos a necessidade permanente de que todo mundo devesse se submeter a longa e profunda análise. A dimensão desse poder pode chegar a tal ponto que aqueles que nunca passaram por tal processo podem se sentir menos sãos ou pelo menos com seu desenvolvimento psicológico comprometido.

Aqui se descortina um campo muito propício ao surgimento de dois perigos que rondam a papel do terapeuta: o charlatão e o falso profeta. Os dois talvez até consigam impressionar pela aura de poder e pela persona empática do papel assumido. Enganarão alguns, por algum tempo. Mas não o farão com todos e o tempo todo.

Guggenbihl-Craig referindo-se à figura do charlatão escreve:

Esse termo, para mim não designa alguém que usa métodos não ortodoxos ou extraoficiais para ajudar os necessitados, mas sim um tipo de terapeuta que na melhor das hipóteses engana tanto a si como a seus pacientes, ou na pior, apenas a seus pacientes.  
(...)

Trata-se de um indivíduo que ajuda mais a si mesmo, pelo dinheiro e pelo prestígio que recebe,  
do que aos doentes que procuram seus préstimos (2004).

Esses papéis confusos podem nos acompanhar pelo simples fato de que nós, analistas, assim como as demais pessoas, carregamos nossos pontos cegos. Nossos amigos e nossos pacientes também não veem, produzindo uma verdadeira folie à deux. Lembra Guggenbihl-Craig que, em tais situações, nossos inimigos nos podem ser muito úteis e deveríamos sempre refletir sobre o que eles dizem.

Nós, que pretendemos ajudar a humanidade, na ampliação do campo da consciência, precisamos ter consciência de que o lidar com a desgraça, o desajuste, a ignorância e a doença constelam em nós próprios graves problemas psicológicos. Já poderíamos festejar um avanço considerável se conseguíssemos ver a doença não apenas em nossos pacientes. A falta de humildade, em admitir tais mazelas, pode nos configurar simplesmente como figuras trágicas.

Nossos primeiros mestres, no confronto com os aspectos sombrios de nosso inconsciente, Freud e Jung, vivenciaram de modo heróico e pioneiro essa descida dolorosa às sombras do Hades.

O significado da presente reflexão é a discussão da propriedade ou impropriedade desse amontoado de expectativas piedosas a respeito de nossa postura e de nossa conduta, em geral, como psicólogos. Será que temos alguma responsabilidade diante delas? Nossos colegas que já trabalharam em comissões de ética, ou os conselheiros que já participaram de processos e de julgamentos éticos, têm muito a nos dizer sobre o tema.

Por outro lado, uma olhadela em nosso Código de Ética nos põe em contato com várias dessas expectativas, evidenciando que as piedosas projeções podem ter um fundo de realidade plausível. Não é impunemente que fizemos a escolha dessa profissão. Evidentemente, há necessidade de olhar para ao tema com o devido grano salis,

para não incidirmos numa postura xiita e hipócrita de caça às bruxas.

Há que se considerar, ainda, que a tradição de acolhimento e de aceitação, tão próprias de nossa profissão, não se torne uma armadilha para nossa capacidade crítica de separar o joio do trigo.

Desse modo, não é improvável que constatemos que o destino de nossa escolha profissional não esteja tão distante daquele que acompanhou a imagem da mulher de César.

#### **Referência Bibliográfica**

- GAMBINI, R. O Espelho Índio. Espaço e Tempo: Rio de Janeiro 1987.  
GRUGGENBUHL-CRAIG, Adolf. O Abuso do Poder na Psicoterapia. Paulus: São Paulo, 2004.  
JUNG, C. G. – A Prática da Psicoterapia. Vozes: Petrópolis, 1981.  
WHITMONT, E. A Busca do Símbolo. Cultrix: São Paulo, 1995.

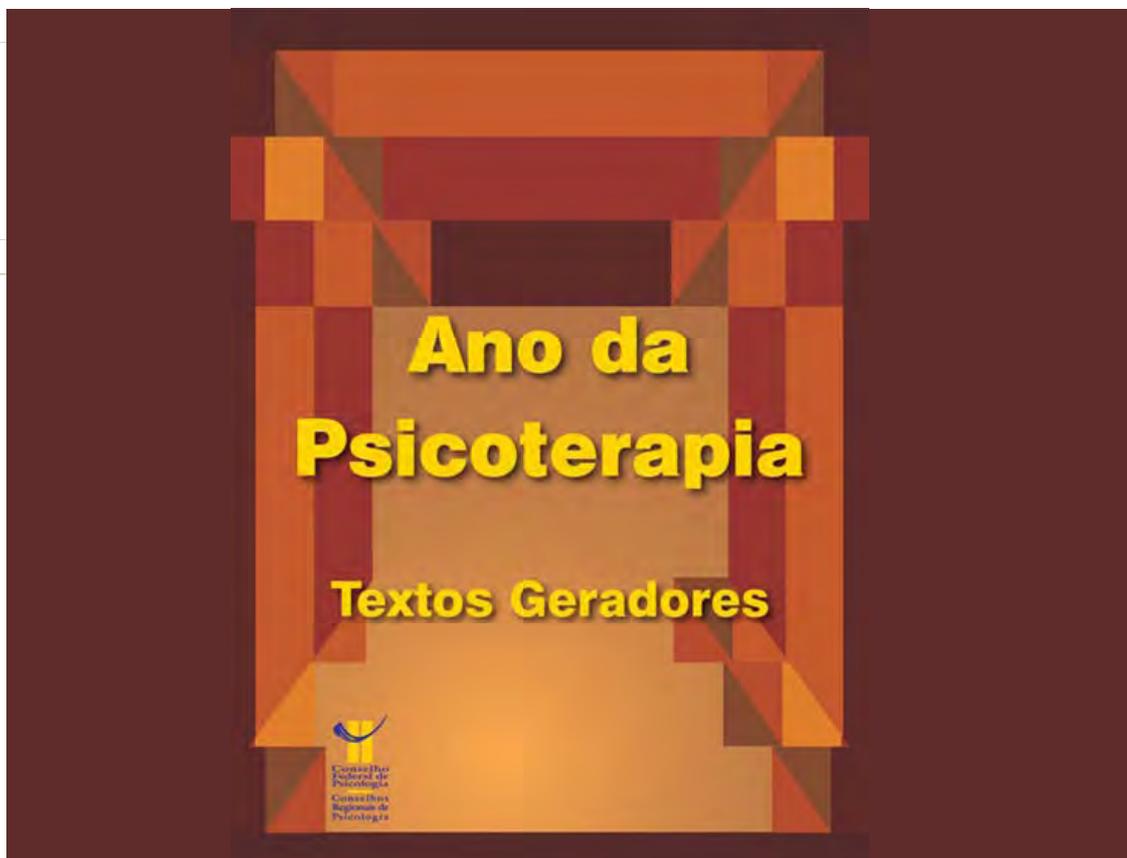
# Psicoterapia

## Home

### Ações 2013-2016

- Ações Subsede Metropolitana
- Ações Subsede ABC
- Ações Subsede de Campinas
- Ações Subsede Baixada
- Ações Subsede Vale

### Ano da Psicoterapia 2009



#### Plenário responsável pela publicação

**Conselho Federal de Psicologia**  
XIV Plenário  
Gestão 2008 - 2010

**Diretoria do CFP**  
Humberto Cota Verona  
Presidente  
Ana Maria Pereira Lopes  
Vice-presidente  
Clara Goldman Ribemboim  
Secretária  
André Isnard Leonardi  
Tesoureiro

**Conselheiros Efetivos**  
Elisa Zaneratto Rosa  
Secretária Região Sudeste  
Maria Christina Barbosa Veras  
Secretária Região Nordeste  
Deise Maria do Nascimento  
Secretária Região Sul  
Iolete Ribeiro da Silva  
Secretária Região Norte  
Alexandra Ayach Anache  
Secretária Região Centro-Oeste

**Conselheiros Suplentes**  
Acácia Aparecida A dos Santos  
Andréa dos Santos Nascimento  
Anice Holanda Nunes Maia  
Aparecida Rosângela Silveira  
Cynthia R. Corrêa Araújo Ciarallo  
Henrique J.L. Ferreira Rodrigues  
Jureuda Duarte Guerra  
Marcos Ratinecas  
Maria da Graça M. Gonçalves

**Psicólogos Convidados**  
Aluizio Lopes de Brito

#### Grupo de Trabalho do Ano da Psicoterapia

**Conselho Federal de Psicologia**  
Henrique José Leal Ferreira Rodrigues  
Aluizio Lopes de Brito

**CRP – 1ª Região**  
Adriano Furtado Holanda

**CRP – 3ª Região**  
Rogério Greenhalgh

**CRP – 6ª Região**  
Maria Izabel Marques  
Luiz Tadeu Pessutto

**CRP – 10ª Região**  
Flauzina Bastiani  
Maria Rosângela dos Santos

**CRP – 12ª Região**  
Fernanda Freitas Santos

**Comissão Ad hoc de Psicoterapia**  
Nélio Pereira da Silva  
Roberto Novaes de Sá  
Elza Maria do Socorro Dutra  
Ana Cleide Guedes Moreira  
Maurício da Silva Neubern  
Daniela Mundim - CFP

**Apoio:**  
Coordenadoria Geral do CFP  
Yvone Magalhães Duarte

**Coordenadoria Técnica do CFP**  
Polyana Marra Soares

**Coordenadoria de Comunicação Social – CFP**  
Priscila D. Carvalho

Roseli Goffman  
Maria Luiza Moura Oliveira

**Organizadores**

Henrique José Leal Ferreira Rodrigues  
Aluizio Lopes de Brito

É proibida a reprodução total ou parcial desta publicação,  
para qualquer finalidade, sem autorização por escrito dos editores.

1ª Edição  
2009

Projeto Gráfico  
Luana Melo e Malu Barsanelli

Diagramação  
Malu Barsanelli

Revisão  
Joira Coelho

Liberdade de Expressão - Agência e Assessoria de Comunicação  
[atendimento@liberdadedeexpressao.inf.br](mailto:atendimento@liberdadedeexpressao.inf.br)

# Psicoterapia

## Home

### Ações 2013-2016

- [Ações Subsele Metropolitana](#)
- [Ações Subsele ABC](#)
- [Ações Subsele de Campinas](#)
- [Ações Subsele Baixada](#)
- [Ações Subsele Vale](#)

### Ano da Psicoterapia 2009

## Sistematização do Seminário Nacional

### Apresentação do caderno que subsidiou a discussão no Seminário Nacional

A psicoterapia apresenta-se historicamente para a Psicologia como prática de grande relevância. Grandes parcelas da categoria profissional têm como atividade a psicoterapia, sobretudo em consultórios particulares. Pesquisa do Ibope (Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística) realizada em 2004 trouxe dados sobre o perfil da atuação do psicólogo brasileiro e indicou que cerca de 55 mil dos então 130 mil psicólogos, à época, dedicavam-se à psicoterapia, exclusiva ou parcialmente.

A psicologia precisava empreender esforços na qualificação do campo, considerando que, em 2006, dois anos após a pesquisa, foram identificados, na Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP) apenas cerca de 4 mil médicos psicoterapeutas e menos de 1000 assistentes sociais fazendo psicoterapia familiar.

A psicoterapia é considerada também prática de grande importância para a sociedade, haja vista sua marcante presença no cenário social, tendo sido sua prática ampliada nas instituições de saúde, assim como foi disseminada a reflexão acadêmica e profissional acerca de qual a natureza desta prática.

Assim, o Sistema Conselhos, neste ano de 2009, quer fomentar o debate sobre este campo de conhecimento que tem a dinâmica, a diversidade e a complexidade como marcas determinantes de sua existência teórica e prática.

Para tanto, foi desenvolvido um conjunto de ações que almeja construir referências para o campo das psicoterapias. Tais referências se fazem necessárias no sentido de que qualquer prática psicoterápica realizada por psicólogo precisa estabelecer diálogo claro e destacado com a sociedade, ou seja, precisa delimitar e especificar, para o conjunto social, o que é a psicoterapia, como se dá e em que situações se aplica.

Ora, a prática psicoterápica realizada por psicólogos, para que se torne acessível e abrangente para o conjunto da sociedade, precisa ter estabelecido parâmetros para essa relação, no sentido de que a sociedade possa também ser elemento ativo no processo de sua constituição e aperfeiçoamento.

O tema da psicoterapia vem sendo constantemente discutido ao longo da história do Sistema Conselhos de Psicologia. No ano 2000, após uma série de discussões ocorridas em todo o país, foi elaborada a Resolução 010/2000, que especifica e qualifica a psicoterapia como prática do psicólogo. Dando sequência a um debate que se reiniciou em 2003 sobre a relevância de construir maiores referências para a prática da psicoterapia feita por psicólogos, em maio de 2006 a Assembléia das Políticas, da Administração e das Finanças (Apaf), do Sistema Conselhos, constituiu um grupo de trabalho (GT) para pensar em critérios norteadores de ação na área e para subsidiar a discussão nos plenários dos Conselhos Regionais e Federal de Psicologia.

Em maio de 2007, o GT apresentou roteiro para essa discussão, com quatro eixos:

#### *I) A constituição das psicoterapias como campo interdisciplinar*

- a. *Psicoterapia como uma disciplina científica ou como um conjunto de métodos e técnicas que definem uma prática.*
- b. *Interdisciplinaridade, transversalidade e multiprofissionalidade: o psicólogo neste contexto.*
- c. *Limitações das reivindicações da exclusividade por parte dos psicólogos.*

#### *II) Parâmetros técnicos e éticos mínimos para a formação na graduação e na formação especializada e para o exercício da psicoterapia pelos psicólogos.*

- a. *Parâmetros: referências e/ou regulação.*

#### *III) Relações com os demais grupos profissionais que têm reivindicação do exercício da psicoterapia.*

- a. *Estratégias políticas de construção de parcerias e enfrentamento dos conflitos.*
- b. *Relação do Sistema Conselhos com a Associação Brasileira de Psicoterapia (Abrap).*

#### *IV) Estratégias para discussão da psicoterapia com a categoria.*

Em dezembro de 2007, a Apaf apreciou as sínteses das discussões realizadas pelos CRPs e definiu a criação de uma comissão ad hoc para fazer junção de dados e parâmetros técnicos para o exercício da psicoterapia por psicólogos. Além disso, foi pensada em uma articulação com a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (Abep) para uma discussão de critérios na formação, no intuito de qualificar o trabalho da psicoterapia para os psicólogos. Após essas ações, seria avaliado o material produzido e ampliado o debate com a categoria.

Assim, em dezembro de 2008, a Apaf definiu 2009 como o Ano da Psicoterapia no Sistema Conselhos de Psicologia, com a previsão de realização de seminários regionais em todo o país até dia 31 de agosto de 2009 e Seminário Nacional em outubro de 2009. Foram definidos os três eixos do Ano, nos quais, de forma sintética, o texto do Eixo I desenvolveu reflexão sobre as Psicoterapias, o Eixo II procurou discutir a Psicoterapia na formação do psicólogo e, finalmente, o Eixo III abordou a política de parcerias inter-profissionais no campo da psicoterapia.

#### *Eixo I - A constituição das psicoterapias como campo interdisciplinar*

- a. *Psicoterapia como uma disciplina científica ou como um conjunto de métodos e técnicas que definem uma prática.*
- b. *Interdisciplinaridade, transversalidade e multiprofissionalidade: o psicólogo neste contexto.*
- c. *Limitações das reivindicações da exclusividade por parte dos psicólogos.*
- d. *Psicoterapia como prática diversa (clínica ampliada).*

#### *Eixo II - Parâmetros técnicos e éticos mínimos para a formação na graduação e na formação especializada e para o exercício da psicoterapia pelos psicólogos*

- a. *Parâmetros: referências e/ou regulação.*

#### *Eixo III - Relações com os demais grupos profissionais*

- a. *Estratégias políticas de construção de parcerias e enfrentamento dos conflitos.*
- b. *Relação do Sistema Conselhos com a Abrap e outras entidades.*

Para subsidiar as discussões de cada eixo foram produzidos, pela comissão ad hoc e outros colaboradores, textos geradores que foram enviados a todos os CRPs.

Os eventos regionais pautaram-se pela orientação prevista na metodologia do projeto do Ano da Psicologia na Psicoterapia, definido em Apaf, tais como:

- Garantir no debate os diversos tipos de abordagem utilizados em psicoterapia;
- Organizar os eventos de modo que a busca de referências fosse principal;
- Identificar correspondências ao Código de Ética nas práticas;

- Refletir sobre a relação entre a psicoterapia realizada por psicólogos e a clínica ampliada;
- Problematicar os processos de patologização no âmbito das psicoterapias realizadas por psicólogos;
- Considerar que Abep e Abrap são entidades importantes no debate, mas que outras entidades podem ser convidadas ao diálogo, contemplando a orientação de garantir a diversidade.

Assim, foram realizados seminários, palestras, oficinas, plenárias, mesas redondas, fóruns regionais, encontros, etc sobre os eixos temáticos propostos nas seções/subsedes/escritórios/representações dos diferentes regionais, adequando-se às especificidades. Para efeito de conhecimento de todos os envolvidos, registramos as atividades realizadas e o número de participantes dos eventos por cada Conselho Regional no quadro que segue:

CRP <sup>1</sup>	Número de Atividades Realizadas	Nº Aproximado de Participantes
01	4	1.022
02	5	196
03	34	603
04	13	600
05	9	242
06	9	391
07	6	212
08	16	149
09	5	199
10	5	200
11	11	733
12	9	252
13	4	136
14	10	430
15	6	760
16	7	85
17	7	361
<b>Total de participantes</b>		<b>6571</b>

<sup>1</sup> Dados retirados dos relatórios e e-mails enviados pelos CRPs

Os relatórios produzidos nos seminários regionais foram sistematizados pelo GT criado na Apaf de dezembro de 2007. O GT reuniu-se dias 18 e 19 de setembro, em Brasília, e adotou a metodologia de organizar o conteúdo dos eixos por categorias temáticas.

Dessa forma, o caderno a seguir refere-se à compilação das propostas produzidas nos eventos regionais considerando o princípio da inclusão, retirando-se as ideias repetidas.

Para conhecimento dos representantes dos CRs, informamos que a sistemática de trabalho do Seminário Nacional seguirá a seguinte metodologia:

- Os representantes dos Conselhos Regionais serão divididos em três grupos, um para cada eixo temático.
- Cada grupo terá um coordenador que apresentará, na plenária, o resultado das discussões produzidas pelo grupo, e um relator que será um representante do GT Nacional.
- As discussões por eixos serão pautadas pelo princípio do aprimoramento de ideia, melhoramento do texto, identificação de pontos divergentes e condensação de temas ou ideias, que serão debatidos na plenária final.

Seguindo os objetivos traçados pelo Ano da Psicoterapia, os resultados das discussões ocorridas no Seminário Nacional serão enviados para a Apaf de dezembro de 2009 a fim de que sejam analisadas as proposições e realizados encaminhamentos sobre a temática da psicoterapia realizada por psicólogos.

# Psicoterapia

## Home

### Ações 2013-2016

- Ações Subsede Metropolitana
- Ações Subsede ABC
- Ações Subsede de Campinas
- Ações Subsede Baixada
- Ações Subsede Vale

### Ano da Psicoterapia 2009

## Sistematização do Seminário Nacional

### EIXO I

#### A constituição das psicoterapias como campo interdisciplinar:

Psicoterapia como uma disciplina científica ou como um conjunto de métodos e técnicas que definem uma prática.

Interdisciplinaridade, transversalidade e multiprofissionalidade: o psicólogo neste contexto.

Limitações das reivindicações da exclusividade por parte dos psicólogos.

Psicoterapia como prática diversa (clínica ampliada).

#### Síntese das propostas:

##### Exclusividade da Psicologia:

Discussão sobre a exclusividade dos psicólogos na prática da psicoterapia

1. Discutir os limites das reivindicações de exclusividade de psicólogos na prática da psicoterapia;
2. Ampliar a discussão com a categoria sobre exclusividade ou não de psicólogos na prática da psicoterapia;
3. Zelar pela qualidade do serviço de psicoterapia.

##### Definição de Psicoterapia

1. Discutir os critérios de cientificidade da psicoterapia, aprofundando as discussões na epistemologia da Psicologia;
2. Definir a psicoterapia como um conjunto de métodos e técnicas científicas que compõem uma prática.

##### Psicoterapia como Prática Social: Transformadora e Curativa?

1. Considerar a psicoterapia como prática clínica de cunho social.

##### Diferenciação entre Psicoterapia e outras Práticas Psicológicas

1. Discutir e divulgar a diferenciação entre os diversos modos de atenção psicológica e a psicoterapia.

##### Divulgação

1. Ampliar, pelo Sistema Conselhos de Psicologia, a divulgação para a sociedade sobre a prática psicoterápica no campo da Psicologia, por meio de organização de fórum de discussão permanente, ocupando espaços na mídia; incentivando a categoria a participar dos espaços de controle social em âmbitos nacional, estadual e municipal, garantindo a discussão constante do lugar do psicólogo no campo das psicoterapias;
2. Cuidar da clarificação e construção adequada da representação social da Psicologia e da psicoterapia para a sociedade por meio de campanhas publicitárias e pesquisas;
3. Realizar debates amplos sobre a Resolução 10/00;
4. Que sejam realizadas campanhas na mídia e outros meios de

comunicação, esclarecendo o objetivo da psicoterapia, minimizando os preconceitos em relação à prática, tornando mais acessível o serviço à população.

#### Reconhecimento de Práticas

1. Discutir a realização do mapeamento das práticas psicoterápicas dos psicólogos e divulgar as práticas reconhecidas;
2. Fomentar debates sobre práticas e teorias emergentes;
3. Explicitar critérios para reconhecimento das abordagens psicoterápicas.

#### Espaço Permanente de Discussão

1. Criar um espaço permanente de discussão a respeito das psicoterapias, no Sistema Conselhos, mantendo a autonomia dos Conselhos Regionais.

#### Dispositivo de Referências para Psicoterapia

1. Discutir a criação de um dispositivo de referências em psicoterapia que possibilite a consulta pela população.

#### Psicoterapia e Políticas Públicas

1. Propor que o Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop) paute a construção de referências para a prática de psicoterapias na saúde pública;
2. Que o Sistema Conselhos enfatize junto aos gestores a importância de condições físicas e materiais que possibilitem a adequação do atendimento psicoterápico e seu sigilo (condições ambientais adequadas ao setting terapêutico), considerando os diversos contextos em que estes atendimentos devem ocorrer.

#### Pesquisa

1. Incentivar e promover pesquisas e publicações científicas no campo das psicoterapias;
2. Promover maior aproximação da academia com a prática profissional;
3. Incentivar a pesquisa e a iniciação científica, inclusive no campo da psicoterapia, para desenvolver o olhar de psicólogo e pesquisador.
4. Fomentar pesquisa para estabelecimento de proporção de psicólogos por habitantes, a fim de subsidiar políticas públicas nas diferentes áreas, atendendo assim as diversas demandas sociais.

#### Atestados Psicológicos

1. Que o Sistema Conselhos de Psicologia atue junto ao Ministério do Trabalho e Previdência Social (Saúde do Trabalhador) exigindo o reconhecimento da legitimidade da emissão de atestados por parte dos psicólogos, legitimando a resolução CFP 015/96.

#### Clínica Ampliada

1. Aprofundar o conceito de clínica ampliada, bem como de seu potencial psicoterápico;
2. Que o Sistema Conselhos de Psicologia mantenha representantes nos espaços de controle social para reflexão permanente sobre o papel do psicólogo nos diversos campos de atuação;
3. Refletir sobre a prática da psicoterapia quanto ao trabalho em hospitais, saúde pública e coletiva, formalizando regras de conduta legítimas e ações integradas (compartilhamento de prontuários, integração de equipes e apropriação ou não de técnicas em áreas afins, etc.);
4. Propor que o Sistema Conselhos de Psicologia dialogue com os gestores para dar condições de atendimento à população, por parte

dos profissionais de Psicologia, em suas diversidades sócio-culturais (pessoas com necessidades educacionais especiais, pessoas com deficiências) e étnico-raciais (negros, indígenas, ciganos e outros);  
5. Afirmar o lugar da psicoterapia como um entre os vários dispositivos que se colocam a serviço da população (tanto na rede pública quanto na rede privada).

#### **Proposição geral do grupo**

1. Problematizar e delimitar semântica e conceitualmente as terminologias de psicoterapia, psicologia clínica e clínica ampliada.

# Psicoterapia

## Home

### Ações 2013-2016

- Ações Subsede Metropolitana
- Ações Subsede ABC
- Ações Subsede de Campinas
- Ações Subsede Baixada
- Ações Subsede Vale

### Ano da Psicoterapia 2009

## Sistematização do Seminário Nacional

### EIXO II

#### Parâmetros técnicos e éticos mínimos para a formação na graduação e na formação especializada e para o exercício da psicoterapia pelos psicólogos.

Parâmetros: referências e/ou regulação

#### Síntese das propostas:

##### Residência em Psicoterapia

1. Quando no nível de pós-graduação, reafirmar, entre outras possibilidades de especialização, a importância da modalidade de formação em serviço (residências multiprofissionais e por área profissional) para aperfeiçoamento de psicólogos e de suas práticas psicológicas, inclusive, as psicoterapias, que respeitem as exigências da Comissão Nacional de Residências Multiprofissionais e por área profissional (CNMRS).

##### Formação Continuada dos Professores/Supervisores

1. Que o Sistema Conselhos de Psicologia trabalhe no sentido de:

- a. Construir referências para a atuação do profissional de Psicologia que atue no campo da supervisão de estágio psicoterapia, observando-se os critérios de atuação profissional previstos pelo Código de Ética Profissional do Psicólogo e as Diretrizes Curriculares Nacionais;
- b. Incentivar formação específica e continuada dos docentes que ministram as disciplinas que abordam a prática psicoterápica, ratificando essa afirmativa com as Instituições de Ensino Superior (IES).

##### Ética

1. Que a ética e a responsabilidade social sejam incluídas no projeto pedagógico dos cursos de formação, tratadas desde o início do curso e presentes na atuação do professor e gestor;
2. Discutir as questões éticas da interface entre psicologia e psicoterapia;
3. Garantir que a ética profissional do psicólogo seja tema transversal durante toda a formação do profissional, abrangendo todas as disciplinas, todo o curso, nas diferentes áreas de atuação do psicólogo, e, quanto à psicoterapia, incentivar o compartilhamento de informações e conteúdos, contidos no Código de Ética Profissional, fundamentais a essa prática. Divulgar e debater as Resoluções promulgadas pelo CFP, em geral e em especial aquelas concernentes ao campo do exercício das psicoterapias;
4. Que os cursos de psicologia estimulem e promovam iniciativas que visem a formação integral dos estudantes, incluindo questões de cidadania e do cuidado de si.

### **Pluralidade de Abordagens**

1. Que na formação sejam valorizados os fundamentos históricos e epistemológicos das diversas abordagens psicoterápicas;
2. Que o Sistema Conselhos continue proporcionando espaços de diálogos com os diversos grupos e suas práticas clínicas, em diferentes abordagens, para a construção de referências necessárias à graduação, às especializações e aos cursos de aprimoramento profissional.

### **Compromisso Social**

1. Desenvolver ações de informação à população sobre a prática da psicoterapia pelo psicólogo;
2. Divulgar à comunidade, aos profissionais e estudantes de psicologia, expondo de forma clara e abrangente, o que é a psicoterapia como prática profissional do psicólogo; bem como os meios para acessar informações nos conselhos profissionais (CRPs) para sanar dúvidas, fazer denúncias;
3. Criar estratégias para ampliar as informações aos profissionais da Psicologia, para que possam problematizar suas próprias práticas psicoterapêuticas;
4. A formação profissional do psicólogo psicoterapeuta deve reforçar o compromisso social através da facilitação de acesso aos serviços psicológicos, inclusive psicoterápicos, à população em geral. Devendo os serviços-escola incentivar a instalação de campus avançados facilitando o acesso territorial aos referidos serviços.

### **Formação, Graduação e Pós-Graduação**

1. Investir/garantir o princípio de integralidade destacando a importância da pesquisa em grupos multidisciplinares no âmbito da psicoterapia;
2. Esclarecer o papel do psicólogo e de suas práticas psicológicas e psicoterápicas aos alunos iniciantes no curso de Psicologia;
3. Assegurar, na graduação e na pós-graduação, o debate sobre inserção do psicólogo nos serviços públicos, contemplando a psicoterapia;
4. Incentivar associação necessária entre ensino, pesquisa e extensão no campo da psicoterapia;
5. Incentivar que na formação sejam contempladas interfaces com outros saberes, práticas e discursos;
6. Garantir que os estágios supervisionados possam ser ofertados de acordo com o já recomendado pela Abep (30min/semana por aluno. Máximo de 8 alunos por supervisor);
7. Que a atividade de supervisão seja compartilhada entre o supervisor do campo e da academia (vide Lei 11.788/2008 e Boletim Abep 8/2009 - [www.abepsi.org.br](http://www.abepsi.org.br));
8. Viabilizar, junto aos gestores do campo público, que a formação do psicólogo seja continuada e permanente, com acesso à supervisão clínico-institucional, contempladas dentro da sua carga horária;
9. Sugerimos a criação e a manutenção dos GTs de psicoterapia em cada CRP, com o propósito de garantir um espaço democrático de criação e discussão de referências para os cursos de pós-graduação que tenham a psicoterapia como uma prática a ser construída. Esses GTs deverão se comprometer com a qualidade do debate criando estratégias para promover a aproximação de profissionais de referência em Psicoterapia com estas discussões.

# Psicoterapia

## Home

### Ações 2013-2016

- Ações Subsede Metropolitana
- Ações Subsede ABC
- Ações Subsede de Campinas
- Ações Subsede Baixada
- Ações Subsede Vale

### Ano da Psicoterapia 2009

## Sistematização do Seminário Nacional

### EIXO III

#### Relações com os demais grupos profissionais

Estratégias políticas de construção de parcerias e enfrentamentos dos conflitos.

Relação do Sistema Conselhos com a Associação Brasileira de Psicoterapia (Abrap) e outras entidades.

#### Síntese das propostas:

##### Parcerias Fórum de Discussão

1. Seja criado um fórum de discussão permanente de orientação ético-profissional entre as diversas entidades, possibilitando a relação entre elas;
2. Manter a discussão sobre o tema por, pelo menos, mais 1 (um) ano dentro da categoria, antes de abrir o diálogo com outros atores que representem as esferas profissionais que atuam no campo.

##### Questões para o Sistema Conselhos

1. Após a discussão com a categoria, promover o diálogo entre os profissionais de Psicologia e os demais profissionais do campo da psicoterapia em relação à formação e ao exercício da mesma;
2. Que o Sistema Conselhos não delegue a outras instituições a tarefa de responder as questões referentes à regulação/regulamentação do exercício da prática psicoterápica do psicólogo;
3. Fomentar ações de mapeamento e diálogo com os profissionais da psicoterapia em cada Regional;
4. Criar estratégias, em parceria com o Fórum Permanente de Discussão com entidades de Psicoterapia e outros conselhos reguladores de classe, para esclarecer a população sobre o que é psicoterapia, seus limites e abrangência.

##### Outros

1. Indicativo para o VII CNP de revisão da tabela de honorários (Atividades e Honorários).

# Psicoterapia

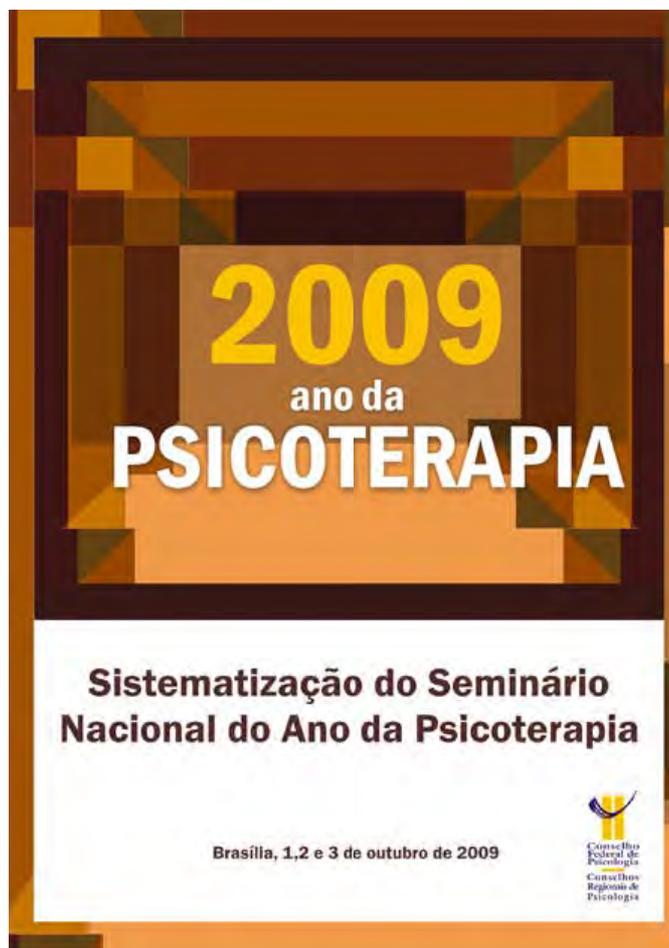
## Home

### Ações 2013-2016

- Ações Subsede Metropolitana
- Ações Subsede ABC
- Ações Subsede de Campinas
- Ações Subsede Baixada
- Ações Subsede Vale

### Ano da Psicoterapia 2009

## Sistematização do Seminário Nacional



Conselho Federal de Psicologia  
 Fone: (61) 2109-0100  
 Fax: (61) 2109-0150  
 SRTVN 702 Ed. Brasília Rádio Center- Sala 4024- A CEP: 70.719-900 Brasília- DF  
 Home page: [www.pol.org.br](http://www.pol.org.br)

### Conselho Federal de Psicologia XIV Plenário

**Diretoria do CFP**  
 Humberto Cota Verona  
 Presidente  
 Ana Maria Pereira Lopes  
 Vice-presidente  
 Clara Goldman Ribemboim  
 Secretária  
 André Isnard Leonardi  
 Tesoureiro

### Conselheiros Efetivos

Iolete Ribeiro da Silva  
 Maria Christina Barbosa Veras  
 Alexandra Ayach Anache  
 Elisa Zaneratto Rosa  
 Deise Maria do Nascimento

### Conselheiros Suplentes

Maria da Graça M. Gonçalves  
 Andréa dos Santos Nascimento  
 Aparecida Rosângela Silveira  
 Henrique J. Leal F. Rodrigues

### Grupo de Trabalho do Ano da Psicoterapia

**Conselho Federal de Psicologia**  
 Aluizio Lopes de Brito  
 Henrique J. Leal F. Rodrigues

**Conselho Regional de Psicologia – 1ª Região:**  
 Adriano Furtado Holanda

**Conselho Regional de Psicologia – 3ª Região:**  
 Rogério Greenhalgh

**Conselho Regional de Psicologia – 6ª Região:**  
 Luiz Tadeu Pessutto

**Conselho Regional de Psicologia – 10ª Região:**  
 Flauzina Bastiani

**Conselho Regional de Psicologia – 12ª Região:**  
 Marilene Wittitz

### Comissão Ad hoc de Psicoterapia

Ana Cleide Guedes Moreira  
 Elza Maria do Socorro Dutra  
 Maurício da Silva Neubern

Jureuda Duarte Guerra  
Anice Holanda Nunes Maia  
Cynthia R. Corrêa Araújo Ciarallo  
Acácia Aparecida A dos Santos  
Marcos Ratinecas

**Psicólogos Convidados**  
Aluizio Lopes de Brito  
Roseli Goffman  
Mária Luiza Moura Oliveira

Nélio Pereira da Silva  
Roberto Novaes de Sá

**Apoio:**  
**Coordenadoria Geral do CFP**  
Yvone Magalhães Duarte

**Coordenadoria Técnica do CFP**  
Polyana Marra Soares  
Daniela Ribeiro Mundim e Silva